

Geo Atos

Revista Geografia em Atos



EMANCIPACIONES LATINOAMERICANAS
ENTRE UTOPIÁS Y DISTOPIÁS

DOSSIÊ

v. 9 n. 2 (2025): EMANCIPACIONES Y TERRITORIOS EN AMÉRICA LATINA



© 2025 Departamento de Geografia do Câmpus de Presidente Prudente-FCT/UNESP

PROJETO GRÁFICO

Rizia Mendes Mares

CAPA

Karina Malachias Domingos dos Santos

DIAGRAMAÇÃO

Karina Malachias Domingos dos Santos

Rizia Mendes Mares

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt

REVISÃO

Karina Malachias Domingos dos Santos

Rizia Mendes Mares

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt

EDITORACÃO ELETRÔNICA

Karina Malachias Domingos dos Santos

Rizia Mendes Mares

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt

Revista Geografia em Atos / Universidade Estadual Paulista.
Câmpus de Presidente Prudente - Departamento de Geografia, 2025

Edição especial: v. 9 n. 2 (2025): Emancipaciones y Territorios en América Latina
ISSN 1984-1647

Idiomas da publicação: Português e Espanhol

1. América Central. 2. América Latina. 3. Emancipação. 4. Geografia crítica. 5. Luta socioterritorial. 6. Produção do espaço. 7. Práxis. 8. Territórios. 9. Territorialidades. 10. Utopias.

I

Universidade Estadual Paulista.
Campus de Presidente Prudente. Curso de Geografia

I

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores. Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Maysa Furlan

Reitora

Cesar Martins

Vice-Reitor

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Geografia Rua Roberto Simonsen, 305, CEP:19060-900, Presidente Prudente - SP, Caixa-postal: 467

Telefone: (18) 32295650

Home Page:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos>

E-mail:

geoatos.editorial@gmail.com

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Gerente

Nécio Turra Neto (FCT/UNESP)

Rizia Mendes Mares (UPE)

Karina Malachias Domingos dos Santos (FCT/UNESP)

Conselho Executivo

Alexandre Custódio de Jesus Dias (UESB)

Antonio José Araujo Cruz (UNICAMP)

Augusto Marques da Silva (FCT-UNESP)

Emanuela Sanches Moreira (FCT/UNESP)

João Vitor de Souza Ferreira (FCT/UNESP)

Matheus Fernandes Magalhães da Silva (FCT/UNESP)

Paula Neumann Novack (FCT/UNESP)

Rodrigo Sartori Bogo (FCT/UNESP)

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt (FCT/UNESP)

Taís Souza da Cruz (FCT/UNESP)

Wanderson Ferreira dos Anjos (FCT/UNESP)

Conselho Científico

Antonio Cezar Leal (FCT/UNESP)

Antonio Thomaz Junior (FCT/UNESP)

Guilherme dos Santos Claudino (UNESP)

Janio Santos (UEFS)

João Oswaldo Rodrigues Nunes (FCT/UNESP)

Maria Encarnação Beltrão Sposito (FCT/UNESP)

Patricia Helena Milani (UFMS)

Raul Borges Guimarães (FCT/UNESP)

Ricardo Pires de Paula (FCT/UNESP)

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol (FCT/UNESP)

MANUTENÇÃO DO WEBSITE

Marcos Roberto Pereira de Souza (FCT/UNESP)

BIBLIOTECÁRIA CONSULTORA

Micheli Antonia Oshima (FCT/UNESP)

© 2025 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v9i17.11018>

Edição especial: v. 9 n. 2 (2025): EMANCIPACIONES Y TERRITORIOS EN AMÉRICA LATINA

Coordenação:

Prof. Dr. Aleksander Aguilar Antunes

Prof.^a Dra.^a Paula Neumann Novack

Editoras responsáveis

Karina Malachias Domingos dos Santos (FCT-UNESP)

Rizia Mendes Mares (UPE)

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt (FCT-UNESP)

Comitê Científico da edição especial

Dr. Agripino Souza Coelho Neto

Professor dos cursos de Urbanismo e Geografia da Universidade do Estado da Bahia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3714-510X> | Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/1597179534966668> | E-mail: agscneto@uneb.br

Dra. Ana Carolina dos Santos Marques

Professora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4285-7654> | Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/3040702814974476> | E-mail: ana.marques@unb.br

Dr. Dilermando Cattaneo da Silveira

Professor do Curso de Geografia e do PPG em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento

(PGDREDES) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS Litoral).

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6141-8388> | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4376811106589645> | E-mail: diler@ufrgs.br

Dra. Denia Román Solano

Docente de la Escuela de Antropología de la Universidad de Costa Rica (UCR) Investigadora del Centro de Investigaciones Antropológicas de la misma universidad e integrante de la Articulación Centroamericanista O Istmo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6140-2458> | E-mail: dennia.roman@ucr.ac.cr

Dra. Editha Lisbet Julca Gonza

Pós-doutoranda na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), Piracicaba, São Paulo-Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8979-8092> | Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7295941317163550> | E-mail: eljg90@gmail.com

Dr. José Rudier López Hernández

Professor investigador Universidad de la Sierra Sur (Oaxaca, México)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3546-6735> | E-mail: jrudierlhdz@gmail.com

Dra. Lorena Izá Pereira

Pesquisadora de Pós-doutorado no projeto Agroecological Transitions for Climate Adaptation and Mitigation (ATCAM) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

[OrcID](#) | [CV Lattes](#) | E-mail: iza.pereira@unesp.br

Dra. Nelise Wielewski Narloch

Professora da Escola Ecuménica de Ciências da Religião no Departamento de Educologia da Universidade Nacional da Costa Rica (UNA) e integrante de la Articulación Centroamericanista O Istmo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9877-6963> | E-mail: nelisesm20@gmail.com

Dr. Renato da Silva Della Vechia

Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, RS, Brasil

Orcid: 0000-0002-4441-7671 | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3306721542651278> | E-mail: rdellavechia@gmail.com

Ms. Stefany Paula Alvarez Álvarez

Doutoranda na Universitat Autònoma de Barcelona

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8657-2209> | E-mail: stefany.alvarez@autonoma.cat

SUMÁRIO

Editorial.....	6
<i>Karina Malachias Domingos dos Santos</i>	
<i>Rizia Mendes Mares</i>	
<i>Silmara Oliveira Moreira Bitencourt</i>	
 Introdução - Por Que Emancipações? Que América Latina? Quais Territórios? Como e onde está o futuro?.....	 7-25
<i>Aleksander Aguilar Antunes</i>	
<i>Paula Neumann Novack</i>	
 Artigos	
As emancipações e as lutas populares na América Latina e no Caribe: da emancipação humana à emancipação da natureza.....	26-60
<i>Lia Pinheiro Barbosa</i>	
 Del Uruguay a la América Latina como Problema: Arielismo, Geopolítica e Historia en Alberto Methol Ferré.....	 61-87
<i>Manuel López Forjas</i>	
 Disputa del Territorio, Marcos Internacionales de Desarrollo y Política Pública para la Emancipación Territorial: El Caso del Programa Altépetl en la Ciudad de México.....	 88-115
<i>Miguel Angel Paz Carrasco</i>	
<i>Pierre-Olivier Sire Baumann</i>	
 Agua, Modernización y Política Pública: infraestructura hídrica y la transformación del territorio indígena Maleku en Costa Rica.....	 116-144
<i>Julián del Carmen Cruz Carrillo</i>	
 Dos Cantos Silenciosos das Favelas Brasileiras às Narrativas Silenciadas em Territórios Caribenhos Nicaragüenses.....	 145-169
<i>Maria Amanda Martinez Elvir</i>	
<i>Ridivaldo Procópio da Silva</i>	
 Geografias Quilombolas e Experiências de Articulação Política no Sul do Rio Grande do Sul	 170-191
<i>Gabriela Rodrigues Gois</i>	
 Paradigmas, Territórios e Agroecologia no Brasil: As Tecnologias Socioterritoriais Construídas pelo MST no Assentamento Rodeio.....	 192-217
<i>Lara Dalperio Buscioli</i>	
<i>Wuelliton Felipe Peres Lima</i>	
<i>Bernardo Mançano Fernandes</i>	

EDITORIAL

A revista *Geografia em Atos*, publicação científica vinculada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente, foi criada em 1999 com o propósito de fomentar a produção acadêmica qualificada nas diversas áreas da Geografia. Desde então, consolidou-se como um espaço plural e rigoroso, orientado pela articulação entre liberdade de pensamento e comprometimento científico. Com mais de duas décadas de trajetória e mais de 300 trabalhos publicados, o periódico reflete o amadurecimento do campo geográfico na instituição e no cenário acadêmico nacional e internacional. Inicialmente voltada à divulgação de trabalhos de iniciação científica, a revista expandiu seu escopo para acolher contribuições de estudantes de graduação e pós-graduação, bem como de docentes e pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e de outros países. O título *Geografia em Atos* expressa o princípio da práxis — a relação dialética entre sujeito e realidade — que inspira a construção do conhecimento geográfico veiculado em suas páginas. A presente edição especial tem como tema “*Emancipações e Territórios na América Latina*” e resulta da articulação entre a revista *Geografia em Atos* e a Iniciativa Emancipaciones Latinoamericanas entre utopias y distopias (ELAUD), coordenada pela Articulación Centroamericanista - O Istmo. Criada em 2021, a ELAUD constitui um processo transdisciplinar de formação e proposição sociopolítica que reúne intelectuais e agentes sociais latino-americanos comprometidos com o debate crítico acerca da crise sistêmica, das lutas emancipatórias, das identidades, formas de Estado, territorialidades, soberanias e futuros possíveis a partir do Sul Global. Com apoio da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) e do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), a Iniciativa ELAUD desenvolveu seu primeiro ciclo de atividades junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). A partir de 2023, iniciou-se uma parceria com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, reconhecido por sua contribuição ao pensamento geográfico crítico no Brasil e na América Latina. Dessa colaboração emergiu a proposta deste dossiê temático. A chamada pública internacional, divulgada em fevereiro de 2024 e coordenada pelo Prof. Dr. Aleksander Aguilar-Antunes e pela Profa. Dra. Paula Neumann Novack, resultou na seleção de sete artigos. Os textos, oriundos de distintas áreas das Humanidades, abordam de forma transdisciplinar e com densidade analítica os conceitos-chave que estruturam esta edição: “emancipações”, “territórios” e “América Latina”. As contribuições abrangem diversas regiões do continente, do México ao Uruguai, com destaque para a inclusão da América Central — região frequentemente invisibilizada nos estudos latino-americanos —, e propõem reflexões críticas e propositivas sobre o presente e o futuro de nossos territórios.

Este editorial apresenta, assim, a fundamentação e os objetivos que orientam esta edição especial da revista *Geografia em Atos*, reafirmando o compromisso com a ciência engajada, plural e emancipatória.

Desejamos uma estimulante leitura!

Karina Malachias Domingos dos Santos

Rizia Mendes Mares

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt

**POR QUE EMANCIPAÇÕES? QUE AMÉRICA LATINA? QUAIS TERRITÓRIOS?
COMO E ONDE ESTÁ O FUTURO?**

**¿POR QUÉ EMANCIPACIONES? ¿CUÁL AMÉRICA LATINA? ¿QUÉ TERRITORIOS?
¿CÓMO Y DÓNDE ESTÁ EL FUTURO??**



Aleksander AGUILAR ANTUNES¹
e-mail: antular@gmail.com



Paula NEUMANN NOVACK²
e-mail: paulanovack@gmail.com

Como referenciar este artigo:

AGUILAR-ANTUNES, ALEKSANDER.; NOVACK, PAULA NEUMANN. Por que emancipações? Que América Latina? Quais territórios? Como e onde está o futuro?. **Revista Geografia em AtoS**, Presidente Prudente, 9, n. 2, p. 7-25, (2025) - Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d001. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.11000>



| Submetido em: 20/05/2024
| Revisões requeridas em: 30/10/2024
| Aprovado em: 28/02/2025
| Publicado em: 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rizia Mendes Mares

¹ Articulación Centroamericanista O Istmo, Recife – Pernambuco (PE) – Brasil. Jornalista, escritor, professor-pesquisador e articulador político-cultural.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente – São Paulo (SP) – Brasil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

INTRODUÇÃO

A Iniciativa *Emancipaciones Latinoamericanas entre utopias y distopias* (ELAUD) é um processo de formação e proposição sociopolítica desenhado, impulsionado e coordenado pela *Articulación Centroamericanista O Istmo*³. Se ocupa em promover e manter entre agentes sociopolíticos e intelectuais latino-americanos um espaço científico internacional, transdisciplinar e qualificado, sobre temas e questões vitais e urgentes na atual conjuntura global, tais como: crise sistêmica e alternativas de ordem e governança, emancipação e liberação, identidades e pertencimentos, economia e cultura, forma-Estado e territórios, soberanias e autodeterminação, poderes e futuros a partir da América Latina.

Diante de presentes distópicos, do ressurgimento em todo o planeta de ideias e práticas sociopolíticas de expulsão/destruição/eliminação que pareciam enterradas, mas foram novamente conjuradas no estágio atual do capitalismo, a Iniciativa ELAUD demonstra especial relevância ao propor (re)ativação da discussão de utopias no marco dos debates dos significados, caminhos e condições de possibilidades de mobilizar a noção de emancipação enquanto eixo geral de orientação da construção de futuros⁴.

Seu primeiro terreno de desenvolvimento colaborativo, em 2021, foi no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (PPGPSDH/UCPel⁵, Brasil), em aliança com a Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS⁶) e com o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO⁷) – onde a *Articulación O Istmo* mantém o Grupo de Trabalho *El istmo centroamericano: perspectivas epistemológicas periféricas*⁸.

³ Na página web da *Articulación Centroamericanista O Istmo* (www.oistmo.com) temos a seguinte definição: “O Istmo es una **articulación centroamericanista** entre académicos, artistas y activistas de diversos colectivos, movimientos, universidades e institutos de investigación en diferentes partes del mundo, alrededor de temas y problemas sociopolíticos y culturales de América Central. Se trata de una movilización política-intelectual transdisciplinar de labor colaborativa y coordinada que disponibiliza datos, referencias, análisis y herramientas digitales para ampliar el acceso a la información producida desde distintas fuentes de comunicación no hegemónica –comunitaria, popular y científica– sobre el istmo centroamericano que busca fortalecer capacidades de incidencia y enlaces entre organizaciones centroamericanas”.

⁴ Também na página web de O Istmo é possível acessar a lista em detalhe de todas as atividades desenvolvidas pela Iniciativa ELAUD desde o início de suas atividades (outubro 2021) até o período de edição desta publicação (abril 2025): <https://oistmo.com/2025/04/12/iniciativa-elaud-por-que-las-emancipaciones-que-america-latina-cuales-territor/>

⁵ <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/>

⁶ <https://sociologia-alas.org/>

⁷ <https://www.clacso.org/>

⁸ <https://www.clacso.org/el-istmo-centroamericano-perspectivas-epistemologicas-perifericas/>

A partir de 2023, com a tomada de consciência da equipe de coordenação ELAUD sobre a importância fundamental dos debates sobre territórios, territorialidades e produção social do espaço para os objetivos políticos deste projeto, se construíram também parcerias da Iniciativa com o Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – campus Presidente Prudente (FCT/UNESP⁹, Brasil). Com essa instituição de referência no campo da geografia brasileira e latino-americana, além de conferências e painéis virtuais e presenciais realizados naquele ano, desenhou-se com a FCT/UNESP um projeto de publicação temática sobre as discussões-chave da Iniciativa ELAUD que resultou neste dossiê **Emancipações e Territórios na América Latina**, uma edição especial da revista Geografia em Atos (GeoAtos¹⁰), publicação científica em atividade desde 1999, vinculada ao Departamento de Geografia desta universidade.

Para executar esse projeto, em fevereiro de 2024 uma chamada internacional pública¹¹, convocando contribuições sobre temáticas ELAUD nessa prestigiosa revista, foi lançada sob coordenação do Dr. Aleksander Aguilar-Antunes e da Dra. Paula Neumann Novack. E sete textos de colegas das Humanidades, de diferentes disciplinas e em transdisciplinaridade, que transitam em densidade e rigor científico sobre e sob palavras-chave deste dossiê (“emancipações”, “territórios” e “América Latina”) foram selecionados e sistematizados para compor a publicação.

Obtivemos assim diferentes miradas, questões e regiões em análise crítica, pertinência informativa e qualidade de pesquisa, de uma ponta a outra dos territórios que denominamos como latino-americanos, do México ao Uruguai, e incluindo decisivamente também a países da América Central – especificidade latino-americana comumente invisibilizada – para conformar este material que o leitor tem em mãos.

Antes, então, de apresentarmos cada um dos capítulos que referendam este trabalho e posicionam significativamente este dossiê no *continuum* de contribuições aos debates latino americanistas, produzido de forma endógena e encarando o presente com olhos postos no futuro, vamos percorrer brevemente neste texto introdutório o terreno conceitual dos temas-chave que nos mobilizam na Iniciativa ELAUD e nesta edição especial da revista GeoAtos.

⁹ <https://www.fct.unesp.br/>

¹⁰ <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/index>

¹¹ <https://oistmo.com/2024/02/19/emancipaciones-y-territorios-en-america-latina-llamada-para-colaboracion-en-publicacion-tematica/>

O objetivo é estabelecer alinhamento para explorar possíveis caminhos de respostas para as seguintes perguntas convocantes: Por que emancipações? Que América Latina? Quais territórios? Como e onde está o futuro?

Emancipações

A noção de “emancipação”, e as disputas conceituais sobre o termo, é parte do nosso imaginário político há séculos. Numa certa dimensão tem sido o sonho histórico acalentado pelo gênero humano, tarefa política permanente de uma variedade de grupos sociais que quase sempre significam e atribuem sentidos distintos a essa palavra. Sua compreensão e problematização é uma das principais contribuições, por exemplo, do legado intelectual do filósofo político Ernesto Laclau (2011, p.15-16), quem em 1995, a seis anos da queda do Muro de Berlim, escreveu:

Se quiséssemos resumidamente caracterizar os traços distintivos da primeira metade da década de 1990, diria que eles podem ser encontrados na rebelião de vários particularismos – étnicos, raciais, nacionais e sexuais – contra as ideologias totalizantes que dominaram o horizonte das políticas nas décadas precedentes. Poderíamos dizer que, de algum modo, a Guerra Fria foi – na ideologia dos seus dois protagonistas – a última manifestação do Iluminismo: ou seja, estávamos lidando com as ideologias que distribuíram o conjunto das forças operantes na arena histórica em dois campos opostos: ideologias identificadas por suas próprias aspirações a uma emancipação humana global. Ambos, “mundo livre” e “sociedade comunista”, foram concebidos por seus defensores como projetos de sociedade sem fronteiras internas ou divisões. É a globalidade desses projetos que está em crise. Qualquer que seja o sinal da nova visão política que está emergindo, é claro que uma dessas dimensões básicas será a redefinição das relações existentes entre universalidade e particularidade. (Laclau, 2011, p.15-16).

Tendo as provocações laclaunianas presentes, entendemos que são as lutas populares – a partir de articulações de discursos emancipatórios em disputa por mobilizar relações entre particularidades e universalidades no mundo social – os motores de possibilidades concretas de avanços sociais em sociedades democráticas. Entretanto, essas reflexões levantam as seguintes perguntas:

Podemos entender “avanços sociais” como emancipações?

Essa compreensão implica em autodeterminação?

Em que medida emancipação difere-se de liberação?

De que maneira essas compreensões se relacionam com a construção de projetos de futuros e sociedades futuras?

A noção de emancipação, que pode ser entendida como utopia, como mencionamos anteriormente, é um permanente projeto político. Em ambas compreensões exigem-se lutas

sociais e análises críticas. Em termos de projetos civilizatórios, poder e território são fundamentos do debate sobre emancipação, e em particular no nosso caso para a América Latina. Na reflexão sobre o conceito de emancipação a partir da história social e política do Sul Global – da América Latina, do Caribe e da África – emerge um léxico de profundas opressões: imperialismo, escravidão, conquista colonial. Se localiza no tempo histórico e nessas regiões subalternizadas do mundo os desejos e os movimentos por independências e soberanias nacionais, por autodeterminação dos povos, por repúblicas modernas, por autonomias de gestão territorial; episódios e processos que são constitutivos da nossa própria formação enquanto sociedades, mas que não necessariamente são momentos ou situações que encompassa por completo a noção de emancipação.

Daí a importância de remarcar a extraordinária contribuição de Aníbal Quijano (2000) ao propor o conceito de colonialidade, como o lado invisível e constituinte da Modernidade, e conectá-lo nas esferas política e econômica com a dimensão do saber. Uma intenção fundamental desse sociólogo peruano foi demonstrar o localismo (europeu) da ideia de “moderno”, compreendida e difundida, violentamente, como horizonte de totalidade e de dinâmica de organização social desejável, tal qual conformada e expandida pelos agentes do “Velho Mundo”, propagadas como se fossem valores universais quando eram apenas resultado de um conjunto de cosmovisões específicas e fatores particulares ao contexto socioeconômico de um período histórico da Europa que, entretanto, se tornou hegemônico.

Essas postulações de Quijano já fazia uma espécie de eco de ideias da segunda metade do século XX, num tipo de crítica intelectual que se convencionou chamar de pós-moderna, que já haviam começado a elaborar e a realizar essa “desconstrução” da ideia de totalidade, antes ainda da crítica pós-colonial. Os “pós-modernos”, contudo, produziram essa crítica desde dentro da história europeia e da história das ideias europeias, o que tornou suas críticas internas e limitadas ao mesmo conjunto de pensamento que pretendiam criticar. Daí a necessidade e importância do reconhecimento da “colonialidade”, proposto por Quijano, que explica a popularidade que ganhou a ideia-movimento de “descolonizar” o saber, ou seja, libera o conhecimento e as relações sociais dessa dominação anglo-saxã e eurocentrada.

Esse processo de libertação intelectual, iniciado na década de 1970, ocorreu em todo o Sul Global. Na Índia, Ranajit Guha, historiador marxista, começou a interpretar a história de seu continente com novas categorias, realizando uma crítica epistemológica ao monopólio hermenêutico dos Estados Unidos e da Europa em relação à ciência histórica. Da mesma forma,

na África, Poulin-Hountondji escreveu sua obra *Critique de l'éthnophilosophie*, em 1977, na qual levantou a necessidade de uma nova visão da periferia africana, a fim de expressar uma filosofia bantu. No final da mesma década, o pensador árabe-palestino Edward Said empreendeu uma tarefa descolonizadora fundamental em sua obra “Orientalismo - Concepções ocidentais do Oriente”, de 1978.

No entanto, na América Latina foi onde esse projeto se expressou pela primeira vez de forma deliberada por uma “libertação” histórica e filosófica da ideia de “universal”, com Enrique Dussel. Em obras como “*América Latina: dependencia y liberación*” (1973); “*Caminos de liberación latinoamericana*” (1974); y “*Método para una filosofía de la liberación*” (1974) a filosofia da libertação proposta por Dussel representa um pensamento crítico que toma consciência da realidade do mundo periférico como origem de um processo de constituição da identidade filosófica latino-americana. Surge em países que compartilham a “ferida colonial” (Mignolo, 2007 p.34), nos quais a ciência em geral, e as ciências sociais em particular, apresentam um caráter colonial, repetindo as categorias e os métodos científicos desenvolvidos nos países do Norte Global. Com o objetivo de construir uma filosofia própria que pudesse ser universalizada a partir da América Latina, que pusesse fim à dependência endossada pelos países centrais, a libertação filosófica de Dussel, tomando como ponto de partida os oprimidos da América Latina, buscou explicar criticamente as necessidades urgentes de nossos povos da “*Nuestra América*”.

Alguns anos depois de Dussel, a contribuição de “colonialidade” de Quijano nos permitiu visualizar com mais precisão sua operação histórico-social em três dimensões — ser, poder e saber. Essa operação incide diretamente na estruturação e na configuração das características próprias das sociedades latino-americanas, do poder nessas sociedades, destarte, enquanto um padrão de dominação global que é próprio do sistema-mundo, no sentido de Immanuel Wallerstein (1990).

Contudo, diante da prevalência do eurocentrismo na concepção e apreensão da realidade sociopolítica na América Latina, é possível romper com as fronteiras cognitivas que limitam e mantêm o Estado-nação moderno/colonial e suas fronteiras territoriais? Descolonizar o pensamento é o primeiro passo. É na emergência de se perceber outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e compreensão, que se evidenciará outra economia, outra ética, outra política:

(...) la segunda descolonización —a la cual nosotros aludimos con la categoría decolonialidad— tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales,

étnicas, sexuais, epistêmicas, económicas y de género que la primera descolonización dejó intactas. Como resultado, el mundo de comienzos del siglo XXI necesita una decolonialidad que complemente la descolonización llevada a cabo en los siglos XIX y XX. Al contrario de esa descolonización, la decolonialidad es un proceso de resignificación a largo plazo, que no se puede reducir a un acontecimiento jurídico-político (Grosfoguel, 2008, p.120).

Para o caso latino-americano em particular isso significa assumir uma compreensão crítica da ‘diferença epistêmica’ na formação/transformação do sistema-mundo moderno/colonial, que estabelece uma relação importante entre histórias locais e produção de conhecimento. Em geral, nossas referências predominantes de análise formaram-se com base nos conceitos de poderes, hegemonias e a economia política, que em concreto são construções históricas da modernidade europeia, e não globais, universais (Escobar, 2010). O pensamento pós-colonial, que nos provoca a revisitar a discussão sobre emancipação, exige uma crítica de várias perspectivas da hegemonia do conhecimento assim concebido.

Do ponto de vista da nossa região latino-americana, o que pondera o argentino Walter Mignolo (2007, p.56), um dos principais nomes do seminal grupo Modernidade/Colonialidade que sistematizou essas ideias para que fosse possível conceber uma “teoria decolonial”, é que:

(...) ‘América Latina’ es una consecuencia y un producto, de la geopolítica del conocimiento, esto es, del conocimiento geopolítico fabricado e impuesto por la “modernidad”, en su autodefinición como modernidad. En este sentido, “América Latina” se fue fabricando como algo desplazado de la modernidad, un desplazamiento que asumieron los intelectuales y estadistas latinoamericanos y se esforzaron por llegar a ser “modernos” como si la “modernidad” fuera un punto de llegada y no la justificación de la colonialidad del poder. (Mignolo, 2007, p.56).

Da reflexão sobre “fabricação” da identidade latino-americana que (na história colonial e na história das independências dos Estados-nacionais na região) se moveu através dos anseios por “repúblicas modernas”, como motor e objetivo do seu existir, é do que nos ocupamos sucintamente a seguir.

América Latina

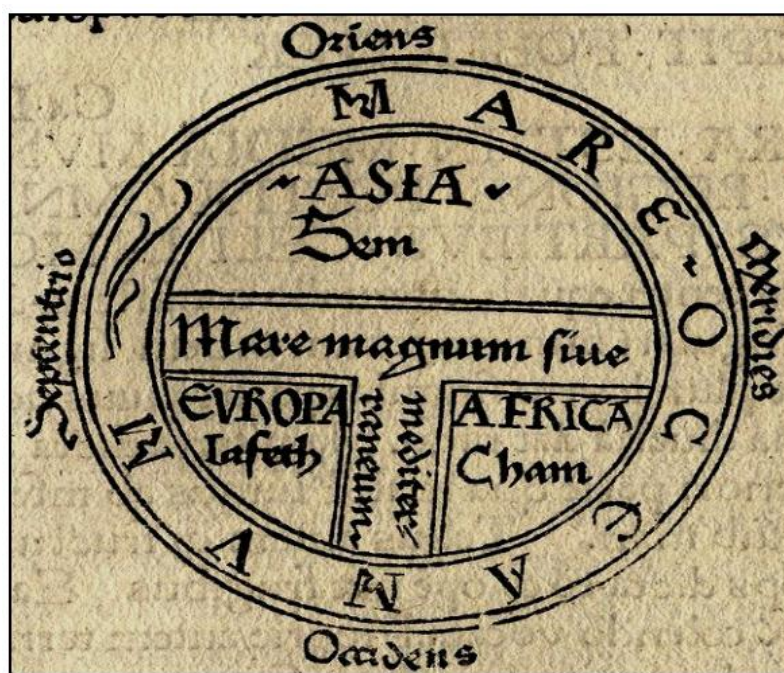
Seguindo a Silva Hernández (2006), entendemos que o ato de nomear é uma das ações primárias do processo de invenção de uma identidade.

El nombre provee una conciencia al sujeto de sí mismo, de la diferencia frente al otro y de un sentido de pertenencia. En el caso de las regiones, la nomenclatura es una construcción social, que se articula sobre la existencia de una diferencia regional respecto de otras donde se valoriza lo particular, lo propio de la región, su cultura, sus tradiciones, sus pobladores y los elementos geográficos. La región deja de ser un hecho físico para constituirse en una conciencia colectiva, en una identidad regional. (IDEM, p.2).

A nomeação de uma região, seguindo também a Porto-Gonçalves e Quental-Araújo (2012), é ainda um ato de poder, um ato criador que, ao tempo em que permite o reconhecimento de sua existência, também favorece o controle e do espaço pela autoridade nomeadora que impõe, assim, uma visão e divisão do mundo social.

O surgimento do conceito de “América” a partir de uma visão específica à cosmologia cristã, como se depreende da história do mapa “T-em-O” é, como sabemos, uma homenagem ao navegador italiano Américo Vespúcio. Percebe-se desse exemplo cartográfico seminal que essa nomeação, arbitrária, criou o território, sobrepondo-se a outras representações de mundo que os habitantes originários atribuíam ao espaço. A designação *Abya-Yala*¹², por exemplo, foi sufocada pela violência colonial.

Figura 1 - MAPA “T-em-O”



Fonte: Quental, 2013.

¹² *Abya Yala*, na língua do povo Guna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e convencionou-se entre os povos originários da América Latina como a palavra designadora dos territórios antes de Colombo. O povo Guna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala (San Blas). Desde os anos 1970 *Abya Yala* vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América. Este termo, como vemos neste texto – embora se alegue ter sido usado pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wadseemüller, (Porto-Gonçalves, 2009) – só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotado pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência latino-americana.

A divisão do mundo antes de 1492 em três continentes correspondia – na específica forma em que graficamente se expressava na Europa, exclusivamente – ao imaginário cristão ocidental, tal como se vê no mapa acima, cuja concepção estava referenciada nos três filhos do personagem bíblico Noé: Sem (Ásia), Cam (África); Jafé (Europa).

É claro que, desconhecendo-se a existência de *Abya-Yala* naqueles lados do Atlântico, nosso território que hoje chamamos de *América* não teria representação, mas o que mais chama a atenção é o implícito na narrativa sobre repovoamento da Terra pelos descendentes de Jafé, Sem e Cam depois do dilúvio bíblico: conformação de sentidos e relações de superioridade e inferioridade na classificação, racial, dos povos segundo os continentes, tal qual se faz expresso nesse antigo mapa, particularmente relevante, porque foi nele que se baseou a cartografia mundial dos séculos XVI e XVII, quando o “Novo Mundo” já passava a ter representação gráfica a partir desses referentes.

Uma ideia própria latino-americana de pertencimento surge no início da emergência da identidade crioula no século XVII, baseada numa percepção de diferença entre os espanhóis nascidos nesse chamado Novo Mundo e os seus antepassados diretos vindos da Europa. E é esse mesmo sentimento de nacionalismo nascente que dá as bases para um sentido de interconexões do México à Argentina entre essas elites, o que, segundo (Eakin, 2004), bem se percebe na Carta de Jamaica, de Simón Bolívar, *el libertador*. Trata-se de um documento de 1815 que se fez célebre por evidenciar o desejo do mítico líder nascido na cidade de Caracas (hoje capital da Venezuela, mas à época pertencente a unidade administrativa colonial do *Virreinato de Nueva Granada*) de formar uma confederação hispano-americana com territórios que compartilhavam religião, instituições, língua e história comuns com base na trajetória colonial espanhola. Contudo, a multiplicação de unidades político-administrativas autônomas depois das guerras de independência nas primeiras décadas do século XIX tornou mais complexa, contudo, a tarefa de ver-se a unidade da área que nesse período começava a ter/ganhar nome como América Latina.

No final do século XVIII, os dois vice-reinos do império espanhol nas Américas que foram estabelecidos no período da conquista e se mantiveram por toda a história colonial (*Virreinato de Nueva España*, *Virreinato del Perú*), estavam subdivididos em quatro (a esses dois mais tarde somaram-se o *Virreinato de Nueva Granada* e o *Virreinato del Río de la Plata*), e menos de 50 anos depois do seu estabelecimento essas colônias espanholas se faziam independentes em dez Estados-nacionais. A posterior fragmentação de *Nueva Granada* (os

atuais países Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela) e da *República Federal de Centroamérica* (este intento federativo das províncias centro-americanas da antiga entidade colonial *Capitania General de Guatemala* – franja territorial ístmica, ponte entre o Sul e o Norte do continente e passagem interoceânica entre o Atlântico e o Pacífico – viveu apenas entre 1821 e 1838) produziu outros seis Estados na segunda metade do século XIX. Ou seja, o começo do estabelecimento de uma pluralidade de Estados-nação, enquanto entes administrativa e politicamente autônomos e amplamente diversos em culturas, tornaria ainda mais complexa as tentativas de definição de América Latina.

Que o termo, “América Latina”, surge com o poema *Las dos Américas*, do colombiano José Maria Torres Caicedo, em 1856, baseado na ideia de raça, parece ter ampla aceitação acadêmica. Já no começo do século XX esse nome passou de designar um rechaço ao passado colonial ibérico para denunciar o expansionismo estadunidense, no contexto das Guerras entre Espanha e Estados Unidos e da Doutrina Monroe, o que levou a famosa elaboração da consigna de *Nuestra América*, de José Martí e da icônica obra *Ariel*, de José Enrique Rodó, como metáfora do discurso anti-imperialista e da criação de uma identidade coletiva nascida do local e do interno.

Vemos a partir do que sustenta Nora Garita (2012) como as independências dos Impérios Ibero-americanos e Anglo-saxões romperam com o status de colônia, mas inaugurou a colonialidade, no sentido que já mencionamos, de Aníbal Quijano (2000). O grito das elites crioulas serviu para desatarem-se da metrópole, mas também para silenciar as vozes populares e construir processos de invisibilização da exploração indígena, da escravização africana, do ocultamento das mulheres na vida social. Na construção dos Estados-nação do século XIX, as oligarquias estabeleceram como o interesse nacional geral os seus próprios interesses. A seleção do perfil ideal de cidadão foi costurada no tecido do pensamento colonial classificatório racista, e a construção do nacional deu-se junto a produção simbólica de exclusão, com o consequente estabelecimento de desigualdades sociais.

Se a conquista, a colonização e o imperialismo, contudo, forjaram a preocupação e as lutas pela autonomia, a autodeterminação e a independência em todas as terras abaixo do Rio Grande, a América Latina, assim genericamente posta, é o resultado da busca pela identidade comum que faz frente a um outro, na América do Norte, acima desse rio, “*prepotente y abusivo*”, que se apropriou do substantivo “América”, como lembram Inés Nercesian e Julieta Rostica (2014, p.14).

Por outro lado, ao longo do século XX, as variações de identidades políticas produzidas pelas diferentes experiências nas antigas colônias aumentaram consideravelmente a percepção de diversidade. Contrastes entre regimes e sistemas de governo em países como Cuba, Nicarágua, Chile e Costa Rica mostraram-se notáveis, mas em termos comparativos a academia em geral persiste na ideia de ênfase na unidade, e a solução para os considerados *outliers* dessa ideia tem sido tipicamente recorrente: deixá-lo de fora da análise, como no caso de Porto Rico e, é claro, o Brasil.

O caso brasileiro – cuja discussão sobre sua identidade latino-americana, desde o período do fim dos imperialismos de Espanha e Portugal e suas violentas hegemonias sobre o Novo Mundo – é tema permanente e constante de reflexão e polêmica, mobilizou e segue motivando inúmeras iniciativas políticas e analíticas, especialmente no campo das Relações Internacionais, diante das grandes questões de governança global e de ordem e arquitetura do sistema internacional. No século XXI, contudo, talvez as diferenças se aprofundem de maneira tal que seja fácil falar da América Latina no passado, embora não necessariamente no futuro.

Territórios

A compreensão do território na América Latina ultrapassa a visão tradicional de um espaço físico sob domínio estatal, exigindo uma abordagem que considere sua construção coletiva e multidimensional. Autores como Souza (2009), Saquet (2009) e Haesbaert (2010) enfatizam que o território é expressão espacial das relações de poder, sendo constituído por práticas materiais, simbólicas, culturais e políticas que operam em múltiplas escalas – do cotidiano às grandes transformações históricas. Nesse contexto, o território não pode mais ser entendido como “coisa” ou base natural do Estado, mas como um processo em constante disputa e ressignificação.

Em um cenário marcado pela colonialidade, a emancipação latino-americana não pode ser reduzida à substituição de soberanias estatais. Como alerta Souza (2009), a verdadeira emancipação territorial requer a reconstrução simbólica e material dos espaços, o que implica elaborar novas formas de organização social e de exercício do poder. Movimentos como o dos povos indígenas, dos sem-terra, dos quilombolas e dos sem-teto materializam territorialidades insurgentes que rompem com o paradigma dominante e evidenciam o caráter fluido, processual e relacional do território.

Saquet (2009) aprofunda esse debate ao articular as dimensões da economia, política, cultura e natureza (E-P-C-N), destacando que o território é uma síntese histórica constituída por redes sociais, identidades e lutas. A dinâmica dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) torna-se fundamental para compreender como os grupos latino-americanos reconstroem seus espaços de vida diante de expropriações, marginalizações e resistências.

Essa crítica se articula com o pensamento de Porto-Gonçalves (2001, 2009, 2012, 2021), que propõe uma ruptura com a concepção moderna de território forjada na lógica do Tratado de Westfália (1648) e da formação dos Estados-nação. Para ele, é necessário superar a visão eurocêntrica que separa sociedade e natureza, reconhecendo que toda apropriação material é também simbólica. A crise atual é não apenas ecológica e política, mas também epistêmica, revelando os limites do conhecimento moderno e da racionalidade ocidental que legitimaram a dominação da natureza e a marginalização de saberes outros.

Nesse sentido, Haesbaert (2009) complementa ao afirmar que não existem territórios puramente funcionais ou simbólicos. Toda territorialidade é composta por múltiplas dimensões – políticas, econômicas e culturais – e está intimamente ligada à forma como os sujeitos organizam e significam seus espaços. O território, portanto, deve ser compreendido como um espaço de vida, resistência e identidade.

Atualmente, a América Latina vivencia experiências inovadoras de construção territorial, muitas vezes protagonizadas por grupos historicamente subalternizados. Exemplos como a Selva de Petén (Guatemala), a bacia do rio Coco (Honduras e Nicarágua), as reservas de Bosawás (Nicarágua), Talamanca (Costa Rica e Panamá) e Darién (Panamá e Colômbia) ilustram práticas bioculturais de territorialização em que povos indígenas e afrodescendentes reinventam seus modos de habitar e de se relacionar com a terra (Aguilar-Antunes, et al., 2022). Mesmo sob pressão de fronteiras nacionais, projetos extrativistas e infraestrutura, essas comunidades resistem e (re)existem.

Ou seja, novas territorialidades emergem a partir da ação de indígenas, camponeses, mulheres, negros, quilombolas e migrantes. Esses sujeitos não apenas resistem à opressão, mas reconstroem modos de vida que desafiam tanto a hegemonia do Estado-nação quanto a lógica capitalista e financeirizada da vida. O paradigma territorial da modernidade europeia, ao separar natureza e cultura, consolidou a colonialidade como base da organização territorial do poder – questão axial incisivamente criticada por Porto-Gonçalves (2009), como vimos anteriormente

– é confrontada diante dessas ações/reflexões que constituem um processo de reapropriação social da natureza e de insurgência epistêmica.

A perspectiva crítica da ecologia política latino-americana (Porto-Gonçalves, 2009; 2012) destaca ainda que o discurso do “desenvolvimento sustentável” frequentemente opera como uma nova forma de colonização. Desde os anos 1960, movimentos indígenas, camponeses e afrodescendentes passaram a articular saberes ancestrais com novas formas de resistência política. Conceitos como descolonização, interculturalidade, transmodernidade e o *Buen Vivir* (*Sumak Kawsay/Suma Qamaña*, nas línguas Quechua e Aymara, respectivamente) oferecem alternativas viáveis e enraizadas aos modelos ocidentais de progresso e desenvolvimento.

As lutas territoriais, ao reivindicarem o direito à diferença, à dignidade e à autonomia, colocam em xeque as lógicas extrativistas e mercantilistas. Processos de desterritorialização promovidos pela mineração, pelo agronegócio e pelas grandes obras de infraestrutura agravam desigualdades socioambientais e intensificam a crise ecológica global. Atento a esta conjuntura, Porto-Gonçalves (2021) propõe um novo léxico teórico-político que se constrói a partir das resistências populares e dos saberes territoriais latino-americanos. Emancipar-se, hoje, significa “geo-grafar” novos modos de habitar o mundo, construindo territórios que integrem natureza e cultura, ancestralidade e futuro, luta e vida. O território deixa de ser apenas uma base geopolítica e se transforma em horizonte de sentido civilizatório. A luta por território é também uma luta por memória, reconhecimento e pela possibilidade de existir fora dos marcos coloniais do desenvolvimento e do Estado-nação. É, enfim, a construção coletiva de outras formas de vida.

É nesse contexto que os textos que compõem este dossiê aprofundam empiricamente e teoricamente as questões levantadas acima, mostrando como diferentes populações da América Latina enfrentam a colonialidade do poder, a lógica capitalista e os modelos estatais excludentes ao reivindicarem seus territórios como espaços de resistência e (re)existência.

Os textos neste Dossiê

O artigo **As emancipações e as lutas populares na América Latina e no Caribe: da emancipação humana à emancipação da natureza**, de Lia Pinheiro Barbosa, analisa as lutas populares na América Latina e no Caribe, ampliando o conceito de emancipação para além da dimensão humana e incorporando a emancipação da natureza. A autora discute como

movimentos indígenas, camponeses e quilombolas resistem à territorialização do capital e à dominação imperialista, lutando pela autonomia territorial e pelo direito à terra, enquanto denuncia a expropriação de terras e recursos naturais como um dos principais mecanismos de dominação colonial e capitalista. Nesse sentido, critica o modelo de desenvolvimento neoliberal, que aprofunda a exploração dos territórios por meio de tratados de livre comércio e políticas de espoliação, e destaca como os movimentos sociais latino-americanos propõem novas formas de relação entre humanos e natureza, inspiradas em cosmovisões indígenas e no conceito de "bem viver". Ao resgatar experiências históricas de resistência, como o zapatismo e as lutas indígenas, a autora enfatiza que a emancipação deve ser entendida de forma ampla, incorporando a defesa da natureza como parte inseparável da luta por justiça social e territorial.

O texto intitulado **Del Uruguay a la América Latina como Problema: Arielismo, Geopolítica e Historia en Alberto Methol Ferré**, de Manuel López Forjas, analisa o pensamento do intelectual uruguaio Alberto Methol Ferré, com ênfase em sua visão sobre a identidade latino-americana e a necessidade de integração regional. Baseando-se no livro *El Uruguay como problema*, o estudo destaca a concepção do Uruguai como um "Estado-tampão" entre Brasil e Argentina, criado para impedir a unidade do Cone Sul. Methol Ferré argumenta que essa fragmentação territorial representa um obstáculo à soberania real dos países latino-americanos, defendendo, em resposta, a construção de uma "Pátria Grande", inspirada tanto no arielismo de José Enrique Rodó quanto nos ideais bolivarianos. O autor também examina o papel dos impérios britânico e norte-americano na divisão da região e ressalta a urgência de um projeto de integração econômica e política como forma de superar a dependência externa.

O artigo **Disputa del Territorio, Marcos Internacionales de Desarrollo y Política Pública para la Emancipación Territorial: El Caso del Programa Altépetl en la Ciudad de México**, de Miguel Ángel Paz Carrasco e Pierre-Olivier Sire analisa o Programa Altépetl, criado em 2019 na Cidade do México para proteger territórios indígenas e rurais frente à urbanização. A iniciativa oferece incentivos financeiros às comunidades que se preocupam com a preservação, sendo influenciada por diretrizes internacionais como os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Os autores discutem as tensões entre o modelo neoliberal de desenvolvimento urbano e estratégias comunitárias de preservação, defendendo a autogestão como alternativa mais eficaz. O estudo destaca o Programa Altépetl como exemplo de política pública que promove a autonomia comunitária e resiste à especulação imobiliária.

O texto **Agua, Modernización y Política Pública: infraestructura hídrica y la transformación del territorio indígena Maleku en Costa Rica (1860–1996)**, de Julián Cruz Carrillo, analisa a transformação do território hidrossocial do povo indígena Maleku a partir da imposição de projetos estatais de modernização, especialmente por meio de infraestruturas hídricas. A urbanização e os aquedutos deslocaram práticas coletivas e espirituais ligadas à água, substituindo o uso comunitário por sistemas privados, o que desestruturou a vida social e cultural dos Maleku. Embora tenham melhorado indicadores de saúde, essas intervenções reforçaram a colonialidade ao impor modelos ocidentais de gestão territorial. O autor defende políticas públicas interculturais que valorizem a água e o território como elementos centrais da identidade e autonomia indígena.

O artigo de Amanda Martínez e Ridivaldo Procópio, **Dos Cantos Silenciosos das Favelas Brasileiras às Narrativas Silenciadas em Territórios Caribenhos Nicaragüenses**, compara a favela do Coque, em Recife/Brasil, e a comunidade Bangkukuk Taik, na Nicarágua, analisando como ambos os territórios periféricos enfrentam processos de marginalização estruturados pela colonialidade e pelo capitalismo global. A partir de uma perspectiva crítica e comparativa, os autores destacam que, apesar das diferenças geográficas e culturais, estas comunidades desenvolvem formas de resistência, autogestão e organização política voltadas à defesa de seus territórios. O estudo insere essas experiências no contexto da periferia global, enfatizando que a exclusão não é resquício do passado, mas parte ativa da lógica capitalista. A governança indígena e afrodescendente em Bangkukuk Taik e as estratégias de enfrentamento urbano no Coque ilustram caminhos de emancipação territorial, sustentados por redes de solidariedade e saberes locais.

O texto de Gabriela Gois, **Geografias Quilombolas e Experiências de Articulação Política no Sul do Rio Grande do Sul**, analisa a dimensão política dos territórios quilombolas a partir da experiência da comunidade Alto do Caixão, na Serra dos Tapes (RS). A autora investiga como essas populações constroem seus territórios diante das desigualdades sociais, raciais e territoriais, articulando-se por meio de discussões, associações e práticas cotidianas de resistência. A agricultura é destacada como eixo central da autonomia quilombola, por sustentar a vida, preservar saberes ancestrais e confrontar estruturas excludentes. Inserido no debate sobre emancipação territorial na América Latina, o estudo evidencia os quilombos como formas alternativas de organização social e política que desafiam os modelos estatais e capitalistas, combinando lutas institucionais e autônomas na defesa da terra, dos direitos e da ancestralidade.

O artigo **Paradigmas, Territórios e Agroecologia no Brasil: As Tecnologias Socioterritoriais Construídas pelo MST no Assentamento Rodeio**, de Lara Dalperio Buscioli, Wuelliton Felipe Peres Lima e Bernardo Mançano Fernandes, analisa a agroecologia como estratégia de resistência ao capitalismo, destacando as tecnologias socioterritoriais (TST) desenvolvidas pelo MST no Assentamento Rodeio, em Presidente Bernardes/SP. A pesquisa mostra como práticas como o uso de sementes crioulas, a produção agroecológica e formas alternativas de comercialização fortalecem a autonomia camponesa e a soberania alimentar. O estudo aponta as TST como ferramentas políticas de construção de territórios sustentáveis e autônomos, alinhadas a lutas camponesas, indígenas e afrodescendentes contra o modelo hegemônico do agronegócio.

E os futuros?

A Iniciativa ELAUD, cujo eixo axial a mantém atenta aos problemas e questões do presente e ativa na mobilização de pensar o futuro, neste dossiê traz discussões particularmente relevantes à luz do atual ressurgimento de ideias e práticas sociopolíticas destrutivas no presente estágio do capitalismo global. Nesta publicação, assim como no demais projetos ELAUD, buscamos refletir e sistematizar pensamentos e práticas comprometidos com processos emancipatórios para contribuir com a geração de novos horizontes utópicos em contextos distópicos, com a construção de críticas sistêmicas propositivas, justas, dignas e que valorizem o direito à diversidade e à qualidade de vida.

A prática atual na política institucional latino-americana baseia-se na lógica da soberania nacional do Estado Westfaliano, caracterizada pela competição e pelo individualismo que constituem a ordem moderna-ocidental-liberal e orientam as práticas hegemônicas da geopolítica internacional. As cosmopolíticas dos povos indígenas e tradicionais da região que nos convidam a pensar outras ordens sociopolíticas costumam ser invisíveis ou depreciadas. Estes povos são obrigados a defender-se de formas cada vez mais articuladas, inclusive e muitas vezes com especial ênfase na interface tecnológica/digital, das frequentes políticas extrativistas promovidas ou apoiadas nos seus territórios pelos governos dos Estados nacionais.

Diante dessa complexa construção conceitual do território como espaço de disputa e resistência, torna-se fundamental compreender a profundidade desse conceito. É necessário, ainda, analisar como tais ideias se materializam em experiências concretas de luta e reorganização social.

Os artigos apresentados aqui compartilham a preocupação com a relação entre território e emancipação na América Latina, demonstrando como diferentes grupos – indígenas, quilombolas, camponeses e moradores de periferias urbanas – enfrentam processos históricos e contemporâneos de marginalização. Seja no contexto da favela do Coque, da comunidade Bangkukuk Taik, dos territórios quilombolas do Sul do Brasil ou do povo Maleku na Costa Rica, as lutas pela terra e pela identidade cultural aparecem como estratégias centrais de resistência contra o avanço do capitalismo global e da colonialidade. Em todos esses casos, o território é mais do que um espaço físico: é um eixo de organização social, de transmissão de saberes, ancestrais e hodiernos, de possibilidades de construção de alternativas políticas e econômicas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Além disso, os artigos deste dossiê evidenciam que a emancipação territorial não ocorre apenas pela disputa legal por terras, mas também pela construção de formas autônomas de governança e de vida. As experiências analisadas demonstram que a resistência se manifesta por meio da agroecologia, da educação bilíngue intercultural, da autogestão comunitária e da criação de redes de solidariedade que ultrapassam fronteiras nacionais. As análises e reflexões deste dossiê ELAUD, que a revista GeoAtos atinada e gentilmente possibilitou ser compilado, reforçam que a emancipação territorial na América Latina não se limita a um processo jurídico ou estatal, mas envolve luta contínua contra a expropriação e a imposição de modelos econômicos, que fortaleça identidades coletivas e modos de vida sustentáveis em meio a desafios estruturais e políticos, reinvenções de lutas e recriação de utopias.

A necessidade de reconhecer que crise atual é não apenas ecológica e política, senão sistêmica, porque é também epistêmica, nela revela-se os limites do conhecimento moderno e da racionalidade ocidental que legitimaram a dominação da natureza e a marginalização de saberes outros. Ressalta-se a importância de pensar futuros, para caminhar para horizontes que pretendem ir além do paradigma do desenvolvimento e alcançar novos tipos de institucionalidade em que a divisão entre natureza e sociedade não seja óbvia nem desejada. Queremos contribuir na construção de alternativas que ativem a utopia do futuro em meio das distopias do presente.

Referências

AGUILAR-ANTUNES, A. et al. Introducción. Entre puente y estrecho: el istmo centroamericano. *Historia, actualidad y cuestionamientos sobre la región centroamericana*

en su bicentenario. Serie América Central en perspectiva ístmica, v. 1. São Paulo: Edições EACH, 2022. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/943/854/3101>. Acesso em: 7 fev. 2025.

EAKIN, Marshall. Does Latin America Have a Common History? *Vanderbilt e-Journal of Luso-Hispanic Studies*, v. 1, p. 29–49, 2004. Disponível em:

<http://ejournals.library.vanderbilt.edu/index.php/lusohispanic/article/view/3179>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ESCOBAR, Arturo. Latin America at a Crossroad: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development? *Cultural Studies*, v. 24, n. 1, p. 1–65, 2010.

GARITA, Norman. Los espacios en blanco de la historia: la “otra” integración centroamericana. In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Celi (org.). *Fronteiras abertas da América Latina: diálogo no ALAS - Associação Latino-americana de Sociologia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115–147, mar. 2008.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95–120.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MIGNOLO, Walter. The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 449–514, 2007. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1080/09502380601162647>. Acesso em: 7 fev. 2023.

NERCESIAN, Inés; ROSTICA, Julieta. *Todo lo que necesitas saber sobre América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter.; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Revista Polis*, 2012. Disponível em: <http://polis.revues.org/3749>. Acesso em: 7 fev. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 25–30, 2009.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231/10939>. Acesso em: 21 abr. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16–50, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/2175-1803.2012v9n1p16>. Acesso em: 4 abr. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outros horizontes para a Geografia: pela vida, pela dignidade e pelo território. In: CATTANEO, Dilermando; CÂMARA, Marcelo Argenta; SILVEIRA, Renata Ferreira da (org.). *Geografias das R-existências*. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021. p. 19–38.

QUENTAL, Pedro de Araújo. A latinidade do conceito de América Latina. *GEOgraphia*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 46–75, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-System Research*, Riverside, v. 11, n. 2, jun./dez. 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73–94.

SILVA HERNÁNDEZ, María. El nombre de Centroamérica y la invención de la identidad regional. In: *Coloquio Internacional Creando las Nación: Los Nombres de los Países de América Latina: Identidades Políticas y Nacionalismos*; 2006 jun. 28-30, México D.F.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57–72.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: vol. 1*. Portugal: Editora Afrontamento, 1990.

AS EMANCIPAÇÕES E AS LUTAS POPULARES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: DA EMANCIPAÇÃO HUMANA À EMANCIPAÇÃO DA NATUREZA

LAS EMANCIPACIONES Y LAS LUCHAS POPULARES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: DE LA EMANCIPACIÓN HUMANA A LA EMANCIPACIÓN DE LA NATURALEZA

EMANCIPATION AND POPULAR STRUGGLES IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN: FROM HUMAN EMANCIPATION TO THE EMANCIPATION OF NATURE



Lia Pinheiro BARBOSA¹
e-mail: lia.barbosa@uece.br

Como referenciar este artigo:

BARBOSA, Lia Pinheiro. As emancipações e as lutas populares na América Latina e no Caribe: da emancipação humana à emancipação da natureza. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, (2025), p. 26-60 - Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d002. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10954>.



| Submetido em: 20/05/2024
| Revisões requeridas em: 30/10/2024
| Aprovado em: 28/02/2025
| Publicado em: 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rízia Mendes Mares

¹ Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza – Ceará (CE) – Brasil. Professora no Centro de Humanidades, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UECE) e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEN-UECE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Líder do Grupo de Pesquisa Pensamento Social, Ontologias e Epistemologias do Conhecimento na América Latina e no Caribe (CNPq). Bolsista Produtividade PQ2/CNPq.

RESUMO: O artigo apresenta os sentidos atribuídos à emancipação ou às emancipações à luz das lutas populares latino-americanas e caribenhas. Um argumento fundamental consiste em desvelar como as lutas contemporâneas, sobretudo as dos povos indígenas, camponeses, quilombolas, dos povos das florestas e das águas, colocam à lume dimensões da territorialidade do capital e de seu domínio territorial que devem ser analisadas com maior acuidade, para transcendemos nosso próprio entendimento da emancipação como horizonte político. À luz do materialismo histórico-dialético e de uma abordagem conceitual baseada na geografia agrária crítica e na sociologia territorial, o artigo percorre a trajetória dessa luta popular e suas concepções de emancipação em estreito vínculo com nossa história integral, em sua base ontológica e epistêmica. Uma premissa primordial do artigo consiste na urgência da apreensão da emancipação não só como dimensão humana, transcendendo-a a uma emancipação da natureza, condição imprescindível para nossas existências humanas e não humana.

PALAVRAS-CHAVE: Emancipação. Lutas Populares. Natureza. Território. Paradigma Onto-Epistêmico.

RESUMEN: El artículo presenta los significados atribuidos a la emancipación o a las emancipaciones a la luz de las luchas populares en América Latina y el Caribe. Un argumento fundamental es revelar cómo las luchas contemporáneas, especialmente las de los pueblos indígenas, campesinos, quilombolas, pueblos de la selva y del agua, ponen de relieve dimensiones de la territorialidad del capital y de su dominación territorial que necesitan ser analizadas con más rigor para trascender nuestra propia comprensión de la emancipación como horizonte político. A la luz del materialismo histórico-dialéctico y de un enfoque conceptual basado en la geografía agraria crítica y la sociología territorial, el artículo traza la trayectoria de esta lucha popular y sus concepciones de emancipación en estrecho vínculo con nuestra historia integral, en su base ontológica y epistémica. Una de las principales premisas del artículo es la urgente necesidad de entender la emancipación no sólo como una dimensión humana, sino también como una emancipación de la naturaleza, condición esencial para nuestra existencia humana y no humana.

PALABRAS CLAVE: Emancipación. Luchas Populares. Naturaleza. Territorio. Paradigma Onto-Epistémico.

ABSTRACT: This article presents the meanings attributed to emancipation or emancipations in the light of popular struggles in Latin America and the Caribbean. A fundamental argument is to reveal how contemporary struggles, especially those of indigenous peoples, peasants, quilombolas, forest and water peoples, bring to light dimensions of the territoriality of capital and its territorial domination that need to be analyzed more closely, in order to transcend our own understanding of emancipation as a political horizon. In the light of historical-dialectical materialism and a conceptual approach based on critical agrarian geography and territorial sociology, the article traces the trajectory of this popular struggle and its conceptions of emancipation in close connection with our full history, in its ontological and epistemic foundations. One of the article's main premises is the urgent need to understand emancipation not only as a human dimension, but also as the emancipation of nature, an essential condition for human and non-human existence.

KEYWORDS: *Emancipation. Popular struggles. Nature. Territory. Onto-Epistemic Paradigm.*
A modo de introdução

O presente escrito tem por objetivo apresentar uma reflexão teórico-analítica acerca dos sentidos atribuídos à emancipação ou às emancipações à luz das lutas populares latino-americanas e caribenhas.² Para tanto, parto de três premissas que considero centrais na demarcação do arcabouço conceitual e analítico para pensar as emancipações e seu porvir: a) que as lutas populares latino-americanas e caribenhas são uma referência fundamental para compreender os sentidos atribuídos à emancipação a partir da concretude da luta social, ou seja, daquilo que consideram urgente, do ponto de vista cotidiano e de um horizonte político, na apreensão da emancipação como utopia, mas também como projeto político; b) que a defesa da terra e do território constituem o terreno concreto da emancipação na perspectiva da luta popular latino-americana e caribenha; c) que a *práxis* política é um elemento imprescindível à emancipação na perspectiva da luta popular.

Quando pensamos a emancipação a partir da história social e política da América Latina e do Caribe vemos um legado que articula um duplo movimento dialético de resistência-luta e reflexão-análise-teoria: uma luta constante, primeiramente, contra a imposição de uma ordem colonial escravocrata, mas também anticapitalista e anti-imperialista; o anseio por consolidar nações independentes, soberanas e democráticas ou lutas de caráter autônomo frente à estatalidade republicana. E nesse processo, coloca-se em movimento a apreensão crítica da história integral da América Latina e do Caribe, com o fito de compreendê-la em suas raízes mais profundas, que incorpora seus momentos constitutivos (Zavaleta, 2009), seus núcleos problemáticos, mas também o potencial irruptivo e revolucionário de seus sujeitos políticos.

É nesse marco que se consolida uma *práxis* política e uma teoria social crítica latino-americana e caribenha que faz semear, da apreensão crítica de nossa formação sócio-histórica, categorias analíticas que nutrem a análise acerca dos fundamentos e eixos que estruturam nossas problemáticas regionais e nacionais. Ditas categorias, embora emergjam de preocupações

² Este texto apresenta uma reflexão teórico-analítica fruto da pesquisa “Mulheres camponesas e indígenas, desenvolvimento sustentável, agroecologia e a defesa dos territórios no Brasil, México e América Latina”, desenvolvida entre 2021-2023, com financiamento da Chamada CNPq Nº 09/2020 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ. Por outro lado, uma parte das análises do artigo foram apresentadas durante a Conferência de Encerramento, por mim realizada, do Encuentro ELAUD: Emancipación y Futuro(s): ¿la utopía, tarea de la academia?, ocorrido durante os dias 01 e 02 de junho de 2023, na Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul. Também incorpora os debates feitos durante o Fórum Internacional Movimentos Sociais e Territórios para a Vida, organizado pelo CLACSO e realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2023, na Universidade Estadual do Ceará, em Fortaleza-Ceará.

relacionadas à realidade sócio-histórica da América Latina e do Caribe, adquirem um caráter universal, uma vez que dão conta de abordar a natureza da opressão e da dominação no entramado de nossa história integral, em uma unidade dialética que nos vincula com outras regiões e continentes em nossa formação sócio-histórica.

Pensar com cabeça própria, um princípio de José Martí, constituiu a tônica dessa teoria social entrelaçada por gerações de intelectuais latino-americanos e caribenhos que, parafraseando Orlando Fals Borda (2009), produziram conhecimento instigados por uma inquietação intelectual em analisar as exigências feitas por uma realidade de mudanças e do papel que assumiram como cientistas, ao elaborar conceitos afins a uma ciência para uma causa popular. É uma teoria social que articula esse duplo movimento, no sentido de uma participação direta, concreta, nas lutas sociais e do exercício de uma ação-reflexão-ação, postulado freiriano, para uma leitura crítica da realidade, uma análise de conjuntura consciente das contradições enfrentadas, mas também de uma aposta ética e política pelo inédito viável (Freire, 2014) de um porvir emancipatório.

Ao longo do século XX, as experiências de Educação Popular e da Investigação-Ação Participativa (IAP) fortaleceram esse processo, em dois planos: 1) ao dotar de um caráter político o campo educativo e pedagógico, isto é, na apreensão da educação como ato político e de compromisso ético em impulsionar uma elevação cultural dos setores populares, sobretudo na conformação de uma consciência crítica sobre a opressão (ou opressões), concebendo-a como fruto de um processo histórico de subalternização; 2) ao fazer da *práxis* um movimento pedagógico de mobilização, organização e formação política, com o fito de construir, de forma coletiva e com organicidade, suas próprias concepções sobre a emancipação e os caminhos concretos para seu alcance em uma perspectiva popular. Nos diferentes países da região há um legado histórico desses processos e a gênese de diferentes movimentos populares de caráter rural e urbano que tomaram para si os desafios de concretizar esse inédito viável, em uma série de experiências de luta que são parte da memória da resistência latino-americana e caribenha. Nessa trajetória, observamos a incorporação, em suas lutas políticas e formulações analíticas, dos princípios filosóficos, educativos e pedagógicos da teoria social e do pensamento pedagógico latino-americano e caribenho, inspirando-se no legado de outras lutas anticoloniais e revolucionárias tanto de nossa região como de outros continentes (Barbosa, 2020b).

Nessa direção, o artigo visa apresentar as contribuições que emanam das lutas populares contemporâneas da região latino-americana e caribenha, em relação aos sentidos da emancipação, em particular, no aprofundamento da emancipação da natureza como condição

essencial de nossa emancipação não só humana, mas em um sentido integral e omnilateral. Conforme será apresentado ao longo do artigo, embora a emancipação humana constitua o horizonte emancipatório no âmbito da teoria crítica e do conjunto das lutas populares, em especial, as de caráter revolucionário empreendidas ao longo dos séculos XIX e XX, observamos, no Sul Global, uma diversidade de lutas que nos alertam para a necessidade de avançarmos na própria concepção da emancipação, não limitando-nos a uma abordagem antropocêntrica do processo emancipatório. É nesse alerta que as lutas populares contemporâneas ativam esse duplo movimento dialético de resistência-luta e reflexão-análise-teoria, ao abrir, e/ou fortalecer, o debate teórico-político sobre as reconfigurações do capitalismo no século XXI e da centralidade da emancipação da natureza como epicentro da luta anticolonial, antipatriarcal, antirracista, anticapitalista e anti-imperialista.

Para esse fim, adota-se o materialismo histórico-dialético como método para delimitar a concepção das emancipações no âmbito das contradições instituídas historicamente pelo colonialismo, o capitalismo e o imperialismo (Engels, 1976; Marx, 2010; Pierre-Charles, 1980), bem como os sentidos atribuídos pela teoria social crítica e a luta popular latino-americana e caribenha às emancipações, em sua potência criativa de colocar em movimento dialético o pensar histórico, o pensar teórico e o pensar político (Zemelman, 2013). As lutas populares entretecem concepções genuínas sobre as emancipações, relacionando-as com a história integral de suas existências como povos em luta contínua contra todas as formas de opressão, dominação e exploração. Portanto, os sentidos atribuídos à emancipação partem de uma história integral da América Latina e do Caribe, em que é possível observar a transição dos horizontes de uma emancipação humana à emancipação da natureza, notadamente ao final do século XX e ao longo do século XXI.³

Por outro lado, o artigo incorpora a abordagem das categorias terra, território e territorialidade à luz da geografia agrária crítica e da sociologia territorial para fundamentar a emancipação da natureza no contraponto das reconfigurações do capitalismo contemporâneo. O território é apreendido no sentido de Haesbaert (2011), isto é, o território vinculado às relações de poder e de controle de processos sociais mediante o controle do espaço. Essa abordagem nos permite situar as múltiplas expressões dessas relações em um contexto de

³ Devido ao limite de extensão do artigo, não é possível aprofundar as experiências que serão apresentadas ao longo do texto. Por outro lado, as experiências escolhidas são parte da pesquisa desenvolvida referenciada na nota de rodapé 1 e que subsidia o artigo, ademais de outras que tenho acompanhado como pesquisadora militante ao longo dos últimos quinze anos.

conflito e disputa, em que há tanto espaços de dominação como espaços de resistência (Rosset, 2018) e de existências (Nóbrega, 2023). Ditas relações se expressam em uma multiplicidade de dimensões de caráter espacial, social, cultural, econômico, político, teórico e ideológico sobre territórios materiais e imateriais (Fernandes, 2009). Trata-se de um *território complexo* (Ceceña, 2001), entendido como espaço material e simbólico de criação da história e da cultura, com incidência nas dinâmicas da hegemonia e do imperialismo, uma vez que as construções e modos de uso do território podem provocar profundas transformações nas relações sociais, nas relações entre nações, na história e cultura regionais, transcontinentais e globais, e nas correlações de forças entre distintas visões de mundo.

É nesse entendimento de um *território complexo* que trarei à lume as apreensões das emancipações, em especial, a emancipação da natureza, em suas articulações com a defesa da terra e do território, considerando-a como expressão genuína da capacidade intelectual e política dessas lutas populares na proposição de outro paradigma ontológico e epistêmico para a emancipação. Esse processo leva à elaboração de sua própria teoria social feita pelos próprios movimentos populares – uma Teoria Social do Oprimido (Barbosa, 2022a) -, enraizada em um Paradigma Onto-epistêmico do Campo, ou seja, de um conjunto de conhecimentos e saberes que emergem de suas trajetórias de vida e de luta, e que incorporam uma base ontológica e epistêmica (Barbosa, 2016; 2019) que fundamenta sua concepção teórico-analítica e sua *práxis* política em relação à emancipação.

Nessa vereda, não encontramos apenas uma concepção de emancipação, mas de emancipações, em plural, e que tem um longo caminho na história política da região, não sendo um debate novo, ao contrário, segue vigente, posto que, na história do presente, ainda nos deparamos com problemáticas irresolutas dessa ordem colonial e capitalista. Os sentidos atribuídos às emancipações são de ordem política, afetiva, ética e conceitual, por ser parte de um tecido social que é plural, uma formação social *abigarrada* (Zavaleta, 1983) que constrói uma *práxis* política em movimento, de caráter ontológico e epistêmico, que fundamenta uma concepção própria de emancipação e de seu porvir.

As reflexões tecidas no artigo serão apresentadas em quatro seções a saber: a) Por que (in)surgem as utopias e uma concepção própria de emancipação no âmbito da luta popular latino-americano e caribenha?; b) A defesa da terra e do território e sua relação com a emancipação da natureza; c) A emancipação da natureza na perspectiva da luta popular contemporânea; d) O porvir das emancipações e os desafios do presente-futuro.

Por que (in)surgem as utopias e uma concepção própria de emancipação na América Latina e no Caribe?

As emancipações sempre são motivadas por uma crítica radical e um desejo profundo de superação de toda e qualquer forma de dominação, exploração e subalternização. No âmbito da teoria crítica, a obra de Karl Marx e o legado da teoria marxista são uma referência central na concepção da emancipação, notadamente aquela vinculada a uma *práxis* política enquanto processo revolucionário, e que tem no socialismo e no comunismo seu horizonte concreto. Certamente essa apreensão teórico-analítica e política enraíza-se na teoria social que herdamos no momento fundacional das Ciências Humanas e Sociais em nossas universidades, mas não só neste lugar, uma vez que a luta socialista e comunista possui uma *práxis* de caráter internacional e internacionalista, tornando-se parte da luta concreta feita por partidos socialistas e comunistas, além de sindicatos, outros movimentos e organizações populares do campo e da cidade, os quais construíram experiências de resistência, de denúncia e de confrontação das contradições inerentes ao capitalismo e seu paradigma civilizatório.

Na obra *Sobre a Questão Judaica*, Marx (2010) apresenta o conceito de emancipação, estabelecendo uma diferenciação entre a emancipação política e a emancipação humana. Em sua análise, argumenta que, na emancipação política, há a dissolução de uma velha ordem do poder sobre a qual repousa o estado alienador, no caso, a dissolução da ordem feudal, para dar passagem à ordem burguesa liberal capitalista. Entretanto, como diria Marx, “o limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um *Estado livre* sem que o homem seja um homem livre (Marx, 2010, p. 38-39).

Na esteira analítica de Marx, a concepção da emancipação aparece no momento histórico de transição da sociedade feudal à sociedade mercantil industrial, gênese do capitalismo. Nessa transição, a crítica de Marx consiste em evidenciar que o nascente Estado, com uma essência burguesa e liberal, emancipa politicamente, porém, o indivíduo permanece determinado, uma vez que passa a ser sujeito pelas forças políticas que regem o Estado burguês, que o condiciona individualmente em seus direitos humanos fundamentais sob os princípios de liberdade, igualdade, propriedade, valores constitutivos do espírito capitalista. Há, portanto, uma parcialidade na emancipação política. A verdadeira emancipação é aquela que se forja na luta social coletiva popular, ou seja, aquela impulsada por uma *práxis* revolucionária, que seja capaz de superar as diferentes esferas do antagonismo de classe, incluindo nela a

própria superação do Estado e, em seu lugar, instituindo relações sociais que permitam aos seres humanos uma formação omnilateral de suas habilidades e potencialidades, éticas e estéticas, de unidade dialética entre o trabalho manual e intelectual em uma sociedade sem classes, isto é, uma sociedade comunista. Para Marx esta seria a emancipação humana, a verdadeira emancipação construída pelos seres humanos organizados politicamente.

É válido salientar que a reflexão política e a teoria social de Marx são produzidas no momento histórico de constituição do Estado moderno e do próprio surgimento do capitalismo não só como uma transição das relações produtivas decorrentes do mercantilismo e da revolução industrial, mas como um paradigma civilizatório determinante da vida sociocultural, econômica e política em escala global. Por outro lado, nesse período histórico vemos a coexistência de dois fenômenos simultâneos e associados: o nascimento do capitalismo na Europa e os processos de colonização no Sul Global. Considero fundamental destacar este duplo movimento histórico porque são medulares para uma interpretação crítica sobre os sentidos da emancipação entre a Europa e o resto do mundo, ou seja, os demais continentes e seus processos históricos vinculados à colonização e à gênese da acumulação capitalista.

A Revolução Soviética de 1917 tornou-se uma experiência revolucionária exemplar para as lutas populares que se inspiravam (e se inspiram) em um horizonte emancipatório de uma sociedade sem classes e sem Estado, no entendimento comum de que o Estado moderno constitui, em si, em uma instituição de ingerência dos interesses das classes dominantes. Portanto, em um horizonte emancipatório, há de se superar a existência do próprio Estado, o que garante a superação da parcialidade da emancipação política e o logro da emancipação humana. Entretanto, poderíamos nos perguntar: para nós, os sentidos da emancipação são exatamente iguais aos marcos do seu surgimento no contexto político e teórico europeu? Quais seriam os fundamentos para pensarmos uma emancipação na América Latina e no Caribe, suas confluências e distanciamentos? A meu modo de ver, há um *a priori* relacionado ao nosso processo sócio-histórico, que é a instauração da ordem colonial e escravocrata, cujas relações sociais e produtivas estruturam as dinâmicas de dominação, exploração e poder com elementos distintos (mas não antagônicos) daqueles relacionados à história europeia.

Em consonância com Caio Prado Jr. (1986), é fundamental reconstituir o conjunto da nossa formação histórica e do caráter longínquo da atividade colonizadora dos países europeus, processo que integrou outros continentes à sua órbita político-econômica. Conforme o autor, a expansão marítima da Europa durante as colonizações deslocou a primazia comercial dos territórios centrais do continente para aqueles que contornam a faixa oceânica: Inglaterra,

Holanda, Península Ibérica, Normandia e Bretanha, o que determinou a expansão das fronteiras comerciais de caráter ultramarino e estabeleceu novas relações internas no continente europeu e dele com outros continentes. No caso da América Latina e do Caribe, a propriedade privada da terra e a escravização das populações indígenas e africanas é incorporado ao modelo econômico e social de expropriação territorial europeu, instituindo, no plano internacional, uma vasta e complexa empresa comercial que permitiu à Europa explorar os bens naturais, bem como a mão de obra barata e escravizada (Prado Jr., 1986).

Desse modo, embora nossa formação social esteja marcada por dinâmicas particulares próprias do seu momento constitutivo (Zavaleta, 2009), há um fator geográfico extremamente relevante em relação à territorialização das formas de dominação e exploração instituídas pela colonização e a acumulação originária do capital em cada território. Pelo fato de cada território possuir uma formação socioespacial distinta, esta influencia no modo como o capitalismo se materializa em múltiplos territórios. Por outro lado, o século XX consolida uma nova ordem de dominação de caráter imperialista e de neocolonização no marco da divisão internacional do trabalho, por meio da estratégia de uma integração econômica dos países latino-americanos e caribenhos ao capitalismo mundializado, porém sob uma lógica dependente e subordinada, tornando-os economias subdesenvolvidas e periféricas (Pierre-Charles, 1965; Bambirra, 1974).

Há de se atentar que a questão colonial deve ser analisada como um fenômeno integral e intercambiável, de categoria internacional à categoria interna (González Casanova, 1969), o que implica entender que os processos coloniais não se findam com a instauração de sociedades capitalistas. Ao contrário, as relações coloniais reconfiguram-se no capitalismo e no imperialismo. Portanto, não são fruto somente de forças externas que agem isoladamente nos territórios, mas de lógicas de integração que articulam, simultaneamente, o colonialismo global e o colonialismo interno. No âmbito dos países da América Latina e do Caribe, muitas vezes, as dinâmicas do colonialismo interno e global operam em consonância com os interesses de elites locais, ao tempo que assentam uma base ideológica de caráter patriarcal e racista na subjetividade social, que penetra todas as instâncias da organização material, simbólico-ideológica e subjetiva da vida (González Casanova, 1969).

Mesmo que tenhamos passado pelos processos independentistas, permaneceu em nossas sociedades uma estrutura sociopolítica e de subjetivação alicerçada no colonialismo, inclusive com um enraizamento do colonialismo interno (González Casanova, 1969). Isso faz com que o capitalismo, embora seja um fenômeno universal, incorpore dinâmicas particulares em seu

momento fundacional, fazendo com que a natureza da dominação e da exploração articulem, simultânea e dialeticamente, formas de dominação e estruturas de poder que reproduzem o colonialismo. Configura-se em um sistema de dominação marcado por entrelaçamentos de caráter étnico-racial, de classe e sexo-genérico em decorrência de que seus fundamentos são de ordem colonial, patriarcal e capitalista. Portanto, transcende a esfera das relações produtivas próprias da divisão social, sexual e racial do trabalho conforme analisado no contexto de surgimento do capitalismo na Europa

Essa diferença que nos constitui como América Latina e Caribe, ao longo de um pouco mais de cinco séculos, faz com que a concepção de emancipação esteja intimamente vinculada ao crivo da colonização como processo sócio-histórico, bem como à natureza de nossa integração ao capitalismo global e às formas de controle político e territorial próprias do imperialismo. Mas não só! No âmbito da luta social e da teoria crítica latino-americana e caribenha, a concepção de emancipação se vincula aos processos revolucionários do nosso continente, juntamente com as lutas de libertação nacional e de emancipação política na África, terreno concreto do surgimento de três conceitos fundamentais: “oprimido”, “libertação” e “descolonização”, que afloram com potência nas reflexões de Paulo Freire (2014), Franz Fanon (2022; 2005), Cabral (1981), Gérard Pierre-Charles (1973) e Enrique Dussel (1973a,b,c). As três categorias ganham força no século XX, período histórico de avanço, na região, tanto de processos revolucionários nacionais,⁴ como de outros relacionados à consolidação da democracia ou vinculados aos ideários políticos socialistas e comunistas.

Entretanto, em meados deste século, muitos destes processos foram interrompidos e passamos a viver fenômenos políticos antagônicos: de um lado, as reminiscências autoritárias de uma ordem colonial, consubstanciadas nos exercícios de poder do ciclo de ditaduras militares na América Central e no Cone Sul, fomentadas pela ação imperialista dos Estados Unidos;⁵ de outro, os processos revolucionários de Cuba e da Nicarágua, também inspirados nas revoluções prístinas do Haiti e do México, bem como da União Soviética e da China. Esse cenário político tornou-se um terreno fértil para o pensamento crítico da região, sobretudo para examinar a

⁴ No século XIX tivemos a primeira Revolução de caráter anticolonial, a Revolução Haitiana. No século XX, além da Revolução Mexicana, da Revolução Cubana e da Revolução Sandinista, tivemos outros processos revolucionários que foram interrompidos. Para maior aprofundamento, vide: Fals Borda (1968); Grandin (2004); Matilde (2006); Sue-Montgomery; Wade (2006); Andrade (2007); Rénique (2009); Hylton (2010).

⁵ É importante destacar que a Aliança Nacional para o Progresso e o Plano Condor constituíram estratégias imperialistas dos Estados Unidos para ampliar o controle sobre a região latino-americana e caribenha e frear o avanço do socialismo no continente.

natureza do caráter marginal e subdesenvolvido de nossa integração dependente e subordinada ao capitalismo global (Bambirra, 1976; Pierre-Charles, 1980).

As obras *Os condenados da Terra* e *Pedagogia do Oprimido*, escritas por Franz Fanon e Paulo Freire, respectivamente, e publicadas originalmente em 1961 e 1968, abrem caminho para um profundo debate sobre como a categoria “oprimido” e a condição do “Ser oprimido” são definidas. Na perspectiva de Freire (2014), o *pouco saber de si* é a base subjetiva da opressão e da desumanização. Paulo Freire se refere à “desumanização” como o resultado histórico da dialética da exploração e da dominação inerentes a uma sociedade capitalista, em que a classe trabalhadora não só é expropriada dos seus meios de produção, mas também de sua capacidade ontológica, reflexiva crítica. Para Freire, há uma mediação pedagógica nesse processo, em que o opressor concretiza uma dominação subjetiva, introjetando as bases da opressão que legitimam as formas de subalternidade. Nesse sentido, a emancipação humana, em Freire, se vincula à *práxis* política do Ser oprimido, forjada pela Pedagogia do Oprimido, compreendida como:

[...] aquela que tem que ser forjada com ele [oprimido] e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará seu engajamento necessário na luta por libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (Freire, 2014, p. 43).

A experiência pedagógica com o Método de Alfabetização em Angicos, no nordeste do Brasil, foi fundamental para as reflexões mais profundas de Freire sobre a dialética da opressão. A condição de pobreza e analfabetismo eram, para ele, as expressões mais cruéis dessa dialética, ao tirar do povo o direito de escrever, ler e refletir sobre sua própria experiência de vida. Em outras palavras, de fazer sua própria análise e síntese de uma experiência histórica de opressão, uma vez que ocupavam o lugar social do “Ser oprimido”. O analfabetismo representava o impedimento de um ato ontológico inerente ao ser humano, ou seja, de uma capacidade de tecer uma reflexão crítica e criativa, de assumir-se como sujeito coletivo com cultura e história, conhecedor de outras culturas e histórias, uma história que também é integral, posto que é construída socialmente, condição que materializa uma *práxis* cultural e política, caminho para a assunção da consciência crítica sobre as raízes mais profundas da opressão.

Por sua vez, Franz Fanon também refletiu sobre a condição de opressão decorrente do jugo colonial, situando a questão do colonizado como uma chave analítica para interpretar o complexo de dependência vivenciado por ele (Fanon, 2008; 2022). De acordo com Fanon

(2008), a epidermização dos corpos demarcou as funções sociais, a linguagem, o lugar histórico atribuído à “mulher de cor” e ao “homem de cor” em suas experiências vividas na relação com as pessoas brancas. Fanon argumentou que o processo de libertação da condição de colonizado só estaria completo com a descolonização efetiva. No entanto, ele já alertava que a descolonização é um ato violento, uma vez que a colonização se baseia em uma violência física, cognitiva e epistêmica sem precedentes. Da mesma forma, a descolonização pressupõe a assunção da *práxis* como um princípio teórico-político essencial para a superação do ordenamento colonial como um evento histórico. Em uma reflexão comum, como homens que analisaram a experiência histórica colonial e sua relação com a condição do “Ser oprimido”, Freire (2014) enfatiza a íntima relação entre *práxis* e libertação. Em suas palavras: “Quem, mais que eles [os oprimidos], para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela *práxis* de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (Freire, 2014, p. 43).

Ao abordar o vínculo dialético entre descolonização, *práxis* e processos de libertação, Fanon argumenta que:

A descolonização, como sabemos, é um processo histórico: isto é, ela só pode ser compreendida, só tem a sua inteligibilidade, só se torna translúcida para si mesma na exata medida em que se discerne o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônica, que tem precisamente a sua origem nessa espécie de substantificação que a situação colonial excreta e alimenta. [...] Na descolonização há, pois, a exigência de um questionamento integral da situação colonial (Fanon, 2015, p. 52-53).

Há de se destacar que, no âmbito das lutas revolucionárias latino-americanas e caribenhas, a força impulsora da luta social tem em seu âmago o horizonte de concretude da libertação – da condição colonial e escravocrata, de subalternização - e da descolonização – do domínio colonial, mas também das amarras da subalternização capitalista que priva a utopia de um sonho comum de erigir uma sociedade sem classes antagônicas, de novas mulheres e novos homens, de reconhecimento e valorização da diversidade de povos e culturas, de orgulho das raízes indígenas, africanas e afrodiaspóricas (estas, sobretudo, no caso da Revolução Haitiana). E os processos revolucionários trataram de impulsionar ações concretas de elevação cultural, como as Campanhas de Alfabetização, com o fito de superar a condição do analfabetismo como primeira tarefa revolucionária e imprescindível à emancipação humana (Barbosa, 2021), em que as experiências educativas e pedagógicas assumem o papel de ser libertadora e propulsora do *ser mais*, um princípio freiriano da Pedagogia do Oprimido.

Conforme se pode observar, na América Latina e no Caribe era premente avançar na apreensão da libertação do domínio colonial e da condição de Ser oprimido como postulados filosóficos da emancipação. Na perspectiva da luta popular, a *práxis* emancipadora era necessariamente revolucionária e anticolonial. A emancipação humana, conforme analisada por Marx, era o horizonte emancipatório comum. Entretanto, não era suficiente conceber a emancipação humana tão somente no enfrentamento das formas de exploração das forças produtivas e de dominação do Estado moderno capitalista. Seriam estéreis as análises e a luta em si, se deixassem de fora a questão indígena e a questão agrária (Mariátegui, 1928), a questão racial e o lugar da mulher na sociedade de classes (González, 1979; 1988; Saffioti, 2013).

Nesse sentido, por que (in)surgem as utopias e uma concepção própria de emancipação na América Latina e no Caribe? A meu modo de ver, (in)surgem com o fito de libertar-se da dominação colonial, das persistências do colonialismo e do racismo, da violência patriarcal, do capitalismo e do imperialismo como paradigma civilizatório. Não obstante, a condição *sine qua non* para o alcance de uma emancipação humana tem na defesa da terra e dos territórios sua base material e subjetiva.

Aqui podemos fazer a primeira síntese das razões da (in)surgência da luta popular latino-americana e caribenha rumo à utopia e à concepção da emancipação: a libertação da condição colonial é a semente primeira da superação da condição subjetiva e material de ser colonizado e subalternizado, e o horizonte emancipatório só se concretiza se passamos a desenvolver o próprio pensamento crítico. Na obra *Nuestra América*, Martí (1977) apela a um despertar da América Latina e do Caribe para pensar em si mesma, num processo de descolonização do pensamento e de reconfiguração dos nossos referentes socioculturais, numa perspectiva latino-americana e latino-americanista. *Pensar com cabeça própria* faz parte do labor político de uma releitura própria da América Latina e do Caribe, com o intuito de promover um autoconhecimento no âmbito da sua formação sociocultural e numa dimensão histórica e política, isto é, apreendendo de forma crítica a história integral da América Latina e do Caribe.

A educação em *Nuestra América* constitui um projeto histórico de conhecimento para uma interpretação da realidade do continente e de suas contradições a partir dos seus fatos históricos e da *práxis* política dos seus povos - povos originários, negros, brancos, mestiços. Aqui reside um princípio pedagógico martiniano fundamental: o de prefigurar o processo educativo como um momento de reconstrução da unidade social, isto é, da unidade de um povo, cuja história está profundamente marcada por um estado de separação, enraizado em um *ethos*

étnico-cultural e de classe. Conforme Martí (1977), a recuperação (ou (re)construção) da outra história latino-americana e caribenha, baseada numa educação socialmente formativa, permitiria a homens e mulheres situarem o seu pensamento no reconhecimento da nossa diversidade social e das nossas particularidades, especificidades, idiosincrasias como povo, como sociedade. Isso não permitiria a imposição de modelos educativos e políticos oriundos de outras realidades externas e alheias ao continente.

Para tanto, a aprendizagem da leitura e da escrita constitui um passo importante no caminho de libertação da alienação cultural e na construção da consciência crítica. Por outro lado, a articulação de uma luta revolucionária deve levar em consideração a ruptura com a propriedade privada da terra, essência da acumulação capitalista, devolvendo-a para o nosso sustento, para produzir nosso alimento, para construir comunidade com os nossos, para ter uma identidade como povo liberto. E não estamos falando, aqui, unicamente, da terra localizada nas zonas rurais. Nas cidades urbanas, a população periférica busca o seu “pedaço de chão” para chamar de seu, com sua casa, com moradia digna, para viver com sua família e em comunidade. Na Educação Popular, na Filosofia da Libertação e na Teologia da Libertação encontramos os fundamentos e princípios que regem esta concepção da emancipação como libertação e descolonização.

Portanto, em nossa trajetória histórica, a emancipação (in)surge como uma resposta política e intelectual de contraponto e enfrentamento de um passado colonial, bem como de contraposição ao capitalismo e ao imperialismo, em que as lutas populares empreendidas em cada país e em uma dinâmica regional visavam, em definitiva, uma superação da exploração e dominação, da expropriação territorial, em defesa de um direito de existir ontológico, como Ser,⁶ no reconhecimento de sua capacidade criadora, apesar do genocídio, do epistemicídio e das tentativas do ontocídio (Barbosa, 2022b). Na próxima seção, apresentarei outros elementos dessa luta popular que apontam à emancipação da natureza.

A defesa da terra e do território e sua relação com a emancipação

Na América Latina e no Caribe, a luta pela terra é basilar como condição material e subjetiva da libertação e da emancipação. No caso de processos revolucionários, como os do Haiti, a luta anticolonial e de libertação da escravidão também era pensada na perspectiva de

⁶ Inclusive, encontramos em documentos históricos, como o jornal *Nucanchic Allpa* – Tierra Nuestra, da Federação Equatoriana de Índios (FEI), o debate de época sobre se o indígena era de “raça inferior” e quais eram suas necessidades imediatas, no caso, a de ter o direito à educação e à escola assegurado, e de ser reconhecido como classe trabalhadora.

construção de uma terra de mulheres e homens livres do jugo colonial francês. Nas revoluções latino-americanas e caribenhas do século XX encontramos consignas políticas de denúncia histórica da função sociocultural e política do latifúndio no processo de expropriação territorial e na paulatina subalternização dos povos indígenas e camponeses, mas também dos trabalhadores da cidade. No caso da Revolução Mexicana (1910-1917), o lema “Terra e Liberdade” e a consigna “a terra é de quem nela trabalha”, ambos imortalizados por Ricardo Flores Magon, Emiliano Zapata e Pancho Villa, expressavam a síntese da reivindicação da posse coletiva e de uso comum da terra, sob a figura jurídica das *terras ejidales*, e a realização da reforma agrária como base de um projeto nacional-popular para o México. Do mesmo modo, a reforma agrária compunha o programa político dos processos revolucionários em Cuba e na Nicarágua.⁷

Mas certamente há um fosso na abordagem integral da questão agrária na região latino-americana e caribenha e a efetivação da reforma agrária popular não se concretizou na ampla maioria dos países. A propriedade privada da terra, herança da estrutura social, econômica e política colonial, é a base estrutural da própria natureza do Estado capitalista, de suas forças políticas nos contextos nacionais e do papel que a região cumpre na divisão internacional do trabalho e na geopolítica de integração no capitalismo mundializado. Essa condição histórica também nos diferencia na abordagem teórico-política da emancipação, e os povos originários⁸ e o campesinato latino-americano e caribenho cumprem um papel histórico fundamental na concepção de um horizonte emancipatório por constituírem um sujeito político com potencial revolucionário.⁹ Em sua *práxis* política, as lutas dos povos originários e do campesinato articularam reivindicações agrárias e uma consciência de classe que determinaram as expressões e os sentidos da luta em defesa da terra, do território e da reforma agrária.

⁷ Na América Latina e no Caribe, as primeiras reformas agrárias foram resultantes de processos revolucionários, como a Revolução Mexicana, com a ratificação da Constituição de 1917; na Bolívia, em 1953; em Cuba, em 1959 e na Nicarágua, em 1979. Na Guatemala houve uma iniciativa de realização da reforma agrária, em 1952, porém interrompida dois anos depois. Durante as décadas de 1960 e 1970, em virtude do impulso dado pela Conferência Interamericana em Punta del Este (Uruguai), e ao apoio político e econômico fornecido pelo governo dos Estados Unidos no âmbito do Programa “Aliança para o Progresso”, foram outorgadas leis agrárias em alguns países da América do Sul, como no Peru, Chile e Brasil. Em 2002, o governo de Hugo Chávez impulsiona a reforma agrária na Venezuela (Gómez, 2018).

⁸ Utilizo o termo em referência aos povos pré-existentes aos processos de colonização. No debate latino-americano, há muitos movimentos indígenas que utilizam, em sua identidade cultural e política, uma ou outra denominação, ou ambas indistintamente.

⁹ Para conhecer a história política do campesinato e das lutas agrárias na América Latina e no Caribe, vide González Casanova (1984, 1985a, 1985b, 1985c) e para um aprofundamento teórico-analítico sobre a questão agrária e o campesinato, consultar a Coleção Questão Agrária, publicada em 10 tomos pela Editora Expressão Popular.

Aqui é fundamental destacar, em diálogo com a história integral da América Latina e do Caribe, que antes das colonizações, as sociedades existentes no *Abya Yala*¹⁰ estabeleciam outras relações espaciais e de territorialidades ambientais, sociais e culturais (Porto Gonçalves, 2009). Nessa linha, Mariátegui (1928) destaca que as lógicas de organização da vida no *ayllu* - a comunidade incaica - persistiram entre os povos indígenas, causando fissuras na forma de assimilação pretendida no período colonial e republicano, uma vez que o espírito individualista da racionalidade capitalista não havia se instalado entre os povos indígenas. Por sua vez, ao analisar a formação social da Bolívia, René Zavaleta (1983) a define como uma *formação social abigarrada*, de sobreposição de épocas econômicas e formas de organização social que não conseguiram imiscuir-se de um todo, como o feudalismo e o capitalismo. Por outro lado, o sociólogo boliviano argumenta que na formação social da Bolívia há um profundo particularismo regional que lhe atribui um caráter heterogêneo abigarrado.

Não há uma tradução literal na língua portuguesa para o conceito de *abigarramiento* ou *abigarrado*, mas a categoria é reveladora do caráter pluriverso de nossa formação social e que persiste apesar das tentativas de homogeneização do capitalismo (Zavaleta, 2009). Prova disso, é a existência de um Paradigma Onto-Epistêmico (Barbosa, 2016; 2019; 2022a) que constitui a base da subjetividade política dos povos indígenas e do campesinato, baseado em matrizes ontológicas e epistêmicas que articulam as relações estabelecidas com a terra e o território, atribuindo-lhes sentidos próprios e antagônicos à ontologia do capital (Barbosa, 2024). Em que pese as tentativas de ontocídio do colonialismo e do capitalismo (Barbosa, 2022b), essas formas não desapareceram. Ao contrário, mantiveram-se vivas como ontologias antagônicas ao capital e ganharam força no ciclo de lutas populares ao final do século XX e durante o século XXI.

Ao final do século passado, vivíamos o momento pós-ditatorial, de transição democrática e de avanço na implementação das medidas políticas e econômicas do neoliberalismo. É nesse contexto que vemos um novo ciclo de lutas populares despontar na América Latina, com um forte arraigo na questão agrária e na questão indígena. Na década de 1980, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil. Na década de 1990, outras lutas foram um divisor de águas na articulação dos movimentos indígenas e camponeses em uma dimensão internacional, como a “Campanha 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” (1989-1992), articulada por organizações indígenas, camponesas,

¹⁰ *Abya Yala* era o nome dado pelo Povo Kuna (Panamá e Colômbia) e o Povo Kuna Yala (Panamá) ao amplo território que hoje denominamos de América. Significa “terra em pleno amadurecimento” ou “terra de sangue vital”.

de trabalhadores rurais, pescadores, comunidades tradicionais, quilombolas, e outros povos do campo, das águas e da floresta de diferentes países da América Latina e do Caribe, que culminou com a criação da Via Campesina Internacional (LVC), em 1992, o maior movimento agrário transnacional.¹¹

No Brasil, o período de redemocratização, em meados da década de 1980, foi marcado por uma ampla mobilização e articulação nacional dos povos indígenas, sobretudo durante a Constituinte de 1988. A principal reivindicação era o direito originário sobre as terras tradicionalmente ocupadas e sua demarcação. Do mesmo modo, identificamos as rebeliões indígenas no Equador (décadas de 1980 e 1990), como o levantamento indígena de Inti Raymi, em junho de 1990, pela recuperação dos territórios ancestrais e na reivindicação dos direitos territoriais e da plurinacionalidade, e a insurgência armada do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994, no México, na luta pela autonomia territorial. Nessa direção, ao final do século XX, a luta social indígena se encorpava como força social e política.

O debate político sobre a autonomia sob a ótica da luta indígena ocorreu em meados do século XX, concomitante ao ciclo das lutas anticoloniais na década de 1960 nos países árabes e em outros países da África e da Ásia. Esse ciclo da luta popular e revolucionária impôs uma abordagem coletiva decisiva sobre o significado, em termos políticos, da descolonização, do direito à soberania e da autodeterminação dos povos nos seus territórios. No mesmo período, a ONU estabeleceu uma série de marcos normativos, como a Primeira Resolução da ONU sobre Descolonização, o Artigo 169 da OIT e a Carta da ONU sobre Direitos Indígenas, documentos que foram fundamentais na estruturação do direito internacional, abrindo a estrutura jurídica para o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos. Com esse marco normativo, os povos indígenas avançaram na reivindicação de reparações históricas relacionadas à desapropriação territorial (Rosset e Barbosa, 2021). Nesse contexto, eles argumentaram que o direito ao território é uma questão contemporânea e urgente.

Todo este ciclo de lutas coloca em evidência que os povos indígenas e camponeses contemporâneos constituem um sujeito político concreto, com cultura e organização sociopolítica, isto é, são configurações contemporâneas (Díaz Polanco, 1974), que participam

¹¹ A proposta inicial da Via Campesina Internacional foi lançada em 1992, em uma reunião de representações de organizações e movimentos camponeses da América Central, Caribe, Europa e Estados Unidos, realizada em Manágua, Nicarágua. Em 1993, em Mons, Bélgica, é oficialmente fundada (Rosset, 2018). Atualmente, a Via Campesina Internacional é composta por 180 organizações locais e nacionais de 81 países da África, Ásia, Europa e das Américas, correspondendo a aproximadamente 200 milhões de pessoas. É o maior movimento agrário de caráter transnacional e internacional que impulsiona a luta em defesa da terra, da reforma agrária integral, da soberania alimentar, da agroecologia e do Feminismo Camponês e Popular.

ativamente da disputa pela hegemonia, na dinâmica do sistema político, econômico e sociocultural da nação. Por outro lado, essas lutas são permanentemente nutridas pela memória histórica das lutas anteriores, incluindo nelas os princípios éticos, organizativos e políticos da Educação Popular, da Teologia da Libertação e da Filosofia da Libertação, além dos processos revolucionários que são parte da história integral latino-americana e caribenha.

E, em muitos casos, trataram de (re)construir uma concepção própria de educação para a formação do sujeito histórico-político e experiências pedagógicas inspiradas na Educação Popular, nas pedagogias socialistas ou em pedagogias críticas, cujo fundamento também incorpora outros referentes ontológicos e epistêmicos, sobretudo no campo do pensamento filosófico e político indígena e do campesinato (Barbosa, 2015; 2020; 2022c; 2017; Rosset *et. al.*, 2021). A disputa de hegemonia é a tônica desse momento histórico da luta popular, com a abertura de processos políticos importantes para a região, como o apoio às esquerdas progressistas ou a concretização de projetos e governos autônômicos indígenas.¹²

No século XXI, avança outros ciclos de luta popular, com o aprofundamento das contradições da implementação das políticas neoliberais e do estopim da guerra híbrida na América Latina e no Caribe, com a destituição do governo do Paraguai (2012) e os golpes políticos em Honduras (2009), Brasil (2016) e Bolívia (2019). Irrompem, nos primeiros três anos do novo século, rebeliões indígenas na Bolívia, com a guerra da água e a guerra do gás, a reação popular ao neoliberalismo na Argentina (2001) e os ciclos mais recentes de revoltas populares, entre 2017 e 2019, na Colômbia, Equador, Chile e Bolívia. Um fato marcante deste século é a reconfiguração do padrão de acumulação do capital e da hegemonia imperialista, agora em disputa entre os Estados Unidos, Rússia e China (Barbosa, 2023) e que tem no conflito territorial seu epicentro. O boom das *commodities* colocou no centro de interesse econômico do capital os bens naturais e é fundamental atinar a essa dinâmica geopolítica para compreender a emancipação da Natureza como um giro ontológico e epistêmico na concepção da emancipação na perspectiva da luta popular, sobretudo sob a ótica dos povos indígenas.

Aqui há uma questão central, relacionada às noções de valor da teoria marxista e analisadas por Echeverría (2010): o *valor de uso* e o *valor de troca*. No *valor de uso* prevalece, nas relações entre ser humano e natureza, uma interdependência em que tudo o que é produzido, é necessário para a reprodução da vida. Em um viés antagônico, o *valor de troca* pressupõe um

¹² As eleições de Lula da Silva, Evo Morales, Rafael Correia, Fernando Lugo e Néstor Kirchner, por exemplo, contaram com grande apoio popular e dos movimentos populares. Por outro lado, o projeto de autonomia radical do Movimento Zapatista alumbrou o histórico debate político dos movimentos indígenas em sua interpelação do Estado-nação. Essas experiências da luta popular são expressões genuínas da disputa hegemônica em nossa região. *Revista Geografia em Atos*, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, (2025), p. 26-60. Emancipaciones y territorios en América Latina e025d002, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10954> e-ISSN: 1984-1647

valor monetário e econômico no processo de dominação da natureza, transformando-a em mercadoria para gerar mais-valor, ou seja, lucro. Para Echeverría (2010), as noções de *valor de uso* e *valor de troca* refletem processos civilizatórios antagônicos, uma vez que o *valor de troca* dos bens se dá às custas do sacrifício do *valor de uso* estabelecido com a natureza. Portanto, o processo social e natural de reprodução da vida humana é sujeitado às lógicas monetárias da modernidade capitalista em que se atribui um valor abstrato mercantil a tudo aquilo que possa ser passível de transformar-se em mercadoria, fundamento da acumulação do capital. Sendo assim, as formas sociais de *valor de uso* serão consideradas “trabalho improdutivo”.

A insurgência armada do EZLN, no dia 01 de janeiro de 1994, foi um ponto de inflexão no âmbito da luta popular contemporânea, uma vez que a data do levante correspondia à data de entrada em vigor do NAFTA. Na avaliação do Zapatismo, o NAFTA aprofundava os mecanismos de despojo territorial e a expropriação dos bens naturais, hídricos e minerais presentes nos territórios indígenas e camponeses no México, um passo estratégico para a territorialização do capital não só neste país, mas em toda a região centro-americana. O NAFTA atribui um caráter neoextrativista à acumulação capitalista e inaugura uma nova etapa nas formas de expropriação territorial. Trata-se, portanto, de uma reconfiguração na geopolítica do capitalismo, não apenas no contexto das Américas, mas em escala global, sobretudo porque representou a transição do interesse estratégico do capital devido a uma mudança no padrão de acumulação capitalista provocada pela revolução tecnológica (além da revolução verde e da revolução azul) e a necessidade, cada vez maior, de expropriação mineral e hídrica como matérias primas básicas à garantia da hegemonia tecnológica.

A terra continuou a desempenhar seu papel histórico no contexto da questão agrária. Enquanto isso, o território estava adquirindo valor estratégico no capitalismo – o *valor de troca* – por meio da espoliação e, assim, a articulação de acordos de livre comércio tornou-se a modalidade imperialista adotada para garantir as condições plenas para a reprodução ampliada do capital no Sul Global (Barbosa, 2024).

Simultaneamente, observamos que, articulada aos novos mecanismos de territorialização do capital, há também uma territorialização do imperialismo, especialmente da territorialidade da dominação dos Estados Unidos (Ceceña, 2001) por meio da guerra de espectro completo (Ceceña, 2005), uma estratégia de dominação aplicada em nossa contemporaneidade e que se caracteriza por três mecanismos (Ceceña, 2005, p. 59): “a superioridade tecnológica, o reordenamento territorial e a universalização de normatividades

reprodutoras das relações de poder”. Conforme analisa Ana Esther Ceceña (2001), essa territorialidade da dominação se deve ao novo momento tecnológico que se inaugura no século XXI, em que o domínio da tecnologia representa um dos pilares fundamentais de definição da competitividade internacional. O paradigma tecnológico se baseia no delineamento de linhas de valorização estratégica do capital e de seus mecanismos de domínio, constituindo-se em um campo privilegiado de disputa de hegemonia. A concepção e o uso do território é um âmbito crucial da disputa de hegemonia e da luta civilizatória.

Para nossa análise, há uma questão crucial: a disputa de hegemonia não só provoca uma nova territorialidade da dominação, mas transcende seus termos, uma vez que não se restringe ao uso econômico da terra ou ao uso político estratégico dos espaços geográficos, mas de uma mudança no conteúdo e dinâmicas em todas as dimensões da vida social (Ceceña, 2001). Junto à expropriação da terra e dos bens naturais, expropria-se também os sentidos da vida, sobretudo na subjetivação do *valor de troca* em detrimento do *valor de uso* da Natureza.

As estratégias e política de reposicionamento territorial dos Estados Unidos (entre elas, o NAFTA), respondem às exigências de controle territorial para garantir condições plenas de competitividade econômica para as empresas estado-unidenses no âmbito da revolução tecnológica. Nessa direção, a biodiversidade se torna a nova matéria prima urgente e necessária para garantir o pleno desenvolvimento do capitalismo, sobretudo no âmbito dos recursos energéticos (Ceceña, 2001). Ao concebermos a Natureza como biodiversidade (Escobar, 2000), ou mesmo sociobiodiversidade, entendemos o profundo impacto sobre os territórios implicados na privatização, posse e controle da biodiversidade no esquema de competência capitalista. E o fomento da modalidade dos corredores econômicos, a propósito do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, representa o acesso aos corredores biológicos, de riqueza hídrica, mineral, petrolífera, solar e eólica, como estratégia de controle territorial. Portanto, a Natureza se torna o epicentro da reconfiguração do padrão de acumulação e os territórios da América Latina e do Caribe sua última fronteira estratégica, por ser uma região sumamente rica em biodiversidade e minerais orgânicos sumamente importantes para os Estados Unidos garantirem sua posição autossuficiente no mercado mundial e de renovação de sua capacidade hegemônica mundial (Ceceña, 2001).

É possível, naquele momento, que não tivéssemos percebido a dimensão do que representava o NAFTA para o futuro dos nossos territórios e a relevância da insurgência de um exército indígena, como o EZLN, para fazer frente à esta ofensiva e, principalmente, alertar-nos sobre a premência da defesa da Natureza. Na realidade, por causa dessa guerra anunciada,

Chiapas se tornava uma lente amplificadora de um momento histórico fundamental na reconfiguração do padrão de acumulação do capitalismo, em que se perfilava uma nova modalidade na reprodução ampliada do capital no Sul Global: estávamos passando da propriedade privada da terra para a propriedade privada transnacional de territórios, do que está sobre sua superfície e seu subterrâneo.

A transição do século XX ao XXI marcou o início desse novo padrão de acumulação, em que os territórios localizados no Sul Global se tornaram a última fronteira estratégica da acumulação por meio da espoliação das regiões com a maior concentração mundial de bens naturais estratégicos, com áreas de grande biodiversidade, jazidas de petróleo e gás, lençóis freáticos de riqueza hídrica, presença de minerais para usos essenciais, vastas fontes de energia solar e eólica. Nossos territórios encontram-se em disputa pelo capital para implementar megaempreendimentos de caráter neoextrativista (Svampa; Antonelli, 2009; Composto; Navarro, 2014) pela via da *guerra do despojo*, como analisa o Zapatismo.

Atualmente, além do NAFTA, há o BRICS, que se consolida como estratégia de territorialização do capital e com os mesmos interesses de domínio territorial. Desde 2013, a China já investiu mais de US\$ 40 trilhões de dólares, em mais de 70 países, para garantir a infraestrutura necessária para a iniciativa *Belt and Road* (Cinturão e Rota),¹³ uma das principais estratégias de conexão, integração e cooperação em escala transcontinental. Do mesmo modo, já investiu mais de US\$ 60 bilhões de dólares em países da América Latina para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura de energia e transporte (ferrovias, rodovias e portos), usinas hidrelétricas, energia nuclear, mineração, entre outros (Peters; Armony; Cui, 2018). Em que pese o avanço do imperialismo dos Estados Unidos ao final do século XX, no século XXI vemos uma configuração da hegemonia e de sua territorialização no sul global articulada pela China, que se torna uma das maiores potências políticas, tecnológicas e econômicas, não só no continente asiático, uma vez que avança nos continentes africano e latino-americano. Portanto, há uma disputa hegemônica de caráter imperialista entre Estados Unidos e China pela direção e domínio político-econômico (Barbosa, 2023) e a corrida pela territorialidade da dominação pressupõe o domínio da natureza.

¹³ O Cinturão é uma referência direta aos caminhos terrestres que conectam a China à Europa por meio da Ásia Central, do Sudeste Asiático e do Sul Asiático. Por sua vez, a Rota se refere à rede marítima que liga a China aos principais portos do mundo da Europa e da África através da Ásia.

Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, (2025), p. 26-60. Emancipaciones y territorios en América Latina e025d002, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10954>

e-ISSN: 1984-1647

A emancipação da natureza na perspectiva da luta popular contemporânea

Em *A Dialética da Natureza*, Friedrich Engels (1976) afirmava que “a Terra havia de ter uma história, não só no espaço, das coisas colocadas umas ao lado das outras, como também no tempo, das coisas sucedendo-se umas depois das outras” (Engels, 1976, p. 20), em referência às temporalidades que formaram o estado biológico, geográfico, climático, da flora e da fauna, incluindo nela o surgimento dos próprios seres humanos, todos formados gradualmente. Nesse movimento de gênese, afirmava Engels, a Terra e seu conjunto tinham uma história e um tempo, e a Natureza é um *permanente vir a ser*. O ser humano, por sua vez, *um eterno vir a ser e a desaparecer*. É de conhecimento, no bojo da teoria marxiana, a análise de Engels (1976) acerca do salto ontológico do ser humano com a especialização da mão e do cérebro que permitiu a ele imprimir seu selo sobre a Natureza. Enquanto ser histórico, a produção material para atender às necessidades materiais de sua vida constituiu, em si, a principal atividade histórica que o elevou da animalidade à humanidade, isto é, a organização consciente da produção social. Portanto, a organização social do trabalho e a linguagem são basilares da ontologia do ser humano como um ser social.

Na mesma obra, Engels argumenta que há um sentido de coexistência entre a Natureza e tudo o que nela existe, o que engloba os seres humanos; de unidade entre espírito e matéria, alma e corpo, e ter essa consciência é o que fará com que os seres humanos se sintam unificados com a Natureza. Em suas palavras: “a cada dia que passa, aprendemos a compreender mais corretamente as suas leis [da natureza] e a conhecer os efeitos imediatos e remotos resultantes de nossas intervenções no processo que a mesma leva a cabo” (Engels, 1976, p. 224). Com o advento da revolução industrial e do capitalismo, a mola propulsora da produção já não era mais determinada pelas necessidades de subsistência humana, mas pelas leis do capital, isto é, pelo *valor de troca*: “Daí a razão porque os capitalistas, cada um por seu lado, produzem e trocam tendo apenas em vista o lucro imediato e, assim sendo, só podem colocar em primeiro lugar os resultados mais próximos e diretos” (Engels, 1976, p. 226). Nesse âmbito, o capitalismo mercantiliza as relações produtivas não apenas na expropriação dos modos de produção e exploração da força de trabalho, mas também na mercantilização da natureza.

Para tanto, historicamente o capitalismo, como modelo econômico e paradigma societal, assenta suas bases ontológicas no ontocídio de outras formas de organização social não capitalistas (Barbosa, 2022a, 2024) e, em sua face contemporânea, de mercantilização e financeirização da natureza, acentua os mecanismos de ruptura e desgarro das relações

ontológicas e epistêmicas com o território e a Natureza. Por esta razão, a emancipação humana, embora imprescindível, não se concretiza sem a emancipação da natureza e é um erro supor que esse processo tem no ser humano seu núcleo de ação exclusivo, no sentido de que, mais uma vez, devemos transformar a natureza para atender às necessidades humanas [que, na realidade, são as necessidades do capital]. Nas lutas populares contemporâneas, especialmente aquelas travadas pelos movimentos indígenas, camponeses, quilombolas, dos povos das águas, das florestas e comunidades tradicionais, identificamos a advertência de que a Natureza é um ser vivo e um sujeito histórico, e nós, seres humanos, uma fração de tudo o que existe. E nessa apreensão crítica, contribuem teórica e politicamente no amadurecimento de nossa compreensão sobre os sentidos das emancipações e da *práxis* política para alcançá-la.

O Zapatismo, como uma das expressões da luta indígena contemporânea e de caráter popular, de proposição da autonomia como projeto político (Barbosa, 2015; Barbosa; Rosset, 2023), reposicionou, no debate teórico e político latino-americano e caribenho, os sentidos da emancipação atrelada à luta pela libertação e descolonização na perspectiva dos povos originários. Nessa trajetória, colocou no centro da luta política a recuperação de terras e a defesa da Natureza (Mãe Terra) como núcleo comum no enfrentamento do capitalismo por espoliação. Há uma confluência entre a diversidade de movimentos populares do campo com respeito à urgência da defesa territorial e uma denúncia comum das persistências do colonialismo no capitalismo por espoliação, que faz dos territórios do Sul Global *territórios de sacrifício* para a manutenção de um modelo de desenvolvimento biocida.

Além dos mecanismos ativados para a territorialização do capital e a territorialidade da dominação pela via da guerra de espectro completo (Ceceña, 2001; 2005), há uma poderosa aliança entre o crime organizado e os empreendimentos extrativos, que culmina em formas articuladas de violência contra os povos e seus territórios (Barbosa; Nóbrega, 2024), e que configura, conforme Rita Segato (2014), novas formas de guerra caracterizadas pela informalização das formas bélicas contemporâneas, em que o crime organizado, os grupos ou corporações armadas imprimem um novo paradigma territorial favorável ao avanço do capital financeiro e transnacional. Nesse marco, a ofensiva do capitalismo nos territórios provoca uma desterritorialização como mecanismo para uma territorialização do capital. O crime organizado tem sido um bastião importante nesse processo, uma vez que exerce uma política de terror nos territórios, provocando fugas migratórias sem precedentes, sobretudo na América Central e no México. O que observamos é o abandono massivo das casas, seja no campo ou na cidade, devido

às ameaças do crime organizado e das facções criminosas, culminando em um aprofundamento da migração como crise humanitária.¹⁴

As lutas populares contemporâneas definem essas formas violentas de ofensiva territorial como “políticas de morte” e, ao conclamar a defesa dos seus territórios, relacionam-no com a própria Natureza, concebendo-a na intrínseca relação instituída e constitutiva de nossas existências em coexistência. É sob essa perspectiva que se amplia os sentidos da emancipação humana à emancipação da natureza, a partir das seguintes perspectivas: 1) de concepção ontológica e epistêmica da Natureza como um Ser vivo e socioambiental; 2) ao atribuir centralidade à Natureza, estabelecem uma maior abrangência conceitual à emancipação para além da emancipação humana; 3) O horizonte emancipatório requer uma concepção de *práxis* política na crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista e a crítica radical ao *valor de troca* que fundamenta a exploração da Natureza até seu esgotamento.

Se articularmos a concepção de emancipação da natureza com o enunciado de Engels, no sentido de reconhecer a unidade entre espírito e matéria, alma e corpo, vemos claramente como os povos indígenas e demais povos do campo, da floresta e das águas concebem a Natureza em uma dimensão ontológica e epistêmica, reconhecendo-a em sua existência como um Ser socioambiental. Nessa apreensão, há o reconhecimento de uma unidade existencial que rompe com a concepção ocidental moderna de uma existência de carácter antropocêntrico e individual, ou seja, do ser humano no centro do universo, deslocando a primazia antropocêntrica e desvelando o carácter pluriverso de nossa existência entre e com outras formas de existência não humanas. Entre diferentes povos indígenas encontramos conceitos oriundos de suas línguas maternas que dotam de sentido ontológico e epistêmico o conjunto das relações estabelecidas entre si, como comunidades e em sua coexistência com a natureza.

Para dar um exemplo, na língua maia tojolabal (uma das línguas faladas nos territórios zapatistas), existe o conceito de *Sak'an* - a terra - também usado para enunciar algo que vive, ou mesmo uma vida prolongada (Guerrero Martínez, 2022). Na perspectiva tojolabal, a Mãe Terra é um ser vivo, ao mesmo tempo em que cumpre a tarefa primordial de gerar vida e produzir alimentos (Guerrero Martínez, 2022). Por outro lado, encontramos o conceito tojolabal de *altzil*, entendido como um princípio de vida (Lenkersdorf, 2005). Nesse par conceitual, identificamos uma ruptura ontológica e epistêmica com a abordagem ocidental conferida à Natureza, definindo-a entre ‘natureza viva e morta’. Em outros termos, na cosmovisão maia tudo tem vida, tudo vive. Assim, a dimensão da vida incorpora os seres humanos, mas também

¹⁴ E não adentrarei na análise dos fluxos migratórios provocados por contextos de guerra entre países.

a fauna, a flora, as águas, as montanhas, as cavernas, os astros, etc. (Lenkersdorf, 2008). Encontraremos conceitos similares na pluralidade linguística de toda a região e que cumprem funções subjetivas e de interrelação similares.

Esse fundamento ontológico orienta os sentidos atribuídos à própria existência desses povos e do mundo em si, uma ação reflexiva de construção da consciência que não se limita unicamente à razão, no sentido ocidental, de ruptura com o mundo das emoções, sentimentos e sensações. Na perspectiva dessas lutas, há uma coexistência com a Natureza e os seres humanos são uma fração de tudo o que existe no mundo. Muitas destas lutas ativam conceitos que são parte de um Paradigma Onto-Epistêmico do Campo (Barbosa, 2019, 2022a), em que muitos desses conceitos são intrínsecos da cosmovisão e filosofia dos povos originários, de categorias que emergem das matrizes linguísticas e de outras formas de compreender a coexistência com a Natureza e outros seres. Constituem categorias que ativam, permanentemente, o *valor de uso* na interrelação com o território.

Nesse sentido, identificamos (novos) outros elementos que enriquecem a acepção das emancipações na perspectiva das lutas populares em nossa região: a luta anticolonial e anticapitalista continua medular, porém, a perspectiva de descolonização incorpora, em igual medida, compreender a perspectiva da libertação não apenas em uma dimensão humana, mas não humana, no reconhecimento da Natureza como um ser vivo, um Ser socioambiental, que também deve ser libertado e emancipado da exploração capitalista e de domínio imperialista. A Natureza também é pensada como um sujeito com direitos (Ávila Santamaría, 2019).

Nessa direção, a emancipação passa a ter relação com conceitos até então desconhecidos na teoria social crítica, proposições que emanam da voz, da escritura e da *práxis* política das lutas em defesa dos territórios, entendendo-os como *territórios para a vida*. Um aspecto central nesse processo de ação-reflexão-ação, a partir do campo da luta social e popular, consiste na reivindicação de nossos próprios conceitos que nascem das matrizes ontológicas e epistêmicas de nossa história integral como América Latina e Caribe, que não se inicia nas colonizações, mas é milenariamente anterior a este período. Do mesmo modo, tais conceitos estão intimamente ligados às cosmovisões, às estruturas linguísticas e/ou aos processos sociais concretos de resistência edificados em uma base ontológica das existências (Barbosa, 2024).

No final do século XX, muitos desses conceitos começaram a se difundir, seja no próprio contexto da *práxis* política dos movimentos populares, ou mesmo no processo de construção do conhecimento dentro e fora das universidades. Entre eles, destacamos o *Sumaq Kawsai*, o

Sumaq Qamaña, o *Lekil kuch'lejal*, o *wët wët fxi'zenxi*, ou seja, as diferentes formas de nomear o bem viver, ou mesmo o *Abya Yala*, *Wallmapu*, em que se promove a reivindicação do reconhecimento de um território ancestral, ao mesmo tempo em que se faz uma crítica radical ao paradigma que sustenta uma lógica de desenvolvimento que, na realidade, aprofunda as lógicas de espoliação territorial e o conflito capital-natureza. Nessa direção, considero central a análise de Mariana Mora (2018) sobre a política do *Lekil kuch'lejal*, como um dos exemplos de uma *práxis* descolonizadora do Zapatismo e de *práxis* política na construção da autonomia indígena na defesa dos territórios e dos bens comuns.

Outro processo teórico-político a ser destacado é o da articulação das mulheres indígenas na floresta amazônica do Equador e sua proposta econômico-político-cosmológica do *Kawsak Sacha* ou *floresta viva*, para deter o avanço da fronteira petrolífera em seus territórios (Coba; Bayón, 2020). Da mesma forma, o conceito de “território-corpo” desenvolvido pelo Feminismo Comunitário (Cabnal, 2010) e pelo Movimento de Mulheres Indígenas (MMI), no Brasil, é outra contribuição dessa elaboração conceitual que emerge de uma relação sentipensante com o território, entendendo-o como a Natureza e uma morada de todos os seres, não só humanos. O “território-corpo” se vincula a esse processo, no sentido de uma reconexão dialética expressa em “práticas de vida” para o resguardo da sociobiodiversidade (Barbosa; Nóbrega, 2024). O território-corpo assume uma dimensão de crítica ontológica e ecológica em que prevalece uma concepção biocêntrica de mundo e uma retomada dos sentidos de unidade da reprodução da vida, rompendo com as lógicas de separação do capital próprias do *valor de troca* mediado pelas relações de produção. Portanto, o território-corpo expressa o anseio em recuperar a unidade dialética entre natureza e seres humanos a partir de outra base ontológica (Barbosa; Nóbrega, 2023).

Em uma perspectiva ecológica de defesa da vida, o “território-corpo” retoma a unidade e a integralidade dos ciclos de reprodução da vida nos territórios, que não se concentram em um caráter antropocêntrico e androcêntrico ou em uma concepção de desenvolvimento predatório. Pelo contrário, sua dimensão onto-epistêmica refere-se a um sentido pluriverso da sustentabilidade da vida, identificando as raízes mais profundas de uma crise caracterizada por um modelo de desenvolvimento biocida e buscando outras rotas de rearticulação e enraizamento territorial (Barbosa; Nóbrega, 2024).

Nos territórios, há sacralidade nos rios, montanhas, mares, sol, lua, ar; há sentires, do cheiro, do sabor; há sonoridade, da terra, das águas, dos ventos; há circularidade da vida e de seus tempos e seres: por exemplo, quando as formigas chegam em revoada para anunciar a

chegada da chuva, ou mesmo com o canto dos sapos e rãs; a linguagem dos encantados em suas formas de se comunicar com os seres humanos, e que desaparece quando também desaparecem os rios, lagos, veredas, destruídos pela chegada de algum megaempreendimento.

Na língua maia, temos o conceito do *tik – nosotros*, nós: é considerado o cerne da racionalidade comunitária na consolidação de uma identidade e subjetividade políticas (Lenkersdorf, 2002); delimita os princípios da sociabilidade comunitária e a posição de sujeito ocupada por cada membro da comunidade. Na perspectiva do povo Krenak também encontramos a experiência de uma vivência *nosótrica* que expressa essa ontologia com o território e outras formas de experienciar a existência: nós-rio, nós-montanha, nós-terra; das águas do rio que vão para o céu e das águas do céu que vão para os rios, portanto, são uma única água (Krenak, 2022). E por isso são chamadas por diferentes povos indígenas de *rios voadores*. E a diversidade de povos que vivem às margens dos rios e mares, desenvolveram uma *cultura anfíbia* (Fals Borda, 1984), isto é, formas de coexistência com as águas e com a terra. Mas como também afirma o povo Krenak, os rios foram mutilados com a mineração e o capitalismo trata de silenciar as existências no território (Krenak, 2022). Podemos ampliar essa denúncia, ecoando os processos de resistência dos povos do mar, a exemplo do Movimento de Atingidos por Renováveis (MAR), na Bahia, e da Articulação Povos de Luta (ARPOLU), no Ceará, no nordeste brasileiro, ao defenderem o maretório (a forma como denominam o mar, entendendo-o como um território) da implementação das eólicas *offshore*.

Vale destacar as contribuições do conceito de “território-corpo” para a Ecologia Política Feminista (Barbosa; Nóbrega, 2023), por suas raízes na defesa dos bens comuns, dentro de um processo histórico de luta dos povos indígenas pela defesa de seus territórios, tornando-se um conceito central para dar visibilidade à propriedade comunal da terra e às formas comunais de habitar esses territórios. Na elaboração teórica e na *práxis* política das mulheres indígenas, o conceito de “território-corpo” reverbera no confronto ontológico do paradigma capitalista e suas consequências para o colapso socioambiental, à medida que os movimentos indígenas e camponeses se referem aos impactos destrutivos causados pelo conflito capital-natureza, inerentes ao capitalismo por espoliação, que está ligado a uma lógica biocida (Herrero, 2014), uma ameaça à sustentabilidade da vida no planeta. É importante destacar que se revigora entendimentos comuns em relação às lutas políticas do final do século XIX, as do século XX e as do século XXI, na compreensão de que ainda perduram formas de dominação e exploração marcadas pelo colonialismo, o racismo e o patriarcado.

Para as mulheres indígenas, há de se ter cuidados curativos da Terra e de si mesmas, a partir de uma concepção biocêntrica, porque “também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós”. Esse posicionamento ontológico nos apresenta elementos centrais para pensarmos uma Ecologia Política Feminista, encarnada em corpos que resistem e afirmam sua existência em coexistência com a Natureza. Nesse sentido, as lutas por justiça socioambiental não estão desvinculadas da luta pela própria vida em todas as suas perspectivas (Barbosa; Nóbrega, 2022). O “território-corpo” refere-se ao território como um “espaço de reprodução da vida”, inseparável da dimensão comunitária, que, juntamente com a organicidade de sua luta política, confere um sentido comum à defesa dos territórios e dos comuns.

O conceito de “comum” surge do próprio processo histórico da luta dos povos indígenas pela defesa de seus territórios, ao mesmo tempo em que se torna um conceito central para dar visibilidade à propriedade comunal da terra e às formas comunitárias de habitar esses territórios (Barbosa, 2021). Do mesmo modo, o conceito de “território-corpo” prefigura outra concepção de território e de suas sociabilidades que se opõe radicalmente à lógica da propriedade privada e às lógicas do *valor de troca* próprias da reprodução incessante do capital. Vinculados à defesa dos comuns, eles são a base de um paradigma não capitalista, prefigurando formas de convivência e posicionamento nos territórios em perspectiva comunitária e em equilíbrio com a natureza (Barbosa, 2021).

A própria leitura feita pelas mulheres indígenas e camponesas dão conta de demonstrar a violência patriarcal sobre os corpos das mulheres e as dinâmicas de um racismo ambiental, ao converter nossos territórios em regiões fornecedoras de matérias-primas, mão de obra barata e escravizada, além de se tornarem territórios de sacrifício em nome de um desenvolvimento baseado na expropriação territorial, violenta e predatória, na desterritorialização, nos fluxos migratórios que levam ao aumento da violência, da pobreza e da exclusão social, e a uma profunda crise de democracia e hegemonia. Um elemento desse processo é o acirramento na disputa de concepções sobre o território: de um lado, o capital transnacional e financeiro defende uma concepção de desenvolvimento atrelada à exploração territorial para a extração de *commodities*; de outro, uma concepção do território para a vida e o bem viver, conforme concebida pelos diferentes povos do campo, sejam povos originários, camponeses, populações tradicionais e ribeirinhas, quilombolas, pescadores, nômades, entre outros.

A exploração desenfreada dos territórios desembocou, no século XXI, na emergência climática e na crise energética, provocando uma mudança discursiva dos governos e dos setores corporativos, que passam a defender um modelo de desenvolvimento baseado na geração de

“energia limpa” ou de “energias renováveis”. Portanto, neste século, a “energia renovável” torna-se o eixo estruturante da concepção de desenvolvimento sob a égide do capital, o que tem aprofundado a disputa dos territórios para a exploração hídrica, eólica, mineral, solar e da biodiversidade, acentuando os conflitos no campo e um processo de desterritorialização forçada em diferentes países dessas regiões do globo.

Frente a esse contexto, reforçar-se a defesa dos territórios e dos comuns enquanto um imperativo da histórica resistência dos povos originários, camponeses e de populações tradicionais, que enfrentam cotidianamente a ofensiva do capital, digamos, no terreiro de casa, haja vista que, cada vez mais, bate à porta, ou entra casa adentro, as múltiplas violências que acompanham esta ofensiva capitalista. Conforme mencionei anteriormente, há uma tradição histórica das lutas populares vinculada a uma concepção de emancipação em diálogo com a libertação e a descolonização. Por outro lado, nesse processo de elaboração de uma concepção própria de emancipação, vemos emergir uma perspectiva que não estava tão presente nas análises realizadas em meados do século XX e que tem relação com outra base ontológica que emana do Paradigma Onto-Epistêmico do Campo (Barbosa, 2021) e que fundamenta a concepção de defesa territorial na perspectiva dessas lutas contemporâneas. Embora a luta em defesa da terra e do território esteja vinculada a uma base material, não se limita a este aspecto, uma vez que há outros sentidos de arraigo, de pertencimento, que são reivindicados e expressam outras relações pautadas no *valor de uso*, principalmente no caso dos povos originários, quilombolas, povos do campo, das águas e da floresta.

O porvir das emancipações e os desafios do presente-futuro: reflexões finais

Ao início deste escrito, apresentei a concepção de emancipação proposta por Karl Marx, a partir de sua diferenciação entre a emancipação política e a emancipação humana. A acepção marxiana da emancipação inspirou (e ainda inspira) as lutas sociais revolucionárias em diferentes países e regiões do mundo. Na tradição política da América Latina e do Caribe, não há como debater a concepção de emancipação sem colocar no centro do debate o lugar histórico da libertação e da descolonização como chaves analíticas da luta popular contra o jugo colonial e suas reverberações nas vivências do racismo e da violência patriarcal, mas também no contraponto ao capitalismo e ao imperialismo, que se impõem nas formas de integração de nossas economias, que ocupam um lugar periférico, subordinado e dependente.

Não há dúvidas que não alcançamos a emancipação humana nos termos propostos por Karl Marx. Inclusive, mesmo em processos revolucionários, como os que aconteceram na China e na União Soviética, a centralidade do desenvolvimento das forças produtivas conduziu, certamente, no alçar destes países a potências mundiais, porém ancorados a uma lógica de desenvolvimento que, na atualidade, é capitalista. Assim como o NAFTA, o BRICS se rege sob a mesma lógica de expropriação territorial do Sul Global, buscando posicionar-se geopoliticamente nas fronteiras de interesse do capital, sobretudo aquelas de riqueza mineral, hídrica e de biodiversidade. A América Latina e o Caribe continuam cumprindo o mesmo papel que cumpriram durante o período colonial, como fornecedoras de matérias primas e mão de obra barata e/ou escravizada. Essa é a metamorfose das lógicas colonial e capitalista.

As lutas alavancadas pelos povos originários trazem à lume uma abordagem mais profunda, a meu ver, dos sentidos atribuídos à emancipação: não é só a emancipação humana a que define nossa libertação do capitalismo. A emancipação da Natureza, na perspectiva ontológica dos povos originários, dá um sentido mais profundo à existência, de ruptura com o caráter antropocêntrico e individualista que orienta o paradigma capitalista, ao tempo que se contrapõe às lógicas de *valor de troca* que tornam a Natureza uma mercadoria. Certamente a garantia da emancipação da Natureza exige o enfrentamento do capitalismo e do imperialismo em um plano revolucionário, mas não é suficiente mudar um sistema por outro em que os seres humanos sigam pensando que são o centro do universo e, portanto, podem manter um modelo de desenvolvimento que, inevitavelmente, destruirá a existência do planeta e das vidas existentes nele. Há de se alcançar uma ruptura ontológica e política com uma concepção da Natureza que a vê como uma fonte de mercadoria a ser explorada até o esgotamento em nome de um desenvolvimento que reproduz e aprofunda as contradições provocadas pelo capitalismo, a exclusão social e o colapso socioambiental.

O convite feito neste escrito é para que possamos aprofundar o que entendemos como emancipação ou emancipações, um exercício que não deve se limitar a um postulado teórico e/ou filosófico, de revisionismo, mas que se posiciona no terreno concreto das contradições e das ações, com, desde e para nossa própria emancipação, o que nos exige uma dimensão de luta, uma *práxis* revolucionária, feita coletiva e interseccionalmente.

Referências

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro. **La utopía del oprimido. Los derechos de la Pachamama (Naturaleza) y el Sumak Kawsay (Buen Vivir) en el pensamiento crítico, el derecho y la naturaleza**. México: Akal, 2019.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. O «Comum e a Não Propriedade»: a ontologia Zapatista na defesa do território e no confronto ao ontocídio do capital no Sul Global. **Revista GeoUece**, vol 14, n. 25, p. 01-41, 2024. DOI: 10.52521/geouece.v13i25.12794.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. As lutas do campo popular e o *rapport* pedagógico-político em tempos de retrocesso no contexto global. In: DOS SANTOS, Arlete Ramos.; CASTRO, Ricardo Alexandre.; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva; DOS SANTOS, Igor Tairone Ramos (orgs.). **Educação do Campo como processo de disputa no contexto do capital**. Curitiba: Appris, 2023, p. 13-37.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Onto-Epistemic Paradigm of the Countryside and Social Theory: what do popular movements of Latin America and the Caribbean teach us? **Educational Studies**, 58:5-6, p. 620-640, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.1080/00131946.2022.2132392>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00131946.2022.2132392>
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Integração pedagógica da educação camponesa na América Latina: Concepções, experiências e sujeitos no enfrentamento do ontocídio e do epistemicídio. **Abatirá - Revista De Ciências Humanas E Linguagens**, 3(5), 2022b, 30–53. DOI: <https://orcid.org/0000-0003-0727-9027>. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/14421>
- BARBOSA, Lia Pinheiro. A práxis educativo-política dos movimentos camponeses e indígenas latino-americanos e a organização da cultura. *Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado*, 12(28), 2022c, 11–30. Disponível em: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2022.12.28.7833>
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Da erradicação do analfabetismo nos territórios à territorialização da agroecologia: o que nos ensina a educação socialista cubana. **Germinal: marxismo e educação em debate**, 13(3), 2021, p. 125-143. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i3.46776>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/46776>
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Educación, pensamiento pedagógico latinoamericano y pedagogías críticas en el fortalecimiento del poder popular. In: VILLASMIL, Paulina E. Socorro; DOS SANTOS, Arlete Ramos; BARBOSA, Lia Pinheiro (compiladoras). **Educación popular, poder popular y democracia en Nuestramérica**. Cabimas (Venezuela): Fondo Editorial de la Universidad Nacional Experimental Rafael María Baralt (UNERMB). 2020b, p. 53-74.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Pedagogías sentipensantes y revolucionarias en la *praxis* educativo-política los movimientos sociales en América Latina. **Revista Colombiana de Educación**, 1(80), 269-290, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.17227/rce.num80-10794>. Disponível em: <https://revistas.upn.edu.co/index.php/RCE/article/view/10794>.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Paradigma Epistêmico do Campo e a construção do conhecimento na perspectiva dos movimentos indígenas e camponeses na América Latina. In: SANTOS, Arlete Ramos; COELHO, Livia Andrade; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva (Orgs.). **Educação e movimentos sociais. Análises e desafios**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p. 279-299.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Movimentos sociais e a luta por uma nova hegemonia na América Latina: diálogos em perspectiva gramsciana. **Revista Práxis e Hegemonia**, v. 2, n. 2, 2017, p. 127–154. DOI: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2017.v2n2.p127-154>

BARBOSA, Lia Pinheiro. Educación, conocimiento y resistencia en América Latina: por una teoría desde los movimientos sociales. **De Raíz Diversa**, v. 3, n. 6, p. 45-79, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22201/ppela.24487988e.2016.6.58425>. Disponível em:

<https://www.revistas.unam.mx/index.php/deraizdiversa/article/view/58425>

BARBOSA, Lia Pinheiro. **Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y los Zapatistas**. México: LIBRUNAM, 2015.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. **Aprendizajes del Movimiento Zapatista**. De la insurgencia armada a la autonomía popular. Buenos Aires / México: CLACSO / ECOSUR, 2023.

BARBOSA, Lia Pinheiro; NÓBREGA, Luciana Nogueira. “Porque nós somos a cura da Terra”. Contribuições do Movimento de Mulheres Indígenas no Brasil a uma ecologia política feminista e anticapitalista. In: GARCÍA CORREDOR, Laura; BECHER, Pablo Ariel; CANO ORÚE, María Regina. **Devenires anticapitalistas: sociabilidades, territorios y autonomías**. Experiencias desde el Sur Global. Grupo de Trabajo Anticapitalismos y sociabilidades emergentes. Buenos Aires: CLACSO, 2024, p. 113-142.

BARBOSA, Lia Pinheiro; NOGUEIRA, Luciana Nogueira. Territorio: nuestro cuerpo, nuestro espíritu. Contribuciones del Movimiento de Mujeres Indígenas en Brasil a una Ecología Política Feminista. In: MILANEZ, Felipe; NAVARRO TRUJILLO, Mina Lorena; ROCA-SERVAT, Denisse. **Mujeres en lucha, ecologías políticas feministas y ecofeminismos: Palabra y experiencia política en la defensa de la vida**. Segunda Parte. Buenos Aires, 2023, p. 68-87.

BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México: Siglo XXI, 1976.

CABRAL, Almícar. **Cultura y liberación nacional**. México: ENAH.

CECEÑA, Ana Esther. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. In:

CECEÑA, Ana Esther (Org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 33-55.

CECEÑA, Ana Esther. La territorialidad de la dominación. Estados Unidos y América Latina. **Revista Chiapas**, n. 12, 2001, p. 07-30.

COBA, Lisset; BAYON-JIMÉNEZ, Manuel. *Kawsak Sacha*: la organización de las mujeres y la traducción política de la Selva Amazonica en el Ecuador. In: CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania; BAYON JIMÉNEZ, Manuel. (Coords.). **Cuerpos, territorios y feminismos**.

Compilación Latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Quito: Ediciones Abya Yala, 2020, p. 141-159.

COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina Lorena. **Territorios en disputa**. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina. México: Bajo Tierra Ediciones, 2014.

DÍAZ POLANCO, Héctor. **Indigenismo, modernización y marginalidad**. México: Juan Pablos Editor, 1974, p. 11-38.

DUSSEL, Enrique. **América Latina**. Dependencia y Liberación. Argentina: Fernando García Cambeiro, 1973a.

DUSSEL, Enrique. **Para una ética de la liberación latinoamericana**. Tomo I. México: Siglo XXI, 1973b.

DUSSEL, Enrique. **Para una ética de la liberación latinoamericana**. Tomo II. México: Siglo XXI, 1973b.

- ECHEVERRÍA, Bolívar. **Valor de uso y utopía**. México: Siglo XXI Editores, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar. In: LANDER, Edgardo (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 83-107.
- FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.
- FALS BORDA, Orlando. **Historia doble de la Costa. Resistencia en San José**. Tomo III. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1984.
- FALS BORDA, Orlando. **Las revoluciones inconclusas en América Latina (1809-1968)**. México: Siglo XXI, 1968.
- FANON, Franz. **Sociología de una revolución**. Euskal Herria: Txalaparta, 2022.
- FANON, Franz. **Pele Negra**. Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Eds.). **Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-216.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GÓMEZ, Sergio E. La tierra y las reformas agrarias en América Latina: una mirada al pasado y perspectivas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luís Felipe; KRETSCHMER (Compiladores). **La actualidad de la Reforma Agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 205-232.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Coord.). **Historia política de los campesinos latinoamericanos**. Tomo 4 (Brasil, Chile, Argentina, Uruguay). México: Siglo XXI Editores, 1985c.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. (Coord.). **Historia política de los campesinos latinoamericanos**. Tomo 3 (Colombia, Venezuela, Ecuador, Perú, Bolivia, Paraguay). México: Siglo XXI Editores, 1985b.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. (Coord.). **Historia política de los campesinos latinoamericanos**. Tomo 2 (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicaragua, Costa Rica, Panamá). México: Siglo XXI Editores, 1985a.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. (Coord.). **Historia política de los campesinos latinoamericanos**. Tomo 1 (México, Cuba, Haití, República Dominicana, Puerto Rico). México: Siglo XXI Editores, 1984.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Sociología de la Explotación**. México: Siglo XXI, 1969.
- GONZÁLEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Ano 2, número 5, Brasília, 1988.
- GONZÁLEZ, Lélia. Mulher negra: um retrato. **Jornal Lampião**, n. 4, Rio de Janeiro, 1979.
- GRANDIN, Greg. A Revolução Guatemalteca. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **El mito de la desterritorialización: del “fin de los territorios a la multiterritorialidad”**. México: Siglo XXI, 2011.
- GUERRERO MARTÍNEZ, Fernando. **Yaltsil**. Vida, ambiente y persona en la cosmovisión tojol-ab'al. Chiapas: LIBRUNAM, 2022.
- HERRERO, Yayo. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. In: CARRASCO, Cristina. (Ed.). **Con voz propia**. La economía feminista como apues ta teórica y política. Madrid: La oveja roja, 2014, p. 219-237.

- HYLTON, Forrest. **A Revolução Colombiana**. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LENKERSDORF, Carlos. **Aprender a escuchar**. Enseñanzas maya-tojolabales. México: Plaza y Vades, 2008.
- LENKERSDORF, Carlos. **Los hombres verdaderos**. Voces y testimonios tojolabales. México: Siglo XXI, 2005.
- LENKERSDORF, Carlos. **Filosofar en clave Tojolabal**. México: Editora Porrúa, 2002.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. México: ERA, 1928.
- MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MORA, Mariana. **Política Kuxlejal. Autonomía Indígena, el estado racial y la investigación descolonizante en comunidades zapatistas**. México: CIESAS, 2018.
- NÓBREGA, Luciana Nogueira. “Eu fui tão feliz que dói!” Entre políticas de invisibilidade e políticas de existência: os Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará. **Tese (Doutorado em Sociologia)** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, 2023.
- PETERS, Enrique Dussel; ARMONY, Ariel C.; CUI, Shoujun. **Building Development for a New Era: China’s Infrastructure Projects in Latin America and the Caribbean**. Pittsburgh: Asian Studies Center/ Center for International Studies, 2018.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. **El Caribe a la hora de Cuba**. Estudio sociopolítico (1929-1979) del Caribe. La Habana: Casa de las Américas, 1980.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. **La economía haitiana y su vía de desarrollo**. México: Cuadernos Latinoamericanos, 1965.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. **Para una Sociología de la Opresión**. El caso del Haití. Santiago, Chile: Editora Nacional Quimantu, 1973.
- PORTO GONÇALVES, Walter. Entre América e *Abya Yala* – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, 2009, p. 25-30.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- ROSSET, Peter Michael. História das ideias de um movimento camponês transnacional. **Tensões Mundiais**, V. 14, n. 27, 2018, p. 191-226. DOI: <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v14i27.1283>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/1283>
- ROSSET, Peter Michael; BARBOSA, Lia Pinheiro. Autonomía y los movimientos sociales del campo en América Latina: un debate urgente. **Revista Aposta – Revista de Ciencias Sociales**, n. 89, vol. 2, 2021, p. 01-24. Disponível em: https://www.apostadigital.com/number.php?id_num=103
- ROSSET, Peter Michael.; VAL, Valentín; BARBOSA, Lia Pinheiro; MCCUNE, Nils. Agroecología y la Vía Campesina II. Las escuelas campesinas de agroecología y la formación de un sujeto sociohistórico y político. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, V. 58, 2021, p. 531-550. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v58i0.81357>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/81357>
- RÉNIQUE, José Luís. **A Revolução Peruana**. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SUE-MONTGOMERY, Tommie; WADE, Christine. **A Revolução Salvadorenha**. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SVAMPA, Maristella; ANTONELLI, Mirta. **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Argentina: Biblos, 2009.

ZAVALETA, René. **Bolivia, hoy**. México: Siglo XXI, 1983.

ZAVALETA, René. **La autodeterminación de las masas**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

ZEMELMAN, Hugo. **De la historia a la política**. La experiencia de América Latina. México: Siglo XXI, 2013.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaraguense**. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CRediT Author Statement

- **Reconhecimentos:** Gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Cearense de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).
 - **Financiamento:** Financiamento CNPq - Nº 09/2023 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ – Número do Processo 312806/2020-5 / Financiamento FUNCAP - EDITAL Nº 06/2023 - FUNCAP UNIVERSAL – Número do Processo: UNI-0210-00343.01.00/23
 - **Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - **Aprovação ética:** Não se aplica
 - **Disponibilidade de dados e material:** Todas as fontes de dados estão disponibilizadas.
 - **Contribuições dos autores:** A autora elaborou a estrutura do artigo, método, referencial teórico-analítico e a escrita do texto.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.



**DEL URUGUAY A LA AMÉRICA LATINA COMO PROBLEMA: ARIELISMO,
GEOPOLÍTICA E HISTORIA EN ALBERTO METHOL FERRÉ**

**DO URUGUAI À AMÉRICA LATINA COMO PROBLEMA: ARIELISMO,
GEOPOLÍTICA E HISTÓRIA EM ALBERTO METHOL FERRÉ**

**FROM URUGUAY TO LATIN AMERICA AS A PROBLEM: ARIELISM, GEOPOLITICS
AND HISTORY IN ALBERTO METHOL FERRÉ**



Manuel LÓPEZ FORJAS¹
e-mail: manuel.lopezforjas@uniroma1.it

Cómo hacer referencia a este artículo:

LÓPEZ FORJAS, Manuel. Del Uruguay a la América Latina como problema: arielismo, geopolítica e historia en Alberto Methol Ferré. **Revista Geografia em AtoS (online)**, Presidente Prudente, 9, n. 2, (2025), p. 61-87 - Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d003. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10947>



|Enviado en: 20/05/2024

|Revisiones requeridad en: 30/10/2024

|Aprobado en: 28/02/2025

|Publicado en: 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rízia Mendes Mares

¹Sapienza Università di Roma (SUR), Roma – Lazio (LAZ) – Italia. Investigador Postdoctoral. Dipartimento di Studi Europei, Americani e Interculturali. This project receives funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under the Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement No 101034324.

Revista Geografia em AtoS, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, (2025), p. 61-87. Emancipaciones y territorios en América Latina e025d003, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10947>. e-ISSN: 1984-1647



RESUMEN: Este artículo presenta una introducción a la obra ensayística del pensador uruguayo Alberto Methol Ferré, teniendo como eje su libro más famoso “El Uruguay como problema”, en diálogo con una selección de textos sobre el tema de la unidad latinoamericana. En primer lugar, se expone el problema del Uruguay en la historia desde el punto de vista de Methol. En segundo lugar, se siguen sus ideas donde intentó mostrar cómo este tema es común a las historias de las naciones que están al Sur del Río Bravo. Finalmente, se trata de profundizar en el problema de la identidad latinoamericana desde un punto de vista geopolítico y cultural, señalando algunas obras clásicas de lo que constituiría el comienzo de las historias de América Latina como unidad.

PALABRAS CLAVE: Uruguay, unidad, “Patria Grande”, filosofía, identidad

RESUMO: Este artigo oferece uma introdução crítica aos principais ensaios do filósofo uruguaio Alberto Methol Ferré, com ênfase especial em sua obra seminal *El Uruguay como problema*. A reflexão é situada em diálogo com uma seleção de textos que abordam o tema mais amplo da integração latino-americana. A primeira parte analisa os dilemas históricos do Uruguai a partir da perspectiva interpretativa de Methol Ferré. A segunda parte explora seu argumento de que tais desafios não são exclusivos do Uruguai, mas compartilhados pelas trajetórias nacionais dos países latino-americanos ao sul do Río Bravo. Por fim, o artigo aprofunda-se na problemática da identidade latino-americana sob perspectivas culturais e geopolíticas, destacando obras fundacionais que concebem a história da região como um projeto de unidade.

PALAVRAS-CHAVE: Uruguai, unidade, “Pátria Grande”, filosofia, identidade.

ABSTRACT: This article offers a critical introduction to the principal essays of Uruguayan philosopher Alberto Methol Ferré, with particular emphasis on his seminal work *El Uruguay como problema*. It situates Methol Ferré's thought in dialogue with a selection of texts addressing the broader theme of Latin American integration. The first section analyzes Uruguay's historical dilemmas through Methol Ferré's interpretative lens. The second section explores his argument that such challenges are not unique to Uruguay but are, in fact, shared across the national trajectories of Latin American countries south of the Río Bravo. Finally, the article engages with the problem of Latin American identity from both cultural and geopolitical perspectives, drawing attention to foundational texts that conceptualize the region's history as a project of unity.

KEYWORDS: Uruguay, unity, “Patria Grande”, philosophy, identity.

Introducción

Semblanza de Methol Ferré

Alberto Methol Ferré fue un intelectual nacido en Montevideo, Uruguay en 1919, donde falleció en 2009. Estudió la carrera de Derecho y Filosofía, pero mostró un gran interés por la historia de América Latina, la geopolítica y la Teología, especialmente en lo que denominó como la “Teología del Pueblo”. Fundó la revista *Nexo*, aludiendo con su título a su preocupación por la unidad latinoamericana. Su reflexión por el pueblo latinoamericano fue fortalecida durante su participación en el Consejo Episcopal Latinoamericano (CELAM), subrayando la importancia de la cercanía de la Iglesia Católica con los laicos y con las clases populares latinoamericanas. Su pensamiento ha influido particularmente en la formación intelectual del Papa Francisco, precisamente por su sensibilidad ante las realidades sociales de América Latina en su búsqueda de justicia, igualdad y unidad.

Metodología: de la tradición de la unión latinoamericana al arielismo

Después de Bolívar, la idea de la “unión latinoamericana” fue forjada desde el siglo XIX por el colombiano José María Torres Caicedo y en cierta medida con la frase de Vicente Rocafuerte donde decía que “Hispanoamérica es una sola y gran nación”. Los franceses terminarían de acuñar el término de “América Latina” al sentirse “herederos de España y Portugal” en cuanto al nuevo dominio que querían producir y el contrapeso a la expansión anglosajona. Sin embargo, fue hasta el siglo XX cuando se formuló la “primera visión geopolítica de la estructura latinoamericana” a cargo del diplomático español Carlos Badía Malagrida, un lector de Friedrich Ratzel -padre de la geopolítica- que estuvo en contubernio con la generación del 900 o también llamada por Methol la generación “modernista”. En su lectura subraya que este rescate de la visión unificadora de la América Latina se hizo en Europa, principalmente en Madrid y en París. También destaca la descripción del historiador mexicano Carlos Pereyra sobre la necesidad de conjugar industrialización y geopolítica para recuperar dicha unidad perdida.

Methol ve en la obra *Ariel*, de José Enrique Rodó, el horizonte trazado. Allí interpreta la unidad moral y no sólo intelectual o política de la juventud latinoamericana. Ésta se empezó a organizar por inspiración de Rodó y en 1908 logró la celebración del Primer Congreso

Estudiantil Latinoamericano, el cual tuvo lugar en Montevideo. El llamado se dirigía a crear vínculos hasta entonces inexistentes entre las distintas naciones.

La solución práctica de la propuesta emergida del arielismo fue el gran pensamiento importante surgido en Latinoamérica, muy desvalorado por los yanquis y los rusos: el populismo. Surgió desde adentro y fue encarnado por Haya de la Torre en Perú, Vargas en Brasil, Perón en Argentina, Ibáñez en Chile, Cárdenas en México y Rómulo Betancourt en Venezuela. Esta es, en una síntesis muy reducida, la visión geopolítica en la que se movió Methol Ferré.

Objetivo general

El objetivo general de este trabajo es mostrar el desarrollo de la teoría de la unidad latinoamericana, en su desarrollo del arielismo, a partir de las reflexiones de Alberto Methol Ferré. Este seguimiento se realiza con especial atención a su visión de la geopolítica latinoamericana, en lugar de enfocarse en la tradición literaria que heredó de José Enrique Rodó. De esta forma, se explora constantemente su diálogo con la historia, mundial, y latinoamericana, desde las coordenadas de la importancia de la unidad de todo el continente como parte imprescindible de la búsqueda de su identidad. Se sigue un esquema cuidadoso que va de lo particular a lo general, comenzando por su análisis de la realidad geográfica, histórica y política del Uruguay, precisamente *El Uruguay como problema*, hasta llegar a su interpretación de la política internacional del Cono Sur y del conjunto de América Latina.

Planteamiento inicial

Hacia 1967, Alberto Methol Ferré intentó responder la cuestión sobre las posibilidades reales de la independencia del Uruguay, si es que tales cabrían en el sustrato de la existencia. Para emprender esa búsqueda, no optó por un tratado filosófico sistemático ni por una revisión exhaustiva y rígida de la historia de dicho país o de Hispanoamérica en general. Más bien, se inclinó hacia un ensayo integrador, con algunas licencias literarias y apelando constantemente a su forma peculiar de concebir la política, la geografía, la filosofía e incluso la teología. Al mismo tiempo, recogió parte de la tradición literaria emergida en el siglo XX que comenzó a plantearse la realidad hispanoamericana en términos de *unidad*, con particular énfasis en el auge que el *Ariel* tuvo, destacando también la repercusión de escritores como Francisco García

Calderón, Manuel Baldomero Ugarte, Rufino Blanco Fombona, Haya de la Torre, etc.; además de la gran influencia generada en los sectores juveniles anteriores a 1970.

Aunado a esta tradición latinoamericana, Methol también conoció y recibió críticamente la obra de Alfred Mahan, Nicholas Spykman, Kissinger, Fukuyama, Huntington, Brzezinski, Spengler, Toynbee, Sorokin, Wilhelm Schmidt, David Ricardo, Saint Simon y Friedrich Ratzel (Podetti, 2014, p. 83). Además, desde adolescente estudió el existencialismo, sobre todo de Sartre y también el personalismo de Mounier. Además de estudiar Derecho, también cursó la carrera de Filosofía en la Universidad de la República. Por eso, entre sus lecturas destacan las obras de Chesterton, Unamuno, Maritain y Gilson. Pero también conoció la obra de Marx y a los marxistas latinoamericanos, principalmente a sus dos amigos y maestros: Jorge Abelardo Ramos y Arturo Jauretche. Así se entiende que publicara el pequeño libro *La Izquierda Nacional* en Buenos Aires, en la editorial Coyoacán de Ramos, con una vocación marxista y, sobre todo, latinoamericanista. Hay que aclarar, como señala Ghiretti, que Methol veía en el marxismo un humanismo comunitario, basado en la libertad (Ghiretti, 2011).

Tras quedar ávido de respuestas más tangibles, este gran panorama literario requería a sus ojos un aterrizaje en términos geopolíticos, el cual creyó hallarlo en dos figuras centrales en la historia de Uruguay y de Argentina: Luis Alberto de Herrera y Juan Domingo Perón. El discurso identitario exigía para Methol una praxis pública que trazara un camino visible por el cual transitar. Sólo mediante un ejercicio político a gran escala podría enderezar el camino hacia la unidad que se había desviado en el transcurrir de las inconexas y poco fructíferas historias nacionales de la América española. Tras la imposibilidad inmediata de dicho proyecto, no hubo otro remedio que dejar las puertas abiertas a esa propuesta (tradicionalista y modernizadora al mismo tiempo) y explorar vías alternas de integración que pudieran repercutir finalmente en la consolidación de la *Patria Grande*, es decir, en la meta –hoy bicentenaria –de la gran Nación Latinoamericana.

En este trabajo, se intentará exponer a grandes rasgos los puntos que se juzgan esenciales en la obra de Methol que van en relación primordial con el discurso identitario en América Latina. Para ello, se abordará como eje central la postura del autor presente en *El Uruguay como problema*, pero al mismo tiempo se abrirá un breve diálogo con una selección personal de otros textos suyos en distintos momentos de su vida, los cuales también muestran una preocupación semejante por establecer el problema de la identidad en Hispanoamérica.

Siendo un pensador que vivió entre el año de 1929 y 2009, Methol logró reflexionar con escrutinio sobre la transición completa de períodos históricos tales como las guerras mundiales,

la guerra fría, el ascenso y la crisis del comunismo, la Revolución Cubana y las dictaduras militares en América Latina. Como ha sido posible revisar una serie grabada en vídeo donde el autor reflexiona a viva voz sobre *La Nación Sudamericana*, se puede apreciar cómo despliega con mayor o menor amplitud el contenido de sus principales escritos y –necesariamente, por la inminencia de la historia– cómo confirma o pule el matiz de sus acepciones de acuerdo con la sucesión siempre inesperada del futuro: el porvenir de América Latina, teniendo como llave el Uruguay como un problema (o el problema del Uruguay).

1. El Uruguay y su esfinge criolla

En esta primera sección se exponen las reflexiones de Alberto Methol Ferré a partir de la geopolítica del Uruguay. En este sentido, se subraya la dimensión de identidad del país desde una perspectiva histórica, abordando el “problema” como su ser “esfinge criolla”; hasta llegar a un “estado tapón”: es decir, como un rol político de mero eje geográfico entre las dos grandes potencias económicas de Sudamérica: Argentina y Brasil.

Un problema geopolítico

Más allá del nombre de un río, el nombre del país expresa poco. Lo que sitúa la problemática del Uruguay, empero, no es su toponimia ni su etimología. Desde el principio, Methol configura su situación en relación con las naciones vecinas de Sudamérica: Argentina, Brasil y Paraguay. Está claro que la unidad implica *de facto* entender a una parte sólo en relación con la otra o las otras: su conexión es tal que llegan a compartir la misma incertidumbre. La consecuencia trágica de esta negación sería el olvido propio. Como si la autosuficiencia y la tranquilidad reinasen, la apatía funge como rectora de la dinámica uruguaya, que se asemeja más bien a “una vieja familia en desgracia” a la que no interesa su colapso:

Un país detenido es también la vida atrancada de su población. La ausencia de dinámica y esperanza colectivas se configura en el desgranamiento de vidas individuales obturadas, en la pudrición de energías inmóviles o mal aplicadas, sin posibilidades objetivas normales de autorrealización y servicio. Sociedad sin horizontes abiertos es hombre sin perspectiva. La emigración o el catre. Son estos tiempos de epidemia psicoanalítica en la sólida clase media montevideana, angustiada por la angostura de sus proyectos reales de vida y la acechanza atmosférica, cierta y omnipresente del deterioro general de sus condiciones de existencia (Methol Ferré, 2007).

Se considera *El Uruguay como problema* como la culminación del libro de 1959 *La crisis del Uruguay y el Imperio Británico*. En este libro ahondó en una descripción más

específica de los problemas del Uruguay, sentando las bases de lo que en el otro texto ampliaría hacia una geopolítica continental; partiendo por supuesto de los rasgos locales y más inmediatos de su propia tradición. En las lecturas de la mayoría de las obras de Methol, es inevitable encontrar paralelos históricos y culturales con las otras naciones latinoamericanas. Por ejemplo, desde el inicio de *La crisis del Uruguay y el imperio británico*, se destaca la influencia de la visión anglosajona de la división del trabajo aplicada en Uruguay, aunada a la incapacidad de tener una gran industria nacional, sosteniendo una muy limitada sustitución de importaciones y una producción mayoritariamente agropecuaria (Methol Ferré, 1959).

Ya desde ese temprano texto de 1959, reflexionaba sobre la industrialización en Argentina y en Brasil y la necesidad de un desarrollo agropecuario moderno, sin dejar de lado un modo industrial de producción. Aunque desde su juventud, Methol conocía y aceptaba de forma reflexiva el marxismo, no tenía problema con explicar la importancia *per se* de la industria como parte de la praxis humana científica y no tanto biológica o naturalista. Como fruto de la inteligencia humana para la supervivencia, las posibilidades de creatividad y desarrollo de una sociedad, incluyendo la uruguaya, serían ilimitadas. En este sentido, debe tenerse presente que el marxismo no niega la capacidad creadora y científica del hombre, mucho menos su despliegue en desarrollo material, sino más bien las relaciones de producción viciadas en una dialéctica opresora incesante del burgués hacia el proletariado en lugar de un reparto justo, equitativo y digno de la producción entre todos los miembros de una comunidad.

Precisamente, el pensamiento de Methol intenta romper los esquemas en sí mismos eurocéntricos de “centro y periferia”, llegando a invertir los términos: se debe iniciar un proceso en que la periferia no sea dependiente del centro y se vuelva centro de sí misma. Para ello, invitaba a desentenderse de la admiración ciega hacia los centros imperiales (como las universidades de París, Oxford o Heidelberg) y comenzar a fijarse en las otras naciones vecinas del continente americano. La solución argentino-brasileña sería solo un primer paso, sin pretender convertirlos en potencia-eje, para una verdadera nación latinoamericana. Desde esta perspectiva, el proyecto incluye a las nuevas generaciones, con una autoconciencia común de la propia realidad. Recobrar la confianza en los propios pueblos latinoamericanos sería emprender una política nacional de inteligencia americana y popular. En suma, desde la crisis del Uruguay, Methol apuntalaba ya una solución, un nuevo comienzo para un pensamiento político realista (Methol Ferré, 1959).

El trauma de un Estado “tapón”

Había un problema grave a la hora de hacer frente a la historia del país, ya que ésta no ofrece las respuestas que posibiliten un futuro. Más bien, se trata de una pared que Methol traduce como la imposibilidad de hallar una solución dentro del mismo Uruguay. Y es que en este caso, el nacimiento del Uruguay –como en varias reflexiones sobre los países americanos– constituye un *trauma*. De este modo, se expresa en una suerte de inconsciente colectivo, que se asoma a la mente de los uruguayos como un fantasma. En particular, Uruguay accedió a la historia como un “Estado Tapón”, problema que se ha tratado de mantener oculto y que encierra paradójicamente el estado *consciente* de la reflexión que se necesita. Hay que aclarar que no se trata exactamente de una conciencia con el matiz freudiano, pues si bien se sirve de las categorías del psicólogo austriaco, Methol piensa más hacia una “conciencia geopolítica”:

Sueños exóticos no son política exterior. Es que recibimos los espacios y su dinámica económica-política, más que los construimos. Tenemos ojos pero no manos. ¿Cómo saber lo que no hacemos ni podemos hacer? Lógica es la rareza de un sentido geopolítico uruguayo, y esto no delata más que nuestra casi ausencia de la política internacional (Methol Ferré, 2007, p. 17).

Una cuestión que no se reduce a Uruguay, sino que es sintomática de los países pequeños dependientes de otros. Los países grandes que alcanzan el rango de potencias, lo son por su capacidad de intervención. Los pequeños, en cambio, mantienen una política de no intervención. Sin embargo, Methol encuentra que la realidad viviente se encuentra justo entre los límites del intervenir y del no intervenir (Methol Ferré, 2007, p. 15). Paradójicamente, dentro de la propia no intervención, se encuentra la existencia, por lo que de alguna manera también hay una participación. Estar en el mundo es, por consiguiente, un modo de ser intervenido y de intervenir, pero subrayando *un modo de ser* sobre el cual debe girar la reflexión.

La tradición latinoamericana como rescate

La concepción que se aborda es la de una historia universal manifiesta primordialmente como crisis, pero que percibe momentos de estabilidad en los que puede vivir la mayor parte de la sociedad. El fin y el origen se confraternizan, haciendo del problema de identidad local una cuestión antropológica: comienzo, fin y sentido. Por ello, para arribar a la universalidad hay que partir de la vulgaridad, desde las banalidades si es necesario. Esto va en una sintonía distinta de la dialéctica hegeliana, así como del desarrollismo que reduce la moralidad a puro

moralismo y que la extrae de la participación política. Si se habla en términos de Cielo y de Tierra, tal vez deban ir de la mano y sólo así se podrá hablar del pecado en términos actuales: sociales, en la dinámica de clases dominantes, instituciones y relación de prójimo a prójimo. Ni particularidad aislada ni absolutos vacíos. El camino que trata Methol es el de rescatar la vulgaridad de la historia universal y es en su reflexión sobre el Uruguay como problema donde llega a pasar el umbral que en este texto también de 1967 sólo anunciaba.²

De esa conciencia histórica, en la tradición popular, ha surgido la teología de la liberación. Para Methol, lo más importante de ese proceso es su carácter latinoamericano. Antes de esa corriente, hasta en la teología en América Latina se era deudor de las influencias europeas. Como una de sus propiedades originales está el no pensar desde lo abstracto o *ex aeternitas*, sino desde una situación concreta –la preferencia por los pobres y el compromiso por la liberación contra la esclavitud y el dominio–. Methol recuperó así la noción de vocación católica, de una universalidad que nace si y sólo si hay un sustrato concreto. A pesar de que se enfrenta a varias paradojas, todavía por resolver, lo importante es que pudo ver en ella una alternativa propia, latinoamericana. En Europa, por ofrecer un contraste, esta concepción ha sido imposible debido al fuerte debate entre secularización y nihilismo (Methol Ferré, 1973). En cambio, Methol articulaba de una manera original la tradición popular latinoamericana con la geopolítica en una síntesis en camino a la efervescencia del continente.³

Pensar un país pequeño en la órbita mundial exige una revisión histórica, la cual no queda exenta del diálogo con las leyendas y los constructos culturales. Uruguay nace de Hispanoamérica, América Latina, Iberoamérica, la América española y portuguesa. Pero la historia sólo empezó allí. Cuando el imperio hispánico se debilitó, apareció el imperio británico, “a Magallanes le siguió el pirata Drake”. Luego, al Imperio Británico le sucedería el “Imperio Yanqui” en el siglo XX, sumando finalmente tres imperios en la cuna de América Latina.

La historia a revisión, sin revisionismos

El Imperio Hispánico sufrió una ruptura con la secesión de España y Portugal y con ello se paralizó la unidad nacional ibérica, decantando en la separación del Brasil, ¿pues qué es el

² Por supuesto que se hace referencia al ensayo aparecido en la Revista *Víspera* de Montevideo, en agosto de 1967, “Vulgaridad y urgencia de la historia universal”. Se considera a este ensayo, el texto más complejo que Methol escribiera, donde llevó las máximas consecuencias de sus ideas en una reflexión alternativa y que merecería una comparación aparte con las tesis de filosofía de la historia de Walter Benjamin.

³ Sobre esa conexión de tradición popular y nacional con la geopolítica latinoamericana, se recomienda el estudio de (Martínez Restán, 2010).

portugués sino un gallego separado? dice Methol (Methol Ferré, 2007, p. 18). Con estas divisiones, el Uruguay nació de la tensión entre España y Portugal a través de Inglaterra, como una “frontera de conflicto y base de penetración en el Atlántico Sur y el corazón sudamericano” (Methol Ferré, 2007, p. 18). Desde aquí, se aprecia que el Uruguay nació a partir de un conflicto, como un problema en sí mismo, con el fin de solucionar otro. Una dinámica curiosa de pasado, presente y futuro.

Al final, el éxito de la independencia se convirtió en el gran fracaso de los libertadores. Más que una liberación, se esgrime una traslación imperial que persiste en el siglo XX. La alianza de las oligarquías comerciales agroexportadoras americanas con los comerciantes ingleses, generó la separación de la América española en una veintena de repúblicas con una historia egocéntrica, sin dejar de ser mundos agrarios y países dependientes de otros.⁴ Esta peculiaridad genera un sistema repetitivo que se perpetúa en el desarrollo de cada país, un ciclo con la estructura del eterno retorno: “oligarquía-anarquía-tiranía” (Methol Ferré, 2007, p. 20).

A ese mito, debe sumarse el de la esfinge y en este caso, una esfinge criolla: el símbolo de José Gervasio Artigas. Con la investidura de caudillo, es proclamado en la cotidianidad uruguaya como la figura central de la Plaza de la Independencia de Montevideo. De un extraño modo analógico, se ha asociado su estatua sin un mayor dato que su nombre con la “gloriosa independencia” del Uruguay. En la mirada de Methol, Artigas no peleó por el Uruguay, sino por las Provincias Unidas del Río de la Plata. La proclamación de la independencia del Estado Oriental de Uruguay resultó ser la derrota definitiva de Artigas, quien tuvo que exiliarse en Paraguay y cuando recibió la indicación de regresar, dijo “yo no tengo patria”.⁵

En el fondo, Artigas resguarda el secreto nacional del Uruguay, su “destino incumplido”. La denuncia a la separación quedó enterrada –sin sentido– bajo la falsa dicotomía entre “civilización y barbarie” donde “el imperialismo disimuló su faz” al ser el discurso de los vencedores. Como contrapeso, Methol identifica a José Hernández a través del *Martín Fierro* y a Juan Bautista Alberdi quienes criticaban el disfraz que la oligarquía utilizaba bajo el signo de la democracia. Más que Estados Nacionales, el resultado fueron Estados Parroquiales, citando a Toynbee (Methol Ferré, 1961). Cada oligarquía comercial se estableció en un puerto y cada ciudad portuaria fundó su país, ahogando la lucha de Bolívar, San Martín y Artigas por la unidad latinoamericana; la cual desde el fracaso de la Constitución de Cádiz o su rechazo por el absolutismo de Fernando VII, ya sufría su primera separación.

⁴ Documental “La Nación Sudamericana”, Capítulo 1.

⁵ Documental “La Nación Sudamericana”, Capítulo 1.

De la política a la sociedad

Hay que tener en cuenta la distinción oportuna que Methol recuerda entre Estado y gobierno. En el lenguaje popular y en los medios de información se suelen usar como sinónimos, sin advertir la diferencia entre uno y otro. Ese error se localiza desde el pensamiento liberal burgués, el cual separó a la sociedad de la unidad del Estado; invirtiendo el sentido originario del término. El uruguayo recuerda que esa división restringe las capacidades de la sociedad en el ámbito público o político. El Estado, desde este punto de vista, estaría inmerso en un tipo de sociedad determinado, el cual tendría a su vez otras sociedades dentro de sí. El problema general, a lo largo de la historia, ha sido el endiosamiento del Estado; actitud que ha derramado mucha sangre en América Latina. Para remediarlo, Methol rescata la noción primigenia de “Iglesia”, como un hecho contingente y, por lo tanto, inserta en el mundo –sinónimo del Estado–. El verdadero lugar de los fieles es en este mundo, humano, donde se entretejen distintas relaciones (Methol Ferré, 1973). De este modo se pueden reivindicar categorías tan importantes como la religiosidad popular –opuesta en su concepto a la retórica oficial e imperial– y con ello pensar en un rasgo distintivo de las sociedades latinoamericanas.

2. La identidad originaria de América o la esperanza futura

Una vez planteado el problema del Uruguay desde la sensibilidad interna de Methol, se procede a analizar el rol que él leyó en su país en relación con las amenazas imperiales que han acechado la configuración geográfica de América Latina. La primera preocupación la ha focalizado en el rol del imperio británico y su incidencia en los cambios territoriales de América Latina desde los movimientos de independencia. La segunda amenaza evidentemente es el caso de los Estados Unidos, que suplieron a Gran Bretaña en esa labor. Se muestra cómo Methol parte de estas denuncias para poder iniciar a proponer algunas soluciones, desde la propia identidad uruguaya.

El patriciado y la Gran Bretaña

El Uruguay nació del mar y para el siglo XIX, el mar era inglés. Canning festejaba la separación de las Provincias Unidas del Río de la Plata y las independencias de Hispanoamérica debido a la gran posibilidad de volverla inglesa, no a través de las armas, sino de los negocios. Los ingleses necesitaban de una ciudad “hanseática” y ésta sería Montevideo, señalando la labor

de Ponsomby en este proceso. Los “patriciados”, como llamaba Methol a las oligarquías comerciales, se mostraban orgullosas de poder ser el almacén de las naciones industriales y de ese modo ocupar un lugar importante en el globo terráqueo de la civilización. En el fondo, la “civilización” era el nombre del imperialismo en el siglo XIX (Methol Ferré, 2007, p. 21), el cual impidió la unidad y la verdadera independencia de América Latina.

La figura del Patriciado es peculiar, debido a que Methol la presenta como un híbrido entre feudalismo y burguesía, sin llegar a ser completamente alguno de los dos elementos. Por una parte, era la clase dominante de un país dependiente y dominado, con una ideología económica liberal y, por el otro lado, tenía una raíz eminentemente rural y no burguesa. Sin llegar a consolidar una nobleza o una aristocracia, fue la columna vertebral de Uruguay durante todo el siglo XIX hasta que se formaron los arrabales y los cinturones agrícolas con los inmigrantes y la política de Batlle. En este caso, los dominados eran las clases rurales, los cuales no llegaban a articularse como una fuerza social, sino que se mantenían dispersos; lo que impidió que arremetieran en acontecimientos análogos a la toma de la Bastilla. En grado máximo, llegaban a formar pequeñas guerrillas para defenderse del patriciado al hostilizarlo. Sin embargo, su tendencia a la soledad y su permanencia en un cierto anacronismo le impedían entrar en una revolución (Methol Ferré, 2007, p. 20).

Uruguay, desde que fue dado a luz, se incorporó rápidamente al sistema económico “unicocéntrico” comandado por la Gran Bretaña. De esta manera, el mecanismo social se articuló bajo el esquema de la sociedad victoriana y la *belle époque*. Las naciones americanas –ya independientes– mirarían hacia Londres y París, sin crear nexos internos. Methol identificó a este proceso como la consumación última de la “balcanización hispanoamericana” (Methol Ferré, 2007, p. 20), con una paz aparente bajo la que subyacía un extrañamiento total de una nación vecina hacia la otra, con un desarrollo puramente exterior. Fue un clima de “*Pax Britannica*” que determinaba las relaciones internacionales de los orientales, que transitaron “De una continua “internacionalización” a una “nación”. O mejor, a una semicolonía privilegiada que se sintió nación, pues formó una verdadera comunidad. El Uruguay dejó de ser problema y se sintió definitivo, con “conciencia complacida.” Ése era el estado de “la Suiza americana”, llamada así por el aislamiento hacia su entorno y su rol de neutralidad (Methol Ferré, 2007, p. 22).

La nueva amenaza imperial a la identidad latinoamericana

En contrapeso del orden británico, la nueva potencia económica mundial comenzaría su propio proceso imperialista. Estados Unidos de América invadió el mundo de las inversiones y préstamos en América Latina, desde la Primera Guerra Mundial. Aunque la Argentina y el Uruguay se defendieron con la doctrina de la no intervención, el coloso del norte se instalaría definitivamente como protagonista internacional a partir de la Segunda Guerra Mundial. A estas alturas, los pueblos agroexportadores de América Latina comenzaron a pensar en su propia industrialización, la cual los llevaría a una liberación nacional. Saldrían del Tercer Mundo que se consideraba un inframundo (Methol Ferré, 2007, p. 23). En la actualidad, el término de Tercer Mundo guarda una connotación todavía peyorativa y probablemente su acuñación después de la segunda posguerra surgió ya con esa carga. De alguna manera, ese término de inframundo correspondía a la barbarie, la cual se oponía a la civilización desde los debates ilustrados en Europa y en América Latina.

Empero, no pasaba del mismo modo en la conciencia histórica de los uruguayos –que prácticamente no existía–. Se decantaba irreparablemente hacia algún extremo: o Uruguay había crecido solo, con sus propias fuerzas productivas y un impulso nacional interno “a puertas cerradas” o había sido una mera exterioridad dentro del crecimiento mundial, una historia con puertas tan abiertas que rechazaba en definitiva a una nación pequeña: “Nos escindimos en pueblerinos o ciudadanos del mundo” (Methol Ferré, 2007, p. 23), cuestión tan apelada en las reflexiones sobre la identidad en Iberoamérica.

Según Methol, la balcanización no significaba sino derrota, vivir alienados. Para Latinoamérica entera, vivir significa desvivir. La alienación se traduce en exilio y éxodo. El alma quedó escindida entre Artigas y Uruguay, San Martín y Argentina. ¿Quién fue realmente el exiliado? Es una cuestión inserta en la “dialéctica de los destierros”, los vencedores y los vencidos (Methol Ferré, 1960). Para la historia uruguaya, una coexistencia recurrente que exigía dirimirse entre interioridad o exterioridad no entrañaba más que la ausencia de una cuestión sobre el Uruguay, éste dejaba de ser un problema en cualquiera de las dos alternativas y es menester hacer explícita una de las ideas centrales del escritor latinoamericano: que el Uruguay es en sí mismo un problema y allí está su esencia.

La tercera vía de cambio

Methol hablaba de la balcanización desde 1959 en *La crisis del Uruguay y el Imperio Británico*, donde describe a Latinoamérica balcanizada históricamente. Entendía que el fruto de la independencia fue la desintegración nacional y que no se podía mantener el prejuicio europeo u occidental de dependencia en cuanto a sus teorías sobre el Estado. Mientras que en Europa se podía identificar Estado con Nación, en Latinoamérica no es posible porque “Somos múltiples patrias y una sola Nación” (Methol Ferré, 1959). Con esta idea no debe pensarse en un resurgir idealista de la antigua monarquía, porque el pensamiento de Methol tendió siempre hacia la democracia. Más bien, apunta hacia un proyecto a futuro, que parte de una memoria histórica y un pasado donde se consolidaron sólidos y amplios vínculos culturales, sociales, morales, políticos, económicos e incluso religiosos y espirituales.

En ese punto, Methol siguió desde joven la política de Luis Alberto de Herrera, quien desde la política siempre vio al Uruguay “con una gran interrogante en la frente”; por la cual consistía en “una fragilidad histórica, una opción a renovar día a día, a mantener y salvaguardar por encima de todo”. Había que ir a la esencia, no a los accidentes y Herrera, el “último patricio oriental”, llegó a ver con particularidad dicha incertidumbre. La No Intervención la expresaba en términos de naturaleza nacional, en clave política: ni era un “con”, ni un “contra”. Para el Uruguay, según Methol, esta doctrina no sólo es un pacto de derecho internacional, sino la razón de su existencia:

Diríamos que el Uruguay es fruto de una intervención para la no intervención. Fuimos intervenidos, para no intervenir. Es el otro rostro del destierro de Artigas. Más que exilio de Artigas, hubo exilio americano del Uruguay. Tal el sentido de la Paz de 1828, origen del país. De ahí el mote de todos conocido: Estado tapón, “*algodón entre dos cristales*”. Costó el trágico período que va de la Guerra Grande a la Triple Alianza. Así, antes nació el Estado que la Nación (Methol Ferré, 2007, p. 29).

Y Herrera defendió la “No Intervención” en un periodo crucial. Durante la Segunda Guerra Mundial, se opuso a la instalación de bases militares de EUA en territorio uruguayo. La neutralidad no implicaba la “coerción contra un país hermano”, como lo era la Argentina. Además, mientras Perón era la presa de los periódicos, Herrera mantuvo las relaciones exteriores con Argentina, adoptando ese rostro “peronizante” en el Uruguay. Al dejar una herencia, no se puede emprender su mismo matiz, pero como toda herencia lleva consigo la carga de la historia, hay que aprender de las viejas condiciones para partir hacia lo nuevo. Si Herrera preveía más cercano el caos ante cualquier solución que pudiera surgir (“*Ce n’est pas*

la solution qui approche, c'est le chaos qui commence”), en la nueva aventura uruguaya no había que perder su perspectiva (Methol Ferré, 2007, p. 34).

Esta simpatía juvenil de Methol con Luis Alberto de Herrera se dio en el contexto en el que el político mantenía una lucha contra las bases militares de los Estados Unidos en Uruguay. Por esta razón, esgrimió el principio de la no intervención. Luis Vignolo, biógrafo de Methol, advierte que este respeto y admiración era hacia el Herrera joven y no en sus gestiones posteriores. Después de ver que Europa estaba balcanizada en el contexto de las guerras mundiales, Herrera era consciente de que se trataba de un mal no solo de los países balcánicos, sino de todo el continente (Vignolo, 2007). De esta forma se aprecia que había una lectura geopolítica que anticipaba la necesidad de la unión continental sudamericana, en primer término, para evitar la catástrofe acaecida en Europa.

El peronismo y la importancia de la unidad

Falta hablar sobre el otro personaje: ¿A qué se debía el interés de Methol en Perón? Hay dos motivos principales que él mencionará en su texto posterior a la caída del peronismo, hacia 1955. En primer lugar, Perón mostró una gran resistencia al imperialismo de EUA que trataba de imponerse bajo el pseudónimo del “panamericanismo”. En ese proceso, optó por una vía alterna a Washington y a Moscú, como en su momento lo hizo Nasser en Egipto. En segundo lugar, el peronismo se basaba en el movimiento obrero y apuntalaba hacia la industrialización nacional. Sin embargo, cuando se rompió la alianza entre el Ejército nacionalista con las oligarquías –siempre traidoras de América Latina según las presenta Methol–, contribuyó en parte al fracaso del peronismo y fue una de las causas por las que no pudo regresar al poder en 1972. La política económica emprendida por las oligarquías comerciales del siglo XX –herederas del pasado–, se impuso a la bandera tripartita de “soberanía popular, justicia social e independencia nacional”. Para América Latina, el movimiento obrero es clave si se pretende recuperar un camino nacional. Por ello, más allá de los contratiempos y críticas, vio en Juan Domingo Perón una salida viable (Methol Ferré, 1984a). De la misma forma, el propio Perón vio en la teoría de Methol su proyecto político reflejado y por eso le escribió desde España sobre sus coincidencias en la importancia de la integración entre Brasil y Argentina y el siguiente paso con Chile (Vignolo, s.f.), en el famoso proyecto del ABC.

3. Trascender el Uruguay para ascender a Hispanoamérica

Siguiendo la estructura propuesta, se llega a un tercer punto donde se tratan cuestiones económicas y sociológicas; teniendo en cuenta la situación de Uruguay y su papel en la dinámica conjunta de América Latina. Se hace un énfasis en el seguimiento de Methol acerca de estas cuestiones, donde se observa una de sus principales soluciones geopolíticas, tomando en cuenta el ejemplo europeo de la separación de los países balcánicos, para aprender de sus errores y evitarlos.

El desarrollo económico de Uruguay

Con un nuevo imperio vigilando a la América Latina, Methol insiste en la cuestión de la posibilidad de las sociedades del Río de la Plata y en sus singularidades. ¿Cómo una comunidad tradicionalmente agropecuaria, rural, simple exportadora de materias primas; puede tener hábitos de una sociedad industrial? De forma ambigua, el subdesarrollo convive con el desarrollo, actividad que se perfiló hacia la proliferación de una vasta clase media en el siglo XX tanto en la Argentina de Yrigoyen como en el Uruguay de Batlle. Mientras en el extremo del norte ocupado por México, las Antillas y Centroamérica, las clases medias eran rebasadas en gran magnitud por la presencia del campesinado, en el Cono Sur la pequeña burguesía se expandía a gran velocidad, opacando al viejo patriciado. Allí la renta agraria debía repartirse entre el pueblo incipiente, el primero en América Latina que obtendría el sufragio universal y la pacificación de las vías electorales.

Esos desplazamientos sociales se insertan también en la propia dinámica psicológica del campesinado, el cual nunca se incorporó del todo al sistema capitalista. Los que se dieron cuenta de ello fueron los comerciantes que tenían filiales de *trusts* internacionales. A través de la Cámara Mercantil, el productor quedó como intermediario, perpetuando el vínculo del país dependiente con los centros industriales. Methol defendía el carácter agropecuario de la economía uruguaya y no podía aceptar esas nuevas dinámicas y exigencias del mercado mundial, una vez que se vieron obligados a entrar en sus redes. Las clases medias rurales tuvieron que adaptarse a esa lucha de precios y transacciones por la propia presión social. Por su parte, usando correctamente el término marxista de “plusvalía”, el autor señala que esa acumulación excedente de capital producido por el trabajo rural al principio logró mantener un alto nivel de vida sin mayores sacrificios (Methol Ferré, 1959).

Había un clima de justicia social ciudadana y comenzaron a hacerse inversiones (suicidas al final) en los bienes inmuebles. En ese sentido, sí reconoce que en Uruguay al mismo tiempo que hubo una industrialización, se desarrolló una legislación social. Empero, era un sistema que al final del día perjudicaba, no a los propietarios, sino a los más pobres. Toda la actividad económica se concentró en Montevideo a mediados del siglo XX, de un modo sumamente acelerado y desordenado y la producción agropecuaria se fue estancando al no renovar los métodos de producción.

La consolidación de las clases medias

Es un proceso complejo, encontrado en la mayor parte de los países latinoamericanos, la lucha de las clases medias rurales por su consolidación. A través de las ligas campesinas y la premisa de que la tierra es de quien la trabaja. Las congregaciones rurales se volvieron un lugar común que, por su carácter local y familiar, adquirirían una mayor importancia que en la ciudad. El choque contra el latifundio, sin embargo, no fue suficiente debido a que se estancó en un nivel ideológico. En este sentido, Methol acertaba al apuntar que la unificación en todos estos planos debe tener no solo bases históricas, sino emocionales. Fue en el ruralismo donde vio resurgir la tradición de Artigas, quien luchó por el reparto de tierras, contra los monopolios, a favor de una unión aduanera y en un sentido americano. De este modo, la lucha campesina adquirió un carácter nacional y se volvió un elemento imprescindible para recuperar el proyecto bolivariano (Methol Ferré, 1959). A partir del ejemplo uruguayo de la Liga Federal, Methol vio una tercera vía también en este campo alternativa al estatismo y al liberalismo. Entendió, como sucedió (solo parcialmente) en el caso mexicano y en casi todos los otros, que la revolución industrial solo es posible después de lograr la revolución agraria (Methol Ferré, 1959), la cual no solo debe modernizar las técnicas campesinas; sino partir de una base plenamente social y popular.

La sociedad rioplatense sólo debía organizar la distribución de la renta agraria, tratando de favorecer a la mayoría como en toda democracia, a pesar de que el sistema se orientara hacia la exportación. El Uruguay inauguró un “Estado de Bienestar” con seguridad social, educación universal, gratuita y laica, salarios, protección a los nuevos comerciantes; pero más bien era un “Welfare State sin industria, con pies de barro, pasto y pezuñas” (Methol Ferré, 2007, p. 39). Mientras que en Argentina surgía una burguesía industrial y su necesario acompañante proletariado, el Uruguay era incapaz de potenciar una industrialización semejante, llegando a desfondar el excedente agrario por su asfixiante y limitado mercado interno. Methol atribuye la

apatía y la conformidad pasada a la parálisis posterior, creciendo únicamente en miedo y agitación por no disminuir el nivel de vida: un completo drama por el descenso.

¿A qué se debe esa caída? Regresando a los postulados freudianos sobre el impacto de la cultura sobre la represión y la disciplina, se atribuye a una falta de la ascética que sí se presenció en el nacimiento de la Europa Moderna, del capitalismo y hasta dentro de los mismos mundos socialistas. La “cibernética natural” del Uruguay, liderada por la ganadería, ha desencajado hacia la ira popular, siempre en riesgo de quedarse en el vacío. ¿Qué haría falta para un cambio? Si se parte de una visión apocalíptica, quizá sólo en el sufrimiento y la desgracia podrían hacer entrar en una tensión real al país. Un no tener nada que perder para efectivamente futurizar a la sociedad. La revolución popular, un acto paradójicamente conservador (en el sentido de supervivencia), sería la única vía sensata disponible. Pero mientras la masa tenga inmuebles, no tiende hacia lo mueble; el sueño de la casa propia alcanzó el estrato de categoría filosófica a partir de la estrategia de “habitar sobre el planeta” de Vaz Ferreira y Piria (Methol Ferré, 2007, p. 42).⁶

El problema del capitalismo y su impacto negativo en América

No puede dejarse de mencionar la explicación profunda que Methol esgrimió sobre el sistema económico de la acumulación del capital. Este proceso alcanzó dimensiones exorbitantes a partir de la industria moderna, donde la base es el trabajo. Methol, más allá de Marx, dice que la acumulación de capital es una acumulación de trabajo, un trabajo no consumido de inmediato pero que producirá consumo en el futuro. Lo que las nuevas generaciones reciben, como cultura, es el trabajo acumulado y consumido hasta el cansancio anteriormente. La tradición se ve afectada porque está en juego la subsistencia del propio hombre, al que se le coloca en una constante dinámica de escasez, desgaste y estrangulamiento; mientras los mercados se expanden.

Con el eufemismo del “ahorro”, se ha llamado así tanto en la dictadura estalinista como en toda dinámica liberal, al gran sacrificio del consumo a favor de la producción. Los salarios son bajos si no se puede consumir y son altos si la acumulación de capital está limitada. Este es el diagnóstico de Methol, que cobra una vigencia muy amplia, pues permite explicar cómo Inglaterra y todos los imperios europeos lograron repartirse el mercado mundial a través de las

⁶ Vaz Ferreira fue un filósofo uruguayo conocido por su obra *Moral para intelectuales*. Aunque también escribió sobre los problemas sociales, de la tierra y del feminismo. Piria, su compatriota, fue un empresario que fundó una ciudad cuyo nombre remite a su recuerdo: Piriápolis.

invasiones. Esto posibilitaba, indudablemente, tener mayores mercados exteriores y se podría agregar a este aporte de Methol, mano de obra barata, mercados con sociedades de salarios muy bajos y consumos muy altos. En suma, es un desfase total de la cultura humana, entendida como la conjunción de la actividad y la materia o las cosas que reciben la praxis; quedando todo vinculado entre sí y sobrecargado en las “civilizaciones” industriales (Methol Ferré, 1954).

A pesar de la decadencia o crisis económica, Methol plantea el tema siempre en miras “hacia la gran nación inconclusa de América Latina”, partiendo aun de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio. La búsqueda de la unidad no sería un mero sentimiento continuador de la utopía bolivariana, sino la obligación de un nuevo perfil en el orden político y social del país: “la necesidad de trascender al Uruguay en que nacimos se hacía imperiosa, impostergable, fatal”. Consistía en dejar de ser uruguayos a la usanza pasada y pensar en una identidad más grande para sobrevivir en términos políticos, sin ser sombra del imperio norteamericano ni de cualquier otro. Por sí mismo el Uruguay no puede crecer como un imperio, ni estar a la altura del comercio internacional contemporáneo por sus propias manos, ya que se reduce a un “mercado aldeano” (Methol Ferré, 2007, p. 44).

Hacia la desbalcanización

Trascender el Uruguay resulta una cuestión que debe rebasar a los planteamientos de derechas e izquierdas. La única vía posible que se considera viable es reasumir la nación latinoamericana; no continuando con el modelo de trincheras de naciones separadas con una política “estéril”, a merced de las potencias mundiales, sin creatividad ni pensamiento crítico y autocrítico, como pura pasividad. La balcanización debe efectuarse hacia los representantes de las orientaciones de derecha e izquierda que creen aún en la supervivencia autónoma y egoísta. Esto constituye un intento por superar las retóricas latinoamericanas que no aceptan la proyección de la Patria Grande. Por su parte, el Uruguay como problema en sí mismo, como llave de la Cuenca del Río de la Plata y del Atlántico Sur, si cobra conciencia de esa misma condición histórica puede acoger su reorganización: “Para el Uruguay interiorizarse es latinoamericanizarse. Nuestra política nacional será ir más allá del Uruguay para salvar al Uruguay en el sentido de su propia historia. Si Ponsomby ha muerto, nos queda Artigas” (Methol Ferré, 2007, p. 44).

No se trata de un cambio de símbolos ni de la adopción de un modelo determinado, sino de actitud; una posición que el Uruguay debe asumir frente a sí mismo, Latinoamérica y el mundo. Si se explicaba que con el peronismo se adoptaba una tercera vía ante Washington y

Moscú; Methol agrega que esta “tercera” vía frente al mundo no es del todo adecuada. Para el Uruguay, ser *tercero* debe ser *primero* desde sí mismo y este “*sí mismo*” de Uruguay es lograr la gran nación latinoamericana. Por eso recuerda la cita de Manuel Belgrano publicada en el segundo número de *Nexo*: “*No se trata de cambiar de amo, sino dejar de ser perro*” (Methol Ferré, 1984b).

Es en el siglo XX donde se vislumbra esa oportunidad, puesto que la *polis oligárquica*⁷ se halla en crisis y el pueblo exige una mayor participación en la vida pública, demanda bases propias a partir de la creación de nuevas redes que alienten la integración industrial y la unidad latinoamericana. Empero, a esa sociedad le falta todavía salir de una crisis propia y ésta reside en el “sufrimiento que encoge, que rememora espejismos, que sólo protesta. Pues es posible que el sufrimiento también ilumine nuestra inteligencia y nos abra a nuevos horizontes (Methol Ferré, 1984b). Ante la versión *traumática* que aparecía como un fenómeno reiterativo más en la América Latina, Methol propone el aprovechamiento de dicho estado para partir del problema y lograr esa transición del pequeño Uruguay a la Nación Latinoamericana.

4. Internacionalización como clave de la identidad

En el último punto del artículo, se llega a un punto de madurez en la crítica de Methol Ferré, quien partiendo desde el problema concreto del Uruguay, llega a plantear la noción del ámbito internacional, del futuro y de la unidad latinoamericana como una utopía realizable; que no solo incluye una estrategia geopolítica, sino también una importante reconciliación histórica de América Latina consigo misma con el Viejo Mundo, siempre defendiendo la lucha contra el imperialismo.

⁷ De acuerdo con Fernando González Guyer, Methol se sirve del concepto de su amigo el sociólogo chileno Pedro Morandé para referirse al “control en sus enormes *hinterland*, generalmente poco habitados y con mínima intercomunicación. Estas *polis* estaban estrechamente vinculadas a un centro externo -el Imperio Británico en el caso de América del Sur- mientras que, en cambio, no estaban o estaban muy poco comunicadas entre ellas. Las “polis oligárquicas” se integraron a la economía mundial como exportadoras de materias primas, sobre la base de economías pastoriles, agrícolas o mineras.”. Así lo describe González Guyer en su ponencia “Alberto Methol Ferré y el nacionalismo latinoamericano”, presentada el 22 de Noviembre de 2012, en *las II Jornadas Académicas Alberto Methol Ferré* en la Universidad Nacional de La Plata. En la misma presentación, explica la *balcanización* como la fragmentación de una unidad en territorios regularmente hostiles entre sí. El término se utilizó para describir la separación de la Península de los Balcanes, pero partió de la división feudal de los territorios de las actuales Alemania e Italia durante la segunda mitad del siglo IX. Igualmente, destaca el vocablo germano *Kleinstaaterei* para aludir a la separación del Sacro Imperio Romano Germánico y para la primera mitad del siglo XIX; proceso que terminaría en 1871 con la unificación alemana.

La identidad desde el pasado hacia el futuro

Una identidad proyectada hacia el futuro, he aquí el sesgo principal que se piensa para Uruguay. En lenguaje de Ortega y Gasset, está “futurizado”, no es puro presente, sino que está siempre arrojado hacia delante (Ortega, Gasset, 2004, p. 145). Methol reinterpreta el estado comúnmente llamado “conservador” hacia un sentido de proyecto, de progreso. Si bien esa visión a futuro tiene un tinte de apuesta, va acompañado al mismo de tiempo de una carga de valores internos en los que se debe depositar cierta fe. De este modo, las decisiones que se lleven a cabo implican una lectura del concepto de poder como *posibilidad*. La justicia –meta en sí misma– requiere de una dinámica interna de acto y potencia. El poder no sólo se puede expresar en términos de dominio, sino que implica esta apertura hacia el porvenir, que para el Uruguay, radica en su *ser* internacional.

El gran dilema entre el pasado, el presente y el futuro, Methol lo tradujo con los términos de tradicionalismo e historicismo. Aunque se trate de polos opuestos, reconoció que el sentido histórico solo surge en sociedades que están enfrentando alguna crisis general. Lo tradicional se refiere a la estabilidad, una especie de morada; mientras que el sentido de historicidad apunta hacia el futuro y, por lo tanto, hacia la incertidumbre. Estos conceptos permiten explicar cómo heredó el pueblo uruguayo el sistema capitalista inglés o, para este caso, cómo no se identificó con él al vivir siempre a sus alrededores, en su periferia. Por el otro lado, el patriciado (los viejos oligarcas de la ciudad hegemónica) o la actual burguesía sí que miraban con admiración ese modelo económico. Incluso, los inmigrantes europeos que se asentaron en Uruguay llegaron con una mentalidad “precapitalista”.

Por lo tanto, participó también de la “alienación ideológica” de los países dependientes con respecto a su centro. Por parte de los intelectuales, al estar en un desajuste entre la ideología y la realidad, se enfocan más en pensar soluciones antes que los problemas, aunado a la recepción del pensamiento de Cousin, Comte, Spencer y Marx adaptados a las preocupaciones nacionales (Methol Ferré, 1959). Esa concepción precapitalista o la propia resistencia e incomodidad de la sociedad, al estar un tanto desfasada del sistema hegemónico; tampoco pudo ofrecer una alternativa en tanto aislada como una nación aparentemente soberana e independiente.

El desafío constante: superar las contradicciones

Es curioso que la conciencia antiimperialista no tuvo mucho peso en la sociedad uruguaya, al verlo en conexión con una idea de progreso. Según Methol, fue el propio imperialismo el que ayudó a corroborar la tradición y dio al pueblo una imagen de holgura, libertad e independencia. Hay, pues, una contradicción originaria en esta base que repercute además en la reproducción del sistema capitalista del modelo anglosajón, al transmitir las estructuras occidentales y los esquemas de dominador-dominado en las propias sociedades latinoamericanas. La burocracia y la consolidación de un gobierno fuerte –mal llamado Estado– se perpetuó también en los países dependientes a través del estancamiento que generan los latifundios (Methol Ferré, 1959).

De modo paradójico, aunque el Imperio Británico se retiró, este paso solo fue un avance más en la incursión de Uruguay en su propia estructura. Ya durante la Segunda Guerra Mundial hubo un desarrollo propio del país, pero no se debió a sus propios méritos, sino al paulatino y constante silencio del imperio inglés como potencia hegemónica; dejando paso casi de modo de traslación a Estados Unidos. Bajo este nuevo régimen, aunque se dejó de tomar de referencia a la “City” británica, el proceso de inserción al poderío estadounidense expresado en la dolarización del mercado no otorgó ventaja alguna a Uruguay. Aunque el nuevo imperio necesitaba de sus exportaciones, no ejerció su dominio a nivel ideológico-cultural como lo había hecho la Gran Bretaña. El resultado es que dejaron a la deriva sobre los nuevos e inciertos derroteros de la banca mundial (Methol Ferré, 1959).

El gran obstáculo para su proyección futura en la unidad es el influjo del tercer imperio que pretende dominar la realidad latinoamericana: los yanquis. Methol estaba sorprendido de la intuición temprana de José Martí; la cual se convirtió rápidamente en una advertencia y un llamado de alerta: desde el Congreso de Washington, el cubano advertía que América Latina debe luchar por su Segunda Independencia, la verdadera y la definitiva (Nájera Espinoza, 2010, p. 66-71). Esta posición Methol la verá proyectada gracias al impacto que generó el *Ariel* de José Enrique Rodó, un texto de 1900 que inauguraría el primer gran movimiento intelectual latinoamericano: el arielismo. En la mirada de Methol, Rodó vendría siendo el Fichte de América y el *Ariel* su “*Discurso a la Nación Latinoamericana*” (Methol Ferré, 2007, p. 46).

La unidad latinoamericana como un proyecto ético

Después de la balcanización americana, desde un plano ético, América repensaba su unidad. El modernismo sería la consecuencia literaria de este proyecto encabezado por Rubén Darío contra el “cazador” Teodoro Roosevelt. La difusión ensayista de la Patria Grande sería también abrazada por Manuel Ugarte, quien haría un esfuerzo geográfico por difundir esta idea y por Francisco García Calderón en Perú, pensando la unidad latinoamericana en términos globales (Ugarte, 1910; 1978; 2010). La conciencia latinoamericana surgiría, por lo tanto, en el amanecer del tercer imperio que trataría de subordinar económicamente a la América Latina con el pretexto del panamericanismo y la unión aduanera.

En el ámbito político, se intentó hacer freno a esta ambición expansionista con una ola industrializadora, encaminada sobre todo por Vargas en Brasil, Perón en la Argentina y Lázaro Cárdenas en México, quienes fueron opacados por el enemigo al ser difamados como “fascistas”. En Uruguay, Luis Batlle combatiría al imperialismo, pero adoptando un rechazo hacia Perón por las mismas calumnias que se publicaban. De una u otra forma, cada país de América Latina mostraba una resistencia ante la expansión yanqui; la cual, como un imperio curioso, quizá buscara ser amado, sin perder de vista su autoimagen. La proyección de la dependencia latinoamericana alcanzó tal magnitud que se utilizó el término “latinoamericanizar” como sinónimo de *balcanizar* para las divisiones hechas en África (Methol Ferré, 2007, p. 50).

La partición geopolítica del mundo cobraba factura y daba cuenta de la posición privilegiada del Uruguay en la unidad de la Cuenca del Río de la Plata, cómo se desaprovechaba y cómo se perdía el proyecto de Artigas; pero también mostraba el camino para recuperarlo:

La vuelta a la cuenca es retorno, en un nivel superior, a la visión geopolítica de Artigas, al que hemos achicado a nuestra mera estatura, convirtiéndolo en exclusivo héroe local. Pues Artigas es mucho más que nosotros, y nosotros su fracaso histórico. El Uruguay es la negación de Artigas, y su futuro será su reafirmación. El camino está señalado desde lo hondo, y cumple con la altura de nuestro tiempo (Methol Ferré, 2007, p. 51).

Si el Uruguay fue el resultado de la división de las Provincias Unidas del Río de la Plata –éxito inglés–, entonces el momento estaba a la vista de regenerar esa condición de “Estado-Tapón”. Si el periodo de dominio británico ha terminado, también lo ha hecho la clausura del Uruguay. La respuesta yace en restablecer los nexos, inicialmente por vía industrial con América Latina, abrir esas puertas de nuevo, “convertir el doble pecado del Uruguay en una doble virtud”, haciendo resistencia a esa aspiradora norteamericana. El Uruguay transitó por

tres soluciones: una argentina (Banda Oriental), una brasileña (Provincia Cisplatina) y finalmente la inglesa (su Estado-nación). Si esta última ya no existe, el nuevo Uruguay Internacional puede reconciliar las dos primeras en una síntesis no dialéctica, sino tan armónica que llegue a hermanarse con el Brasil:

Que seamos frontera que une y no que separa. Que el Uruguay sea no la anulación de la Banda Oriental y la Provincia Cisplatina, sino su conjugación. Nexo y no neutralización. Fue con esa idea central que allá por el '55 con Reyes Abadía y Ares Pons fundamos una efímera revista que por ello denominamos "Nexo". Hasta no quisimos traducir un artículo de Helio Jaguaribe y lo publicamos en portugués, porque sólo se traducen las lenguas extranjeras. Es, en nuestro concepto, el único camino nacional latinoamericano (Methol Ferré, 2007, p. 52).

La Patria Grande proyectada por toda una tradición empezada por Bolívar y Rocafuerte y recuperada por la generación del *arielismo*, implica para Methol "nacionalizar el destino". Por ello, trata de mantener un equilibrio en su postura y admite que el Uruguay por sí solo no puede industrializarse sin lograr la integración. La fórmula de aquellos escritores del 900 debe ser traducida en un proceso ordenado: la independencia real de América requiere desarrollo y el desarrollo necesita de una industrialización moderna. La no intervención y la neutralidad son obstáculos para una verdadera liberación y, por tanto, deben desaparecer. La intervención debe ser hacia dentro de la América Latina, recíproca. No se trata de que desaparezcan las naciones existentes, sino que recuperen la unidad política que desencadene la unidad social y así regresar al momento: "cuando ningún hispanoamericano era extranjero en ninguna de nuestras patrias" (Methol Ferré, 2007, p. 54).

5. Conclusión

Después de presentar una lectura intertextual de los textos de Methol Ferré como un desarrollo geopolítico del arielismo y la corriente historia e ideológica que aspira a la unidad latinoamericana, se puede apreciar en primer lugar que es un tema recurrente entre los intelectuales de América Latina del siglo XX, ante los desafíos que ha implicado la sucesión de la hegemonía británica por la estadounidense. Dentro de los temas y preocupaciones políticas que se repiten, sin embargo, se considera que existe una gran originalidad en el estilo y en los contenidos ensayísticos del autor; que además se relacionan con la tradición de la geopolítica latinoamericana de principios del siglo XX, que dialogó con las propuestas de Ratzel.

De este modo, reformuló unas preocupaciones propias de la gran "nación sudamericana" y logró una serie de formulaciones que tomaban en cuenta la dimensión popular

latinoamericana, su sentido histórico y un rechazo por el imperialismo anglosajón. Esta es la visión que se ha querido transmitir, ofreciendo esta lectura estructurada y escalonada del arielismo geopolítico de Methol, el cual todavía tiene una gran dimensión para continuar el análisis y la reflexión sobre las dinámicas entre la teología, la historia, la política, la sociedad y el territorio.

Referencias

AMERIGRAMAS. Documental. **La nación sudamericana. Una mirada de Alberto Methol Ferré**. Publicación: Argentina: Sadop, 2006-2011.

GHIRETTI, Héctor Fabián. A un año de su muerte: Methol Ferré, pensador imprescindible. **Todo es Historia**; 522; 1; 2011. p. 64-78.

GONZÁLEZ GUYER. Alberto Methol Ferré y el nacionalismo latinoamericano. In: **II Jornadas Académicas Alberto Methol Ferré**. Universidad Nacional de La Plata, 22 de noviembre de 2012.

MARTÍNEZ RESTÁN, Javier. **Alberto Methol Ferré: su pensamiento en Nexo**. Buenos Aires: Editorial Dunken, Universidad de Montevideo, 2010.

METHOL FERRÉ, Alberto. **La crisis del Uruguay y el imperio británico**. Buenos Aires: Editor S.R.L., 1959.

METHOL FERRÉ, Alberto. Prólogo. In: ROSA, José María. Artigas. **La Revolución de Mayo y la unidad hispanoamericana**. Buenos Aires: Fundación Raúl Scalabrini Ortiz, Cuaderno N.2, 1960.

METHOL FERRÉ, Alberto. Artigas o la esfinge criolla. **Semanario Marcha**, vol. 1.058, Montevideo, 19 de mayo, 1961.

METHOL FERRÉ, Alberto. Política y teología de la liberación. **Víspera**, vol. 34, 1973. P. 30-52.

METHOL FERRÉ, Alberto. Ante la caída del peronismo. Cambio en Argentina. **Nexo**, N.2, Año 1, p.12, Montevideo, marzo, 1984a.

METHOL FERRÉ, Alberto. Terceros incluidos y excluidos. **Nexo**, N.2, Año 1, p.6, Montevideo, 6 de marzo, 1984b.

METHOL FERRÉ, Alberto. El Uruguay como problema. **Revista Electroneurobiología**, Vol. 15, 5, 2007. p. 3-104.

NÁJERA ESPINOZA, Mario Alberto. Martí y la previsión de la segunda independencia para América Latina. **InterSedes: Revista de las Sedes Regionales**, vol. XI, núm. 21, 2010. p. 66-71.

ORTEGA Y GASSET, José. **¿Qué es Filosofía?** México: Porrúa. 2004.

PODETTI, R. Alberto Methol Ferré y la geopolítica sudamericana. **Cuadernos Del Claeh**, vol. 32, 99, 2014. p. 81–87.

UGARTE, Manuel. **El porvenir de la América Latina**. Valencia: F. Sempere y Compañía, Editores, 1910.

UGARTE, Manuel. **La Nación Latinoamericana**. Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1978.

UGARTE, Manuel. **La Patria Grande**. Buenos Aires, Capital Cultural, 2010.

VIGNOLO, Luis. “En torno a “El Uruguay como problema”. *In: Palabras pronunciadas el 18 de octubre de 2007 en el homenaje a Methol en conmemoración de los 40 años de la primera edición de “el Uruguay como problema”*, Palacio Legislativo de Montevideo, 2007.

VIGNOLO, Luis. s.f. Biografía de Alberto Methol Ferré, disponible en la página oficial en la sección de “**Testimonios**”. Disponible en: www.metholferre.com/methol_ferre/biografia.php

CRedit Author Statement

- **Reconhecimentos:** Agradezco al Profesor Stefano Tedeschi de la Universidad “La Sapienza” de Roma, al Profesor Nathaniel Gardner de la Universidad de Glasgow y a la Profesora Beatriz Gutiérrez Mueller de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.
 - **Financiamento:** Este proyecto ha sido financiado por el programa Civis 3i-Marie Curie en el marco del Programa Horizon 2020 de la Unión Europea, Grant Agreement.
 - **Conflitos de interesse:** No.
 - **Aprovação ética:** De la Universidad “La Sapienza” de Roma.
 - **Disponibilidade de dados e material:** Sí. Online.
 - **Contribuições dos autores:** Manuel López Forjas: Autor principal
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.



**DISPUTA DEL TERRITORIO, MARCOS INTERNACIONALES DE DESARROLLO
Y POLÍTICA PÚBLICA PARA LA EMANCIPACIÓN TERRITORIAL:
EL CASO DEL PROGRAMA ALTÉPETL EN LA CIUDAD DE MÉXICO**

**TERRITÓRIO EM DISPUTA, MARCOS DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
E POLÍTICA PÚBLICA DE EMANCIPAÇÃO TERRITORIAL: O CASO DO
PROGRAMA ALTÉPETL NA CIDADE DO MÉXICO**

**TERRITORY DISPUTE, DEVELOPMENT INTERNATIONAL FRAME AND PUBLIC
POLICY FOR TERRITORIAL EMANCIPATION:
ALTEPETL PUBLIC PROGRAM IN MEXICO CITY**



Miguel Ángel PAZ CARRASCO¹
e-mail: chinyaxte@gmail.com



Pierre-Olivier SIRE²
e-mail: posire@hotmail.fr

Como referenciar este artigo:

CARRASCO PAZ, Miguel Ángel ; SIRE Pierre-Oliver.
Disputa del territorio, marcos internacionales de desarrollo
y política pública para la emancipación territorial: El caso
del Programa Altépetl en la Ciudad de México. **Revista
Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, (2025),
p. 88-115, Emancipaciones y territorios en América Latina,
e025d004. e-ISSN: 1984-1647. DOI:
<https://doi.org/10.35416/2025.10938>



| **Submetido em:** 20/05/2024
| **Revisões requeridas em:** 30/10/2024
| **Aprovado em:** 28/02/2025
| **Publicado em:** 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rízia Mendes Mares

¹SADER. Ciudad de México. México. Agrónomo y Doctor en Desarrollo Rural de la Universidad Autónoma Metropolitana, México. Director General de Intervención Territorial Estratégica de la Secretaría de Agricultura y Desarrollo Rural.

²UNCP. Huancayo. Perú. Maestro en Sociología (Universidad de Toulouse II, Francia) y Doctor en ciencias sociales (Universidad de Guadalajara, México). Experto en cooperación para el desarrollo.

RESUMEN: Este artículo analiza la vinculación entre normativa internacional y política pública sobre el desarrollo sostenible, la resiliencia, los Pagos por Servicios Ambientales (PSA) y sus impactos en la gestión urbana ante la disputa entre un aparato teórico de políticas neoliberales y la capacidad de preservación de los patrimonios sociales y naturales. Desde un enfoque de la sociología crítica, se hace una revisión de la literatura sobre la normativa globalizante de estos conceptos en sus vertientes neoliberales. El análisis de una experiencia de política pública en la Ciudad de México -el programa Altépetl- abre pistas de investigación y acción en las que la capacidad emancipadora del territorio se desprende y depende de nuevas gramáticas relacionales entre actores y conceptos en disputa. Se concluye resaltando los hallazgos de este caso y de los análisis que permiten afinar la capacidad emancipadora del territorio reforzada por esta política pública frente a la disputa teórico-práctica que la atraviesa.

PALABRAS-CLAVE: Desarrollo Sostenible. Pagos por Servicios Ambientales. Territorios emancipadores.

RESUMO: Este artigo analisa a interrelação entre a normatividade internacional e as políticas públicas concernentes ao desenvolvimento sustentável, à resiliência e aos pagamentos por Serviços Ecológicos, bem como seus impactos na gestão urbana, atravessada por tensões entre um arcabouço teórico de políticas neoliberais e a capacidade de preservação dos patrimônios sociais e ambientais. Propõe-se uma revisão da literatura acerca da normatividade globalizante desses conceitos em sua vertente neoliberal, sob uma perspectiva de sociologia crítica. A análise de uma política pública implementada na Cidade do México permite delinear novas possibilidades de investigação e intervenção, nas quais a capacidade emancipatória do território se revela dependente de novas gramáticas relacionais entre atores e conceitos em disputa. A conclusão enfatiza os achados do estudo de caso e as análises desenvolvidas, as quais contribuem para aprimorar a compreensão da potência emancipatória do território, fortalecida por essa política pública diante da disputa teórico-prática que a atravessa.

PALAVRAS CHAVES: Desenvolvimento Sustentável. Pagamentos por Serviços Ecológicos. Territórios emancipatórios.

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between international regulations and public policy on sustainable development, resilience, Payments for Environmental Services (PES), and their impacts on urban management in the context of the dispute between a theoretical framework of neoliberal policies and the capacity to preserve social and natural heritages. Through a critical sociology perspective, it proposes a review of the literature on the globalizing regulations of these concepts in their neoliberal forms. The analysis of a public policy experience in Mexico City—the Altépetl program— opens avenues for research and action in which the emancipatory potential of the territory stems and depends on new relational grammars between actors and concepts in dispute. The conclusion highlights the findings of this case study and the analyses that refine the emancipatory potential of the territory, reinforced by this public policy, against the theoretical and practical dispute it is imbued in.

KEYWORDS: Sustainable Development. Payments for Ecosystem Services. Emancipatory territories.

Introducción

En este artículo, nos interesamos por la forma en que la Ciudad de México (CDMX) busca responder a los desafíos globales en torno a la preservación del suelo forestal y agrícola, a la preservación de ecosistemas hídricos y forestales, los sistemas agroalimentarios tradicionales y patrimonio biocultural de los pueblos originarios³ en alcaldías del sur y surponiente de la megalópolis/Ciudad de México. Este proceso confronta el territorio de pueblos originarios y su uso de los bienes naturales mediante actividades y normas comunitarias a la especulación inmobiliaria que tiende a absorber estas áreas a favor de la urbanización rampante. El texto procede a la intelección de una política pública adoptada por el gobierno de la CDMX para resolver esta disputa territorial a través de una firma de desarrollo inclusivo y sostenible. Con base en las experiencias de conducción de esta política por uno de los autores, y su análisis teórico por el otro que además se apoyó en su práctica y revisión bibliográfica crítica de referentes internacionales de desarrollo, se cuestiona la capacidad de teorías y políticas de resiliencia y desarrollo sostenible dominantes (ej. Objetivos de Desarrollo Sostenible – ODS, Pagos por servicios Ambientales – PSA) de responder a las dificultades encontradas por el programa. Recíprocamente, los resultados de la observación participante permiten describir las soluciones novedosas creadas por este programa, y plantear nuevos horizontes de práctica e investigación a partir de sus alcances y desafíos.

Teorías y políticas internacionales: marco de análisis del desarrollo sostenible y urbano

El análisis de este estudio de caso en la CDMX se basa en la sociología de la globalización de Sassen (2009). Ésta postula que la ciudad es un vector de la fragmentación del poder político en el ámbito nacional bajo el efecto de procesos globales, dando cabida a nuevos espacios. Analógicamente, además de la geografía humana, se recurre a la “economía regulacionista”, que demostró cómo las políticas públicas, al apoyarse en procesos globales para regir dinámicas de desarrollo local, dan lugar a un esquema de regulación blanda, favoreciendo el auge del interés privado en la gestión de la cosa/*rex* pública (Boyer, 2006; Castel, 2009). Además, apunta el abandono de un esquema social de desarrollo urbano

³ La Constitución Política de la Ciudad de México en su Artículo 57 reconoce como sujetos de derechos a los pueblos indígenas, y estos son los pueblos y barrios originarios "que descienden de poblaciones asentadas en el territorio actual de la Ciudad de México desde antes de la colonización", y las comunidades indígenas residentes, constituidas por personas que pertenecen a pueblos indígenas de otras regiones del país y residen en la Ciudad de México.

asegurando la protección de derechos universales vinculados con la sociedad salarial (*WelfareState*). Se sustituye el anterior modelo por la fragmentación/focalización poblacional de las políticas que buscan incentivar las fuentes de empleo en detrimento del tejido social y de las políticas universalistas que lo protegen (Estado Social Avanzado, ESA). A nivel de conducción de proyectos, las políticas de desarrollo rural implementadas por organismos internacionales a principios de la década de los años ochenta (*cf.* Banco Mundial), empezaron a favorecer el análisis rural rápido para pasar de una lógica de concepción hipotético-deductiva a su justificación por la participación de personas beneficiarias de manera inductiva (Fushimi, 2018: 6). Sin tratarse de democracia directa, ni de políticas de desarrollo inductivas, la tercera vía de la democracia de partes interesadas (Backstränd, 2006) y/o prosumidores (Toffler, 1980) para la participación efectiva de los espacios y poblaciones locales, tendió a segmentar más aún las políticas públicas. En el mismo periodo, el Banco Mundial siguió la preocupación internacional de integración del aspecto ambiental en el desarrollo “inclusivo” y sostenible (Conferencia de Estocolmo de 1972 sobre el Medioambiente y Desarrollo Humano, Reporte Brundtland sobre Desarrollo Sostenible en 1987, Cumbre de la Tierra de Río 1992, *etc.*). Para ello, se incentivaron métodos de gestión privada basados en mecanismos de mercado, para resolver problemáticas sociales y societales. Así aparecieron los Pagos por Servicios Ambientales o Ecosistémicos (PSA o PSE en adelante), implementados en los años noventa (Defra, 2013, p. 15) y reforzados al plantearse como herramientas para alcanzar los Objetivos de Desarrollo del Milenio⁴ (ODM).

Mientras tanto, la acción política urbana se adecuó a referentes internacionales de Desarrollo Sostenible (DS). Por ejemplo, la Agenda 21 como la Convención sobre el Cambio Climático de la ONU (1995) resultaron de la Cumbre de la Tierra de Río (1992) para poner en marcha un programa internacional de desarrollo urbano sostenible. La aparición hegemónica de la Agenda 2030/Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) en 2015, sucediendo a los ODM (2000-2015), puso énfasis en estas vertientes de gestión sostenible y utilización del *modus operandi* del sector privado en la gestión de las políticas públicas. Se trata de una traducción de la nueva gestión pública de los años ochenta en la administración del sector público y al conjunto de políticas públicas, cuyo vehículo más nítido se encapsula en el ODS 17, “Alianzas para los ODS”, que privilegia las “alianzas público-privadas”. Asimismo, se vislumbró integrar lo social en el DS vía la participación de las personas beneficiarias en cumplimiento de sus derechos particulares (en línea con los métodos participativos de organismos internacionales

⁴<http://www.millenniumassessment.org/en/About.html#1>

como el diagnóstico rural rápido del Banco Mundial; cf. Fushimi, *óp. cit.*). Estos procedimientos se plantearon como ejes centrales de las políticas, sean internacionales, regionales, nacionales, locales o urbanas. Con ello, apareció el llamado a la “resiliencia” como *Alpha y Omega* del desarrollo (véase los trabajos postcolonialistas y postestructuralistas de Reid *et al.* sobre resiliencia en el marco de las políticas de la Organización de Naciones Unidas –ONU– y de actividades humanitarias: Chandler, Reid 2018; Evans, Reid 2013; Reid, 2009; 2012a-b; 2013; 2018; 2019). Por una parte, Reid destaca que el neoliberalismo subyace al imperativo categórico de la resiliencia del desarrollo (2013). Demuestra lo anterior a partir de la filogénesis del concepto de resiliencia analizando sus evoluciones en tanto herramienta transdisciplinaria (biología, cibernética, economía, relaciones internacionales, estudios del desarrollo, ciencias políticas, de gestión, entre otras), ideológica y *neoliberalizadora* (Cooper, Walker, 2011). En este proceso se reifica las infraestructuras y los asentamientos vía la instrumentalización de la acción humanitaria (Seabrook, 1996), de la sociedad civil y de la arquitectura del orden económico mundial. Asimismo, se busca garantizar la seguridad del orden económico y geopolítico internacional, a través de una concepción militar y un ostracismo hacia la pobreza, responsabilizada ante los riesgos que tiene que aceptar y a los cuales se tiene que adaptar. La resiliencia termina siendo vinculada y enmarcada dialécticamente en un sistema conceptual de desarrollo inmune a la crítica. Los sistemas de análisis y gestión de los riesgos que se derivan de su uso en las ciencias agronómicas y biológicas, se acunaron en la cibernética y la gestión privada/financiera. Los ODS ilustran el paroxismo de esta “gobernanza por los números” (Supiot, 2015) por la cual la gestión por indicadores premia sobre, y permea, un modelo neoliberal de conducción del desarrollo totalizante para todas las organizaciones. Este modelo se rige y sustenta por el imperativo de resiliencia y eficiencia/rentabilidad económica, al conducirse con base en matrices de indicadores. Estos instrumentos permiten monitorear las capacidades de resiliencia socio-ecológica dando así primacía al desarrollo económico (cf. la “ciencia compleja” del Centro de Estocolmo para la Resiliencia que apuntala y respalda los ODS, que puede entenderse como la continuación del Centro Internacional de Resiliencia impulsado por Hayek para difundir el neoliberalismo *libertariano* mediante su ideología económica, ciencia compleja autopoietica).

Caso y contexto de la Ciudad de México (CDMX)

La trama conceptual y política internacional expuesta en supra también impacta el marco internacional del desarrollo urbano. En efecto, esto último se apegó a los mencionados

imperativos de la gestión de riesgos ambientales a través de una perspectiva de gestión del capital natural, y con ello, cambió la manera de conducir la política socioeconómica a nivel local. Por ejemplo, las metrópolis americanas han sufrido problemas de densidad urbana que han alterado su capacidad de preservar funciones y servicios de los ciclos y bienes naturales ante la presión ejercida por la inversión inmobiliaria (EU LAC, 2019) y la demanda social de vivienda. En el caso de la CDMX, como de Sao Paulo o de La Paz, se ha carecido de capacidad de adoptar sistemas de preservación ambiental, del suelo, y del recurso hídrico. Con ello, resaltó la disputa entre el imperativo categórico de sustentabilidad económica imperante en el modelo dominante expuesto arriba, y la necesidad de preservar ecosistemas, suelo y agua, agrobiodiversidad, patrimonio cultural, entre otros. De hecho, la dimensión de sustentabilidad ligada al crecimiento económico no puede contradecir ni contrarrestar la contención del crecimiento inmobiliario en detrimento de dichas áreas de conservación ambiental.

Para evitarlo, las alcaldías de las zonas sur y sur-poniente de la CDMX, donde los sistemas productivos tradicionales conectados con bosques, humedales, pastizales y matorrales, se preservaron bajo el esquema de pertenencia, uso y gestión comunitaria (ejidos y comunidades agrarias, y organización de pequeñas propiedades rurales). Ello se concibió para que estas comunidades pudieran realizar sus actividades originales de agricultura de subsistencia y mercado local, sin poner en riesgo el equilibrio ecosistémico en la Cuenca del Valle de México. Con ello, el programa Altépetl contribuyó a restaurar los ciclos del agua, así como la recreación de las culturas y formas de vida comunitarias en la ciudad. No obstante, la especulación inmobiliaria –favorecida por administraciones gubernamentales (central y de alcaldías), que eludieron las zonificaciones y usos de suelo del Programa General de Ordenamiento Ecológico del Distrito Federal (PGOEDF)⁵ vigente desde el 2000–, minó la capacidad de las comunidades de seguir utilizando estos territorios de forma comunitaria y produciendo alimentos en el Suelo de Conservación de la CDMX.

Junto con la integración de la dimensión ambiental en la política de desarrollo mediante mecanismos de gestión ambiental (*cf.* normas industriales ISO serie 14000 del 1996; Conferencia y Convenios ONU sobre Cambio Climático 1979-1987-1992; aparición de Pagos por Servicios Ambientales con el Banco Mundial en los años noventa, entre otros), se inicia la construcción de un andamiaje político y conceptual de la seguridad humana desde un enfoque

⁵ El PGOEDF divide las 148,178 hectáreas que constituyen el territorio de la Ciudad de México en dos categorías operativas: i) Suelo Urbano con 60,884 hectáreas que equivalen al 41.1% de la superficie total; y ii) 87,294 hectáreas de Suelo de Conservación (58.9%).

que pasó de una visión amplia y fuerte⁶ a una restringida de la “seguridad humana” (reporte del PNUD 1994), vía la transversalización del concepto de “resiliencia” en el marco de los ODS⁷ (2015). Con dicha agenda, se contempló proseguir los ODM⁸ (2000-2015) mayormente enfocados en la reducción de la pobreza, al enfatizar las diferentes dimensiones sociales del desarrollo. La integración de estos enfoques en las políticas locales y de desarrollo urbano y rural, se desplegó con la Agenda 21, como se mencionó en los párrafos anteriores. La articulación de los enfoques participativos y descentralizados (cf. ESA) aseguran una gestión ambiental mediante mecanismos orientados al mercado (cf. PSA). De esta forma, se busca alcanzar una resiliencia social, económica, ecológica y política para las poblaciones marginadas que permita cumplir con el lema de los ODS de “no dejar nadie atrás”, apoyándose en los “derechos de pueblos indígenas” (cf. convenio 169 de la OIT del 1989, Declaración de la ONU en 2007, y la ciencia compleja de la Resiliencia del Centro epónimo de Estocolmo).

En este entramado conceptual y político se encuentran las políticas del gobierno de la CDMX durante el período 2018-2024 mencionadas previamente, implantadas con la población rural en las alcaldías que constituyen el Suelo de Conservación. Se trata de políticas públicas desdobladas en programas -como Altépetl-, y acciones orientadas a la restauración y preservación de áreas productivas y naturales localizadas al sur y sur-poniente de la ciudad, que proveen servicios socio-ecosistémicos mientras se ven amenazadas por la especulación inmobiliaria, la presión social de vivienda, la deforestación vinculada y el despojo de tierras vinculados a grupos del crimen organizado, principalmente.

Es preciso observar dos situaciones para comprender las dinámicas territoriales en el Suelo de Conservación. Los sujetos agrarios (comuneros y ejidatarios) son dueños legales de tierras forestales y productivas utilizadas para la agricultura de sustento/subsistencia, y otra orientada al mercado megalo-politano⁹. Y que la actual administración política de la urbe, y sus correlatos ambiental, social y económico, son gestionados desde el 1988 por gobiernos progresistas vinculados a partidos de centro-izquierda (de 1997 hasta diciembre de 2018 por el

⁶ La disyuntiva “enfoque amplio y restringido” se aplica al desarrollo sostenible y al desarrollo humano de forma análoga: cuando la sostenibilidad fuerte implica considerar la preservación de los recursos naturales como primacía de la posibilidad de desarrollo económico, la versión restringida la considera como una variable resoluble mediante una economía funcional. Por su parte: la seguridad humana fuerte considera que los Estados tienen que responsabilizarse de la “seguridad ante la necesidad” en todos aspectos sociales (trabajo, protección social, seguridad, medio ambiente sano, etc.), cuando el enfoque restringido la reduce a la seguridad militar “ante el temor” (Pérez de Armiño, 2007).

⁷<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/>

⁸http://www.cinu.mx/minisitio/ODM8/los_8_objetivos_del_milenio/

⁹ Existen 48 núcleos agrarios en el Suelo de Conservación de la CDMX, de los cuales, 27 accedieron al PSA durante la gestión 2018-2024 del gobierno local.

Partido de la Revolución Democrática [PRD], y desde esa fecha hasta el día de hoy por el Movimiento de Regeneración Nacional [MORENA])¹⁰.

Pero antes de destacar la manera concreta en que esta experiencia logró posicionarse con resultados propios expuestos en las partes siguientes, vale retomar el marco de traducción en dispositivos políticos de la gestión urbana en su acepción política de nivel internacional, la cual está ligada al marco sustentabilidad y resiliencia desarrollado previamente.

Alianzas urbanas sobre ODS, resiliencia y desarrollo inclusivo para pueblos originarios

Una de las modalidades de integración de dimensiones sociales, ambientales y económicas en línea con la traducción local de políticas urbanas de la Agenda 2030/de los ODS, ha sido la Agenda 21. El giro semántico que agudizó este programa no vinculante de las Naciones Unidas al enfoque restringido de la seguridad humana fue respaldado por el de la resiliencia, y se acompañó con la aparición de agrupaciones internacionales de ciudades que buscaron institucionalizar esta conceptualización hegemónica:

- La **Alianza de Ciudades, *ciudades sin chabolas***¹¹: red de ciudades creada a partir de la Cumbre Internacional de Alcaldes del 1999 (un año antes de los ODM), a iniciativa de agencias bilaterales de Estados-Unidos, Japón, Alemania, Reino Unido y Canadá, ONU-Hábitat y el auspicio y la gestión del Banco Mundial (sustituida por la Oficina de Soporte a Proyectos de la ONU –UNOPS por su acrónimo inglés–, a partir del 2013). Esta red promueve una estrategia de desarrollo de ciudades para combatir las malas condiciones de vida en las urbes (*cf.* chabolas), dando financiamiento y compartiendo informaciones y recomendaciones políticas con gobiernos locales para luchar contra la pobreza urbana en países en desarrollo. Opera mediante: i) planes y estrategias de desarrollo local inclusivo, ii) el refuerzo de las capacidades de ciudades para proveer mejores servicios a los sectores urbanos marginales, y iii) la gestión de métodos para la participación de las partes interesadas en la gobernanza territorial. Con ello, busca acrecentar las oportunidades de inversiones y alianzas público-privadas, y sustentar el desarrollo y crecimiento económico, preferentemente en Asia, África y

¹⁰ La Jefatura de Gobierno de la CDMX estuvo encabezada por la Dra. Claudia Sheinbaum del partido MORENA. En las elecciones de julio de 2018, también con MORENA, A.M. López Obrador ganó la presidencia del país y reposicionó a la coalición de centro-izquierda en el Congreso. Ambos representan los liderazgos más importantes del proyecto nacional denominado "4ta Transformación". En el momento en que se revisa la versión última del presente artículo, cabe mencionar que la Dra. Sheinbaum asumió la presidencia de México -como "segundo piso" del gobierno de A.M. López Obrador-, y que MORENA y los partidos aliados consiguieron la mayoría calificada en el Congreso de la Unión (Cámara de Diputados y Cámara de Senadores), lo que les permite realizar las reformas constitucionales con las que se pretende recuperar el espíritu social de esta carta magna.

¹¹<https://www.citiesalliance.org/>

América Latina. La dirección de la iniciativa por la UNOPS y la subsecuente ratificación de la Agenda 2030/de ODS demostró mucha afinidad electiva entre ambas agendas en torno a las seis aristas principales de la Alianza de Ciudades (*cf.* estrategias de desarrollo urbano, mejora de chabolas, programas nacionales, fondos catalizadores, y abogacía) junto con la transversalización de la perspectiva de género heredada del *modus operandi* del Banco Mundial (*cf.* desarrollo inclusivo y políticas focalizadas). Esta iniciativa fue integrando cada vez más miembros. Sus éxitos mayores son: *i*) el programa de ciudades sin chabolas iniciado por Nelson Mandela (soportando la meta 11 del objetivo 7 de los ODM¹²), *ii*) el financiamiento de la fundación Bill y Melinda Gates en 2009 para trabajar en África subsahariana, y *iii*) otros programas de participación ciudadana en Ghana y Vietnam, para “enfrentar el crecimiento demográfico y económico para garantizar la prosperidad nacional, el progreso internacional y la estabilidad”¹³ (en ello, análogo al uso del concepto de resiliencia en la nueva acción humanitaria y en el contexto de construcción del nuevo orden mundial, como fue mencionado; véase Reid, 2012a-b);

- La **OCDE 40 ciudades (C40)**¹⁴. Este programa fue impulsado en el 2005 por el alcalde de Londres, agrupando 18 megalópolis (96 en 2017) para implementar políticas de desarrollo urbano que integren y mitiguen el cambio climático vía la adopción de tecnologías y los usos de mercado correspondientes para alcanzar el objetivo de descarbonización (que luego llevó a ser una guía para el alcance de los Objetivos plasmados en la Contribuciones Nacionalmente Determinadas, metas anuales por cumplir respecto de la Agenda 2030). En 2011, a petición del alcalde de Sao Paulo presidiendo la cumbre del C40 en Nueva York, se promulgó una alianza con una asociación de gobiernos para la sustentabilidad en el tema de la biodiversidad (ICLEI¹⁵, creada en 1990 bajo el patrocinio del PNUD). En la misma ocasión, se creó también una alianza con el Banco Mundial para promover la Iniciativa Clinton de Desarrollo Climático Positivo, antes de adherirse a los ODS a partir de la entrada en vigor de éstos (2015). Sus líneas programáticas enfatizan: *i*) el papel de las infraestructuras, innovaciones tecnológicas, fuentes de financiamiento multi-partes (*cf.* alianza público-privado, PSA, incentivos fiscales), *ii*) la contención de la densidad demográfica¹⁶ y el recurso de tecnologías de la información para la planificación y el monitoreo de los objetivos (geográficos, demográficos, climáticos), *iii*) la

¹²<https://www.cepal.org/es/temas/objetivos-de-desarrollo-del-milenio-odm/objetivos-metas-indicadores-odm#O.7>

¹³ <https://www.citiesalliance.org/about-cities-alliance>

¹⁴<https://www.c40.org/tags/oecd>

¹⁵<https://www.iclei.org/>

¹⁶<https://t20japan.org/wp-content/uploads/2019/03/t20-japan-tf3-12-national-climate-action-decarbonized-cities.pdf> p.10-11

interconectividad y descentralización¹⁷ de la toma de decisión política para ciudades y políticas más resilientes. La adhesión de la CDMX al C40 en el 2018 se da el año de la elección del gobierno que conduce la política pública que este artículo analiza consiguientemente;

- **100 Ciudades Resilientes**¹⁸ es una red que se creó en el 2013, durante el centenario de la Fundación Rockefeller y en asociación con la Iniciativa Global Clinton (y otros socios: Arquitectura para la Humanidad, Instituto Americano de Arquitectos, Palantir, Swiss Re). Esta red busca compartir buenas prácticas acerca de la resiliencia de las ciudades (*cf.* agua e inundaciones, desastres sociales vinculados a fenómenos naturales, calidad del ambiente, salud, infraestructuras, inversiones, buena gobernanza, desigualdades, violencia y crimen, transporte, diversificación económica *etc.*), así como promover las alianzas públicas-privadas y especificar al mercado cuáles herramientas complementarias se necesitan (con ayuda de una guía para el autodiagnóstico de las áreas de riesgo y el posterior apoyo entre pares en su plataforma virtual). La CDMX es parte de la red desde sus inicios¹⁹, que pasó de 32 miembros iniciales, a más de cien ciudades a lo largo de la selección anual de urbes candidatas.

La CDMX es entonces parte de iniciativas internacionales de gestión urbana que ponen en su centro el enfoque neoliberal de sustentabilidad y resiliencia. Ello presencia retos profundos para la conducción de políticas locales de preservación ambiental y cultural que atiendan la disputa entre la sustentabilidad del crecimiento urbano y económico, y el aseguramiento de un territorio emancipador que preserve patrimonios ambientales, sociales y culturales, en el ámbito de las alcaldías del sur de la CDMX. Lo anterior enmarca entonces el caso del programa Altépetl que se viene cuestionando acerca de sus modalidades y alcances en la última parte del artículo, pero que no necesariamente se comprometió con el enfoque neoliberal en cuestión.

Sin embargo, un correlato de la definición vertical y neoliberal de la sustentabilidad y de la resiliencia y vector de las políticas de gestión urbana desde esta óptica son los Pagos por Servicios Ambientales (PSA) que hemos evocado en introducción. Se propone entonces resaltar los vínculos que éstos manifiestan frente a las políticas internacionales de gestión urbana sustentable y resiliente, para observar en la bibliografía de experiencias en México cómo estas

¹⁷ Estas dos características son consustanciales a las tecnologías que respaldan el modelo neoliberal que promueve el imperativo categórico de resiliencia (Reid, 2009) ya que generan una forma de gobernanza y gobernabilidad descentralizadas. Dicha pauta es análoga al neoliberalismo definido por Hayek que plantea la resiliencia como fruto de una economía autorregulada y un sistema político descentralizado (Cooper, Walker, *ibid.*).

¹⁸ <http://www.100resilientcities.org/>

¹⁹ El mapeo de las dimensiones de riesgos experimentados por la ciudad mezcla consideraciones sociales/demográficas maltusianas, enfoque climático, quejas euro-centristas hacia los modelos de gobernanza, entre otras consideraciones higienistas en cuanto a la salud, topografía urbanismo, transporte, entre otras: <http://100resilientcities.org/strategies/mexico-city/>

bisagras acondicionan la manera en que la política pública de *Altépetl* opera para dar solución a las disputas teórico-prácticas en torno al territorio, a razón de su capacidad de preservar patrimonios en el marco de la gestión urbana sustentable y resiliente.

Líneas directrices literatura académica PSA

La evaluación de los resultados de los PSA como herramientas de desarrollo procede por métodos compartidos con la perspectiva internacional de políticas de sustentabilidad y resiliencia neoliberales (*cf.* reportes numéricos, estudios de objetivos, *etc.*). El desglose de las vertientes principales del acercamiento conceptual a los PSA, y sus postulados respectivos evidencia su afinidad con el enfoque neoliberal de la resiliencia y sustentabilidad, a través de:

- Una **perspectiva economicista** enfatiza la lógica de mercado como modo óptimo de domesticación de los comportamientos sociales para internalizar las externalidades negativas ambientales (Engel, Pagiola, Wunder, 2008; Wunder, 2005). Contra ésta, se cuestiona la validez de poner un precio al valor de la naturaleza (Kosoy, Corbera, 2010; Bremer *et al.*, 2014; Obeng, Aguilar, 2018). Ahí, se critica la capacidad de dar cabida a la lógica del mercado neoliberal con los PSA, y volverlos elementos de campañas de *green washing*, promoviendo la buena voluntad de actores privados (Sullivan, 2015);

- Un acercamiento por los **marcos institucionales** y procesos de **construcción de políticas** (Van Hecken, Bastiaensen, Huybrechs, 2012). Ahí, se considera la capacidad de los PSA de articular diferentes niveles de políticas y legislaciones (Feldman, Blausstein, 2007) respecto de su eficacia para los campesinos y fincas de pequeño o mediano tamaño y las comunidades locales. Esta perspectiva se cuestiona con mayor énfasis en América Latina (Rojas, 2011), contexto en el que las prácticas de reporte de los ODS se han podido analizar como “enajenación (*enclosure*) privada de la publicación (*disclosure*) de los ODS” (Sire, Molina, 2014);

- Un **enfoque de gobernanza** donde la falta de investigación en antropología cultural parece hacer que los PSA eluden los sujetos de la política, en un sentido platónico (*cf.* cuerpos experimentando las consecuencias de determinada decisión política/de gestión), sin dar voz a las poblaciones vulneradas o en condiciones de vulnerabilidad. De hecho, la corriente feminista ecológica subraya la incapacidad de los PSA de transversalizar el género al reproducir las estructuras de dominación del capitalismo patriarcal (Bee, Basnett, 2016). Otros consideran que los PSA ponen la democracia en riesgo (Agrippinah, 2015) al reproducir las asimetrías de poder en las comunidades locales respecto de su participación en el diseño y la implementación de

sus medidas (Rawlins, Westby, 2013). En este ámbito, existen potenciales contradicciones entre los esquemas y modos operativos de los PSA, y diferentes niveles de derecho para su implementación e institucionalización, reforzando bloqueos institucionales (“*gridlocks*”, Galaz *et al.*, 2012) respecto de la efectividad de esta normatividad/herramienta política;

- Una perspectiva de ciencias ambientales en las cuales las **Ciencias de los Límites Planetarios** (“*Planetary Boundaries*”, Rockström *et al.*, 2016) pretenden abarcar enfoques multidimensionales para atender e impactar aspectos de resiliencia de los límites del planeta, para preservar en la *Antropocena* la posibilidad de un desarrollo sostenible, tomando los PSA como un medio y método transfronterizo para lograrlo (Steger *et al.*, 2018). La mayor discusión de la validez de este enfoque gira en torno a la cuestión de su potencia; confusión entre preservación de la *Antropocena*, y justificación sustentable de la *Capitalocena*.

Para indagar las correspondencias entre el programa *Altépetl* y los vínculos aparentes entre sustentabilidad, resiliencia y PSA en la gestión urbana y sus políticas internacionales y neoliberales, es preciso proceder a un repaso de experiencias de PSA en México.

Experiencias de PSA en México

En efecto, a la luz de lo observado sobre los PSA a nivel global, sus aplicaciones en México destacan varias aristas que plantean antecedentes a la conducción de políticas públicas de misma índole, vislumbrando intervenir en la disputa del territorio emancipador contra su acondicionamiento, por imperativos neoliberales de resiliencia sustentable que acompañan el crecimiento económico y urbano.

En primer lugar, un documento de sistematización de la aplicación de los efectos de PSA analiza sus diferentes dimensiones en varios países (3ie, 2019)²⁰. Se presentan resultados cuantitativos de una regresión lineal, interpretados a la luz de estudios cualitativos, para destacar que:

- i) los comprobantes del efecto de los PSA para incrementar los ingresos de hogares, reducir la deforestación y acrecentar la cobertura forestal, carecen de calidad;
- ii) la participación social en estos programas es un factor clave de su efectividad, pero es a menudo fragilizada por la poca conciencia de sus objetivos y condicionalidades para participar;

²⁰https://www.3ieimpact.org/sites/default/files/2019-08/SR44-PES-payment-for-environmental-services_3.pdf

- iii) si bien las y los participantes valoran positivamente estos programas, no hay evidencias de que no se revierten sus efectos en el momento en que se terminan los incentivos económicos;
- iv) los datos no aseguran que los PSA sean la modalidad más costeable (vs. áreas protegidas) en cuanto a sus impactos ambientales y socioeconómicos; entre otros.

Este trabajo evoca la abundante literatura de evaluación de estos programas en México (PSAG y PESL por sus siglas en inglés) que muestra:

- que a pesar de ser bien vistos por las y los participantes y haber tenido resultados positivos sobre la reducción de incendios forestales, no han modificado las prácticas agrícolas (Alix Garcia *et al.*, 2014);

- que si han tenido resultados positivos contra la deforestación, la dimensión de las áreas concernientes es poco relacionable con los PSA (Le Velly *et al.*, 2017), y no han frenado la expansión de la frontera agrícola y pecuaria, ni promovido inversiones en la educación de los participantes (Alix-Garcia *et al.*, 2015);

- que a nivel demográfico, han marcado una ligera baja del crecimiento poblacional, aunque difícilmente han logrado recuperar áreas forestales en zonas de mayor riesgo (Costedoat *et al.*, 2015);

- no han demostrado ser la solución más eficiente/costeable (Alix-Garcia, 2012), sobre todo en comparación con medidas de áreas protegidas (Sims *et al.*, 2017).

Otro estudio también recurrió al análisis transversal por regresión lineal de las variables sobre la deforestación (Busch, Feretti-Gallon, 2017), comparadas con estudios cualitativos. Esta investigación concluye que, si los incrementos de ingresos en el medio rural tienden a aumentar los niveles de deforestación, existen evidencias de que, si éstos se deben a PSA focalizados en áreas de mayor riesgo de deforestación, pueden lograr reducirla en algunos países, como ocurre con la efectividad de políticas que soportan la gestión de tierras y selvas por poblaciones indígenas en Costa Rica (Arriagada *et al.*, 2012). Para los PSA en el caso específico de México, se apunta que:

- dos estudios sobre PSA demostraron efectos de reducción de deforestación, tanto a nivel nacional (Alix-Garcia *et al.*, 2013) como local en Michoacán (Honey-Rose *et al.* 2011);

- existe un incremento de deforestación correlacionado con un aumento del ingreso cuando éste se debe a subsidios y ayudas sociales o financiamiento de programas de desarrollo rural (préstamos, pagos, apoyos sociales por transferencias económicas) a nivel de regresión lineal mas no del estudio de campo (Klepeis, Vance, 2003; Sloan, 2008; Zhao et al. 2011; Vaca

et al. 2012). En el mundo, mayores niveles de pobreza se correlacionaron con menores tasas de deforestación;

- las variables demográficas no tuvieron mucho impacto sobre la propensión a mayor o menor deforestación (para el caso de México: Perez-Verdin *et al.*, 2009), excepto la presencia de poblaciones indígenas como garantía de menor deforestación a nivel de regresión linear, sin que la misma correlación se evidencié en los estudios de terreno;

- a nivel mundial se demostró (DeFries *et al.*, 2010) que la deforestación se vincula más con el crecimiento de la población urbana y la exportación de productos agrícolas que con la expansión de la población rural;

- no se demostró correlación entre el nivel de deforestación y el tipo de gestión forestal (comunitaria vs. por cooperativas) en México (Demminger, Minten, 1999; Ellis, Porter-Bolland, 2008; Perez-Verdin *et al.*, *óp. cit.*), considerando los ejidos como mejor modo de gobernanza para reducir la deforestación (Barsimantov, Kendall, 2012) y como vector de su incremento al favorecer el uso de la tierra para el cultivo y ganado (Rueda, 2010);

- a nivel mundial, un nivel de deforestación menor en áreas protegidas;

- cuando generalmente hay una asociación entre cercanía de la ciudad y ausencia de áreas forestales; los casos de México (Blackman, Albers, Avalos-Sartortio, 2008) y El Salvador (Blackman; Avalos-Sartorio, Chow, 2012) evidenciaron un incremento de cultivo de café bajo sombra;

- si bien existe una correlación entre deforestación y actividades agrícolas mayormente en torno al precio de los alimentos, las diferencias de mercados y accesos, así como de tipos de agricultura, no dan señales claras de la relación entre ambas variables.

Otra fuente de informaciones sobre programas desarrollo sostenible (boletín electrónico “IPS-SDGs”) compila casos de PSA experimentados en México. Por ejemplo, un artículo del 2014²¹ se refiere a una iniciativa de un fondo de conservación de la naturaleza de California (CARB y el gobernador de California), implementado en territorios indígenas de Brasil (Acre) y México (Chiapas), luego puesto a efecto con un programa REDD+ (*Reducing Emissions from Deforestation and forest Degradation*) por el gobierno de Chiapas en 2011. El texto se titula “REDD+ y la Economía Verde siguen socavando derechos”. Menciona que organizaciones de ambos países dirigieron cartas de queja denunciando: “*nuevos esfuerzos neocoloniales, (...) del antiguo poder colonial que busca invertir en una actividad que representa un ‘robo’ de una nueva ‘materia prima’ extraída de los territorios de pueblos del Sur: las ‘reservas de carbono’*”

²¹<http://www.ipsnews.net/2014/12/redd-and-the-green-economy-continue-to-undermine-rights/>

de sus reservas forestales”. En este sentido, la acogida de estos programas por poblaciones indígenas las asimila a una nueva forma de acumulación primitiva del capital, o por desposesión, como la describió Harvey para Inglaterra (Harvey, 2005) respecto de la concentración del capital como motor de la urbanización. Esta visión también es presente en los estudios pos y de-coloniales que analizan los mecanismos del “capitalismo extractivista” operando a través del despojo de tierras de pueblos aborígenes/indígenas (Banerjee, 2000; Svampa, 2013). Frente a ello, miembros de comunidades indígenas de Brasil objetan: “*no vemos la tierra como un ingreso, (...) tenemos un lazo sagrado con ella, de ahí venimos y ahí regresaremos*”, mientras que la implementación de REDD+ criminaliza estos pueblos ya marginados, concluye el artículo.

Otro artículo del 2017²² se refiere a un programa diseñado por la FAO en 1994 e implementado por el gobierno de México desde el 2011 (Programa Especial para la Seguridad Alimentaria-PESA). Este programa buscó aumentar la superficie de ejidos de pequeños agricultores en Puebla, para mejorar su alimentación y sus ingresos. Se apostó por la gestión colectiva de la tierra para mejoras de la actividad agrícola en línea con el programa de la FAO de Intensificación Sustentable de la Agricultura. Paralelamente, otro artículo del 2018²³ se interesa por la “*reforestación contra la desertificación y degradación del suelo en Durango*”, que es una entidad federativa en México. De las cerca de 4,900 selvas gestionadas por comunidades o ejidos, 2,900 son explotadas comercialmente y han sido incluidas en el Plan de Degradación Neutra para el 2030 iniciado en 2017 (parte del Convenio ONU de Combate Contra la Desertificación, UNCCD), después de la iniciativa “*Iniciativa 20x20*” para reducir la degradación de suelo de 20 millones de hectáreas para 2020 en América Latina y el Caribe.

Ante la desertificación y deforestación que sufre el país, esta iniciativa se planteó en Durango como una forma de combatir la degradación del suelo al renovar los árboles de los bosques para recuperar la calidad de los suelos. Un estudio de la Oficina Federal de Auditoría de México apuntó la pérdida de más de 200 mil hectáreas de selvas por año en el país, cuando otro estudio de la Comisión Nacional de Derechos Humanos del 2017 lanzó una alerta sobre los riesgos debidos a la degradación de suelos en el país. En este marco, la FAO lanzó una Evaluación Global de los Recursos Forestales para un balance de la situación en México que permitió determinar su capacidad de apoyar el alcance de los tres indicadores del ODS 15 (cf. “*vida de ecosistemas terrestres*”) que el Plan de Degradación Neutra apuntala. Finalmente, en

²²<http://www.ipsnews.net/2017/05/poor-rural-communities-in-mexico-receive-a-boost-to-support-themselves/>

²³<http://www.ipsnews.net/2018/03/forest-communities-join-forces-fight-land-degradation-mexico/>

cuanto a la situación del país, otro artículo del 2019²⁴ considera “*las selvas en México como víctimas y soluciones contra el cambio climático*” ya que los datos de la deforestación en México deben entenderse a la luz de que el país es segundo mayor emisor latinoamericano de dióxido de carbono (683 millones de toneladas de CO₂ en 2015). Debido a que 20 millones de toneladas de estas emisiones se deben a la deforestación, se consideran a la Sierra Juárez de Oaxaca y selvas en todo el país como un motor para que México cumpla con su compromiso respecto de la Agenda 2030 de reducir sus emisiones anuales de CO₂ de 14 millones de toneladas, mediante una gestión forestal mejorada vía la participación comunitaria (campaña: “*Selva con gente, selvas para siempre*”). De hecho, implementar medidas de mitigación costaría 11 789 trillones de dólares, mientras alcanzar la meta de “0 deforestación” costaría 7 923 trillones de USD, y un manejo sostenible de las selvas 3 861 trillones de USD. En este marco, se aprehenden y valorizan las selvas como ecosistemas que: 1) proveen agua para las ciudades, 2) regulan el ciclo del agua, 3) proveen alimentos, y 4) capturan el CO₂, entre otros servicios ecosistémicos. Por tanto, se insta a “*generar políticas públicas que aseguren incentivos económicos para la gestión forestal y garanticen el marco legal de posesión de tierras, así como extiendan los mercados y la productividad*”.

En conjunto, estos análisis de la situación de las selvas y bosques en México, desde políticas internacionales implementadas por programas gubernamentales, o acercamiento econométrico, ponen énfasis en la lucha contra la deforestación. Con ello se pretende impactar positivamente: i) la seguridad alimentaria, ii) los servicios ecosistémicos aportados por los bosques, iii) la participación comunitaria, iv) la cuestión hídrica, v) la mitigación del cambio climático y las emisiones que lo provocan, y vi) proveer las poblaciones con mejores ingresos y las ciudades con servicios ecosistémicos y alimentos gracias a la productividad agrícola rural. El modelo de PSA es para ello una herramienta política importante.

En el caso de la CDMX, el recorrido mediático de los abordajes de la cuestión destaca: - que, a pesar del derecho al agua integrado a la Constitución en 2012, 10 millones de personas en México no tienen agua en su hogar, y que varios estudios prevén una crisis hídrica nacional para el 2040, dado que en el área metropolitana de la CDMX (22 millones de habitantes), se consumen 16 m³ de agua por habitante, y solamente 11 están restituidos. Frente a ello, el gobierno federal lanzó en 2017 un programa de recuperación de aguas pluviales en 94 áreas marginadas de 32 estados del país, y el gobierno de la CDMX colocó centenas de colectores de agua en áreas de mayor infiltración (cf. Xochimilco y alcaldías del sur de la ciudad)²⁵; - que

²⁴<http://www.ipsnews.net/2019/01/mexicos-forests-victim-solution-climate-change/>

²⁵<http://www.ipsnews.net/2018/06/looking-sky-solutions-mexicos-water-scarcity/>

aumentan los riesgos para el sistema de cultivo en humedales y lagunas de la zona sur de la CDMX (Xochimilco y Tláhuac, debido a la creciente urbanización y al cambio climático. Contra ello, la FAO y el gobierno de México los han categorizado como uno de los trece Sistemas Importantes del Patrimonio Agrícola Mundial (SIPAM)²⁶, para así apoyar la preservación de la agro-diversidad, adaptación al cambio climático, garantía de la seguridad alimentaria y combate a la pobreza, tal como se hizo en Chiapas a partir del 2014 frente al incremento de las temperaturas y episodios áridos más frecuentes²⁷. Estas zonas de cultivo de Xochimilco, Tláhuac y Milpa Alta también se enlistaron en el Convenio Ramsar de la ONU sobre Humedales de importancia Mundial en el 2004, y como Zona de Autoridad del Patrimonio Cultural Natural de la Humanidad por la UNESCO en 2014, después de haberlos categorizado como Patrimonio Mundial de la Humanidad en 1987. Ambas últimas medidas contemplaron reducir los efectos negativos de la creciente y desordenada urbanización, del uso de los pesticidas, del cambio climático, y de la extracción excesiva de las aguas subterráneas que los han ido destruyendo con el tiempo²⁸. Otros programas de la FAO y movimientos civiles de *Slow Food* y redes de productores y consumidores agroecológicos han creado accesos directos a los mercados de los centros urbanos para los pequeños agricultores de Tlalpan y otras alcaldías del sur de la CDMX, en soporte a la declaración ONU sobre el “derecho de los campesinos y personas viviendo en zonas rurales” del 2013²⁹;

- no obstante lo anterior, y frente a la ausencia de financiamiento de la política federal del 2012 sobre cambio climático³⁰, el programa implementado en la alcaldía Tlalpan se acompañó de PSA de tipo REDD+ y fue denunciado por sus participantes como vector perjudicable acrecentando las desigualdades en cuanto a la gestión de los suelos/territorios y capitales naturales en detrimento de las mujeres, quienes difícilmente acceden a los beneficios económicos por no ser comuneras y ejidatarias (titulares de derechos agrarios).

La nueva propuesta del gobierno local en la CDMX

Comparado con las quejas formuladas hacia los PSA por poblaciones indígenas de Chiapas y Brasil, el programa de Tlalpan ilustró un viraje de la crítica de los pueblos originarios,

²⁶ Se trata del sistema agrícola tradicional denominado “Sistema Chinampero”, el cual es el primero de América del Norte en haber recibido este reconocimiento (2002). Más recientemente, en el año 2022, la Milpa Maya de la Península de Yucatán obtuvo este mismo reconocimiento.

²⁷<http://www.ipsnews.net/2017/12/climate-change-threatens-mexican-agriculture/>

²⁸<http://www.ipsnews.net/2016/02/mexicos-chinampas-wetlands-turned-into-gardens-fight-extinction/>

²⁹<http://www.ipsnews.net/2017/07/local-farmers-consumers-create-short-food-supply-chains-mexican-cities/>

³⁰<http://www.ipsnews.net/2014/04/mexicos-climate-change-law-just-empty-words/>

y más precisamente, de personas ejidatarias y comuneras como dueñas de los bosques y humedales en la CDMX, al centrarse en la insuficiencia de los montos de los apoyos otorgados del 2013 al 2018 mediante el Programa Fondos de Apoyo para la Conservación y Restauración de los Ecosistemas a través de la Participación Social (PROFACE). Este programa solo consideró a 10 de los 27 núcleos agrarios que cuentan con superficies boscosas y humedales en la capital del país, susceptibles de apoyo económico. Además, se criticó el diseño vertical de los programas de inversión en las áreas comunitarias de conservación ecológica. Con la nueva gestión gubernamental de la CDMX, a partir de diciembre de 2018, se concluyó el PROFACE. En su lugar, la **Comisión de Recursos Naturales y Desarrollo Rural (CORENADR)**³¹ publicó las Reglas de Operación del Programa *Altépetl*³² en enero del 2019.

El nuevo programa incluye un componente especializado en iniciativas de preservación, protección y restauración de recursos naturales, y entre ellas, la Retribución por Servicios Ambientales (RSA) de los ecosistemas conservados en núcleos agrarios en el Suelo de Conservación de la CDMX que, mediante asambleas, deciden establecer un “Área de Restauración y Conservación Ambiental Comunitaria” (ARCAC)³³. En respuesta a la demanda de los ejidos y comunidades agrarias de las alcaldías del sur y sur-poniente, el gobierno de la CDMX aumentó en un 538% la retribución por hectárea, pasando de 1 300 hasta 7 000 pesos MX por hectárea, y se pasó de 10 a 27 núcleos agrarios participantes en esta iniciativa. Uno de los cambios más importantes del Programa es promover la gestión territorial democrática de los bosques y humedales mediante el nombramiento de técnicos y brigadistas comunitarios y una toma de decisiones en asambleas.

En el ejercicio fiscal 2019 participaron 26 ejidos y comunidades que definieron en asambleas la superficie de su Área Comunitaria destinada a la Conservación (ACC), sumando un total de 20 913.13 hectáreas de las casi 70 537 ha. que corresponden a la propiedad social (35 ejidos y comunidades agrarias) en el Suelo de Conservación de la CDMX. En el ejercicio

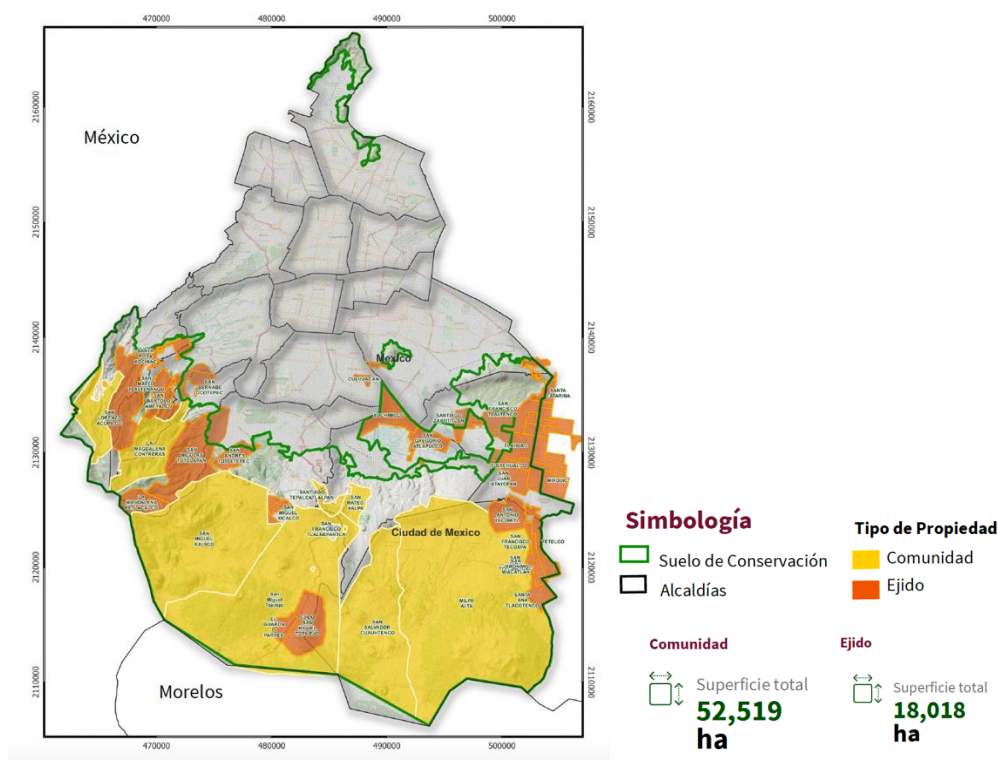
³¹ La CORENADR está adscrita a la Secretaría de Medio Ambiente del gobierno de la Ciudad de México. Con la gestión de la Dra. Claudia Sheinbaum, a partir de diciembre de 2018, se procedió a integrar a secretarías que, en anteriores ciclos de gobierno-, implementaron para los mismos territorios rurales diversos programas de desarrollo rural, de protección y conservación de los ecosistemas, y de preservación del patrimonio biocultural en la zona lacustre y chinampera de la CDMX; cada uno de estos programas con infraestructura, personal y presupuesto propio. De la fusión de diversas áreas de gobierno y programas se conformó la CORENADR.

³² *Altépetl* es una palabra náhuatl que se refiere a las unidades político-territoriales presentes en la región de la Mesoamérica precolombina. Sus raíces *in atl*, *in tepetl*, son el agua, la montaña, elementos vitales constitutivos de los territorios de estos pueblos. La CORENADR retomó este concepto de la cultura y lengua náhuatl, que persiste en algunos pueblos originarios de las alcaldías de la CDMX, y cuyo significado actual es "pueblo" o "territorio".

³³ ARCAC son las superficies que los núcleos agrarios deciden destinar la restauración y preservación de los ecosistemas que forman parte de su territorio, y que de 2019 a 2022 fueron nombradas en el Programa *Altépetl* como “Áreas Comunitarias destinadas a la Conservación” (ACC).

2024 participaron 27 núcleos agrarios. Sin duda, es necesario evaluar los resultados del nuevo programa, así como sus alcances y limitaciones en sus objetivos de restauración y cuidado de los ecosistemas que brindan servicios fundamentales en el presente y futuro de la CDMX.

Figura 1 - Núcleos Agrarios Altépetl



Fuente: elaboración de los autores con base en datos de la Secretaría de Medio Ambiente (2020) y el Marco Geoestadístico de INEGI (2021).

La FAO realizó evaluaciones externas de los resultados del Programa *Altépetl* en los ejercicios fiscales 2019, 2021, 2022 y 2023, y en sus informes reconoce que -desde la perspectiva de los sujetos agrarios-, la línea correspondiente al PSA, fue un factor decisivo para frenar el avance de la mancha urbana; o, dicho de otro modo, para lograr la desaceleración del crecimiento urbano en la CDMX durante el período 2019-2024. Sin embargo, estudios del Programa *Altépetl* muestran que el PSA no es suficiente para concretar la preservación de los ecosistemas y de sus beneficios socio-ecosistémicos. Los PSA deben estar ligados a una gestión democrática de los territorios de los pueblos originarios (núcleos agrarios) para el ordenamiento ecológico y el manejo sustentable de sus bienes naturales.

Habida cuenta de las evaluaciones de PSA en México frente al *modus operandi* del Programa *Altépetl* en la CDMX, cabe destacar que éste puede aportar a la discusión de las corrientes analíticas de la literatura académica en la región, aportado al diseño y gestión integral de políticas públicas en territorios emancipadores.

Contra la geografía económica (Porter, 1996), se sugiere retomar la agenda investigativa de la geografía humana (Benko, Lipietz, 2000). De la cristalización de imperativos globales determinados por políticas globales/la globalización contemporánea (Sassen, *ibid.*), se debe analizar cómo la ciudad se vuelve un espacio de disputas (Harvey, 2012), frente a la integración de sus procesos de toma de decisión y aplicación política que siguen la pauta de la transformación del Estado de Bienestar en el capitalismo contemporáneo. Estos fines analíticos pueden potenciar hallazgos conceptuales y prácticos al inspirarse de los teóricos de la cuestión social (Castel, *óp. cit.*) y de la corriente de economía *regulacionista* (Boyer, *loc. cit.*).

Conclusiones sobre el caso de Altépetl

El Programa *Altépetl* del gobierno local de la CDMX, con su componente relacionado con PSA en ARCAC/ACC, con Programas de Inversión³⁴, está dirigido a la restauración, preservación y protección de recursos forestales e hídricos. La veda forestal ilimitada decretada en 1947 en la CDMX no ha sido derogada.

Por ello y por lo visto en este artículo, es necesario profundizar la evaluación de su efectividad para frenar el avance de la mancha urbana y la pérdida de la cobertura vegetal - promedio anual de 1 000 hectáreas-, por deforestación, tala clandestina, expansión agrícola, incendios forestales, formación y expansión de asentamientos humanos irregulares, sobreexplotación del manto acuífero, extracción de tierra forestal y flora nativa, entre otros.

De igual forma, interesa valorar otros aspectos críticos como:

- la gestión y el control comunitario de las obras financiadas por los PSA/RSA;
- la participación de las mujeres en la toma de decisiones al no ser titulares de derechos agrarios la mayoría de ellas; y

³⁴ Los programas de inversión están directamente relacionados con los apoyos económicos recibidos a través de PSA/RSA del Programa *Altépetl*, que oscilan entre 6 y 7 mil pesos MX por hectárea. Las asambleas de ejidos y comunidades agrarias emplean el 50% del monto recibido en obras de restauración y conservación de los recursos hídricos y forestales en el polígono de su ARCAC/ACC. El otro 50% corresponde al incentivo anual que se reparte entre las personas que son titulares de derechos agrarios.

- el involucramiento de pobladores avecindados (no originarios) en la gestión de sus sistemas normativos (estatutos comunales y reglamentos ejidales) que regulan el acceso, uso y manejo de los recursos naturales.

Cabe proceder a ello en el marco de una gestión descentralizada y participativa de las cuestiones sociales y económicas de la política de desarrollo urbano, derechos humanos de y en los territorios, y su modo dialéctico de administración política de la CDMX.

Finalmente, el análisis del Programa *Altépetl* de la CDMX muestra cómo la intervención pública a través de políticas urbanas debe pensar nuevas formas de integración de la normativa internacional de desarrollo para plantear relaciones entre comunidades, medio ambiente y poderes públicos, que no reproduzcan los sesgos globales. Ya que la ciudad es un espacio de disputa entre procesos globales y reivindicaciones locales, se debe favorecer que la definición local del territorio emancipatorio -más allá y en contra de un enfoque de desarrollo resiliente y sustentable que da primacía al crecimiento económico y urbano-, sea el proyecto de igualdad, justicia y solidaridad que reivindican los pueblos originarios y sus núcleos agrarios en nuestra América para la defensa del territorio común.

REFERENCIAS

AGRIPPINAH, N. At the expense of democracy, Payment for Ecosystem Services in Hoima district, Uganda. *Responsive Forest Governance Initiative, Working Paper n.14*, 2018.

ALIX-GARCIA, J. M., SHAPIRO, E. N.; SIMS, K. R. Forest conservation and slippage: Evidence from Mexico's national payments for ecosystem services program. **Land Economics**, v.88, p.613–38, 2012. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/23272663>. Consultado el 12 nov. 2021.

ALIX-GARCIA, J.M.; MCINTOSH, C.; SIMS, K.R.; WELCH, J.R. The ecological footprint of poverty alleviation: evidence from Mexico's Oportunidades program. **Review of Economics and Statistics**, v. 95, n.2, p.417–35, 2013. Disponible en: https://doi.org/10.1162/REST_a_00349. Consultado el 15 dic. 2021.

ALIX-GARCIA, J.M.; ARENSON, G.; RADELOFF, V.; RAMIREZ-REYES, C.; SHAPIRO, E., SIMS K.R.; YANEZ-PAGANS, P. **Impacts of Mexico's payments for ecosystem services programme**. International Initiative for Impact Evaluation (3iE), New Delhi: Grantee final report, 2014. Disponible en: <https://www.3ieimpact.org/sites/default/files/2017-11/ie20-mexico-pes.pdf>. Consultado el 23 nov. 2021.

ALIX-GARCIA, J.M.; SIMS K.R.; YANEZ-PAGANS, P. (2015) Only one tree from each seed? Environmental effectiveness and poverty alleviation in Mexico's Payments for Ecosystem Services Program. **American Economic Journal: Economic Policy**, v.7, 4, pp.1-40, 2015. DOI: 10.1257/pol.20130139. Disponible en: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/pol.20130139>. Consultado el 4 nov. 2021.

ARRIAGADA, P.; FERRARO, P.J.; SILLS, E.O.; PATTANAYAK, S.K.; CORDERO-SANCHO, S. Do payments for environmental services reduce deforestation? A farm-level evaluation from Costa Rica. **Land Economics**, v.88, n.2, p.382–99, 2012. DOI: <https://doi.org/10.3368/le.88.2.382>. Disponible en: <https://le.uwpress.org/content/88/2/382>. Consultado el 17 dic.2021.

BÄCKSTRAND, K. Stakeholder Democracy after the World Summit on Sustainable Development. **European Journal of International Relations**, v.12, n.4, 467-498, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354066106069321>. Disponible en: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066106069321>. Consultado el 25 nov. 2021.

BARSIMANTOV, J. KENDALL, J. (2012) Community forestry, common property, and deforestation in eight Mexican states. **Journal of Environment & Development**, v.21, n.4, p.414–37, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1070496512447249>. Disponible en: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1070496512447249>. Consultado el 2 dic. 2021.

BEE, B.A.; BASNETT, S. Engendering social and environmental safeguards in REDD+: Lessons from feminist and development research. **Third World Quarterly**, p.1-18, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1191342>. Disponible en: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2016.1191342>. Consultado 2 de dic. 2021.

BENKO, G.; LIPIETZ, Alain (Eds.). **La richesse des régions : la nouvelle géographie socio-économique**. Paris, Presses Universitaires de France (PUF), 2000.

BLACKMAN, A.; ALBERS, H. J.; AVALOS-SARTORIO, B.; CROOKS, L. Land cover in a managed forest ecosystem: Mexican shade coffee. **American Journal of Agricultural Economics**, v.90, n.1, p.216–31, 2008. DOI: <https://www.jstor.org/stable/30139501>. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/30139501>. Consultado el 21 nov. 2021.

BLACKMAN, A.; AVALOS-SARTORIO, B.; CHOW, J. Land cover change in agroforestry: Shade coffee in El Salvador. **Land Economics**, v.88, n.1, p. 75–101, 2012. DOI: <https://www.jstor.org/stable/41307681>. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/41307681>. Consultado el 5 dic. 2021.

BOYER, R. El Estado social a la luz de las investigaciones regulacionistas recientes. En: COLOQUIO INTERNACIONAL ESTADO Y REGULACIONES SOCIALES ¿COMO PENSAR MLA COHERENCIA DE LA INTERVENCION PUBLICA?, Université Paris I Panthéon Sorbonne, 2006. p.139-156 (trad. N. Collomb, 2007).

BREMER, L. L.; FARLEY, K.A.; LOPEZ-CARR, D. What factors influence participation in payment for ecosystem services programs? An evaluation of Ecuador's Socio Páramo program. **Land Use Policy**, v. 36, p.122– 133, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2013.08.002>. Disponible en: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S026483771300149X>. Consultado 6 de dic. 2021.

BUSCH, J.; FERRETTI-GALLON, K. What Drives Deforestation and What Stops It? A Meta-Analysis. **Review of Environmental Economics and Policy**, v.11, n.1, p.3–23, 2017. DOI:10.1093/reep/rew013. Consultado el 6 dic. 2021.

CASTEL, R. **El ascenso de las incertidumbres: trabajo, empleo, individuo**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CHANDLER, D.; REID, J. (2018) Being in being’: contesting the Ontopolitics of indigeneity. **The European Legacy**, 2018. DOI: 10.1080/10848770.2017.1420284. Disponible en: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10848770.2017.1420284>. Consultado el 5 dic. 2021.

COSTEDOAT, S. *et al.* How effective are biodiversity conservation payments in Mexico? **PloS one**, 10 (3), 2015.

CIUDAD DE MEXICO. [Constitución (2017)]. **Constitución Política de la Ciudad de México**. Ciudad de México: Asamblea Constituyente de la Ciudad de México, 2017. Disponible en https://data.consejeria.cdmx.gob.mx/images/leyes/estatutos/CONSTITUCION_POLITICA_DE_LA_CDMX_14.pdf . Consultado el 10 dic. 2023.

BANERJEE, S.B. Whose land is it anyway? National interest, Indigenous stakeholders, and colonial discourses: The case of Jabiluka Uranium mine. **Organization and Environment**, v.13, n.1, p.3-38, 2000. Consultado el 17 dic. 2021.

COOPER, M.; WALKER, J. Genealogies of resilience: from systems ecology to the political economy of crisis adaptation. **Security Dialogue**, v.42, n.2, p. 143-160, 2011.

DEFRIES, R. S., T.; RUDEL, T.; URIARTE, M.; HANSEN M. Deforestation driven by urban population growth and agricultural trade in the twenty-first century. **Nature Geoscience**, v.3, n.3, p.178–81, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1038/ngeo756>. Consultado el 14 dic. 2021.

DEFRA. **Payments for Ecosystems Services: A Best Practice Guide**. London: 2013. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/200920/pb13932-pes-bestpractice-20130522.pdf Consultado el 10 de noviembre de 2023.

DEININGER, K. W.; MINTEN, B. Poverty, policies, and deforestation: The case of Mexico. **Economic Development and Cultural Change**, v.47, n.2, p.313–44, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1086/452403>. Consultado el 5 dic. 2021.

ELLIS, E. A.; PORTER-BOLLAND, L. Is community-based forest management more effective than protected areas? A comparison of land use/landcover change in two neighboring study areas of the central Yucatan Peninsula, Mexico. **Forest Ecology and Management**, v.256, n.11, p.1971–83, 2008. Consultado el 17 dic. 2021.

ANGEL, S.; PAGIOLA, S.; WUNDER, S. Designing payments for environmental services in theory and practice: an overview of the issues. **Ecological Economics**, v. 65, p.663–675, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.03.011>. Consultado el 6 dic. 2021.

EU-LAC FONDATION. **La ville durable moteur de transformation sociale ? Regards croisés entre l'Europe, l'Amérique Latine et les Caraïbes**. Paris : Institut des Amériques - AFD - Foundation EU-LAC, 2019.

EVANS, B.; REID, J. Dangerously exposed: the life and death of the resilient subject; **International policies, practices and discourses**, v.1, n.2, p.83-98, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/21693293.2013.770703>. Consultado el 23 nov. 2021.

FELDMAN, I. R.; BLAUSSTEIN, R. J. Ecosystems services as a framework for Law and policy. **Environmental Law Reporter**, n.37, October 2007. Disponible en: https://www.greentrack.com/wp-content/uploads/2019/06/GT1004_article_Framework-for-Law-and-Policy_v02.pdf. Consultado el 17 dic. 2021.

GAKAZ, V.; BIERMANN, F.; CRONA, B., LOORBACH, D.; FOLKE, C.; OLSSON, P.; NILSSON, M.; PERSSON, Å.; REISCHL, G. Planetary boundaries—exploring the challenges for global environmental governance. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, .4, p.80-87, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cosust.2012.01.006>. Consultado el 23 nov. 2021.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism by David Harvey**. Oxford: Oxford University Press, 2005. Consultado el 28 nov. 2021.

HARVEY, D. **Rebel cities: from the right to the city, to the urban revolution**. Londres: Verso, 2012.

HONEY-ROSES, J., K.; BAYLIS, K.; RAMIREZ, M.I. A spatially explicit estimate of avoided forest loss. **Conservation Biology**, v.25, p.1032–1043, 2001. Consultado el 23 nov. 2021.

INEGI. **Marco geoestadístico. Suelo de conservación**. Recuperado de: <https://datos.cdmx.gob.mx/dataset/suelo-de-conservacion>. 2020.

INTERNATIONAL INITIATIVE FOR IMPACT EVALUATION. Incentives for the climate mitigation in the land use sector – the effects of payment for environmental services (PES) on environmental and socio-economic outcomes in low and middle-income countries, a mixed-method systematic review. **Systematic Review** 44, 2019. https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUKEwjx7LnmrLDIAhWS2hQKHUrcCKwQFjABegQIAxAC&url=https%3A%2F%2Fwww.3ieimpact.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2F2019-08%2FSR44-PES-payment-for-environmental-services_1.pdf&usq=AOvVaw3rJsCyluTABNNMo4_BAXmG . Consultado el 18 nov. 2024.

KLEPEIS, P.; VANCE, C. Neoliberal policy and deforestation in southeastern Mexico: An assessment of the PROCAMPO Program. **Economic Geography**, v.79, n.3, p.221–40, 2003. DOI:10.1111/j.1944-8287.2003.tb00210.x. Consultado el 5 dic. 2021.

KOSOY, N.; CORBERA, E. Payments for ecosystem services as commodity fetishism. **Ecological Economics**, v.69, p.1228–1236, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2009.11.002>. Consultado el 13 nov. 2021.

LE VELLY, G.; SAUQUET, A.; CORTINA-VILLAR, S. PES impact and leakages over several cohorts: the case of the PSA-H in Yucatan, Mexico. **Land Economics**, v.1, n.93(2), p.230-57, 2017. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/44202618>. Consultado el 23 nov. 2021.

OBENG, E. A.; AGUILAR, F. X. Value orientation and payment for ecosystem services: Perceived detrimental consequences lead to willingness-to-pay for ecosystem services. **Journal of Environmental Management**, v.206, p.458-471, 2018. Consultado el 3 nov. 2021.

PEREZ DE ARMINO, K. El concepto y el uso de la seguridad humana: análisis crítico de sus potencialidades y riesgos. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n.76, p.59-77, 2207. Disponible en: https://www.cidob.org/sites/default/files/2024-08/76_perez.pdf. Consultado el 3 nov. de 2021.

PEREZ-VERDIN, G.; KIM, Y.-S.; HOSPODARSKY, D.; TECLE, A. Factors driving deforestation in common-pool resources in northern Mexico. **Journal of Environmental Management**, v.90, n.1, p.331-40, 2009. Consultado el 17 dic. 2021.

PORTER, M. E. Competitive Advantage, Agglomeration Economies, and Regional Policy. **International Regional Science Review**, v.19, n. 1-2, p.85-94, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1177/016001769601900208>. Consultado el 5 nov. 2021.

RAWLINS, M. A.; WESTBY, L. Community participation in payment for ecosystem services design and implementation: An example from Trinidad. **Ecosystem Services**, v.6, p.117-121, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2013.09.004>. Consultado el 5 dic. 2021.

REID, J. Politicizing connectivity: beyond the biopolitics of information technology in international relations. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22, n. 4, p.607-623, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/09557570903325520>. Consultado el 13 dic. 2021.

REID, J. The neoliberal subject: resilience and the art of living dangerously. **Revista Pleyade, CAIP**, n.10, p.145-165, 2012a. Disponible en: <https://biblat.unam.mx/hevila/PleyadeSantiago/2012/no10/8.pdf>. Consultado el 19 nov. 2021.

REID, J. The disastrous and politically debased subject of resilience. **Development Dialogue, special issue "Intervention as the New Society Order: towards global disaster management"**, n.58, p.67-80, 2012b.

REID, J. Interrogating the Neoliberal Biopolitics of the Sustainable-Development-Resilience Nexus. **International Political Sociology**, v.7, p.353-368, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/ips.12028>. Consultado el 5 dic. 2021.

REID, J. Reclaiming possession: a critique of the discourse of dispossession in indigenous studies. **On culture: the open journal for the study of culture**, n.5, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22029/oc.2018.1145>. Consultado el 19 nov. 2021.

REID, J. 'We the resilient': colonizing indigeneity in the era of trump. **International Policies, Practices and Discourses**, 2019.

ROCKSTRÖM, J., STEFFEN, W.; NOONE, K., PERSSON, Å.; CHAPIN, F.S.; LAMBIN, E.; LENTON, T.M.; SCHEFFER, M.; FOLKE, C.; SCHELLNHUBER, H.J.; NYKVIST, B.; DE WIT, C. A.; HUGHES, T.; VAN DER LEEUW, S.; RODHE, H.; SÖRLIN, S.; SNYDER, P.K.; COSTANZA, R.; SVEDIN, U.; FALKENMARK, M.; KARLBERG, L.. CORELL, R.W.; FABRY, V.J.; HANSEN, J.; WALKER, B.; LIVERMAN, D.; RICHARDSON, K.; CRUTZEN, P.; FOLEY, J. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, v. 14, 2009. Disponible en: <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32>. Consultado el 19 nov. 2021.

ROJAS, J. Payment for Environmental Services as an alternative for the sustainable use of peatland ecosystem services. **Ambiente y Sustentabilidad**, n.1, p. 57-65, 2011.

RUEDA, X. Understanding deforestation in the southern Yucatan: Insights from a sub-regional, multi-temporal analysis. **Regional Environmental Change**, v.10, n.3, p.175–89, 2010. DOI: 10.1007/s10113-010-0115-7. Consultado el 7 dic. 2021.

SASSEN, S. **Sociología de la globalización**. Buenos Aires: Editoriales Katz, 2009

SEARBROOK, J. **In the cities of the south: scenes from a developing world**, Londres: Verso, 1996

SEDEMA. **Suelo de conservación**. Recuperado de: <https://datos.cdmx.gob.mx>. 2021.

SIMS, K.R.; ALIX-GARCIA, J.M. Parks versus PES: Evaluating direct and incentive-based land conservation in Mexico. **Journal of Environmental Economics and Management**, n.86, p.8-28, 2017.

SIRE, P-O.; MOLINA, J. (2014), “Civil CSR tools help to redefine business role for sustainable development: critical experiences of Red Puentes”. **En: 2^{da} REUNION DE LA RED DE SOLUCIONES PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE (UNSDSN) 2014**, Nueva York, 2014.

SLOAN, S. Reforestation amidst deforestation: Simultaneity and succession. **Global Environmental Change**, v. 18, n.3, p.425–41, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2008.04.009>. Consultado el 25 nov. 2021.

STEGEER, C.; HIRSCHB, S.; EVERSC, C.; BRANOFFD, B.; PETROVAE, M.; NIELSEN-PINCUSF, M.; WARDROPPER, C., VAN RIPERH, C. J. Ecosystem Services as Boundary Objects for Transdisciplinary Collaboration. **Ecological Economics**, v.143, p.153–160, 2018. Consultado el 7 dic. 2021.

SULLIVAN, S. (2015), ‘**Policy and critical framings of the “payment for ecosystem services” concept**’. *PES WORKSHOP, IMPERIAL COLLEGE*, 2015. London: 30 April 2015.

SUPIOT, A. **La gouvernance par les nombres**. Paris : Fayard, coll. Poids et Mesures du Monde, 2015.

SVAMPA, M. Consensos de los commodities y lenguajes devaluación en América Latina, **Nueva Sociedad**, n. 244, marzo-abril, 2013. Disponible en:

<https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>.

TOFFLER, Alvin. **The Third Wave**. US: Bentham Books, 1979. Consultado el 23 nov. 2021.

VACA, R. A.; GOLICHER, D. J.; CAYUELA, L.; HEWSON J.; STEININGER, M. Evidence of incipient forest transition in southern Mexico. **PLoS One**, v.7, n.8, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0042309>. Consultado el 5 dic. 2021.

VAN HECKEN, G.; BASTIAENSEN, J.; HUYBRECHS, F. Hacia un enfoque institucional de los Pagos por Servicios Ambientales: perspectivas sobre la oferta y la demanda de servicios ambientales a partir de dos estudios de caso en la frontera agrícola nicaragüense. **Encuentro**, n.92, p. 29-52, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5377/encuentro.v0i92.784>. Consultado el 17 dic. 2021.

WUNDER, S. Payments for environmental services: Some nuts and bolts. **Occasional Paper 42, Center for International Forestry Research**, Bogor, Indonesia, 2005. Disponible en: https://www.cifor-icraf.org/publications/pdf_files/OccPapers/OP-42.pdf. Consultado el 5 de dic. de 2021.

ZHAO, H.; UCHIDA E.; DENG X.; ROZELLE, S. Do trees grow with the economy? A spatial analysis of the determinants of forest cover change in Sichuan, China. **Environmental and Resource Economics**, v.50, p. 61–82, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10640-011-9462-1>. Consultado el 23 de nov. 2021.

CRedit Author Statement

- **Reconhecimentos:** Sin objeto.
- **Financiamento:** No aplicable.
- **Conflitos de interesse:** El papel de participante a la conducción de una parte del programa Altepél por uno de los autores puede mencionarse. Sin embargo, no se considera um factor de conflicto de interés, ya que la contribución del otro autor se planteó como mirada crítica, de los datos obtenidos y sistematizados por el autor anteriormente involucrado em el programa. Con ello, y ya que el ejercicio analítico contemplaba la identificación de áreas de mejora del programa ante sus alcances, se desvincula la posicion del autor involucrado en el programa y su trabajo analítico al momento de la elaboracion del artículo. No se considera que existan conflictos de interés para esta investigación.
- **Aprovação ética:** La compilación de datos analizados en esta investigación, y su intelección posterior con fines analíticos se han apegado a los estandarés de calidad y ética científica requeridos para contribuir al conocimiento en ciencias sociales. Si bien no se ha sometido el trabajo a la evaluación de un comité de ética, los autores se han comprometido a la complementaridad de visiones, la contradicción de los datos e interpretaciones, y la comprobación de las observaciones por los hechos para cumplir con la debida ética científica para elaborar este trabajo.
- **Disponibilidade de dados e material:** La mayor parte de las fuentes consultadas para compilar los datos que apuntalan el análisis son accesibles al público, más tratándose de una política pública. El acervo de materiales académicos también puede consultarse en las bases de datos respectivos. Alguna parte de lo relativo al funcionamiento del programa analizado ha sido documentos internos a la institución gubernamental responsable, y por tanto no son datos accesibles al público. Sin embargo, con los debidos procedimientos, los autores cuentan con esta información y podrían compartirla con base en cualquier solicitud en este sentido.
- **Contribuições dos autores:** De manera esquemática, Pierre-Olivier Sire Baumann fue responsable de la redacción de lo relativo a la revisión de literatura académica, y Miguel Angel Paz Carrasco redactó lo relativo a la descripción técnica del programa y de sus resultados/datos empíricos que se analizaron en el estudio. Algunas partes se escribieron a cuatro manos entre los dos autores, por lo relativo a la introducción, transiciones y conclusión.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.



**ÁGUA, MODERNIZAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA: INFRAESTRUTURA HÍDRICA
E A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA MALEKU NA COSTA
RICA (1860-1996)**

**AGUA, MODERNIZACIÓN Y POLÍTICA PÚBLICA: INFRAESTRUTURA HÍDRICA
Y LA TRANSFORMACION DEL TERRITORIO INDÍGENA MALEKU EN COSTA
RICA (1860-1996)**

**WATER, MODERNIZATION AND PUBLIC POLICY: WATER INFRASTRUCTURE
AND THE TRANSFORMATION OF THE MALEKU INDIGENOUS TERRITORY IN
COSTA RICA (1860-1996)**



Julián del Carmen CRUZ CARRILLO¹
e-mail: julian.cruz@ucr.ac.cr

Como referenciar este artigo:

CRUZ CARRILLO, Julián del Carmen. Agua, modernización y política pública: Infraestructura hídrica y la transformación del territorio indígena maleku en Costa Rica (1860-1996). **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, p. 116-144, (2025) - Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d005. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10997>.



| **Submetido em:** 20/05/2024
| **Revisões requeridas em:** 30/10/2024
| **Aprovado em:** 28/02/2025
| **Publicado em:** 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rizia Mendes Mares

¹ Universidad de Costa Rica (UCR). Pesquisador do Departamento de Antropología da Universidad de Costa Rica (UCR), San Pedro – San José (SJO) – Costa Rica.

Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, (2025), p.116-144, Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d005, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10997>. e-ISSN: 1984-1647

RESUMO: Este artigo analisa a transformação do território hidro-social do povo indígena Maleku na Costa Rica entre 1860 e 1996, concentrando-se na reconfiguração de suas relações com a água devido aos projetos de modernização do Estado. Por meio de análise histórica, entrevistas semiestruturadas e trabalho de campo etnográfico, examina-se como a infraestrutura hídrica foi usada como um mecanismo de controle territorial, alterando a interação social e a cosmovisão indígena. Argumenta-se que a domesticação da água deslocou as práticas comunitárias para a esfera privada, afetando a coesão social e o senso de pertencimento. Os resultados destacam a importância de considerar a água não apenas como um recurso, mas também como um elemento central na construção da identidade malek e das relações de poder. Por fim, propõe-se que as políticas públicas adotem uma abordagem participativa e intercultural para garantir a autonomia das comunidades indígenas na gestão da água.

PALAVRAS-CHAVE: Territórios-hidrosociais. Povo-Maleku. Infraestrutura-hídrica. Política-pública-indígena. Gestão-comunitária-da-água.

RESUMEN: Este artículo analiza la transformación del territorio hidrosocial del pueblo maleku en Costa Rica entre 1860 y 1996, enfocándose en la reconfiguración de sus relaciones con el agua debido a los proyectos estatales de modernización. A través de un análisis histórico, entrevistas semiestructuradas y trabajo de campo etnográfico, se examina cómo la infraestructura hídrica ha sido utilizada como mecanismo de control territorial, alterando la interacción social y la cosmovisión indígena. Se argumenta que la domesticación del agua desplazó prácticas comunitarias hacia la esfera privada, afectando la cohesión social y el sentido de pertenencia. Los resultados subrayan la importancia de considerar el agua no solo como un recurso, sino como un elemento central en la construcción de identidad maleku y las relaciones de poder. Finalmente, se propone que las políticas públicas adopten un enfoque participativo e intercultural para garantizar la autonomía de las comunidades indígenas en la gestión del agua.

PALABRAS CLAVE: Territorios-hidrosociales. Pueblo-maleku. Infraestructura-hídrica. Política-pública-indígena. Gestión-comunitaria-del-agua.

ABSTRACT: This article analyzes the transformation of the hydrosocial territory of the Maleku indigenous people in Costa Rica between 1860 and 1996, focusing on the reconfiguration of their relationships with water due to state modernization projects. Through historical analysis, semi-structured interviews and ethnographic fieldwork, it examines how water infrastructure has been used as a mechanism of territorial control, altering social interaction and indigenous cosmovision. It is argued that the domestication of water displaced community practices into the private sphere, affecting social cohesion and the sense of belonging. The results underline the importance of considering water not only as a resource, but also as a central element in the construction of malekuy identity and power relations. Finally, it is proposed that public policies adopt a participatory and intercultural approach to guarantee the autonomy of indigenous communities in water management.

KEYWORDS: *Hydrosocial-territories. Maleku-people. Water-infrastructure. Indigenous-public-policy. Community-water-management.*

Introducción

El pueblo maleku, uno de los ocho pueblos indígenas reconocidos en Costa Rica, y el único que actualmente habita en las llanuras del norte del país. Hace 150 años su territorio ancestral abarcaba prácticamente toda la cuenca del Río Frío, de unos 1100 km², sin embargo, en la actualidad sus tierras han sido reducidas a 30 km², y las tres principales comunidades maleku, denominadas palenques, se concentran alrededor de uno de sus ríos tributarios: el Sol (Castillo Vásquez, 2004) (ver figura 1). Su historia está marcada por su relación con los cuerpos de agua, que han sido eje central de su vida comunitaria, cultural y económica.

Este proceso de desplazamiento y reconfiguración territorial ha estado ligado a la intervención estatal y a los diferentes proyectos de desarrollo que ha tenido el país, los cuales han transformado no solo el acceso al agua y al territorio a este pueblo, sino también sus lazos sociales y la estructura comunitaria (Cruz Carrillo, 2024). En este contexto, el objetivo de este artículo es analizar cómo las intervenciones estatales, en el marco del proyecto de modernidad, han influido en la configuración de los territorios hidrosociales Maleku, y de sus vínculos culturales y sociales con el agua de manera específica.

Para ello estudio retoma la conceptualización de los territorios hidrosociales de Boelens et al. (2016), quienes los definen como espacios social, natural y políticamente constituidos que se (re)crean a través de las interacciones entre las prácticas humanas, los flujos de agua, las tecnologías hidráulicas, los elementos biofísicos, las estructuras socioeconómicas y las instituciones político-culturales. En esta línea, el agua no es solo un recurso, sino un elemento central en la construcción de identidades, relaciones de poder y sistemas de conocimiento dentro de las comunidades maleku (Boelens et al., 2016).

Además, se entiende la urbanización de los territorios y los cuerpos de agua, en el marco del proyecto de modernidad y desarrollo estatal. Tal como plantea Kaika (2005), estos procesos no solo implica su domesticación a través de infraestructuras, sino también su ocultamiento y la transformación de los paisajes naturales en entornos urbanos controlados. Este proceso de higienización de la naturaleza ha sido clave en la configuración de nuevas relaciones de poder, donde el Estado asume un rol central en la gestión del agua, desplazando formas tradicionales de uso y manejo comunitario.

Por otro lado, Carse (2012) contribuye a esta discusión al analizar cómo la naturaleza misma puede ser conceptualizada como infraestructura, destacando que el agua no es

simplemente un recurso pasivo dentro de un sistema, sino que interactúa activamente con las estructuras socioeconómicas y políticas, condicionando y siendo condicionada por los proyectos de modernización.

Este artículo es producto y adaptación del proyecto final de graduación en antropología social de Cruz Carrillo (2024). De ello resalta la comprensión antropológica del agua, no solo como un elemento vital para la supervivencia, sino también como un hilo que vincula y configura mundos sociales y valores en interacción con las comunidades humanas (Hastrup & Hastrup, 2016). Para analizar estas dinámicas, se ha adoptó una metodología de investigación cualitativa que se denominó como un seguimiento multisituado de prácticas y políticas hídricas (Cruz Carrillo, 2024), como una adaptación de las etnografías multisituadas, la que se desarrolló trabajo de campo antropológico, las entrevistas, la revisión bibliográfica, con el fin de rastrear el manejo y uso del agua a través de diferentes contextos y momentos históricos.

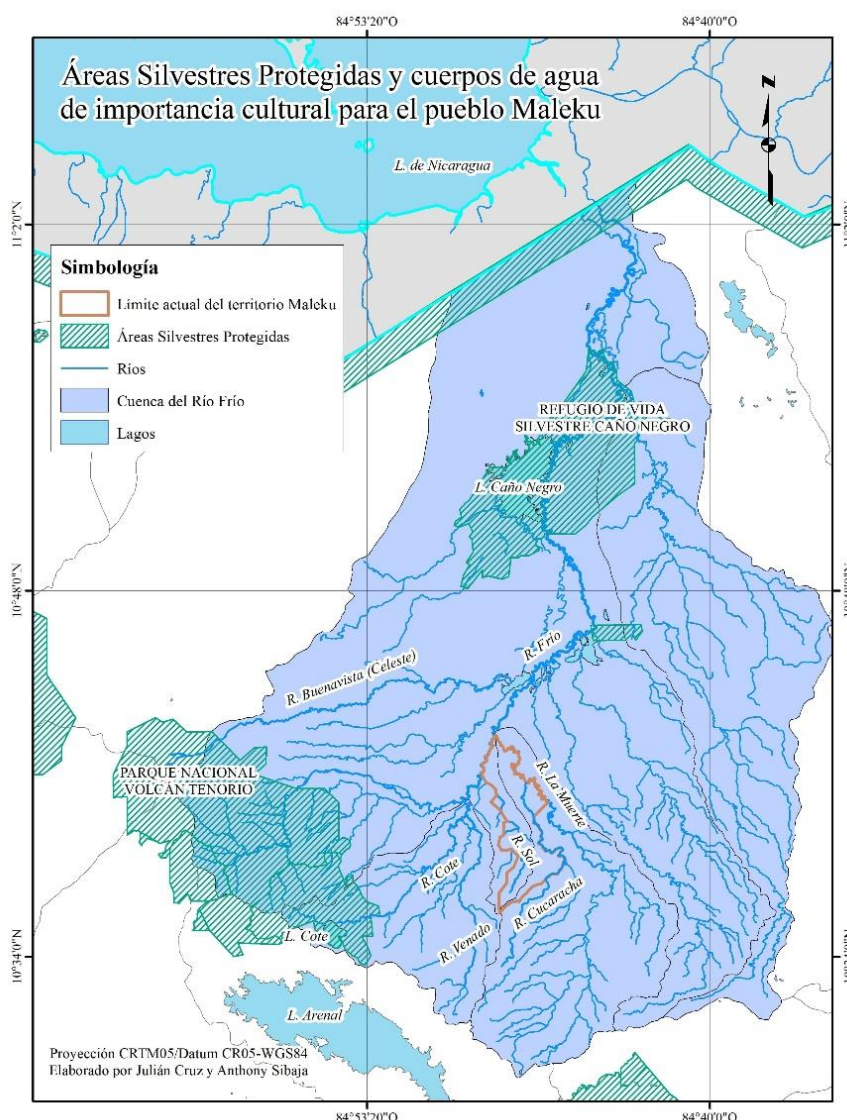
Desde esta perspectiva, el artículo busca contribuir al debate sobre los procesos de modernización de los territorios indígenas y los cuerpos de agua que son parte de ellos, abordando no solo el impacto en términos de infraestructura (física, política y administrativa), sino también las transformaciones en los lazos sociales y territoriales. A través del análisis de la intervención estatal, se explora cómo el pueblo maleku han gestionado y resignificado el río en contextos de control y transformación sociopolítica.

La llegada del Estado costarricense a las llanuras de ‘los guatusos’(1860 – 1960)

Desde tiempos precolombinos, el pueblo maleku se ha asentado en la cuenca del Río Frío, en la Región Huetar Norte de lo que actualmente es Costa Rica. En su cosmovisión, se narra que fueron creados por *Nharine cha conhe*, el *tocu*, o dios, que habita en la naciente del río Venado, el cual les asignó el curso superior del Río Frío como su territorio para vivir (Constenla Umaña & Ibarra Rojas, 2014).

La cuenca del Río Frío es parte de la Cuenca Binacional del río San Juan, y se extiende desde las cordilleras Volcánica Central, de Tilarán y Guanacaste (Rojas, 2011). La mayor parte de su superficie está corresponde a llanuras aluviales relativamente planas, con zonas que se mantienen inundadas permanente o temporalmente y que dan origen a gran variedad de humedales (Castillo Vásquez, 2005).

Figura 1 – Mapa de la cuenca del Río Frío, Áreas Silvestres Protegidas y cuerpos de agua de importancia cultural para el pueblo indígena Maleku.



Fonte: Cruz Carrillo (2024)

Se puede considerar al pueblo maleku como uno de los últimos en el país en pasar por un proceso de colonización, ya que prácticamente se mantuvieron al margen de las intervenciones europeas del siglo XVI al XVIII (Solórzano Fonseca, 2000). Esto cambió en la década de 1860, ya durante el período republicano, cuando llegó la Revolución Industrial y el capitalismo a la cuenca del Río Frío, producto de las expediciones de estadounidenses y nicaragüenses que venían desde el lago Cocibolca, en búsqueda de los árboles de caucho

(*castilla eslástica*), y mano de obra esclava, para su explotación y comercialización en el mercado internacional durante el periodo de la fiebre del caucho en Centroamérica.

Entre 1860 y 1900, cientos de *malekus* fueron esclavizados y llevados al puerto de San Carlos en Nicaragua para ser vendidos. Este acontecimiento, el cual ha sido caracterizado como un genocidio (Edelman, 1998), tuvo implicaciones demográficas, territoriales y políticas para este pueblo indígena. El impacto que tuvo este proceso fue tal, que el Estado costarricense, que hasta entonces se había interesado poco por la región norte del país (apenas en 1858 se había firmado el tratado de límites entre Costa Rica y Nicaragua), se pronuncia y envía cuerpos policiales como representantes del gobierno en la frontera norte.

Este hito marca así el ingreso del pueblo *maleku* a la modernidad, entendida como el proceso continuo que se originó con la Ilustración, pero que se materializó en las esferas económica, política y cotidiana hasta después de la industrialización y la expansión del mercado mundial capitalista (Kaika, 2005). Este proceso vino acompañado de lo que Kaika (2005) ha denominado el ‘proyecto Prometeo de la modernidad’, cuyo objetivo es la domesticación y control de la naturaleza mediante la tecnología, el trabajo humano y la inversión de capital.

El principal antecedente de intervención estatal en Guatuso es la aprobación del Decreto N°XXI en 1867, el cual autorizaba la reducción de “los indios llamados guatusos”, y su jurisdicción se le otorga a la provincia de Alajuela (Poder legislativo, 1874). Esto motivo algunas excursiones gubernamentales a la zona, pero ninguna se tradujo en un asentamiento permanente hasta unas décadas después (Madrigal Córdoba, 2021). Entre 1882 y 1896 el obispo de Costa Rica Bernardo Augusto Thiel realizó cinco expediciones al territorio *maleku*, y dio cuenta que la explotación y muerte entre las comunidades *maleku* no se detuvo durante todo este periodo (Castillo, 2011).

Debido a la autoridad que representaba el Obispo, sus informes tuvieron resonancia y en respuesta, el gobierno de Tomás Guardia estableció el Decreto N°XVI (República de Costa Rica, 1882) en el cual se “Pena la captura o persecución de los indígenas y prohíbe la extracción de hule y demás productos naturales en los baldíos comprendidos entre San Carlos y Sapoá” (p. 74). Y en julio de ese mismo año, se aprobó el acuerdo N°LXVIII, que agregaba el territorio de Guatuso a la villa de Grecia (República de Costa Rica, 1882).

Hacia 1860 se estima que existían a rededor de 17 palenques, distribuidos a lo largo del Río Frío. Esta es la unidad organizativa y territorial ancestral del pueblo *maleku*, la cual consistía en un asentamiento con varios ranchos de palma y pilares de madera, donde vivían

familias extensas de hasta 30 personas unidas por lazos de parentesco (Castillo Vázquez, 2011; Sánchez Avendaño, 2015). Sin embargo, debido a la catástrofe poblacional que sufrieron, para 1923 quedaban solamente 4 palenques, incluidos los 3 que se mantienen hasta la actualidad: Tonjibe, Margarita y el Sol (Solís Aguilar, 2021). Con esta reducción, los asentamientos se concentraron alrededor del río Sol, el cual se convierte en la principal fuente de agua para el uso doméstico del pueblo maleku durante todo el siglo XX y hasta la actualidad.

Figura 2 – Fotografía de un grupo de indígenas Guatusos (Maleku) en el Río Frío, 1923.



Fonte: Archivo Nacional de Costa Rica (1991). Código de referencia: CR AN CR-AN-AH-FO-005119

A inicios de 1900 se da una caída en la explotación del hule centroamericano, mantuvo la presencia e interés del Estado costarricense en la cuenca del Río Frío muy limitada. Durante las primeras décadas del siglo XX, prácticamente no existían caminos terrestres que pudieran ser transitados todo el año, entre la región norte y el centro del país. En contraste, existían una gran cantidad de vías fluviales, entre esas el Río Frío, que conectaban naturalmente estas llanuras con Nicaragua. Durante 1909 y 1933, la mayoría de la población que llegó a las llanuras del norte fueron principalmente campesinos, que huían de los procesos políticos de Nicaragua, y fundaron nuevos asentamientos, y extendieron la frontera agrícola y ganadera (Castillo Vázquez, 2004).

Debido a al crecimiento que se empieza a dar, en 1915, los poblados de Upala, de San Rafael y los Chiles se elevaron a la categoría de barrios del cantón de Grecia, y se establecieron puestos de control en estas áreas, como por ejemplo, los resguardos fiscales (Madrigal Córdoba,

2021). Las personas que administraban los resguardos eran agentes policiales y se encargaban de una gran cantidad de tareas en tanto eran los únicos representantes territoriales del Estado.

La figura del resguardo es importante porque no solo es una de las primeras expresiones permanentes del Estado en San Rafael, donde se encontraban los principales palenques maleku, sino también porque representa los primeros conflictos entre las instituciones públicas y la población indígena. Hay registro que los primeros policías que llegaron a finales de siglo XIX y principios del XX, imponían grandes castigos a las personas maleku (Castillo Vázquez, 2004).

Con respecto a la situación de las tierras indígenas, en 1939 se aprobó la Ley General de Terrenos Baldíos, en la que se establecía el carácter inalienable de las zonas donde vivían poblaciones indígenas, aunque se definía que estas serían determinadas por el Poder Ejecutivo (Guevara Berger & Chacón Castro, 1992). Aunque en el plano legal esto representa un avance en la protección de las personas indígenas en el país, en la práctica significó un instrumento para definir áreas que podían ser tomadas por las personas no indígenas, legitimando así la colonización de tierras que eran de uso histórico, económico y cultural de los pueblos indígenas (Guevara Berger; Chacón Castro, 1992).

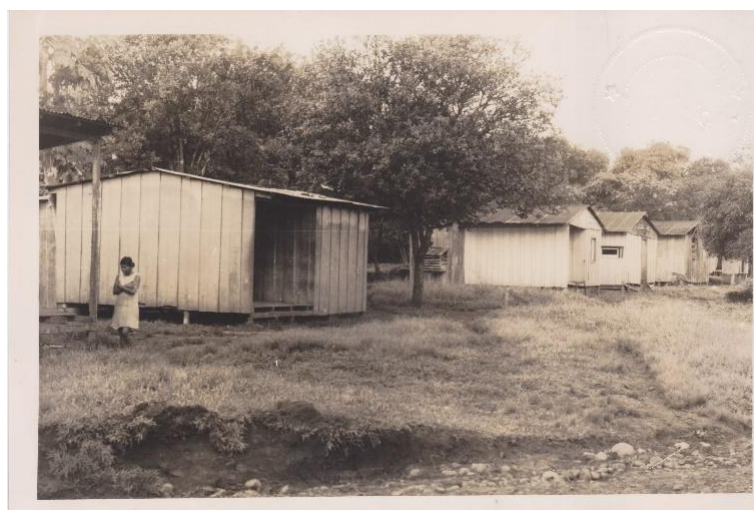
En 1945, se creó la Junta de Protección de Razas Aborígenes de la Nación (JPRAN), con el fin de delimitar y proteger estas tierras pertenecientes a los pueblos indígenas, y llevó a la creación de las primeras reservas indígenas en la década de los años 50 (PNUD, 2022). Este impulso de “protección” se tradujo, por ejemplo, en la creación de la primera escuela pública en el territorio maleku en 1950, en el palenque Margarita; este evento representa la primera presencia permanente del Estado dentro de territorio indígena, y tuvo una incidencia directa en el cambio social de las comunidades (Madrigal Córdoba, 2021).

Uno de los ejemplos más claros de la contradicción de las acciones estatales hacia los pueblos indígenas fue que, en 1959, el país firmó el Convenio 107 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), que sostenía el derecho de los indígenas a tener propiedad sobre sus tierras. Sin embargo, tres años más tarde, en 1961, el gobierno aprobó la Ley de Tierras y Colonización, que derogó la Ley General sobre terrenos baldíos (Ley N°13 de 1939) y estableció que el Estado sería el propietario de las ‘tierras indias’ (Guevara Berger; Chacón Castro, 1992). Evidenciando la intención de seguir extendiendo la colonización agrícola en detrimento de los pueblos indígenas en el país.

De este modo se consolida a finales de este periodo una intervención más directa, tanto a nivel territorial como política y cultural, producto del fortalecimiento institucional. Un

ejemplo es que a finales de la década de los cincuenta, varias instituciones, entre ellas la JPRAN, la Municipalidad de Grecia y el Instituto Nacional de la Vivienda (INVU), acuerdan un programa integral de atención al pueblo maleku (Madrigal Córdoba, 2021). Como parte de esto, el INVU definió un plan de mejoramiento de la vivienda en el territorio, lo que se tradujo en la construcción de 35 casas de madera con techos de zinc en Margarita y Tonjibe; este proyecto inició en 1963 y finalizó en 1964 (Madrigal Córdoba, 2021). Durante la década de los años sesenta, se crea otra escuela, esta vez en Palenque Tonjibe, y se realiza el primer proyecto de vivienda por parte del Estado (Madrigal Córdoba, 2021).

Figura 3 – Fotografía del caserío Palenque Margarita en Guatuso de San Carlos Alajuela (1977)



Fonte: Archivo Nacional de Costa Rica (s.f.). Código de referencia: CR AN CR-AN-AH-FO-003573

El río Sol y la vida comunitaria Maleku (1960 y 1970)

Con respecto al uso del río, Don Alfredo Acosta (comunicación personal, 2023) recuerda que:

Nosotros jóvenes y niños todos los días y a todas horas estábamos en el río bañándonos, porque eran pozas hondas, entonces íbamos, nos tiramos de cabeza, nadábamos, jugábamos debajo de del río escondiendo algún artefacto, zacate, o si uno anda pejibaye decíamos: ‘si usted lo encuentra le damos un pejibaye’. Ese era un juego de la comunidad maleku, entonces todo el mundo se iba a bañar al río, a lavar la ropa y no había día que no estuviera uno ahí. Entonces no había cañería, no había nada, simplemente el río y ahí íbamos a traer agua, agua limpia, tomamos agua de ahí.

Las personas consultadas que crecieron durante los años sesenta y setenta recuerdan con claridad las dinámicas asociadas al río Sol antes de la construcción del primer acueducto. Algo

Revista Geografía em Atos, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, (2025), p.116-144, Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d005, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10997>. e-ISSN: 1984-1647

que resalta de las narrativas de esta época es la forma en que se expresa la dimensión colectiva del uso del agua, así como su arraigo cultural, evidenciando así toda una estructura social que sustentaba y reproducía estos usos. Es decir, que las situaciones narradas deben ser entendidas no como acciones aisladas, sino como prácticas sociales. Por ejemplo, una práctica como bañarse en el río refleja no solo las formas de apropiación de los espacios, sino que también está asociada a una serie de valores comunitarios que se repiten en los relatos. Tal como lo recuerda Poto, quien creció en Margarita (comunicación personal, 2023):

Yo nací en el 66, todos se bañaban en el río y no había malicia y se respetaban, por ejemplo, hoy por hoy una muchacha se baña en el río y se quedan hipnotizados, antes se podían bañar una señorita y un muchacho en el río y no había malicia porque se iba solo a bañar. Se bañaban todos en la misma parte, pero lógico que si estaba una muchacha primero había que dar tiempito y después uno sigue.

Al respecto, Doña Olivia Elizondo (comunicación personal, 2023), quien es de Palenque Tonjibe, señala que cuando ella se crío: “veía a mi gente bañándose en el río todos pelados como Dios lo mandó al mundo, los hombres se bañaban arriba y nosotros las mujeres abajo, pero las mujeres ni los hombres se fijaban nada, ellos son lo más tranquilo”.

Incluso las generaciones más jóvenes que no vivieron directamente estas prácticas retoman mucho esta noción de que ‘no había malicia’ sin importar el palenque. Esta también está presente en las personas más jóvenes de la comunidad de El Sol, que siguió utilizando el agua directamente del río como fuente primaria por más años que Margarita y Tonjibe. Tal y como menciona Elías Cruz (comunicación personal, 2023), quien es de Palenque El Sol, y que fue parte de la ADI durante la pandemia:

El único río que teníamos era este, El Sol, es el único río que ha pasado siempre por ahí. Entonces ahí, por ejemplo, los platos y las cosas los lavamos con arena, había piedritas y todo eso, se lavaba porque era limpio –estamos hablando de un suelo realmente limpio– hasta que quedará bien. Igualmente nos bañamos ahí a veces no usábamos jabón, si teníamos jabón usábamos muy poco. Nos bañamos todos juntos, es que no, no había maldad, en ese momento no teníamos ni noción de ver a mi mamá, no teníamos eso. Simplemente nos bañamos y ya.

La dimensión comunitaria también implicaba organizar el uso del espacio del cauce con respecto al baño. En este sentido, podría haber separaciones más explícitas como la que menciona Olivia, aunque incluso en esas ocasiones la separación entre grupos de hombres o mujeres era de unos cuantos metros, y en otros casos, como el que señala Poto, se esperaba a que la persona que se estaba bañando se fuera. A partir de los relatos, se puede interpretar que esta práctica respondía más a una forma de respetar el espacio de la otra persona que a una cuestión moral.

El uso del río para lavar estaba más circunscrito, ya que, al menos en Tonjibe y Margarita, se mencionó que había una piedra y lugar en específico en cada comunidad donde se iba a lavar y esta práctica estaba asociada con las mujeres, tal como lo especifica Olivia:

En el mismo río, ahí nosotros lavábamos, teníamos una piedra bien bonita donde alcanza cuatro o seis mamás para estar lavando ropa en una piedra. Sí, ahí nosotros las mujeres nos unimos: ‘vamos a ir a lavar ropa’, ‘bueno’, vamos, agarramos el saco de ropa depende de la cantidad, y ahí vamos y cuando una terminó ayudamos a la otra, cuando la otra terminó ayudamos, entonces todas juntas venimos. (Comunicación personal, 2023)

Con respecto al sitio del río que se utilizaba en Margarita, Alfredo (comunicación personal, 2023) menciona que no siempre se podía dar tiempo a que otros desocuparon el espacio, y por ello se realizaban varias actividades y por varias personas al mismo tiempo:

Los mayores se bañaban e iban con la señora, o la señora estaba lavando ahí, pero diay, no había como que uno dijera voy a bañarme más tarde hasta que terminen ellos. No, porque a veces hasta las 7 de la noche estaba bañándose alguien porque era solo un sitio ahí por el puente, arriba, ahí todo mundo iba. Fijate que se perdió la piedrita, una piedrita que utilizaban para lavar, un día quería buscarla para hacer algún escrito sobre eso, pero no lo puedo encontrar. Y entonces todo el mundo se lo peleaba porque todas iban a lavar a la misma piedra.

Alfredo y Olivia tienen la misma edad, pero son de comunidades diferentes, y en sus opiniones se evidencia la visión distinta que hay con respecto al lavado como rol de género. En el caso del primero, comprendía la dinámica del lavado de la ropa, pero la veía desde un punto de vista externo. Mientras tanto, la segunda estaba directamente involucrada, y, por lo tanto, comprendía mejor estos códigos que existían entre las mujeres que lavaban ropa.

Otra práctica central en la cotidianidad de las comunidades maleku era la recolección del agua. El agua se recogía y se llevaba hasta la casa con jícaras llamadas *quirrúmun*, o se guardaba en vasijas de barro o arcilla. Todas las personas hacían este trabajo en algún momento, pero se relacionaba más con la niñez y las mujeres. También, a partir dicha actividad, se tejían otro tipo de relaciones comunitarias de intercambio, como lo explica Olivia:

Cualquier persona lo hacía, ir a recoger agua, hasta los mayores. Cuando son muy mayores y no pueden ir a recoger agua, nosotros teníamos un cumbo para jalar agua, entonces los mayores vienen y les dicen a los jóvenes: ‘vayan y me traen cuatro cuchumbas de agua’ y ellos los traen. Cuando ya los ponen donde aquel señor les dijo que lo pongan, entonces va el señor y trae un montón de pataste ya seco, entonces le dice ‘tome mi chiquito este es el pago por ir a traerme la agua’. Entonces el muchacho o la carajilla, van contentos porque ya llevan su comida, o si no les dan pataste les dan un entero de *caton* [papaya]. No todo lo quiere regalado, pero lo pagan con algo que comer o si no tienen papaya, no tienen pataste, no tiene más que solo *machaca*, que es plátano batido, entonces ‘tome mi chiquito, tome esto para que se llene’, bueno y ‘tome esto para que lo haga en su casa cuando te dé hambre’, ellos pagan con eso. Y como también hay niños que, donde se cansan y ponen el agua que vienen en el cumbo, pues se va y ya, se quiebra todo. Ellos vienen llorando y ‘¿qué pasó?’, ‘tía es

que se me fue y se quebró todo la -se llama *quirrúmun* en maleku-, que se me fue el *quirrúmun*'. 'No se preocupe chiquito aquí tengo más, pero no lo vuelva a hacer, tiene que volver a traer'. (Comunicación personal, 2023)

Este fragmento ilustra un pasaje de la vida cotidiana antes del acueducto, y evidencia también la división de los roles familiares y comunitarios. Por ejemplo, esta relación entre la recolección de agua y la niñez y la juventud tiene que ver con que las personas mayores se dedicaban a otras labores como parte de la reproducción social, como el trabajo del campo, el cultivo, la cocina, la pesca, etc. Además, refleja un aspecto concreto en el que las personas más jóvenes, con mayor energía y fuerza, ayudan a las mayores. En este aspecto, resaltan los intercambios del trabajo por comida y el establecimiento de relaciones de reciprocidad y colaboración. Estas acciones de servicio a las personas mayores se dan también en otras prácticas sociales como la pesca, en la que se seleccionan animales especialmente para ciertas personas de la comunidad que, por su edad, ya no son tan activas.

Otra práctica asociada al uso del río es el manejo de las excretas. Con respecto a esto, no hay una única respuesta, hay quienes señalan que se daba del cuerpo en el mismo río, y hay quienes sugieren que se hacía en el 'monte'. La estructuración de las dinámicas comunitarias en torno al río es particularmente relevante cuando se habla de la relación entre el manejo de las excretas y el consumo de agua, debido a la contaminación que se puede generar. Esto es algo que las personas mayores reconocen con claridad. Una estrategia mencionada para evitar este problema era que el agua para beber o cocinar no se agarraba de donde las personas se bañaban y hacían otras necesidades, sino que se iba más arriba, donde se conseguía agua limpia. Por su parte, para defecar, se iba más abajo de donde se bañaban y lavaban las personas.

En múltiples relatos, las personas mayores recuerdan que el río en esas épocas se llenaba mucho más, y fluía mayor cantidad de agua. Por ejemplo, en el fragmento de Alfredo que se presentó más arriba, él habla de pozas hondas que hoy en día no existen. Factores como la ausencia de cobertura boscosa en el cauce del río puede facilitar la sedimentación de los alrededores, y que diferentes tipos de materia orgánica, incluida la materia fecal, terminan directamente en los ríos. Y en la actualidad, se ha evidenciado que otros cambios ambientales, tanto estacionales, como productos de procesos de urbanización, tienen un efecto en los indicadores microbianos de la contaminación fecal del agua en el país (González Fernández, et al., 2021).

Por ello, muchas personas mencionan que, antiguamente, se podía tomar agua del río sin ninguna afectación a la salud, dos personas mayores que crecieron en Margarita a finales de

la década de los sesenta y principios de la de los setenta recuerdan que esto cambió y llegó un momento en que los niños y niñas empezaron a enfermar a causa del agua. Tal es el caso que expone Aniceto (comunicación personal, 2023):

Yo me acuerdo muy bien, toda la población maleku tomábamos agua del río, esté limpio o esté sucio, pero tomamos de esa agua. Porque a veces se llena el río y a veces hay gente que no le importaba, tal vez se muere una res y lo tiran en el río, y uno tiene que tomar esa agua. Entonces todas esas situaciones pasan, y nosotros tomábamos agua del río y del agua del río preparábamos todos nuestros alimentos, inclusive hasta las necesidades de ir al baño e irse a bañar todo se hacía por medio del río. Y entonces diay, se veía muchos..., en aquellos tiempos cuando tomábamos agua del río se morían muchos niños por enfermedades de agua contaminada.

El agua como problema de salud pública

A finales de la década del sesenta y durante la del setenta, se realizaron múltiples visitas académicas a los palenques maleku. En 1972 se publica un compilado de *Materiales sobre los guatusos*, a cargo del entonces Departamento de Ciencias del Hombre de la Universidad de Costa Rica (UCR) producto de varias visitas de campo. En todos estos trabajos, que se citan a continuación, hay una serie de temas en común sobre el contexto de Guatuso y la vida en las tres comunidades maleku. Entre ellos, se habla de la dificultad de acceso a esta parte del país, de la economía agrícola y ganadera de Guatuso, de las relaciones comerciales y de trabajo desiguales que se establecen entre las personas indígenas y no indígenas. Adicionalmente, se habla ya de la problemática de estas poblaciones con respecto a la tenencia de la tierra, y se mencionan algunas prácticas culturales y creencias distintivas de estas comunidades. Sin embargo, uno de los temas que tiene mayor peso es la situación de salud de los y las maleku.

La forma en que se representa esta problemática en los textos refleja la visión salubrista de la época y gira en torno a cinco aspectos: las características de la vivienda, la higiene de las personas maleku, el azote de las enfermedades infecciosas, el reducido acceso a servicios de salud y el uso del agua. La forma en que se abordan estos temas refleja la perspectiva biomédica, y en muchos casos etnocéntrica, del momento, con excepción de los textos de la antropóloga María Eugenia Bozzoli. No obstante, todos aportan descripciones sumamente valiosas que reflejan las malas condiciones en las que vivían las personas indígenas entre 1967 y 1979, pero, además, se plantean también como una demanda a las instituciones gubernamentales de ese momento, debido a la ausencia que tenían en la región.

Por ejemplo, cuando Ríos Martínez (1972) hace su visita de campo en 1967, describe la situación de la siguiente forma:

En primer lugar: no existe ningún pozo de donde ellos puedan beber agua a excepción de el de la escuela. Ellos no están acostumbrados a usar pozo, pues toda su vida han tomado agua del río. El indio no conoce los microbios; nunca los ha visto. Por lo tanto, él no cree que estos sean enemigos mortales del hombre. Si alguien muere de parásitos, como sucede con todos los niños, se lo atribuyen a que no convenía que viviera, o cuando es un adulto el que sucumbe a la enfermedad anotada, creen que son malos espíritus los que se lo llevaron (estos datos fueron dados por un indio). (Martínez, 1972, p. 5).

A partir de esta perspectiva, las dos principales explicaciones que se dan para dicha problemática de salud son el gran abandono del Estado con respecto al cantón de Guatuso y la Región Huetar Norte, así como las prácticas de higiene que tenían las personas maleku. Por ejemplo, Ríos Martínez (1972) señala que “su salud muy poco la estiman. Se agitan jugando fútbol o pilando arroz e inmediatamente se van a bañar al río, que es bastante frío. Eso puede ser el origen de una pulmonía y tuberculosis, de la que tanto padecen” (p. 6). Por su parte, Bozzoli reconoce la problemática, pero la enmarca de una forma distinta; para ella, la medicina:

Es una preocupación constante de esta gente, las enfermedades y sus remedios. Es de lo primero que preguntan a un visitante, si lleva medicinas. Tienen visita médica una vez por año. La tuberculosis y los parásitos son azotes obvios. No tienen curanderos tradicionales ni conocimientos sobre hierbas que curen. Casi siempre hay algunas personas de los palenques hospitalizadas en San José. (Bozzoli Vargas, 1972a, p. 10).

Esto evidencia que no es real que las personas estimen poco su salud, sino que intervienen otros factores. Uno de estos es la ruptura del tejido social maleku, tan solo 40 años antes la población había llegado a su mínimo histórico, y la mortalidad seguía siendo una problemática importante, por lo que es muy posible que la caída demográfica haya afectado también una serie de roles sociales y la transmisión de saberes de las generaciones mayores a las más jóvenes. Lo cierto es que, en términos sociales, las comunidades indígenas no podían hacer frente a la transmisión de enfermedades infecciosas de forma autosuficiente y, en ese sentido, el rol del Estado se volvía crucial.

Aunadas a la malaria, la tuberculosis y la parasitosis tenían un peso muy importante en la mortalidad de la población indígena. Como lo señaló Ríos Martínez (1972, p.7), “La tuberculosis por una parte diezma a los adultos y la parasitosis por otro lado a los niños. Pronto se extinguirán como afirmó uno de ellos: ‘nosotros acabarnos poco a poco’”.

Al mismo tiempo, las personas autoras mencionan la práctica maleku de bañarse varias veces al día, algo que consideran excesivo y nocivo. Por ejemplo, Arguedas (1972, p. 20) describe su higiene personal de la siguiente forma: “Son gente que más bien abusan de los baños de agua fría, aunque estén enfermos”. Finalmente, Ugalde (1973, p.95) consideraba que los

malekus conservaban, como una ‘práctica ancestral nociva’, el “tomar repetidas veces los acostumbrados baños aún encontrándose enfermos”.

De hecho, cuando este autor describe al río Sol, lo hace de la siguiente manera:

Tiene su nacimiento en las tierras altas, situadas a 2,5 kilómetros al suroeste de la comunidad indígena de Tonjibe. En sus márgenes, ayer como hoy, se asientan los grupos indígenas de Tonjibe, Margarita y El Sol. La cercanía de sus viviendas, el río, les ha permitido abastecerse del agua para el uso doméstico, pero a su vez es el sitio ideal para recibir el baño diario, que lo practican hasta cuatro veces al día. En su curso inferior presenta condiciones para la navegación de pequeños botes, usados particularmente por el indígena. (Ugalde, 1973, p. 40)

Sin embargo, contrario a las conclusiones a las que llegan las personas autoras citadas, para las personas maleku, el río no está asociado únicamente a cuestiones de higiene, sino que es estructurador del tejido social y de su modo de vida, razón por la cual se pasa mucho tiempo alrededor de este. Bozzoli Vargas (1972b, p.3) lo describe de la siguiente manera: “Cogen pescado en el río El Sol varias veces a la semana. Se meten en la noche al río a bañarse y cogen con la mano los peces”.

Con respecto a la tuberculosis, Ugalde (1973) señala que, a diferencia de la parasitosis, que afectaba a todo el cantón, esta tenía una mayor prevalencia en la población maleku. La limitada educación para la salud que esto refleja está relacionada con la ausencia del Estado en esta área. Por ejemplo, si bien entre 1960 y 1970, el Departamento de Lucha Antituberculosa (DLA) del MINSA logró reducir la incidencia y mortalidad de la tuberculosis a nivel país, las intervenciones estaban centralizadas y excluían a grandes sectores del país de sus beneficios, especialmente a las poblaciones costeras y fronterizas (Marín, 1978; Ugalde, 1973). Por lo que su impacto en la salud del pueblo maleku fue lento, principalmente debido a la dificultad de acceso a la región. Todavía a finales de la década de los años 60, la principal vía por la que llegaba la unidad móvil del MINSA era por avioneta, estas visitas podían ser anuales y a veces no llegaban (Bozzoli Vargas, 1975).

De todas las prácticas vinculadas con la higiene, la que definitivamente genera más rechazo por parte de las personas investigadoras es la de defecar a las orillas del río, en el cual también se bañaban y obtenían agua (Bozzoli Vargas, 1972b; Ríos Martínez, 1972; Arguedas, 1972). Arguedas (1972) sintetiza la situación en los palenques con la siguiente frase: “excusados [sic] no existen ni por broma” (p. 17). De hecho, el único excusado se encontraba en la escuela de Margarita, pero en 1968, estaba en tan mal estado que los estudiantes no lo

utilizaban, mientras que el pozo de agua estaba abierto y era dudoso que el agua fuera potable (Bozzoli Vargas, 1972a).

Sin embargo, esta problemática debe entenderse en su contexto, ya que la realidad del cantón no era muy diferente. Y si bien estas problemáticas eran particularmente acuciantes para el pueblo indígena maleku, los indicadores de salud del país a finales de la década del sesenta evidencian grandes limitaciones en temas como el control de enfermedades infecciosas y la cobertura de servicios públicos de agua potable o atención médica. Ríos Martínez (1972, p.5) resume la realidad sanitaria de 1968 con la siguiente frase: “es un problema agudo en todas partes de nuestro país. Aún en aquellas comunidades que se consideran civilizadas. Es de esperarse que en esta comunidad indígena revista mayores consecuencias”.

Es a partir de 1970, cuando Guatuso adquiere el estatus de cantón, y esto, sumado a los procesos de reforma que se detallan a continuación, implican un rápido cambio en las condiciones de vida de la población de la zona, empezando por la comunidad indígena.

La construcción del primer acueducto: Infraestructura sanitaria como política pública de territorialización estatal

Carse (2012) ha desarrollado el concepto de infraestructura y su relación con los cuerpos de agua desde una perspectiva antropológica. Este autor concibe la infraestructura como el resultado de un "**trabajo infraestructural**", es decir, un conjunto de técnicas organizativas (técnicas, gubernamentales y administrativas) que establecen las condiciones necesarias para alcanzar un objetivo mayor (Carse, 2012). Desde esta perspectiva, la infraestructura no es solo una estructura física, sino un proceso dinámico que involucra prácticas, políticas y dinámicas sociales. Así, la naturaleza es transformada en infraestructura a través del trabajo humano, la inscripción de valores y decisiones en el paisaje, lo que la convierte en un espacio gestionado e intervenido con fines específicos (Carse, 2012).

La construcción del primer acueducto de las comunidades maleku es un gran ejemplo de la confluencia de procesos políticos e institucionales a nivel país, que en aras de la modernización y el desarrollo, inscribe sobre el territorio una nueva forma de entender y relacionarse con el agua. Como lo plantea Kaika (2005), la modernidad busca controlar y ocultar la naturaleza dentro de sistemas urbanos e infraestructurales, eliminando su presencia visible en favor de un ideal de pureza y orden. En este contexto, la “higienización del agua” es un mecanismo clave en los procesos de urbanización modernos, en donde el acceso al agua

potable y el saneamiento se presentan como condiciones indispensables para la "civilización" y el progreso.

La autora señala que si la modernidad es la visión y planificación programática, la modernización es el proceso mediante el cual cualquier cambio planificado muta inevitablemente en el momento de su realización al interactuar con las dinámicas geográficas, materiales, culturales, sociales, políticas y económicas existentes (Kaika, 2005). Así, a principios de la década de los años setenta, el gobierno elabora el primer Plan Nacional de Desarrollo, el cual vino acompañado de una serie de instituciones y políticas que transformaron el país.

A partir de la década de los años cincuenta y durante la de los años sesenta, Costa Rica había pasado de un modelo económico agroexportador a un modelo de sustitución de importaciones (MSI), que implicó un paulatino proceso de industrialización e integración económica del país, lo que, a su vez, significó la expansión del aparato estatal (Villasuso, 2000).

En este proceso, “el Estado asume un papel de conductor del proceso, interventor y benefactor, donde se impulsa la construcción de obras de infraestructura física como carreteras y puertos” (Alvarado, 2003, p. 20). A pesar de que esto implicó una mejora en el desarrollo nacional, a principios de los setenta seguían sin resolverse algunos de los grandes problemas nacionales mencionados anteriormente. Con el proceso de industrialización del país, el crecimiento demográfico y la migración del campo a la ciudad que generó el MSI, los acueductos poblacionales se convierten en “un factor imprescindible para el desarrollo” (Alvarado, 2003, p. 19).

En 1953, cuando entra en vigor la Ley N°1634, Ley General de Agua Potable, se le otorga al MINSA una serie de potestades sobre la administración de los acueductos, y además, de garantizar que las municipalidades que aún administraban acueductos siguieran una serie de normas (Alvarado, 2003). Sin embargo, las municipalidades y las juntas del Ministerio de Salud no lograron satisfacer las necesidades de la población, y “la política del gobierno en lo referente a este sector fue unificar progresivamente la administración de los acueductos y alcantarillados en una institución regente” (Alvarado, 2003, p. 20).

Esto derivó en la creación del Servicio Nacional de Acueductos y Alcantarillados (SNAA) en 1961, lo que fue entendido en su momento por el presidente Mario Echandi como “la medida de mayor trascendencia nacional en favor de la salud pública durante los últimos cincuenta años” (AyA, 2010, p. 2). En un inicio, se priorizó el desarrollo de sistemas de

acueductos en el área metropolitana del país (AyA, 2010). pero la realidad de las comunidades rurales del país en la materia exigía de la atención estatal, por lo que, en 1966, se establece un primer Programa Nacional de Acueductos Rurales (Mora, 2021).

Con el cambio de gobierno en 1970, el presidente José Figueres Ferrer establece el primer Plan Nacional de Desarrollo, mencionado anteriormente, con una política de focalización del gasto social bajo el lema de “guerra a la miseria”, y la creación de instituciones como el Instituto Mixto de Ayuda Social (IMAS) en 1971 (Garnier et al., 1997, p. 54). Esta visión también se expresó en el ámbito sanitario, ya que, en 1971, se crea el primer Plan Nacional de Salud, el cual incorporaba principios de la atención primaria y buscaba extender la cobertura de los servicios a poblaciones y áreas geográficas excluidas, principalmente rurales (OPS, 2003).

En 1973, se emite la Ley N°5395, Ley General de Salud, que expresa, entre otros aspectos, el derecho de la población al acceso a agua potable en las viviendas, la obligación de mantener el medioambiente y la prohibición de contaminar aguas superficiales (Alvarado, 2003). En esta misma línea, se fortaleció el accionar del SNAA en las áreas rurales del país mediante un programa denominado Población Dispersa, cuya finalidad era “suministrar a la población rural un sistema básico de provisión de agua potable a través de fuentes públicas, situadas en comunidades con menos de 200 habitantes” (Lockwood, 2004, p. 14).

Durante este periodo, Karen Olsen, esposa de Figueres y primera dama de la República, fue la que asumió los temas concernientes a los pueblos indígenas del país. En ese momento, se encontraba un vacío, ya que Doris Stone, antropóloga que había fundado y dirigió la JPRAN, renunció a su puesto en 1966, y la instancia, que había recibido múltiples críticas durante su gestión perdió capacidad de acción. A su vez, Olsen encontró el apoyo de actores internacionales como el Instituto Indigenista Interamericano, para impulsar “la idea de fusionar en una sola institución la labor que, en forma dispersa y descoordinada realizaba la junta de Protección de las Razas Aborígenes de la Nación, la Asociación Pro-Indígena y los Amigos del Indio” (Argilés Marín; Ornat Clemente, 2005, p. 29).

Karen Olsen inicia así la organización de un grupo llamado, en ese momento de forma provisional, la Comisión Nacional de Asuntos Indígenas (CONAI) (Argilés Marín & Ornat Clemente, 2005). Y en 1973, se emite la Ley N°5251 que aprueba definitivamente su creación; al mismo tiempo, desaparece la JPRAN (Rojas Garro, 2022; Argilés Marín; Ornat Clemente, 2005). Es en este contexto que, en 1971, la ex primera dama se involucrara y participara

directamente en la planificación de un nuevo proyecto de vivienda del INVU en territorio maleku, que venía a mejorar la intervención que se había implementado en los años sesenta, y que, además, lo ampliaba para tomar en cuenta al Palenque El Sol (Solís Aguilar, 2021).

Además, este proceso involucró a las comunidades maleku y a un padre llamado Ambrosio Bonalumi. Este último fue un presbítero de origen italiano, que llegó a Centroamérica en la década de los años cincuenta vinculado con la orden Salesiana a desarrollar proyectos educativos en el país y de bien social (Instituto Técnico Ricaldone, 2007; Amado Juárez, 2009). A principios de los años setenta, Bonalumi estaba involucrado en la naciente CONAI, en la que se relacionó con Olsen. Este acontecimiento es muy bien recordado por los mayores maleku. Por ejemplo, Alfredo (comunicación personal, 2023) explica la construcción del acueducto de la siguiente manera:

Más o menos como en 1970 llegó un sacerdote italiano Ambrosio Bonalumi. En eso estaba Don José Figueres Ferrer y doña Karen estaba de primera dama. Él tenía mucho contacto. Él llegó a ser un sacerdote que trabajó en el Don Bosco y yo no sé qué tenía, pero ahí se fue involucrando, ahí se fue involucrando, hasta que por gestión de ese sacerdote se hizo una cañería de una pulgada de grosor. Entonces en ese tiempo era el SNAA, el Servicio Nacional de Acueductos o de agua, por ahí anda, -imagínese que le estoy hablando de SNAA, ni siquiera del AyA-, entonces consiguieron toda la tubería, hicieron la captación en Palenque Tonjibe, se puso una pileta por aquí, cuando uno va para Tonjibe ahí hay un caminito, una entradita adelantito de un tanque grande que está ahí, ahí hay una entradita, ahí había una escuela, ahí se puso una. Aquí también se puso una pileta en este palenque.

Don Aniceto Blanco (comunicación personal, 2023), quien fue un mayor maleku, y falleció a principios de 2024, recuerda también este proceso:

Vea, aquí hubo un sacerdote que aquí nos visitaba, este sacerdote era un italiano, él se llamaba Ambrosio Bonalumi, yo me acuerdo de él. Él tenía buena amistad con el gobierno, yo no sé cómo hizo, en ese tiempo era José Figueres Ferrer presidente de la república, y ese sacerdote era muy amigo con doña Karen, la esposa de Figueres. Y bueno, ese sacerdote era como si fuera un hijo de ellos. Y entonces ese sacerdote vio la necesidad de nosotros, vino aquí, lo que yo no recuerdo es cómo es que llegó aquí, ni quién lo trajo, cuando yo me di cuenta yo lo vi ya en la comunidad. Entonces, por medio de él se consiguió muchas ayudas, hicieron casitas con zinc porque él con doña Karen consiguió todo eso. Entonces igual fue con la cuestión de la cañería, él vio la necesidad de la cañería, él veía que los niños fallecían y él vio con mucha preocupación de que no existiera una cañería. Entonces él habló con esa señora explicándole la situación sobre el agua, pero diay no se consiguió mucho, porque esa señora le brindó toda la colaboración, pero no era lo suficiente para que toda la población tuviera agua. Él consiguió por medio de Doña Karen unos tubos como de pulgada y media, yo me acuerdo muy bien, y una vez llegada la cañería todo el mundo tenía agua de ahí, no todo el mundo quería agua, pero de ahí se les daba a todos.

Es importante resaltar el rol que cumplían las comunidades en este tipo de obras de infraestructura. La Asociación de Desarrollo Integral (ADI) maleku, creada a partir de la Ley

Indígena y su reglamento en 1977 y 1978 respectivamente, se estableció como la forma de gobierno local reconocida por el Estado. Y a diferencia de lo que sucedió en otros territorios indígenas, la ADI maleku logró “convertirse en un instrumento representativo de la comunidad” (Guevara Berger; Chacón Castro, 1992, p. 54). Desde que se conformó, se moviliza para desarrollar acciones en pro de la comunidad, como fue la ampliación del acueducto y el fortalecimiento del programa de letrización a finales de la década de los años 70.

Pocos años después de construida la primera cañería, era evidente que la intervención no era suficiente para dar abasto a toda la población indígena. Por ende, la ADI empezó a realizar gestiones para su ampliación, tal como lo describió Villegas Soto (1979):

El problema del abastecimiento de agua potable es el más importante de los que pretende resolver la Directiva de la Asociación. En Tonjibe se instaló una cañería al igual que en Margarita; la tubería (p.v.c.) fue donada por el SNAА (Servicio Nacional de Acueductos y Alcantarillados), los tanques de captación fueron hechos por albañiles enviados por esa misma institución y por su parte la comunidad hizo las zanjаs. Sin embargo, existe en Tonjibe sólo una casa con servicio directo de agua y varias llaves al aire libre son para el uso del resto de la población. Situación semejante es la de Margarita y más serio aún es el caso de El Sol, donde la gente sólo cuenta con dos pozos, uno a cada lado del río, para el servicio de todos. El comité de la Cañería cobra ₡400 por derecho de llave y ₡10 mensuales para mantenimiento. El instalar el servicio de agua donde no existe y mejorarlo donde lo hay, es sin duda un verdadero reto para la Asociación. (Soto, 1979, p. 3).

En esta misma línea, el autor expone lo que sucedió con respecto a la construcción de letrinas:

Se busca que cada vivienda tenga su letrina y que sus moradores la conserven en las condiciones higiénicas necesarias, para evitar focos de contaminación y contribuir así al saneamiento ambiental. La directiva de la Asociación ha coordinado las acciones con el Ministerio de Salud, del que recibieron las tazas y los planchés. Luego, cada familia es responsable de hacer el pozo negro, construir la casetilla y mantenerla en buen estado. Esperan terminar con la negligencia de algunos que teniendo los materiales básicos no han montado sus letrinas. (Soto, 1979, pp. 3-4).

Esto era parte de la nueva visión de Estado que se desarrolla en este periodo, la cual buscaba acciones más integrales, por lo que la construcción de acueductos era parte de un conjunto más grande de intervenciones sanitarias. En este periodo, otras instituciones empiezan a tener mayor presencia en el territorio, especialmente el MINSA, a partir de la creación del Programa de Salud Rural en 1973, cuyo objetivo era “extender en localidades con menos de 2,000 habitantes (zona rural y rural dispersa) la cobertura de servicios mínimos integrales de salud” (MINSA, 1978, p. 23). Otra de las iniciativas de esta institución que acompañó la construcción de acueductos fue el proceso de letrización; tan solo entre 1974 y 1977, dicho ministerio registró la instalación de 31 287 en áreas rurales de todo el país (MINSA, 1978), y esto alcanzó también al territorio indígena maleku.

En este sentido, se puede ver cómo se empieza a construir un andamiaje de intervención estatal en el territorio y cómo los servicios de salud se convierten en entes articuladores de esta política social. El mejor ejemplo de ello en el territorio maleku es que el comedor escolar, abierto en 1976, el puesto de salud creado en esta década y el Centro de Nutrición, establecido en 1979, estaban en el mismo edificio en Palenque Margarita, y todos ellos eran programas del MINSA (Villegas Soto, 1979).

La domesticación del agua: Cambios en la vida cotidiana y los usos del agua como resultado de las intervenciones de infraestructura pública (1980-1996).

El proceso de intervención estatal en territorio maleku se profundiza con la construcción de las casas de cemento con tubería a lo interno del hogar durante la década de los años ochenta, la cual representa la consolidación del hogar moderno occidental como espacio autónomo, independiente y privado, basado en el proceso de exclusión visual y discursiva de elementos sociales y naturales no deseados (Kaika, 2005).

En el año 1980, se realiza la ampliación de la cañería, para la cual el AyA: “concluyó la construcción de la toma de agua del acueducto cerca de la naciente del río Sol en el poblado de Viento Fresco, y amplió la red de distribución de los palenques, para lo cual aportó materiales y asistencia técnica” (Solís Aguilar, 2021, p. 136). Como lo señaló el mayor Antonio Blanco, para la construcción de este acueducto, el Ministerio de Obras Públicas y Transportes (MOPT) trasladó los materiales y la comunidad fue quien aportó la mano de obra (Solís Aguilar, 2021), de modo que se refleja nuevamente esta articulación entre las instituciones y las comunidades.

Durante ese mismo año, se construyó un tercer proyecto de vivienda del IMAS en Margarita y otro en Tonjibe en 1986, ambos incluyeron pisos y paredes de concreto; además, ya con una red de distribución de agua, se construyeron inodoros y duchas dentro de las casas (Castillo Vázquez, 2004).

Estos cambios no fueron bien recibidos por las comunidades porque chocaban con su cosmovisión, por ejemplo, la práctica funeraria maleku implica enterrar a los familiares en el suelo de la casa. Ya durante la década de los años setenta, se habían dado problemas porque se levantaban las tablas de las casas construidas a partir de proyectos por esta razón, sin embargo, las instituciones hicieron caso omiso, y algunas familias optaron por romper el suelo nuevamente (Guevara Berger; Chacón Castro, 1992). Lo anterior constituye un síntoma del proceso de ‘modernización’ del país que se da durante esta década.

Este choque también se refleja en la forma en que las comunidades se relacionaban con el agua. Como se ha sostenido anteriormente, la vida comunitaria en las comunidades maleku giraba en torno al río Sol, esto abarcaba los juegos, la socialización, la alimentación y la higiene. Así como entre los años cincuenta y los sesenta, la escuela como figura territorializada del Estado afectó aspectos fundamentales de la cultura como el dominio del idioma y representó un punto de partida en el proceso de aculturación, los proyectos de infraestructura entre los setenta y los ochenta, en temas de acueducto, vivienda y salud, que iban dirigidos al “saneamiento ambiental”, fueron esenciales en el cambio en las condiciones de vida. Estas transformaciones fueron positivas en términos de la reducción de la mortalidad infantil, el control de la transmisión de enfermedades infecciosas y, por consiguiente, el aumento de la expectativa de vida, pero también representaron una amenaza para las prácticas sociales relacionadas con el río y con la forma de construir vínculos comunitarios.

Aun así, estos cambios se fueron dando más bien paulatinamente, y resulta interesante que, cuando las personas de la comunidad hablan sobre lo que representó la construcción del acueducto y contar con agua en las viviendas, se resaltan algunos aspectos de resistencia e identidad cultural. Por ejemplo, Poto (comunicación personal, 2023) menciona que esto:

Duró mucho, porque al maleku le gustaba ir al río, no fue inmediatamente, ya cuando eso se empezaron con las casas del INVU entonces ya las casas tenían letrinas y costó adaptarse y muchos decían que no estaba bien, que estaba maldecido porqué estaba dentro de la casa. Pero ahora las cosas han cambiado, ahora ya casi nadie va al río.

Como se señaló anteriormente, las letrinas y los inodoros dentro del hogar entraron en conflicto con la cosmovisión de esta comunidad. Este aspecto es resaltado por las personas mayores, como por ejemplo, Olivia (comunicación personal, 2023) expresa:

Siempre el maleku decía ‘tiene que tener alma, porque el servicio no tiene que quedar dentro de la casa, hay que respetar, hay que hacerlo más lejos, larguito de la casa’. Pero como la gente de afuera hicieron las casas entonces todo se queda dentro, pero siempre el maleku dice: ‘No no estoy de acuerdo con eso, porque el baño tiene que quedarse muy lejos’, no largo, pero fuera de la casa, eso es una costumbre ya del maleku.

Esto también evidencia el nivel de participación o involucramiento que tenían las comunidades en estos proyectos, ya que podían solicitar mejoras en ciertos aspectos y trabajaban en las construcciones, pero no se les consultaba ni podían decidir sobre la forma en que se planificaban y se concebían. Esto será una constante en la relación del Estado con el pueblo maleku por los próximos treinta años. Un ejemplo es que el proyecto de vivienda que se ejecutó en 1980 en Margarita incluía unas viviendas hexagonales que asemejaban casas cónicas, y estas no solo no correspondían con la tradición cultural maleku, sino que tampoco

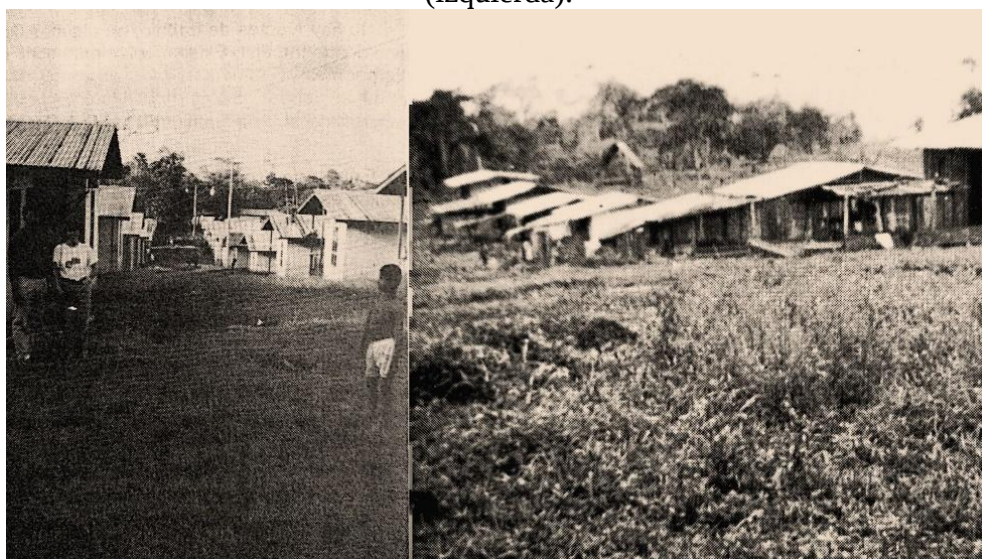
eran funcionales, ya que, debido a los ángulos de la construcción, las familias no podían acomodar los muebles adecuadamente (Guevara Berger; Chacón Castro, 1992). Estas casas hoy son solamente un recuerdo de estas épocas de cambio:

Diay sí, usted sabe, ya no íbamos a bañarnos al río más, ya aparecieron los servicios sanitarios también, y fueron muchas cosas. Después vino las casas, hay unas casas que construyeron luego del acueducto, las casas que construyeron en forma de cónica que por cierto ya no existe ninguna, o creo que sí existe una nada más, que fueron donaciones verdad y de ahí todo eso cambió, entonces ya nuestras casitas iban desapareciendo. (Elías, comunicación personal, 2023).

En el caso de Tonjibe, las casas de concreto llegaron poco después, en 1986, y resulta interesante la manera en que las personas van situando estos hechos en el tiempo, como se puede apreciar en la reconstrucción que hace Olivia (comunicación personal, 2023):

Cuando se hizo el acueducto, en ese tiempo también iniciaron hacer unas letrinas de tierra, entonces a cada familia le hicieron una letrina para no ir a hacer las necesidades al río, entonces ya la cosa se cambió muy diferente. Pero ya cuando la administración de Oscar Arias, ya totalmente todo cambiado, ya vino casa de concreto y todas las cosas dentro de la casa, por ejemplo, el baño, el servicio, las pilas.

Figura 4 – Comparación de las casas en palenque Tonjibe en 1973 (derecha) y 1994 (izquierda).



Fonte: Elaboração própria a partir de Ugalde (1973) y Ramírez (1996).

Sin embargo, es importante señalar que, para principios de la década de los años ochenta, en el país se había acumulado una gran presión por parte de los sectores populares, que tanto en el campo como en la ciudad exigían oportunidades para acceder a vivienda (Roma Ardón, 2021). Frente a esto, la solución del Partido Liberación Nacional al inicio de la

administración Arias (1986 y 1990) fue la creación Ley del Sistema Financiero Nacional para la Vivienda y Creación del BANHVI (Ley N°7052, de noviembre de 1986), con la que inició la política de bono de vivienda familiar en el país.

Estas acciones iban dirigidas a tratar de solventar la problemática de toma de tierras por grupos campesinos en todo el país, situación que iba en crecimiento en el cantón de Guatuso. Por ende, la respuesta estatal en forma de políticas de urbanismo y vivienda tuvo gran incidencia en el cantón y también en el territorio maleku, y con ello, el gobierno estimuló también relaciones clientelistas con las poblaciones.

Adicionalmente, la llegada de estos proyectos se expresa como un proceso de contradicción entre aquello que ‘es maleku’, que remite a la identidad y prácticas culturales propias, y los procesos de urbanización de las comunidades. Este aspecto es sintetizado por Cumina (comunicación personal, 2023) en la siguiente frase: “por un tiempo no cambió, porque ya los maleku estaban acostumbrados a ir al río, pero poco a poco se fueron civilizando”. También se expresa en la continuación del relato anterior de Olivia (comunicación personal, 2023):

Ya cuando nosotros teníamos agua, ya la cosa se cambió, se hizo una pila para nosotros bañarnos. Ya empezó a cambiar el sistema de vivir, ya teníamos agüita, ya no seguimos tomando agua del río, ya tenemos agua donde bañarnos. Pero siempre, siempre, a nosotros nos hace falta ir al río que es una costumbre que no se le puede olvidar de la noche a la mañana, sino que tenemos que seguir. Porque en lo actual no se ha olvidado eso, no se ha olvidado, la gente va y se baña ahí en el río y yo les digo: ‘no se bañen ahí porque está contaminado’. Y los chiquillos se van a bañar, no se ha olvidado lo que fue en el tiempo de antes, todavía eso está activo.

Es clara la forma en que reiteradamente se enfatiza el cambio en la forma de vida y las prácticas que se dejan atrás. Pero también es importante mencionar que, si bien el río Sol no es el espacio social que fue en algún momento, es cierto que hoy en día, para niños, niñas y jóvenes, sigue siendo un lugar en el cual refrescarse en los días calurosos de Guatuso, e incluso las personas adultas disfrutan gratamente una tarde de pesca en alguno de los ríos aledaños al Sol. En este sentido, Olivia tiene razón cuando habla del arraigo que tienen estas prácticas, incluso en generaciones que tal vez ya no se sienten tan vinculadas con otros aspectos de la cultura como el idioma o la cosmovisión.

Así como hay una identidad común, que es transversal a los tres palenques con respecto al vínculo de las personas maleku con el río —‘al maleku le gusta ir al río’—, los proyectos de infraestructura que se desarrollaron en el territorio también incidieron en la diferenciación entre los tres palenques. Margarita era la comunidad más numerosa y céntrica, por lo que en ella se

asentaron la mayoría de las instituciones públicas, o lo hicieron de primero, como el caso de la escuela. Tonjibe le seguía en población y, debido a su lejanía, las personas indígenas reconocen que en esa zona se han mantenido conocimientos y el uso del idioma más que en las otras dos. Mientras tanto, El Sol era la comunidad más pequeña, y a ella los proyectos de infraestructura llegaron más tarde que a las otras dos. Estas distinciones también se evidencian en las experiencias de vida, como lo contrasta Alfredo (comunicación personal, 2023), quien creció y ha vivido siempre en Margarita:

Antes hubo aquí una bomba, perforaron y se sacaba agua de ahí a mano, con una manija que tenía. Eso fue primero, después fue la cañería que hizo Ambrosio Bonalumi que gestionó ante el gobierno. Entonces ya teníamos agua, pero la población no era muy grande, siempre Palenque El Sol no le llegaba el agua no sé por qué, como era una comunidad pequeñita siempre lo tenían como, no lo tomaban en cuenta. Bueno yo me acuerdo la primera casa aquí en palenque que tuvo cañería dentro de la casa, era una tubería ahí, la teníamos donde lavamos trastes, era en la casa de nosotros.

A su vez, esto ha provocado que algunas personas más jóvenes de El Sol aún recuerden las dinámicas antes de la construcción del acueducto, porque este llegó casi una década después a su territorio. Como lo explica Anicetto (comunicación personal, 2023), como la tubería no llegaba hasta esta comunidad: “la gente de El Sol se quedaban igual como estaban, en el río, con el agua del río, porque diay era muy difícil que la gente de aquí se fuera hasta Margarita a traer un poco de agua, no, no”. Esto es relevante porque estas experiencias diferenciadas también producen identidades comunitarias que son diversas a lo interno del mismo pueblo indígena y que persisten hoy en día.

Es así como, a través de la domesticación del agua, se modifican no solo sus cualidades físicas y sociales, sino también su relación con el espacio, ya que esta deja de estar geográficamente asociada al río, para situarse en la casa. Por esta razón, a pesar de que el acueducto, y sus sucesivas ampliaciones, así como los proyectos de vivienda que llevaron a cabo las instituciones públicas mejoraron los indicadores de salud, también trajeron consigo la ruptura del tejido social que se había configurado alrededor del río Sol desde principios de siglo.

Con la llegada del agua a lo interno de cada hogar, se dejó de lado la actividad de lavar ropa en conjunto, las personas dejaron de bañarse y de recolectar agua del río, y se redujo el ámbito de interacción social de la esfera pública a la privada. A su vez, esto tiene implicaciones directas en los valores comunitarios relacionados con apoyar al otro o incluso en la percepción del cuerpo, que pasa de ser visto como algo natural “sin morbo” a algo que debe ser cubierto y ocultado. Es decir, con la domesticación del agua, en el contexto del pueblo maleku, vino

también la domesticación del cuerpo desnudo, que ahora no debe ser mostrado, en concordancia con la visión “higienista” y dicotómica que la modernidad impone sobre la naturaleza.

Conclusiones

La transformación del territorio hidrosocial del pueblo maleku en Costa Rica entre 1860 y 1996 evidencia cómo la modernización impuesta ha reconfigurado la relación entre el agua, el Estado y las comunidades indígenas. Si bien las infraestructuras hídricas promovieron mejoras en salud y acceso al agua potable, también desarticulaban prácticas culturales y sociales fundamentales para la identidad maleku.

La domesticación del agua, al desplazar su uso comunitario hacia el ámbito privado, alteró dinámicas sociales, formas de interacción y valores tradicionales. Este estudio resalta la importancia de reconocer el agua no solo como un recurso físico, sino como un elemento constitutivo de los territorios hidrosociales.

En este sentido, es imprescindible que las políticas públicas en territorios indígenas incorporen enfoques participativos que valoren la cosmovisión y las prácticas tradicionales de las comunidades, garantizando su autonomía y continuidad cultural en el marco de futuros proyectos de desarrollo

Referencias

- ALVARADO, Douglas. **Primeros 100 años de marco legal costarricense sobre recursos hídricos 1884 -1984**. San José: MINAE. 2003.
- AMADO JUÁREZ, Gerardo. **Nuestra Historia**. Seminario Menor Pío XII. 2009. Disponible en: <http://seminariomenorpiodoce.blogspot.com/2010/02/nuestra-historia.html>
- ARGILÉS MARÍN, José., y ORNAT CLEMENTE, Raquel. El perro del Hortelano: Políticas públicas, institucionalidad y pueblos indígenas en Costa Rica. **Cuadernos de Antropología**, v.15, p.25-44. 2005.
- ARGUEDAS, Urania. Algunas notas sobre los indios guatusos. In: DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DEL HOMBRE(Ed.), **Materiales sobre los guatusos** (pp.36-53). San José: Universidad de Costa Rica. 1972.
- BOELEN, Rutgerd. HOOGESTEGGER, Jaime. SWYNGEDOUW, Erik. VOS, Jeroen. Y WESTER, Ph. Hydrosocial territories: a political ecology perspective. **Water International**, v. 41, n.1, p. 1-14. 2016. DOI: 10.1080/02508060.2016.1134898
- BORGE CARVAJAL, Carlos. **Génesis de los territorios indígenas de Costa Rica**. San José: Editorial Librería Alma Mater. 2020.
- BOZZOLI VARGAS, María. **Localidades indígenas costarricenses** (2 ed.). San José: Editorial Universitaria Centroamericana. 1975.
- BOZZOLI VARGAS, María. Palenque Margarita y Tonjibe de los indios guatusos: Una visita - abril de 1968. IN: DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DEL HOMBRE (Ed.), **Materiales sobre los guatusos** (pp.17-26). San José: Universidad de Costa Rica. 1972^a.

- BOZZOLI VARGAS, María. Los palenques de Guatuso: Segunda visita - 24 de febrero de 1969. En DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DEL HOMBRE (Ed.), **Materiales sobre los guatusos** (pp.26-36). San José: Universidad de Costa Rica. 1972b.
- BUSTOS ALVARADO, Alexis. La apertura comercial en Costa Rica. **Ciencias Económicas**, v. 28, n. 2, p. 215-248. 2010.
- CARSE, Ashley. Nature as infrastructure: Making and managing the Panama Canal watershed. **Social Studies of Science**, v. 42, n. 4, p. 539–563. 2012.
- CASTILLO VÁSQUEZ, Roberto. El obispo Bernardo Augusto Thiel y los indígenas maleku de la Región Huetar Norte de Costa Rica. **Reflexiones**, v. 90, n. 2, p. 53-70. 2011
- CASTILLO VÁSQUEZ, Roberto. El territorio histórico maleku de Costa Rica. **Reflexiones**, v.84, n.1, p. 71-86. 2005.
- CASTILLO VÁSQUEZ, Roberto. **An ethnography of the maleku indigenous peoples in Northern Costa Rica**. Tese (Doutorado em Geografia) - University of Kansas. 2004.
- CONSTENLA UMAÑA, Adolfo. Y IBARRA ROJAS, Eugenia. Anotaciones etnohistóricas sobre los indígenas Botos: Confluencia de datos históricos, antropológicos y de la tradición oral malecu. **Estudios de Lingüística Chibcha**, v. 33, p. 111-164. 2014.
- CRUZ CARRILLO, Julián. **Comunidades del agua**: Procesos de Organización del pueblo maleku para el acceso, uso y manejo del agua en la cuenca del Río Frío. Tese (Licenciatura em Antropologia) – Universidad de Costa Rica. 2024.
- Diario de Costa Rica. (25 de marzo de 1971). **Ayudar a indígenas respetando sus costumbres**. Diario de Costa Rica.
- EDELMAN, Marc. Un genocidio en Centro América: Hule, Esclavos, Nacionalismo y la destrucción de los indígenas guatusos-malecus. **Mesoamérica**, v. 36, p. 539-591. 1998.
- GARNIER, Leonardo., GRYNSPAN, Rebeca., HIDALGO, Roberto., MONGE, Guillermo., y TREJOS, Juan. Cuando el desarrollo social se hace posible en un país pobre: El caso de Costa Rica. **Economía y Sociedad**, v. 1, n. 5, p. 49-81. 1997.
- González-Fernández, Adriana. Symonds, Erin. Gallard-Gongora, Fabián. Mull, Bonnie. O. Lukasik, Jerzy. Rivera Navarro, Pedro. Badilla Aguilar, A. Peraud, Jaime. Brown, Megan. Mora Alvarado, Darner. Breitbart, Mya. Cairns, Maryann.y Harwood, Valerie. Relationships among microbial indicators of fecal pollution, microbial source tracking markers, and pathogens in Costa Rican coastal Waters. **Water Research**, V. 188, 2021, <https://doi.org/10.1016/j.watres.2020.116507>
- GUEVARA BERGER, Marcos. y CHACÓN CASTRO, Rubén. **Territorios indios en Costa Rica: orígenes, situación actual y perspectivas**. San José: García Hermanos. 1992.
- HASTRUP, Kristen. y HASTRUP, Frida. (Eds.). (2016). **Waterworlds**. Anthropology in fluid environments. Oxford: Berghahn.
- Instituto Costarricense de Acueductos y Alcantarillados [AyA]. **Reseña histórica del Instituto Costarricense de Acueductos y Alcantarillados**. San José: AyA. 2010.
- Instituto Técnico Ricaldone. Medio siglo en educación técnica. **Boletín Salesiano Centroamericano**, v. 29, n.170, p. 23. 2007. Disponible em: <https://issuu.com/bscam/docs/bs170>
- KAIKA, María. **City of flows**: Modernity, nature and the city. New York: Routledge. 2005.
- LOCKWOOD, Harold. **Estudio de aspectos institucionales de desarrollo de los acueductos rurales en Costa Rica**. San José: Aguaconsult - AyA. 2004.

- MADRIGAL CÓRDOBA, Javier. **La llegada del chiúti: Relaciones interétnicas en la Región Norte de Costa Rica, 1882-1976**. Tese (Mestrado em História) - Universidad de Costa Rica. 2021.
- MARÍN MONGE, John. Situación actual de la Tuberculosis en Costa Rica -1978. **Act. Méd. Cost.**, v. 21, n.9, p. 3-21. 1978.
- MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Gilberto., ROJAS GONZÁLEZ, Xinia., y ZÚÑIGA BERMÚDEZ, Irene. **Página web para el sistema de bibliotecas escolares y centros de recursos para el aprendizaje de Costa Rica**. Tese (Licenciatura em Biblioteconomia) - Universidad de Costa Rica. 2000.
- Ministerio de Salud [MINSA]. **Memoria 1977**. MINSA. 1978.
- MORA, Darner. **Acceso al agua en Costa Rica: 1821-2021**. San José: AyA. 2021.
- MORA AGÜERO, Jorge Cayetano. **Planificación regional, organización comunal y participación popular**. Heredia: UNA-E.P.P.S. 1993.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD [OPS]. **100 años de salud, Costa Rica, Siglo XX**. San José: OPS/OMS. 2003.
- PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO[PNUD]. **Plan de Pueblos Indígenas del proyecto de REDD+ Pagos Basados por Resultados 2014-2015 de Costa Rica**. San José: PNUD. 2022.
- QUESADA VARGAS, Ixel. Ocupación del territorio en San Carlos de Alajuela: flujos migratorios y precarismo rural (1954-1984). **Anuario de Estudios Centroamericanos**, v. 27, n.2, p.101-120. 2001. Disponible en:
<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/anuario/article/view/1885/1851>
- República de Costa Rica. Colección de las leyes y disposiciones legislativas y administrativas emitidas en el año 1882. **Imprenta Nacional**. 1882.
- RÍOS MARTÍNEZ, Eliseo. Consideraciones sobre los indios guatusos - julio de 1967. In: DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DEL HOMBRE (Ed.), **Materiales sobre los guatusos** (pp.3-16). Universidad de Costa Rica. 1972.
- ROJAS GARRO, Myrna. **El uso político de la representación social del indígena por el Estado costarricense, 1942-1992**. Tese (Doutorado em História) - Universidad de Costa Rica. 2022.
- ROJAS, Nazareth. **Cuenca Río Frío**. San José: MINAET, IMN, PNUD. 2011.
- ROMA ARDÓN, Ronny. **Lucha campesina en las llanuras de Guatuso: Memoria biocultural, saberes y organización**. Alajuela, Costa Rica. Tese (Doutorado em Desenvolvimento rural) - Universidad Autónoma Metropolitana. 2021.
- SOLÍS AGUILAR, David. Etnografía socioespacial de las territorialidades históricas maleku en Costa Rica. **Relaciones Estudios de Historia y Sociedad**, v. 43, n. 171, 45-70. 2022. DOI:10.24901/rehs.v43i171.935
- SOLÍS AGUILAR, David. **Territorialidades del pueblo originario maleku**. Tese (Mestrado em Geografia) - El Colegio de Michoacán A.C. 2021.
- SOLÓRZANO FONSECA, Juan Carlos. Los indígenas en las áreas fronterizas de Costa Rica durante el siglo XIX. **Centro de Investigaciones Históricas**, v. 78, p. 1-48. 2000.
- UGALDE, Pedro. **Guatuso: Un aporte a su estudio geo-económico y humano**. Tese (Licenciatura em Geografia) - Universidad de Costa Rica. 1973.
- VARGAS, Mario. **Diagnóstico situacional de la Malaria y el uso del DDT en Costa Rica**. San José: OPS/OMS. 2001.
- VILLASUSO, Juan Manuel. **Reformas estructurales y política económica en Costa Rica**. Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad de Costa Rica. 2000.

VILLEGAS SOTO, Alberto. **Los aborígenes de la cuenca del Río Frío**. Alajuela: Centro Universitario de Occidente - Universidad de Costa Rica. 1979.

CRediT Author Statement

- **Reconhecimentos:** Agradeço a Cumina Elizondo, sem a qual este trabalho não teria sido possível, e ao povo Maleku por abrir suas portas para mim.
 - **Financiamento:** Não.
 - **Conflitos de interesse:** Não.
 - **Aprovação ética:** Sim, Departamento de Antropologia, Universidade da Costa Rica
 - **Disponibilidade de dados e material:** Sim.
 - **Contribuições do autor:** A contribuição foi pesquisa de campo; coleta de dados; análise e interpretação dos dados e redação do texto.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.



**DOS CANTOS SILENCIOSOS DAS FAVELAS BRASILEIRAS ÀS NARRATIVAS
SILENCIADAS EM TERRITÓRIOS CARIBENHOS NICARAGÜENSES**

***DE LOS CANTOS SILENCIOSOS DE LAS FAVELAS BRASILEÑA A LAS
NARRATIVAS SILENCIADAS EN TERRITORIOS DEL CARIBE NICARAGÜENSES***

***FROM THE SILENT SONGS OF THE BRAZILIAN SLUMS TO THE SILENCED
NARRATIVES IN NICARAGUAN CARIBBEAN TERRITORIES***



Amanda Martinez ELVIR
e-mail: amarelv@gmail.com



Ridivaldo Procopio da SILVA
e-mail: procopiomabi@gmail.com

Como referenciar este artigo:

ELVIR, Amanda Matinez; SILVA, Ridivaldo Procópio da. Dos cantos silenciosos das favelas às narrativas silenciadas em territórios caribenhos nicaragüense. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, p.146-170, (2025) - Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d006. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10959>.



| Submetido em: 20/05/2024
| Revisões requeridas em: 30/10/2024
| Aprovado em: 28/02/2025
| Publicado em: 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rizia Mendes Mares

RESUMO: O objetivo deste artigo é mostrar que além dos vínculos existentes entre as elites globais, existem vínculos dentro do sistema capitalista para o controle de territórios e resistência aos mecanismos de opressão, e mais especificamente, formas/caminhos de resistências improváveis e semelhantes na América Latina. Colocamos em diálogo experiências vividas pelo autor e pela autora nas comunidades de Bangkukuk Taik (Nicarágua) e o Coque (Brasil) como forma de desobedecer às fronteiras físicas e linguísticas impostas na região pelas invasões coloniais, para discutir a similaridade de uma estrutura que nos oprime em territórios distantes, mas que nos conecta por meio da diversidade de lutas emancipatórias que desarticulam essa trama colonial de aniquilação da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Nicarágua. Periferia global.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es mostrar que además de los vínculos entre las élites globales, existen vínculos dentro del sistema capitalista para el control de los territorios y la resistencia a los mecanismos de opresión, y más específicamente, formas improbables y similares de resistencia en América Latina. Colocamos en diálogo las experiencias de la autora y el autor en las comunidades de Bangkukuk Taik (Nicaragua) y Coque (Brasil) como forma de desobediencia a las fronteras físicas y lingüísticas impuestas en la región por las invasiones coloniales, para discutir la similitud de una estructura que nos oprime en territorios distantes, pero que nos conecta a través de la diversidad de luchas emancipatorias que desmontan esta red colonial de aniquilación de la vida.

PALABRAS CLAVE: Brasil. Nicaragua. Periferia global.

ABSTRACT: The aim of this article is to show that in addition to the links between global elites, there are links within the capitalist system for the control of territories and resistance to mechanisms of oppression, and more specifically, unlikely and similar forms of resistance in Latin America. We discuss the experiences lived by the authors in the communities of Bangkukuk Taik (Nicaragua) and Coque (Brazil) as a way of disobeying the physical and linguistic borders imposed on the region by colonial invasions, in order to discuss the similarity of a structure that oppresses us in distant territories, but connects us through the diversity of emancipatory struggles that dismantle this colonial system of life annihilation.

KEYWORDS: Brazil. Nicaragua. Global periphery.

Introdução

Nossa região é atravessada pela experiência migratória das e dos "ninguéns", aqueles povos que foram arrancados de seus territórios e forçados a migrar para terras distantes. A partir da dor de sair de casa e construir novas histórias, são produzidas conexões diaspóricas em outras terras que hoje foram ressignificadas e retomadas. Ainda não paramos de migrar de maneira forçada e, nesses movimentos impostos de massas de pessoas, surge a necessidade de se conectar, dialogar e compartilhar histórias.

Entre as décadas de 1960 e 1990, as guerras financiadas por "grandes potências" na América Central forçaram massas de pessoas à migração e ao exílio. Uma nova onda de migração centroamericana de pessoas em busca de refúgio se desencadeou nas últimas décadas. Essas pessoas migrantes se espalham por vários lugares e se reinventam em outras culturas e povos.

O genocídio colonial arrancou milhões de populações do continente africano e as dispersou por vários territórios onde se misturaram, entre saberes de diferentes lugares, criando novas línguas e misturas endêmicas como resultado de deslocamentos movidos pela escravidão, mas conectados por experiências entre aquelas e aqueles que resistem através da irreverência ou de trajetórias vivas e silenciosas. Os processos migratórios em diferentes épocas conectam pessoas, lugares e significados que contestam o oficialismo colonial imposto. Há migrações continentais, regionais, nacionais e locais, e essas migrações diaspóricas de pessoas que foram arrancadas de seus lugares são um motor visceral que inspira este artigo, que combina experiências entre diferentes territórios.

A favela do Coque, em Recife, Brasil, é o produto de populações retiradas de uma diversidade de territórios dentro e fora do estado de Pernambuco, gerando um lugar complexo. A comunidade de Bangkukuk Taik, na Nicarágua, é formada pelo Povo Indígena Rama, que, aliado a populações retiradas do continente africano no passado, gera um governo territorial no presente, denominado Governo Territorial Rama e Kriol, onde o poder é distribuído por meio de laços comunitários.

A colonização não deixa apenas feridas nos seres colonizados, mas uma espécie de angústia em que um tipo de alívio é conjugado por meio de diálogos entre os povos que foram "batizados" como periféricos. Os diálogos latino-americanos, principalmente com o Brasil, são escassos e, quando ocorrem, acontecem por meio de vínculos institucionais que preservam as velhas hierarquias científicas do modo eurocêntrico de pensar e fazer "ciência".

Nas reflexões deste artigo, pretendemos conectar territórios silenciosos, silenciados e irreverentes por meio de nossas experiências neles como autor e autora. Estas experiências se entrelaçam desde a condição de sujeita migrante da autora e de sujeito favelado do autor. Não estamos necessariamente motivados pela ausência destes relatos nos pontos cegos do conhecimento acadêmico, mas pelo desejo de conectar experiências e percepções.

Iniciamos discutindo o impacto do capitalismo como um sistema sobre as massas de pobreza regional. Colocamos em diálogo dois países que estão completamente distantes em relação à lógica do PIB que faz classificações econômicas na América Latina separando economicamente o Brasil e a Nicarágua. No entanto, decidimos aproximar estes territórios a partir do contexto de sujeitos periféricos dentro da periferia do capitalismo. Apesar da enorme distância física que separa Bangkukuk Taik do Coque, estas comunidades se conectam na luta contra o extermínio, assombrando o projeto civilizatório através da sua existência.

Compartilhamos experiências nesses territórios e ressignificamos conceitos em que o selvagem é pensado como proximidade do sagrado e o que é imposto como civilização se torna um projeto de morte de muitos mundos. A dimensão política e subversiva dos povos se manifesta em caminhadas silenciosas e na memória coletiva e diversa em que se busca continuar vivendo de formas que desobedecem à norma. A desobediência é encontrada em enclaves de resistência à destruição e ao recomeço do zero, com através da teimosia de se apegar à vida sem permitir que os povos parem de se reproduzir e de existir.

1. Periferia global e o sistema capitalista

A periferia global é o subproduto do sistema capitalista mundial. A noção de periferia usada para se referir às favelas ou bairros pobres, nada mais é do que o uso moral de uma experiência econômica global. No campo da macroeconomia na literatura brasileira é Oliveira (2003) quem mostra que a existência de determinado setor como atrasado é fundamental para a constituição de um setor moderno e por isso global, onde a modernidade se alimenta do atraso. A existência de países periféricos não é, portanto, uma anomalia ou estágio, mas um tipo particular de desenvolvimento capitalista. O processo da colonização moderna se constitui a partir da relação de subordinação imposta pela economia global.

Estágio e atraso são noções chaves para justificar o ideal moral do capitalismo: o progresso. O importante para o capital é poder subordinar todas as relações sociais para

fortalecer a economia global em detrimento das economias locais. Fragoso e Florentino (2001) percebem o poder da forma capital de subordinar a ela todas as demais relações, o que reforça a ideia do sentido da colonização. Dessa forma, a ideia de “periferia” remete a reprodução das relações de poder cujo subproduto é a imagem do atraso. Da forma como o capitalismo nasceu e se desenvolveu nas colônias, em movimentos sistêmicos, emergiram as relações centro-periferia.

A noção do capitalismo enquanto uma máquina de criar o atraso, como lógica de funcionamento (Oliveira, 2003; FHC, 2003), reproduziu desde a escravidão moderna, até as ideias correntes da periferia enquanto instituição moral, uma racionalidade instituída pelas relações do capital desenvolvido em nossa sociedade.

Uma vez construída a história universal alicerçada pelo capitalismo, a constituição da periferia só pode ser apreendida se colocada tanto a reboque dessa história como pela perspectiva da economia política. É nesse terreno que podemos analisar como as categorias econômicas produzem o capital (mercado mundial) como sujeito deste processo, e as economias dos países ex-colônias são apenas suportes desta categoria econômica maior.

Está na ordem do dia na sociedade capitalista o fundamento de suas relações a partir do capital como sujeito movente das relações que vem a reboque. Há duas possíveis entradas analíticas para problematizar a constituição de uma periferia no interior do capitalismo global: de um lado, podemos passar pelos ditames da administração pública, e dessa forma, passar pela economia política, e, de outro lado, podemos analisar a formação das periferias pelo paradigma do estado de exceção, e fazer uma analítica da biopolítica (Foucault, 2008).

Não vamos fazer aqui nem uma análise econômica nem da biopolítica, nos interessa pontuar os limites formadores do que chamamos periferia global, pois em ambas perspectivas são importantes para demarcar algumas características comuns entre o contexto político e social do Brasil e da Nicarágua. Nesses dois contextos percebemos como as contradições criadas por uma sociedade burguesa se encaixam desde o progresso, como norma histórica a norma de estado de exceção.

As promessas de modernidade (Berman, 2007) propagadas pelo norte global, como os modelos de crescimento e desenvolvimento econômico, formataram o subdesenvolvimento como outra face constituinte. Assim, fica evidente para a contemporaneidade que o subdesenvolvimento é a condição *sine qua non* para o desenvolvimento capitalista, e não uma

“etapa” de um possível atraso. As condições de possibilidades necessárias do capital global é manter ou radicalizar as condições atuais de enriquecimento sem fim.

Se fossemos partir das teorias do desenvolvimento econômico ficaríamos às voltas com as condições dos países periféricos, onde ficaríamos no impasse ad infinitum para saber como os países periféricos tanto, de um lado, saíram da rota do modelo do norte global, como, de outro lado, problematizar a questão de modelo ou da configuração entre capital e subordinação. Em suma, países periféricos no contexto global estão numa relação de dependência de como o capital constitui a divisão internacional do trabalho.

Para os países do sul global não se trata de um subdesenvolvimento enquanto etapa a caminho do progresso, mas do estado de exceção como regra geral (Agamben, 2004) trazido pelo próprio desenvolvimento predatório do capitalismo. Esta visão do capitalismo como um sistema mundial, no qual se desenvolve de forma desigual e contraditória, tornando a exceção uma regra, não é nova, como já apontado. Ela está presente na concepção de Fernando Henrique Cardoso, assim como na noção de ideias fora do lugar de Roberto Schwarz, e no papel do setor arcaico na acumulação do setor moderno em Francisco de Oliveira.

A partir de Marx (1986), já se antevê que a principal característica que distingue o capitalismo de outros modos de produção, em nosso caso, de como se constitui uma periferia, é o fato de que nestes a finalidade da produção é o valor de uso, ao passo que no primeiro a finalidade é a valorização do valor. Nas relações de produção, a finalidade mais importante é o resultado. O desdobramento desse resultado importa para nossa análise. No modo de predação capitalista, o capital se constitui sujeito, e portanto os sujeitos-humanos são meramente suportes, por meio das relações sociais de produção.

É importante ressaltar, por outro lado, as noções patriarcais dos modos de produção do capitalismo nas suas análises, pois há também lacunas que silenciam o papel das mulheres dentro das próprias periferias. Para Gayle Rubin (1993), foram gerados argumentos nos quais as mulheres representam uma força de trabalho de reserva para o capitalismo. Os salários desse grupo social, que representa metade da sociedade, são menores do que os dos homens, entre outros elementos de análise, o que deixa de lado uma das bases de trabalho excluídas nos estudos das opressões do capitalismo: o trabalho doméstico.

Nesse sentido, há uma diferença na reprodução da força de trabalho de acordo com o gênero. Para que o trabalhador esteja preparado para seu trabalho na fábrica, por exemplo, há uma série de atividades e mercadorias que precisam ser transformadas para uso e consumo. A

comida precisa ser cozinhada, a roupa precisa ser lavada e a criação dos filhos e filhas faz do trabalho doméstico e do trabalho do cuidado de pessoas e outras vidas, elementos fundamentais na reprodução do trabalho e da vida nas sociedades capitalistas. A realização destes trabalhos ainda permanece silenciada nas análises das opressões da economia capitalista, apesar desta ser uma pauta presente em movimentos de mulheres em países latino americanos.

A compreensão da periferia do sistema capitalista mundial não se deve atribuir a uma anomalia, mas do próprio desenvolvimento contraditório, desigual e excludente do capitalismo. Esse modo de produção é resultado histórico da exploração colonial. Na atualidade os processos de subordinação são determinados pela dependência do mercado financeiro internacional, onde funciona como uma bola de ferro para o crescimento econômico dos países periféricos.

Pensar o papel da periferia no sistema capitalista é passar pelo entendimento da relação entre as elites, sejam estas do norte ou sul global, no movimento geral do capital no plano internacional. A defesa e a manutenção de cada interesse coloca em evidência a relação hierárquica estabelecida entre os Estados Nacionais e os organismos internacionais. Nesse tipo de análise evidencia que temos que colocar em questão a divisão internacional do trabalho para chegar a problematizar a divisão internacional do poder.

Da perspectiva segundo a qual a divisão internacional do trabalho desvela a divisão internacional do poder podemos partir para analisar o funcionamento, no interior de determinado país, em nosso caso o Brasil, das suas relações de poder entre as classes. Primeiro, entendemos que a formação do capitalismo no Brasil esteve vinculado ao desenvolvimento e expansão do sistema capitalista mundial, assim como se situou nas relações hierárquicas com os países hegemônicos. A compreensão da desigualdade estrutural brasileira combinada com o desenvolvimento do capitalismo global nos permite apreender as particularidades da formação social brasileira.

Na relação entre a dominação burguesa e o capitalismo dependente no Brasil, a posição estratégica assumida pelo Estado no desenvolvimento do capital se torna um vetor do poder burguês (Fernandes, 1976). As formas de assujeitamento, desenvolvida pela burguesia brasileira, se assenta na defesa da classe detentora do capital – pela defesa da propriedade privada. Deste modo, a dominação burguesa é o elemento determinante da conformação das relações de poder. O Estado, assegurando a articulação da classe dominante a qual expressa sua concentração de poder, conduziu a um desenvolvimento econômico contraditório e perverso. No capitalismo dependente na América Latina, o Brasil não foge à regra.

A configuração política e econômica brasileira é uma espécie de reprodução subordinada à lógica do capital global. Um país periférico como o Brasil pode até tentar formar monopólios empresariais em seu interior, porém continua compartilhando normas comuns editadas pela lógica do imperialismo, independente se possui elementos próprios ou não. O importante a se pensar é que as relações sociais no nível macro do capital mundial resvalam nas relações de classes no interior do Estado.

2. Brasil e Nicarágua, separados pelo PIB, unidos pelas bases estruturais da opressão regional

O Brasil é um dos países latino-americanos com uma das estruturas jurídicas mais avançadas em termos de direitos trabalhistas e fundiários, além de um Sistema Único de Saúde (SUS) que tem representado uma grande referência para a região. Em 2023, o país ficou em décimo primeiro lugar entre os melhores PIBs (Produto Interno Bruto) do mundo e em primeiro lugar no contexto latino-americano (Fundo Monetário Internacional, 2023). Com dimensões continentais e uma área total de 8.358.140 km², 1,61% do país corresponde a áreas urbanas, 98,39% a áreas rurais, enquanto a Amazônia se sobrepõe às áreas rurais e urbanas, representando 49% do território nacional (Banco Mundial, 2023).

Apesar dessa divisão geográfica e espacial do território, foi registrado que 86% da população vive em áreas urbanas (Banco Mundial, 2023). Das 5.570 cidades do país, quase 30% da população vive nas 40 maiores cidades. Em contraste com o grande progresso macroeconômico, de política social e de terras do país, a maior parte da população urbana do Brasil está concentrada em favelas. Na cidade de Recife, quase 53% da população vive em menos de 30% da área urbanizada (IBGE, 2010). O acesso à terra e à gestão de recursos naturais nessa potência latino-americana também é um dos mais desiguais da região.

A Nicarágua ficou em penúltimo lugar no ranking do PIB da América Latina em 2021 (Banco Mundial, 2023). Em 2019, o país tinha uma população total de 6.486.201 habitantes e um PIB per capita de US\$5.683. É um dos países mais pobres do continente. O setor agrícola tem sido tradicionalmente o principal pilar da economia nicaraguense. Atualmente, ele gera mais de 30% do PIB, responde por cerca de 70% das exportações e é a principal fonte de renda para a população rural (FAO, 2007). Grande parte da população do país sobrevive devido às

remessas do exterior, principalmente das e dos nicaraguenses que emigraram para os Estados Unidos. As remessas são responsáveis por mais de 15% do PIB nicaraguense (Elvir, 2021).

Assim como o Brasil, esse país centro-americano tem uma das legislações mais importantes no reconhecimento da autonomia e da autodeterminação dos povos indígenas e afrodescendentes ao reconhecer constitucionalmente duas regiões autônomas na costa caribenha da Nicarágua. No entanto, vários povos indígenas e negros do Caribe denunciaram o Estado-nação nicaraguense em diversas ocasiões por violar sua autonomia, invadir seus territórios com a implementação de projetos urbanos em comunidades tradicionais e silenciar as mortes de defensores e defensoras indígenas e negras ao longo de décadas (Oakland Institute, 2020).

A análise de sociedades humanas e de países a partir de uma perspectiva econômica, principalmente medida pelo PIB, já está intimamente relacionada às imposições coloniais de desenvolvimento e progresso que ignoram as dimensões biofísicas do planeta. O discurso do PIB também está entrelaçado com moldes patriarcais e capitalistas em um sistema econômico que declara a guerra à natureza, às culturas e às mulheres (Shiva, 2021). No caso da natureza, trata-se de um índice de desenvolvimento que considera seus recursos de forma ilimitada e infinita.

A lógica de extração massiva não se concentra apenas nos recursos naturais, mas também na extração da força de trabalho humano, à qual submete milhões de pessoas que vivem ao serviço de um pequeno grupo que concentra riquezas e privilégios. Esse regime extrativista permanente não foi interrompido, apesar de todo o sangue derramado em nações ricas em minerais, como o Congo (Bassey, 2021), ou das vítimas da extração de minérios na Nicarágua ou no Brasil. Usamos o PIB como índice comparativo entre os dois países justamente para comprovar sua ineficiência, para medir as consequências da exploração de povos e territórios.

Apesar da diferença em termos macroeconômicos, com o Brasil sendo a economia "mais desenvolvida" da América Latina e a Nicarágua ocupando, em 2023, o último lugar nessa forma de dividir o mundo, ambos os países compartilham o sistema colonial de opressão e silenciamento de milhares de pessoas, grupos sociais e narrativas ausentes do registro histórico formal.

No caso da Nicarágua, sua capital, Manágua, tem sido a principal localização geográfica a partir da qual as narrativas oficiais são produzidas. No Brasil, esse esquema não é diferente, pois há uma priorização do registro de experiências que ocorrem nas grandes cidades do

sudeste, como Rio de Janeiro, São Paulo ou, no caso da capital, Brasília, deixando de lado áreas como o centro, o norte e o nordeste do país.

O registro homogêneo das sociedades latino-americanas está em constante tensão com a diversidade da região e a complexidade de uma formação social que não precisa de legitimação, pois simplesmente é, existe e desafia diariamente o universalismo e os nacionalismos impostos. As fragmentações e contradições das sociedades latino-americanas podem ser entendidas como reproduções das opressões coloniais, ou como Silvia Rivera Cusicanqui (2018) denominou de colonialismo interno.

Esta colonialidade, trata-se de uma estrutura com formas de dominação que rearticularam as bases coloniais do passado, gerando novas formas de opressão que são sustentadas pelo mesmo pilar supremacista e etnocêntrico do período das invasões. É dessa estrutura, que atravessa a região, que dois países como o Brasil e a Nicarágua se assemelham para pensar em diálogos periféricos que precarizem a estrutura colonial interna e dialoguem com sua presença.

No caso nicaraguense, embora as populações indígenas e afrodescendentes estejam presentes em todo o país, a área cultural e geográfica com a maior concentração de povos indígenas e negros é a costa do Caribe. A região do Pacífico da Nicarágua contém grande parte da população branca e mestiça, invadida pela Espanha no passado, onde predomina a cultura ocidental. Por outro lado, a mestiçagem, mesmo no Pacífico nicaraguense, representa um mito, pois, como reconhecimento de identidade étnica/cultural, encobre a presença do racismo e do colonialismo vivenciados por comunidades racializadas e pelas populações negras e indígenas dessa região que reivindicam sua identidade originária, como o povo indígena Sutiaba, o povo Matagalpa ou o povo Chorotega em Cusmapa.

No caso da Costa do Caribe, apesar de ter conquistado, por meio de confrontos armados e disputas legais, a autonomia de seus territórios em relação ao Estado-nação, pouco se sabe na América Latina sobre a outra metade da Nicarágua. O oficialismo continua centrando sua compreensão do país em Manágua e na ideia de mestiçagem, o que leva a uma ausência de narrativas sobre o Caribe e as comunidades tradicionais não ocidentais. A ausência nos registros oficiais coloniais, supremacistas e patriarcais nem sempre representa para os povos uma indignação, desde que não interferiam na vida, nos territórios e nas tradições dos povos. Inclusive porque as palavras não são as únicas formas de registros de narrativas que conseguem mostrar a complexidades de outros mundos e suas filosofias. No entanto, a violência encoberta

em territórios que não existem para o mundo torna-se uma ameaça que obrigou algumas populações do Caribe nicaraguense a saírem de lugares "silenciosos" - e não silenciados, pois o silêncio é feito de forma consciente - para se mostrarem e defenderem seu direito de existir.

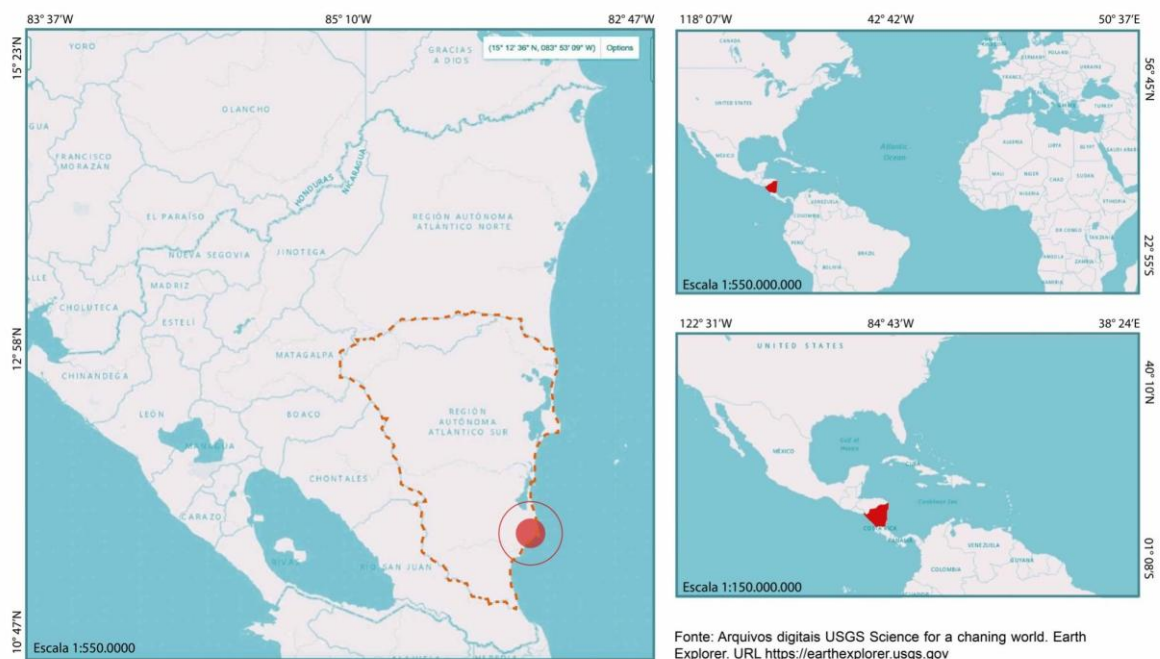
As identidades raciais, étnicas, sociais e culturais no Brasil e na Nicarágua geram cenários de singular complexidade. O horizonte civilizatório imposto em ambos os países, e na região, é tensionado de forma silenciosa e na prática. Apesar do extermínio permanente, a morte também é cantada e dançada, como nos territórios Mayangna do Caribe Norte da Nicarágua. Há outras ferramentas para gerar coragem e resistir ao extermínio, porque uma das apostas nos territórios silenciosos é não permitir o roubo do riso e da gargalhada que incomoda o inimigo, que se estremece com a festa e a irreverência daqueles e daquelas que são seu alvo. São lugares que não disputam espaço dentro da estrutura da norma, mas propõem dignidade, autonomia e autogoverno.

3. Coque e Bangkukuk Taik: diversidade geográfica do conceito de periferia Bangkukuk Taik: Comunidade periférica no contexto da floresta

Inicialmente, o termo periferia surgiu nos debates econômicos da década de 1950, quando se pensava nos países da periferia do capitalismo (D'Andrea, 2020). Por sua vez, a pobreza econômica dos países da periferia do capitalismo tem sido relacionada à presença de uma enorme riqueza de "capital natural" dentro deles, gerando o paradoxo da abundância e da "maldição dos recursos naturais" (Acosta, 2016), que provoca extrativismo e todos os conflitos derivados desse mecanismo, dos quais a invasão colonial é um de seus maiores expoentes.

O conceito de pobreza na sociedade moderna, ocidental e capitalista é medido pela ausência de renda monetária e de bens próprios deste tipo de sociedades, bem como pela ausência de poder e a exclusão no âmbito das instituições reguladoras. Por outro lado, há territórios em diferentes partes do mundo, considerados periféricos do ponto de vista da compreensão da pobreza econômica, mas com outros conceitos de riqueza ligados à biodiversidade, às fontes de água e a um grande "estoque de carbono" que os torna alvos prioritários da sociedade capitalista para a extração de recursos que servem para sustentar a vida na cidade. É nesse cenário que se situa a comunidade indígena Rama de Bangkukuk Taik (Figura 1) como um território periférico do capitalismo, acompanhado de "bens ambientais" como água, terras para o agronegócio, madeira, entre outros.

Figura 1 – Mapa de localização de Bangkukuk Taik, na Nicarágua.



Fonte: Elaboração dos autores.

A comunidade Bangkukuk Taik, localizada no sudeste da Nicarágua, é uma das nove comunidades que compõem o GTRK (Governo Territorial Rama e Kriol). Ela faz parte da Região Autônoma da Costa Sul do Caribe e se rege por um modelo de governança comunitária que foi criado a partir de uma aliança afro-indígena entre as seis comunidades Rama existentes e três comunidades Negras Kriol.

A comunidade Bangkukuk Taik, localizada no sudeste da Nicarágua, é uma das nove comunidades que compõem o GTRK (Governo Territorial Rama e Kriol). Ela faz parte da Região Autônoma da Costa Sul do Caribe e se rege por um modelo de governança comunitária que foi criado a partir de uma aliança afro-indígena entre as seis comunidades Rama existentes e três comunidades Negras Kriol.

Na língua Rama, Bangkukuk Taik significa Ponta de Águia. Hoje, os idiomas falados na comunidade são o inglês creole, o rama e, devido à invasão de colonos não indígenas provenientes do Pacífico da Nicarágua, também se entende e se fala um pouco de espanhol. O povo Rama pertence à matriz cultural chibcha, que se caracteriza pela organização comunitária e coletiva do poder e muitas das suas práticas culturais são baseadas no calendário lunar.

O espaço Rama é reconhecido de diferentes maneiras, sendo o espaço da floresta, ou bush, associado a animais, árvores, o mundo vegetal, e o espaço no qual alguns espíritos também habitam. A floresta, atualmente, é um espaço temido pela presença de colonos não indígenas que desmatam e violentam os povos do Caribe sul. Há o espaço das águas, dividido entre as águas do mar, e dos igarapés, ou creeks; os espaços das casas e núcleos de residências onde vive a comunidade; e finalmente os espaços para plantio, alguns localizados dentro da floresta e outros onde é necessária uma poda leve do terreno para o plantio.

A lógica Rama de criar comunidades e produzir espaço está estreitamente ligada com suas e seus antepassados. As e os ancestrais deste povo desenvolveram seus habitats em ambientes de floresta ou "selva". Alguns achados arqueológicos revelaram que no século XV essas pessoas tinham aldeias permanentes no interior do território, onde a agricultura era praticada. Por outro lado, construíram assentamentos temporários na costa do mar do Caribe para períodos de pesca (Kinloch, 2016). O estabelecimento de aldeias temporárias ou permanentes foi baseado nos recursos naturais da região utilizados pelas comunidades. Essas pessoas também vêm de uma herança nômade e migrante dentro de seu próprio território como resultado de uma característica de seu povo que prevalece ainda hoje, que é viver em pequenas comunidades, longe de grandes centros populacionais e aglomerados.

A construção de moradias acontece com materiais vivos e renováveis da natureza como a palma ou a madeira. Esta materialidade não responde à lógica capitalista dos materiais de construção baseada na durabilidade e em um processo de construção típico das economias capitalistas. Os materiais de construção vêm do território, da floresta e da terra, o que por sua vez fornece à comunidade alimentos, remédios e materiais para a construção de suas casas. Em diferentes mundos indígenas, o território representa a vida e a memória das e dos antepassados. É um lugar que vai além da posse de terra ou de uma localização geográfica (Ramos, 2019). O território é um local de confluência de diferentes formas de vida e comunidades, onde há alimento, cura, espíritos e diferentes seres, onde se produz um ecossistema complexo de coexistência de vidas conectadas umas às outras. Cada vida dentro do território, desde uma

bactéria até um ser humano ou um peixe, tem um papel que conecta cada uma dessas existências a um propósito específico em uma ordem cosmológica. Como colocado em uma carta da marcha das mulheres indígenas no Brasil em 2019:

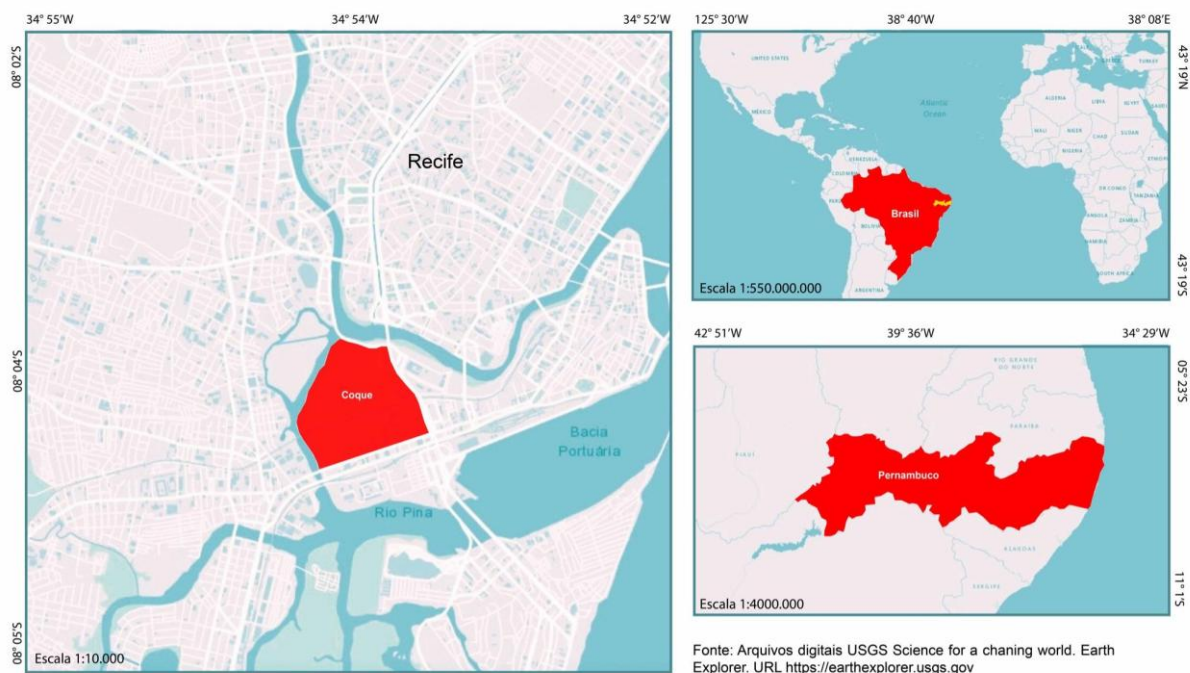
A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura (Ramos, 2019, p. 96).

A comunidade do Coque

O Coque é uma favela do município do Recife (Freitas, 2004), para a gramática da geografia política esse enunciado não tem problemas de sentido-significado. Mas do ponto de vista de um morador do Coque é quase um trava pensamento juntar “Coque-favela-periferia”, pois ambos são da mesma ordem para a experiência de vida do morador. Veremos a partir de uma abordagem socio-histórica como se constituiu a imagem Coque.

Do ponto de vista histórico, a região em que se insere a comunidade foi palco de eventos significativos na vida política do país, tropas republicanas e as forças da corte travaram combates durante a Confederação do Equador (1824) e também na Intentona Comunista (1935). A região começou a ser povoada no final do século XIX. A maioria das famílias é constituída por antigos moradores de municípios do Agreste e da Zona da Mata do Estado.

Em agosto de 1983, o Coque (Figura 2) tornou-se uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), através de Decreto Municipal No. 11.160. A qualidade de vida no bairro e o atendimento das necessidades básicas de infraestrutura, saúde, educação, saneamento e segurança são bastante precários.

Figura 2 – Mapa de localização da comunidade do Coque, em Recife.

Fonte: Elaboração dos autores.

Do ponto de vista histórico, a região em que se insere a comunidade foi palco de eventos significativos na vida política do país, tropas republicanas e as forças da corte travaram combates durante a Confederação do Equador (1824) e também na Intentona Comunista (1935). A região começou a ser povoada no final do século XIX. A maioria das famílias é constituída por antigos moradores de municípios do Agreste e da Zona da Mata do Estado.

A comunidade do Coque ficou reconhecida, no cenário local, por carregar um problema que afeta o sistema público de segurança. Uma população dita como perigosa na mídia local deu legitimidade ao sistema de segurança estatal atuar de forma ostensiva na localidade. O problema de segurança pública possibilitou uma representação da localidade como morada da morte (Diário de Pernambuco, 12/01/1997), representada dessa forma, os moradores encontram-se enredados em um ciclo vicioso. Ninguém colabora porque a região é violenta, e a comunidade é violenta porque ninguém contribui com o desenvolvimento da localidade (Freitas, 2005, p. 258).

O processo de ocupação da comunidade insere-se na lógica de desenvolvimento das periferias das grandes cidades brasileiras. Segundo levantamentos realizados pela Empresa de Urbanização do Recife (2000), através da Diretoria de Integração Urbanística, indicam uma

população de aproximadamente 40.000 habitantes (Ludemir, 2011; Freitas, 2005) distribuídos em 134 hectares.

Aproximadamente 57% da população vive em estado de pobreza crítica, sobrevivendo com renda média mensal aproximada entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Os chefes de família, quando exercem alguma atividade remunerada, atuam principalmente no setor secundário e terciário. Uma pesquisa na localidade identificou que 73% das famílias são chefiadas por mulheres, a maioria, trabalhando como empregadas domésticas, catadoras de lixo, lavadeiras de roupas e auxiliar de serviços em bares e restaurantes próximos. Crianças, adolescentes e jovens também trabalham nas praias da região e/ou nos sinais de trânsito (Pacto Metropolitano, 2004).

Apesar de estar praticamente localizado no centro do Recife, o Coque não está integrado à vida da cidade. Há uma espécie de “barreira invisível” que funciona como um bloqueio dos projetos de desenvolvimento na área. Um dos motivos apontados é a chamada violência. Para o escândalo político-moral, embora esteja localizada no centro do Recife, a comunidade sai do eixo das rotas do desenvolvimento urbano. Assim como as intervenções públicas não contemplam a comunidade como um todo. A área conhecida como “Areinha”, por exemplo, nunca sofreu qualquer tipo de ação organizada do poder público. Contudo, essa área estrategicamente vem sendo considerada prioritária para o governo local.

O chamado “Complexo Joana Bezerra” tem obtido a atenção dos governos que investiram R\$40 milhões na construção de um Fórum, R\$27 milhões em obras de expansão do metrô e R\$20 milhões na construção de um novo sistema viário. Recursos privados também foram alocados alterando a paisagem da região. Em 1999 foram investidos cerca de 100 milhões de reais na consolidação do Pólo Médico do Recife, assim como foi inaugurada a Associação de Assistência da Criança Deficiente (AACD).

Essas ações acabaram por fornecer visibilidade a problemas antigos dos moradores. O principal deles, o aumento da violência. O Coque foi uma referência constante sobre a criminalidade e a violência no Estado. A percepção do bairro sempre foi mediada pelas representações estigmatizantes dos moradores. A gênese do ciclo de violência que afeta o Coque passa por um percurso singular quando comparada com outras comunidades e periferias brasileiras. Ao contrário da figura do “malandro” (Freitas, 2005), que viveu no imaginário boêmio do Rio de Janeiro até meados da década de 1960, as periferias do Recife conheceram outro personagem: o “capanga”.

O capanga surge na passagem do século XIX para o século XX, quando o modelo agrário-exportador passa a ceder espaço para as práticas sócio-espaciais do comércio na área central da cidade do Recife. Uma das consequências dessa dinâmica resultou na contratação pelos donos dos engenhos locais de homens armados, os chamados “capangas”, para garantir a segurança do transporte e da própria venda dos produtos no porto do Recife.

Essas comunidades eram procuradas, pelos capangas, por sua proximidade com o porto, mas também pela quantidade de bares e prostíbulos encontrados na área. Toda a área que vai do bairro de São José até a região dos Coqueiros (Cabanga, Coque), ficou conhecida como um foco de desordens. Os moradores foram denominados de “cocudos”, ou seja, gente brava, de cabeça dura, facilmente voltada para ações de valentia e demonstração pública de poder.

É com a transfiguração desse personagem que, nos anos de 1960/70, emerge uma figura mais universalizada do “bandido social” na localidade (Freitas, 2005). O representante emblemático dessa metamorfose da figura do “criminoso” na comunidade ficou conhecido como “Galeguinho do Coque”. Um personagem que já surgiu “midiático”, ocupando o espaço da imprensa local e promovendo a “fama” que o Coque carrega até os dias atuais.

Em 1971, o Galeguinho já era perseguido pelas polícias de quatro Estados nordestinos. Acuado, procurou a comunidade do Coque para se esconder. O Galeguinho do Coque foi preso em 1975, aos 19 anos, e foi encontrado assassinado, anos depois, no município de Moreno. A atuação do Galeguinho era correspondida, parcialmente, com uma aceitação silenciosa pela comunidade das atividades realizadas por seu grupo. Advém daí as imagens que passaram a alimentar a “fama maldita” que a comunidade do Coque passou a carregar no imaginário social da região.

A mídia assumiu um papel significativo na consolidação desse tipo de representação. Os discursos veiculados pela imprensa expressam uma tendência para relacionar diretamente a comunidade com a presença no seu interior de “grupos marginais”. Formando um imaginário de aceitação da violência, por parte dos moradores, como algo cultural, e para quem não mora na localidade, de aceitação da violência de forma naturalizada.

O conjunto de reportagens que representam a comunidade pelo eixo da violência forma um arquivo discursivo constituindo jogos de linguagem que são organizadores da “verdade” no que é apresentado como pura descrição da realidade (Pandolfi; Grynszpan, 2003). Contribui-se, assim, para projetar um estigma (Goffman, 2008) que produz uma identidade social. Mais

ainda. As representações são utilizadas para prever o comportamento dos indivíduos e justificar a adoção de atitudes específicas.

No início dos anos 1990, as imagens veiculadas sobre o Coque sofrem um deslocamento. A comunidade passaria a “recuperar” sua fama de bairro violento. A influência dessas “redes criminosas” e dos seus líderes passa a fazer parte do processo de socialização das crianças e adolescentes. A matriz atual da criminalidade no Coque envolve, cada vez mais, a participação ativa e precoce de adolescentes e jovens nas redes do crime como um meio econômico de vida e como um estilo cultural, ou seja, uma forma de integração social.

4. A Periferia e o Selvagem: Entre becos e canais

Compreender como a territorialidade configura-se enquanto um elemento constitutivo dos processos culturais a partir do beco (assim como das beiras de canais e marés), desenvolve relações sociopolíticas de parentesco e solidariedade espiritual difíceis de serem capturados por lentes desleixadas, assim como pelas lentes policiais.

Há uma confluência de características que podem ser consideradas fatores de sustentação, como a força do território embrenhado nessas tecnologias (becos e beiras) nos ajuda a caminhar à memória desses espaços para esclarecer dúvidas sobre nossas raízes (Dembicz, 2000). Essas tecnologias se constituem a partir de critérios de pertencimento e alteridade, definindo quem é de dentro e quem é de fora. Quem soma e quem ameaça. O beco enquanto um território afro-indígena (Bispo dos Santos, 2023), cuja dinâmica urbana é demarcada pela história e cultura dos grupos originários étnicos e negros (Ramos, 1950).

Bosi (2004) lembra que “o grupo é suporte da memória se nos identificarmos com ele e fizermos nosso seu passado” (Bosi, 2004, p. 414). Compreender a memória coletiva a partir da dinâmica sociocultural constitutiva das tecnologias xamânicas presentes nas favelas é estratégico, uma vez que vamos nos deter em um material pouco ou não infectado da memória social estruturado em discurso sobre (Muchail, 2004) as periferias, uma vez que fora produzida para sufocar de violência e pela visão estereotipada com relação à sua população.

Os becos, vielas e beiras de canais são imagens espaciais que desempenham um importante papel na memória coletiva (Halbwachs, 2013): o lugar recebe as marcas do grupo e este recebe da mesma forma as marcas do lugar. Esse tipo de tecnologia, embora criminalizado pela biopolítica sanitária, se constitui como assinaturas inteligíveis para os membros de grupos periféricos. Segundo Halbwachs (2013, p. 133), quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta

às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. Da mesma maneira que o espaço imprime sua marca no grupo (Halbwachs, 2013, p. 143), a maioria dos grupos imprimem de algum modo sua marca sobre o solo e evocam suas lembranças coletivas no interior do quadro espacial assim definido (Halbwachs, 2013, p. 159).

Os becos e as beiras de marés como espaços socialmente ocupados e construídos se misturam com a memória coletiva, onde o funcional e o simbólico se entrecruzam, ficando difícil definir se foi a proximidade com a água dos rios e marés ou com a especificidade do terreno que determinou a ocupação do espaço. De qualquer forma, foi na relação entre os recursos naturais disponíveis com a força das mulheres e homens que garantiram uma densidade histórico-antropológica para as favelas.

Foi conjugando a construção material do território como abrigo e base de recursos naturais disponíveis que as sociedades tradicionais reconfiguravam o espaço e marcavam o território com suas assinaturas. Os becos ou as casas construídas em beiras de marés, como tecnologias xamânicas herdadas, deixaram construções sócio-afetivo-históricas no corpo e nos territórios de seus habitantes.

No caso do istmo centro-americano, a palavra canal tem uma conotação de rompimento de território. Em termos materiais, um canal representou na memória da América Central uma ferida física na terra e nas águas e, em termos simbólicos, é uma ferida colonial que ainda está viva e presente. A ideia de um canal para conectar territórios não era na perspectiva de conectar povos e culturas, mas de conectar produtos e acelerar a velocidade do transporte nos fluxos do capital global. O Canal do Panamá é a conclusão desse pesadelo que até hoje assombra a América Central.

Apesar dessa ferida, as conexões marítimas que ligam famílias e lugares também têm conotações ancestrais, como The little canal (o pequeno canal) construído na comunidade Bangkok Taik. Trata-se de um desvio do Rio Cane, feito com pás e baldes para transportar terra, criando uma conexão ribeirinha com a casa de um dos anciãos mais velhos dessa comunidade. Ao contrário do Canal do Panamá, não foi com as explosões de dinamite que uma floresta e toda a vida que nela vive foram violentamente abertas. A presença desse canal, como produto do trabalho da comunidade, é imperceptível desde um olhar de fora, que teria esse espaço produzido como um espaço já dado pela natureza.

Os canais e igarapés no território Rama são navegados em uuts ou canoa (Uut, 2005). Um uut é construído com a madeira de uma árvore que será comunicada em sonhos à pessoa

que construirá a embarcação. Depois disso, é preciso caminhar pela floresta para encontrar a árvore sonhada. Os sonhos e a memória ancestral são elementos importantes nos processos de construção de diferentes territórios periféricos.

As tecnologias xamânicas constituem braços, corpo e pernas das comunidades periféricas. Se a psicologia comum se limita a viver-perceber o comum, assim como as comunidades não se dispõem voluntariamente a falarem de si mesmas, não se auto anunciar ou tornar-se objeto de contemplação e exame, temos que dialogar em busca, primeiramente, da “verdadeira comunidade”, quer dizer, temos que estarmos disponíveis a vivenciar e ser fiel à sua natureza, se por natura, nesse turno entendamos como essas comunidades se distinguem não só umas das outras, assim como internamente. “Na visão de fora” uma comunidade é um todo homogêneo”, mas na medida que imergimos começamos a perceber que a rede se compõe de diferenças.

Conclusões: Diálogos inacabados de experiências em curso

A noção de periferia na América Latina está ligada a mitos que não são específicos apenas dos povos da floresta, mas também são transferidos para as favelas, em contextos urbanos, e comunidades rurais. A cultura dos países da periferia do capitalismo é vista como estagnada no tempo, no isolamento e na pobreza, em um passado imóvel e passivo. Esse mito, dentro do contexto da periferia global, também é transferido para as imagens que o norte global projeta sobre o que ele chama de “terceiro mundo”. Esse “mundo” periférico é projetado a partir de olhares ocidentais e colonizadores que definem essas regiões como povoadas por sujeitos e sujeitas monolíticas e sem poder. Essa visão pressupõe visões homogêneas da periferia regional, englobando nesse conceito as massas de pessoas que povoam os países da periferia do capitalismo.

No entanto, as elites nacionais desses países, principalmente as das classes média e alta do mundo acadêmico, também utilizam parte desses mitos que reforçam localmente os preceitos colonizadores que reforçam essa visão da periferia latino-americana. É assim que se gera uma cadeia civilizatória e violenta na qual olhares alheios à periferia oficializam uma definição do ser e o lugar periférico. As estratégias analíticas e de compreensão sobre as periferias locais são, às vezes, semelhantes às aquelas usadas pelo norte global para construir esses mitos sobre a outra e o outro. A complexidade constitutiva das resistências comunitárias é incompreensível

nas descrições acadêmicas desses lugares que são posicionados como anti-história, pois a desobediência e a indisciplina não são vistas como formas de resistência.

A visão de imobilidade e inexistência com a qual se pensam comunidades como Bangkukuk Taik na Nicarágua, ignora as complexas conexões marítimas e terrestres entre as comunidades dentro e fora do Governo Territorial Rama e Kriol. A conexão e o deslocamento do povo indígena Rama até comunidades Negras Kriol, e vice-versa, forjaram alianças no passado, de modo que hoje existe um governo territorial afro-indígena no sul da Nicarágua. Essa aliança se autogoverna e se mobiliza em várias áreas na floresta em todo esse território para monitorar e denunciar a extração ilegal de madeira e a destruição da vida na floresta no Caribe do Sul da Nicarágua. Pessoas do povo indígena Rama, "imóvel" e "inexistente", viaja para Honduras, Costa Rica e/ou Panamá e estabelecem vínculos e conexões com outras comunidades da América Central. Sua mobilidade desobedece fronteiras transitadas enquanto territórios ancestrais.

A passividade e a submissão não foram as características dos povos da Costa do Caribe para conquistar pela via das armas a autonomia de seus territórios na década de 1980. Quando as visões ocidentais de opressão foram violentamente impostas nos seus mundos, esses povos se uniram em uma luta armada para exigir respeito aos seus costumes e tradições diante da imposição da lógica do Estado-nação como o motor do controle total da vida naquilo que inventaram ser uma República.

Apesar de essa história ter sido pouco registrada na história oficial da Nicarágua como formas revolucionárias de reivindicação do direito à existir, e até mesmo pouco divulgada na América Latina, foram esses povos, que têm sido colocados como massas periféricas, que conquistaram o reconhecimento constitucional como regiões autônomas com o direito de organizar o poder e a vida de seus territórios pela via comunitária. Mas essa história não se encaixa na visão difundida sobre o que se pensa como povos periféricos na América Latina. Estes movimentos foram apagados da história oficial, mas permanecem gravados na memória da floresta e dos corpos caribenhos nicaraguenses.

Analisar os vínculos entre dois territórios e suas resistência aos mecanismos de opressão, a partir da noção de periferia global, entre algumas singularidades do Coque com Bangkukuk Taik foi importante para pensar as favelas como territórios em sua dimensão “afroameríndia”, e a importância da aliança afroindígena no Caribe Sul da Nicaragua entre os indígenas Rama e o Povo Negro Kriol para lutar a favor da sua autonomia e autogoverno para

além do Estado Nação. No caso do Caribe Sul da Nicaragua esta aliança, que constitui um governo territorial negro e indígena, evidencia a importancia da união e confluências entre povos que se impõem ao colonialismo interno presente na região. Colocar em diálogos as resistências do Coque e de Bangkukuk Taik nos possibilitou repensar formas de viver nas periferias globais, mais especificamente, formas/caminhos de resistências improváveis e semelhantes na América Latina. O diálogo entre os dois territórios periféricos aqui analisados resultou em uma aliança e em um arquétipo político, antes improváveis durante este exercício de pesquisa-escrita: resistências territoriais além-mar, apropriadas por populações indígenas e negras.

Os becos que constituem as favelas começaram a ser projetados em territórios de florestas. Nego Bispo lembra que nas florestas há passagens que trafegam homens e animais dos mais variados, e sabemos que nas ruas das grandes cidades brasileiras há preferências pelos automóveis. Nas favelas, os becos compõem similitudes com os caminhos de florestas, compostos na e de diferenças. A alteridade e o comum (em seus aspectos coletivos e selvagens) constituem as assinaturas dos becos, escritos além das formas de assujeitamento na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o Imaginário**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AUMAUP. *In*: TURKULKA, **Diccionario y Centro de Conocimientos de la lengua y cultura Rama**, 2005. Disponível em: <<http://www.turkulka.net/>> Acesso em: 28/05/2023

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. Total GDP 2002. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZJ&name_desc=tr> Acesso em: 17/02/2024

BASSEY, N. Quebrando as correntes do desenvolvimento. *In*: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (org.) **Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2021.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BOSI, E. **Memória e sociedade – lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 11ª Ed., 2004.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COCCIA, E. **Metamorfoses**. Dantes ed., 2020.

CRONON, W. **Nature's Metropolis**. Chicago and the Great West, Nova Iorque - Londres. WW Norton, 1991.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estud.** CEBRAP 39 (1), 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt>> Acesso em: 15/03/2024

DEMBICZ, A. El espacio entre lo local y lo global. In: LEMOS, M. T. T. B; MORAES, N. A. (Org.). **Memória e identidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 9-14.

ELVIR, M. A. Nicaragua, Contexto y Gobernanza de la tierra. **Land Portal Foundation**. 2021. Disponível em: <<https://landportal.org/pt/book/narratives/2021/nicaragua>> Acesso em: 17/02/2024

FAO. Situación de las mujeres rurales, Nicaragua. Santiago de Chile. **Fondo Monetario Internacional**, 2023 (2007). Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/April>> Acesso em: 25/04/2024

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

FRAGOSO, J. L.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, A. S. de. Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: Um estudo sobre o papel das redes associacionistas, Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010. Recife: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/panorama#:~:text=Em%202022%252C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20era,1%20e%202%20de%20185>> Acesso em: 12/05/2024

KINLOCH, T. F. **História de Nicaragua**. – 5a. ed- Managua: IHNCA – UCA, 2016.

LUDEMIR, F. **Dos alagados à especulação imobiliária - fragmentos da luta pela terra na comunidade do Coque**. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MUCHAIL, S. T. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004

OAKLAND INSTITUTE. Nicaragua, una Revolución fallida. **The Oakland Institute**, 2020. Disponível em: <<https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/nicaragua-revolucion-fallida.pdf>> Acesso em: 19/04/2024

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo Editorial, outubro 2003

PANDOLFI, D. C.; GRZYNSZPAN, M. (Orgs). **A Favela fala**: depoimentos ao DPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 364p.

RAMOS, A. G. O negro no Brasil e um exame de consciência. *In*: NASCIMENTO, A. (et al) (org.). **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950. p. 33-46.

RAMOS, E. **Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco, espaço de poder onde acontece a equidade de gênero**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia. UFPE, 2019.

RIVERA C., Silvia. **Un Mundo Ch'ixi' es posible**. Tinta Limón, Ed. Buenos Aires, 2018.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a economia política do sexo. SOS Corpo, 1993.

SHIVA, V. Desenvolvimento para o 1%. *In*: KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. (org.) **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021.

UUT. In: TURKULKA, **Diccionario y Centro de Conocimientos de la lengua y cultura Rama**, 2005. Disponível em: <<http://www.turkulka.net/>> Acesso em: 01/07/2022

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais**: Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

CRedit Author Statement

- **Reconhecimentos:** Não.
 - **Financiamento:** Não.
 - **Conflitos de interesse:** Não.
 - **Aprovação ética:** Os dados sobre o Povo Indígena Rama foram consultados com a comunidade para serem publicados na pesquisa de doutorado que deu lugar a este artigo.
 - **Disponibilidade de dados e material:** Não.
 - **Contribuições dos autores:** Nossa contribuição conjunta consiste em conectar narrativas de territórios periféricos no contexto latino-americano com o objetivo de retratar formas de resistência de diferentes povos da região.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.



**GEOGRAFÍAS QUILOMBOLAS Y EXPERIENCIAS DE ARTICULACIÓN
POLÍTICA EN EL SUR DE RIO GRANDE DO SUL**

**GEOGRAFIAS QUILOMBOLAS E EXPERIÊNCIAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA
NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

**QUIL OMBOLA GEOGRAPHIES AND EXPERIENCES OF POLITICAL
ORGANIZATION IN SOUTHERN RIO GRANDE DO SUL**



Gabriela Rodrigues GOIS¹
gabriela.grg@gmail.com

Como referenciar este artigo:

GOIS, Gabriela Rodrigues. Geografías quilombolas y experiencias de articulación política en el sur de Rio Grande do Sul. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, (2025), p. 170-191 - Emancipaciones y territorios en América Latina e025d007. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10956>



| **Submetido em:** 20/05/2024
| **Revisões requeridas em:** 30/10/2024
| **Aprovado em:** 28/02/2025
| **Publicado em:** 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rízia Mendes Mares

¹ Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Professora de Geografia.

RESUMEN: Este trabajo aborda la dimensión política de las geografías quilombolas en el extremo sur de Brasil. A partir de las experiencias y relatos de los miembros del quilombo Alto do Caixão, analizo la articulación política en la comunidad, considerando tanto la participación de los quilombolas en el campo político-institucional, como las vivencias cotidianas en sus territorios, marcadas particularmente por estrategias de supervivencia y por el desarrollo de tecnologías de vida y conocimiento espacial frente a las jerarquías raciales, desigualdades territoriales y socioeconómicas específicas de la región sur de Rio Grande do Sul. A partir de esto, busco argumentar que estas experiencias constituyen una política radical negra que revela una geografía propia, en la que los espacios de vida, los saberes, la solidaridad y las redes de interrelación construidas por estos sujetos influyen en la concepción y construcción colectiva de los territorios quilombolas.

PALABRAS CLAVE: Geografías Negras. Quilombos. Territorio. Desarrollo Rural.

RESUMO: Este trabalho aborda a dimensão política das geografias quilombolas no extremo sul do Brasil. A partir das experiências e relatos dos membros do quilombo Alto do Caixão analiso a articulação política na comunidade, considerando tanto a participação dos quilombolas no campo político-institucional, quanto as vivências cotidianas em seus territórios, marcadas particularmente por estratégias de sobrevivência e pelo desenvolvimento de tecnologias de vida e conhecimento espacial frente às hierarquias raciais, desigualdades territoriais e socioeconômicas específicas da região sul do Rio Grande do Sul. A partir disso, busco argumentar que essas experiências constituem uma política radical negra que revela uma geografia própria, em que os espaços de vida, os saberes, a solidariedade e as redes de interrelação construídos por esses sujeitos influenciam na concepção e construção coletiva dos territórios quilombolas.

PALAVRAS-CHAVE: Geografias Negras. Quilombos. Território. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT: This work addresses the political dimension of quilombola geographies in the far south of Brazil. Drawing on the experiences and testimonies of members of the Alto do Caixão quilombo, I analyze the political organization within the community, considering both the quilombolas' engagement in the political-institutional sphere and their everyday experiences in their territories. These experiences are particularly characterized by survival strategies and the development of life technologies and spatial knowledge in response to the racial hierarchies, territorial inequalities, and specific socioeconomic disparities in the southern region of Rio Grande do Sul. Through this analysis, I argue that these experiences constitute a Black radical politics that reveals a distinctive geography, where the spaces of life, knowledge, solidarity, and interrelationship networks built by these individuals shape the collective conception and construction of quilombola territories.

KEYWORDS: Black Geographies. Quilombos. Territory. Rural Development.

Introducción

Este artículo analiza la dimensión política de las geografías quilombolas en el extremo sur de Brasil, centrándose en las experiencias de los quilombolas de la Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. Desde una perspectiva crítica y relacional de la geografía y los estudios afrolatinoamericanos, se busca comprender cómo los sujetos y colectividades quilombolas construyen sus territorios y articulan sus demandas políticas en un contexto de desigualdades sociales, raciales y territoriales que se expresan de forma particular en la región.

La investigación² se enmarca en un enfoque cualitativo en el que la relevancia no radica en la cantidad de entrevistados, sino en la diversidad y complejidad de la información aportada por los interlocutores. Realizada durante los años 2022 y 2023, este trabajo se construyó a partir de entrevistas en profundidad y semiestructuradas con miembros de la comunidad quilombola Alto do Caixão, permitiendo captar de manera detallada sus vivencias y perspectivas. A través de estas entrevistas, se explora tanto su participación en el ámbito político-institucional — mediante foros, asociaciones y comités— como sus prácticas cotidianas de resistencia y construcción territorial. Estas prácticas incluyen la agricultura, el manejo del suelo y de hierbas medicinales, y otras formas de relación con la naturaleza. En este contexto, el estudio subraya la importancia de la agricultura quilombola no solo como una vía para preservar prácticas ancestrales, sino también como un recurso fundamental para garantizar la seguridad alimentaria, fortalecer los lazos comunitarios y resistir las desigualdades territoriales.

El trabajo igualmente discute la forma como esas colectividades negras se organizan a partir de algunas estructuras institucionales, como las asociaciones comunitarias, buscando accionarlas para que sus demandas y necesidades específicas sean consideradas frente al poder público. La participación en foros y comités, a pesar de las relaciones de poder asimétricas, posibilita la construcción de nuevas formas de diálogo con el Estado, buscando el reconocimiento de derechos históricamente negados y desafiando las desigualdades estructurales que marcan la relación entre el Estado y los quilombos.

Al considerar las geografías quilombolas de la Serra dos Tapes en su dimensión política y desde una perspectiva crítica y relacional, este artículo busca contribuir al debate sobre las desigualdades socioespaciales y raciales en el sur de Brasil, revelando la importancia de las prácticas cotidianas y de la organización política de estas comunidades negras en la

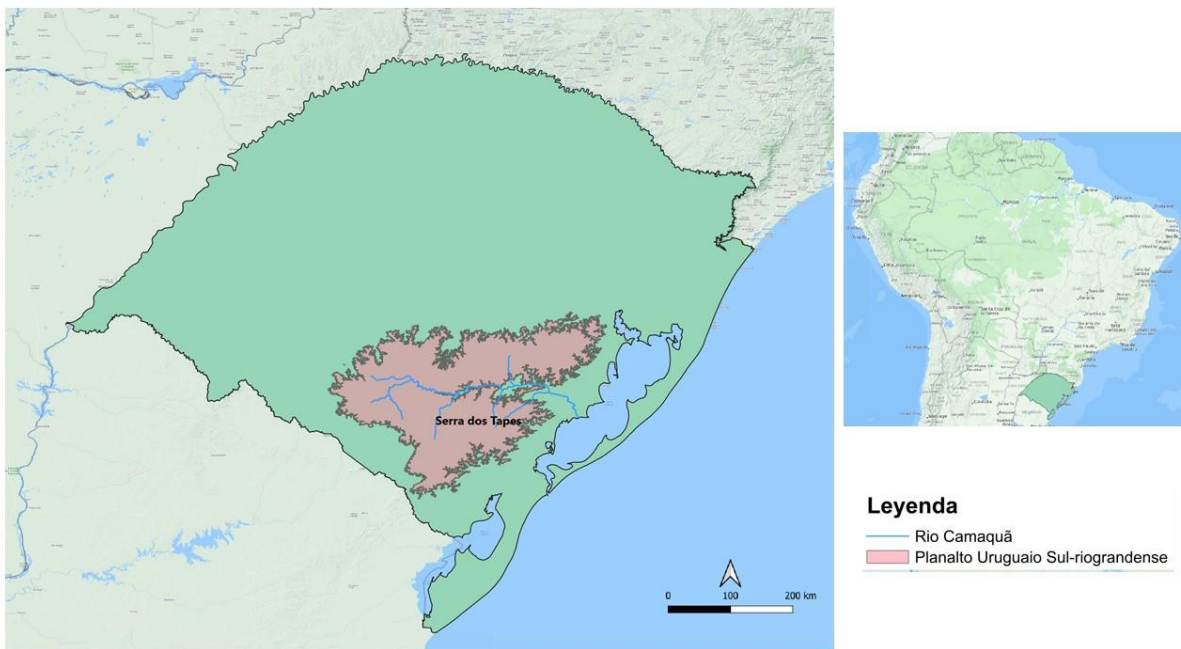
² Esta investigación forma parte de un estudio doctoral más amplio que explora la relación entre el territorio y el habitar, centrándose en las problemáticas territoriales y las políticas de vivienda que afectan a las comunidades negras rurales de la región de Serra dos Tapes, en Rio Grande do Sul, Brasil.

construcción de sus territorios y en la movilización por la emancipación, autonomía, así como la garantía de derechos sociales y de ciudadanía.

Serra dos Tapes: contextualizando las geografías quilombolas

La Serra dos Tapes (Figura 1) es una región situada en el *Planalto Uruguaio Sul-riograndense*, al sur del Río Camaquã, que abarca las áreas serranas de municipios como Pelotas, São Lourenço do Sul y Canguçu. Se caracteriza por una compleja historia de ocupación territorial, marcada por la producción esclavista de charqui durante los siglos 18 y 19 y por proyectos de colonización europea no ibérica a partir de la segunda mitad del siglo 19. En la actualidad, la Serra dos Tapes alberga diversas colonias agrícolas de origen germánico e italiano, así como numerosas comunidades negras, algunas de ellas reconocidas oficialmente como quilombolas por el estado brasileño.

Figura 1 – *Planalto (Meseta) Uruguaio Sul-riograndense* y la ubicación de la Serra dos Tapes

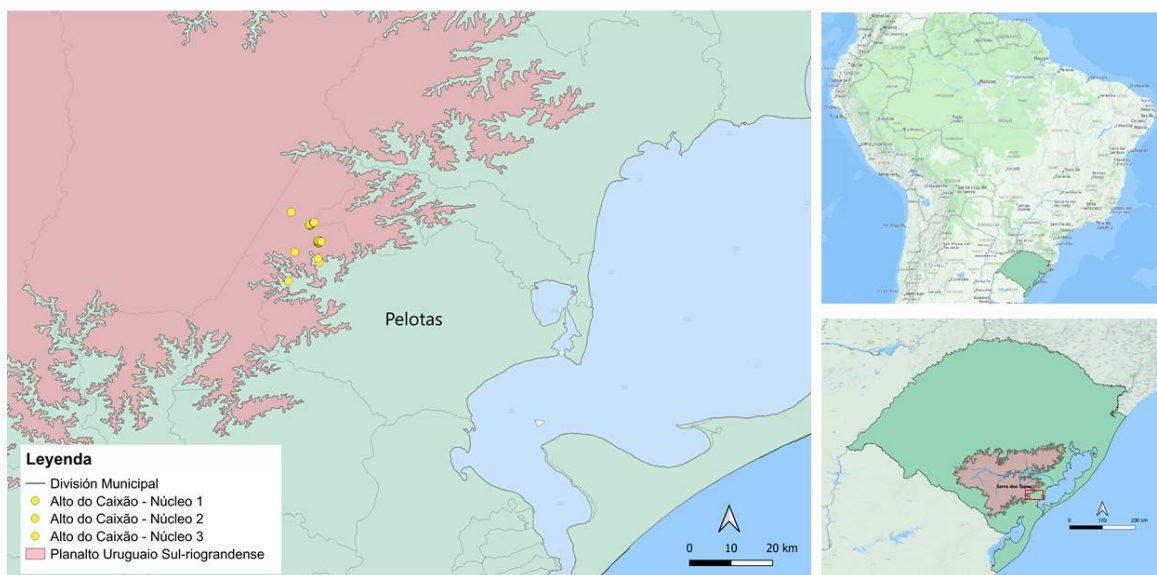


Fuente: Elaboración propia

Al analizar la formación de las comunidades negras en la Serra dos Tapes, percibimos su conexión con la diáspora afro-atlántica (Butler, 2020), remontándonos al período esclavista, especialmente a la producción del *charki* en Pelotas. Sin embargo, la trayectoria de estas comunidades trasciende la experiencia de la esclavitud. Beatriz Nascimento, al considerar los quilombos históricos como búsqueda de una vida autónoma e independiente, durante y después

de la esclavitud, nos desafía a comprender las articulaciones quilombolas como posibilidades de concebir y construir otras formas de relación social y espacial (Nascimento, 1985; 2018; 2021). En este sentido, la experiencia de la comunidad quilombola Alto do Caixão (Figura 2), en la Serra dos Tapes, demuestra que la búsqueda de autonomía en la actualidad se basa en una relación única y profunda con la naturaleza, a través de una agricultura que trasciende los aspectos técnicos y productivos (Gois, 2023); en la conexión con los antepasados a partir de determinadas prácticas socioculturales; en la construcción de la comunidad con todas sus contradicciones y complejidad; y en la reivindicación de derechos sociales y de ciudadanía.

Figura 2 – Ubicación del Quilombo "Alto do Caixão" - comunidad dispersa en 3 núcleos comunitarios/residenciales distintos.



Fuente: Elaboración propia

Es fundamental destacar que la Serra dos Tapes, aunque no constituye una unidad administrativa formalmente establecida, es reconocida y analizada como un compartimento geohistórico distintivo (Salamoni y Waskiewicz, 2013). Esta distinción se atribuye a sus características físico-naturales, que abarcan aspectos geológicos, climáticos y ecológicos, así como a sus particularidades sociales, culturales y económicas, que la diferencian de la región sur de Rio Grande do Sul en su conjunto. La Serra dos Tapes y la región de Pelotas, en la cual se inserta, forman parte de una zona más extensa de Rio Grande do Sul que actualmente desempeña un papel crucial en la producción agrícola del estado. En esta área, caracterizada por el predominio del bioma pampeano, prevalece la agricultura a gran escala, con énfasis en

la ganadería y en el cultivo y procesamiento de granos. Estas actividades, a su vez, demandan lo que se ha convenido en llamar el "paquete estándar" del agronegocio, que incluye la utilización de vastas extensiones de tierra, la práctica de monocultivos y la realización de inversiones significativas en tecnologías y maquinaria (Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021)

La Serra dos Tapes se distingue por su elevada topografía y la presencia de áreas forestales. Compuesta predominantemente por pequeñas y medianas propiedades, la región es reconocida por la importancia de la agricultura familiar (Salamoni y Waskiewicz, 2013). Esta modalidad agrícola, además de presentar una diversificación productiva, posee especializaciones orientadas al mercado, destacando la fruticultura, el cultivo de tabaco y la producción de leche (Salamoni y Waskiewicz, 2013; Secretaria de Planejamento e Governança e Gestão, 2021). Debido a esta especificidad social, económica y productiva, la región es objeto de diversos proyectos de desarrollo rural, así como de servicios de asistencia técnica y extensión rural.

La diversidad étnica y cultural de la Serra dos Tapes, caracterizada por la coexistencia de diferentes grupos de origen africano, germánico, italiano, pomerano, francés, entre otros, no se traduce en igualdad social. Quilombolas y agricultores colonos, a pesar de compartir la agricultura familiar como principal forma de reproducción socioeconómica, la practican en condiciones materiales muy distintas (Gois y Miguel, 2019; Gois, 2023). En cuanto a la definición de "colonos", Giralda Seyferth destaca que:

Para el Estado, eran colonos todos aquellos que recibían un lote de tierra en áreas destinadas a la colonización. Es, por lo tanto, una categoría administrativa, reflejo de la política de colonización, adoptada por los inmigrantes y utilizada hasta hoy como la identidad básica más general de los agricultores de origen europeo, excluyendo de ella a los llamados caboclos o brasileños. Concretamente, el colono es la categoría que designa al campesino, incluso cuando este tenga otra ocupación además de la agricultura, y su distintivo es la posesión de una colonia (aunque sea de pequeño tamaño) — la pequeña propiedad familiar (Seyferth, 1992, p. 80, traducción propia).

Actualmente, muchos agricultores de origen germánico e italiano poseen mayor capital e inserción en el mercado, y son conocidos por la producción de durazno, tabaco y leche, además de contribuir a la diversificación de la economía rural a través del turismo. En cambio, las comunidades negras enfrentan falta de acceso a la tierra y dificultades de inserción en el mercado, lo que las lleva a complementar sus ingresos con trabajos informales (Gois y Miguel,

2019). Por esta razón, priorizan la producción para el consumo doméstico y venden el excedente cuando es posible.

Estas disparidades observadas en el ámbito de la agricultura reflejan las dinámicas sociales, históricas y geográficas que moldearon la producción del espacio rural en la Serra dos Tapes, evidenciando las desigualdades sociales y raciales presentes en la región, cuyas raíces se remontan al período esclavista colonial (Girardi, 2022). La producción del espacio en la Serra dos Tapes también es indisociable de las geografías quilombolas que se manifiestan tanto históricamente, a través de la construcción de espacios de vida y libertad (Nascimento, 1985; 2018; 2021), además de diferentes prácticas de subsistencia, como en el presente, mediante la construcción colectiva de los territorios negros, la organización política y comunitaria, la valorización y preservación de prácticas ancestrales y la constante lucha por reconocimiento y derechos.

La producción académica y las iniciativas políticas enfocadas en la Serra dos Tapes, aunque reconocen la diversidad sociocultural local, a menudo descuidan las desigualdades y jerarquías raciales presentes en la región, así como las tensiones sociales derivadas de esta asimetría de poder. Los análisis sobre la región tienden a priorizar las experiencias de los grupos eurodescendientes (Gois, 2023), perpetuando una visión que margina la experiencia y las contribuciones de los quilombos. Frente a este escenario, las comunidades quilombolas buscan desafiar esta visión hegemónica evidenciando la importancia de sus prácticas, saberes y formas de organización en la producción del espacio social de la Serra dos Tapes, y reafirmando la presencia y el protagonismo de la población negra en la construcción de la región.

Es en este contexto que los quilombolas en Serra dos Tapes elaboran diferentes formas de articulación política, tanto en el ámbito cotidiano como en el campo institucional. Estas expresiones políticas, internas y externas al quilombo, aunque específicas e intrínsecamente ligadas a las dinámicas locales, dialogan con la histórica trayectoria de movilización de la población negra en Brasil (Paschel, 2018).

La dimensión política de las geografías quilombolas en Serra dos Tapes

Los quilombos contemporáneos son pueblos de matriz africana (Anjos, 2018) que presentan distintas formas de organización social — con diferentes colectividades, individualidades y subjetividades políticas — cuyos ancestros resistieron a la esclavitud colonial mediante la construcción de comunidades libres en los espacios urbanos y rurales

(Nascimento, 1985). Después de la abolición, la población afrodescendiente continuó creando espacios de resistencia a través de manifestaciones culturales, organización política y prácticas religiosas, desafiando el racismo anti-negro que se relaciona mutuamente con la producción del espacio brasileño (Campos 2010; Bledsoe 2015). Estas trayectorias fueron cruciales en la formación de la identidad política afro-brasileña y de los movimientos negros, moldeando las bases de la movilización negra contemporánea (Paschel, 2018; Nascimento, 1985).

A lo largo del siglo 20, la población negra en Brasil protagonizó un proceso de creciente organización y movilización política, reivindicando derechos de ciudadanía y el reconocimiento de los problemas estructurales que históricamente la afectan. En este contexto, la cuestión territorial emergió como un tema central para la población afro-brasileña, particularmente para los descendientes de los antiguos quilombos (Anjos, 2018). Como resultado de intensas movilizaciones y negociaciones, el reconocimiento de las tierras ocupadas por descendientes de negros esclavizados, así como sus derechos a estas tierras, fue garantizado en la Constitución Federal Brasileña de 1988, específicamente en el Artículo 68 del Acto de las Disposiciones Constitucionales Transitorias.

A partir del reconocimiento constitucional, sumado a las movilizaciones negras y a la coyuntura política del país, el final del siglo 20 y el comienzo del 21 marcaron el inicio de los procesos de reconocimiento oficial de las comunidades quilombolas y la formulación de políticas sociales dirigidas a ellas, como programas de vivienda, educación y seguridad alimentaria. Sin embargo, a pesar de importantes, estos avances aún presentan desafíos para lidiar con dos problemas interconectados en la realidad de las comunidades quilombolas rurales: el racismo, en su dimensión estructural y cotidiana, y la desigualdad territorial, un problema histórico enfrentado por estas comunidades (Anjos, 2018).

Estos problemas, aunque compartidos por las comunidades negras rurales en todo Brasil, se manifiestan de forma distinta en cada región, debido a las particularidades sociales, históricas, políticas y culturales. La Serra dos Tapes, en particular, se destaca por una configuración singular, caracterizada por el predominio de pequeños productores rurales y por una complejidad racial y territorial. En este párrafo, el territorio puede ser entendido como este elemento presente en la formación histórica y social brasileña, y que puede ser comprendido a partir de las relaciones raciales y desiguales de poder que moldean diferentes contextos sociales y agrarios. La Serra dos Tapes, a pesar de estar caracterizada por el predominio de la agricultura familiar, no escapa de esta dinámica.

La región se inserta en un escenario más amplio de desigualdades sociales, económicas y políticas que afectan las condiciones de vida y las oportunidades de desarrollo de las diferentes comunidades que la componen. Las comunidades quilombolas, en particular, enfrentan una marginación persistente, agravada por la invisibilización de sus experiencias y contribuciones en la construcción de la región. Las políticas públicas destinadas a combatir las desigualdades, muchas veces, no dialogan con las reivindicaciones, prácticas y experiencias territoriales de estas comunidades, perpetuando un ciclo de exclusión e invisibilidad.

Articulaciones políticas quilombolas: de las vivencias cotidianas al ámbito político-institucional

Frente a un historial de desposesión territorial y racismo cotidiano, los quilombolas de la Serra dos Tapes vienen, a través de la creatividad, construyendo sus territorios. La concepción de territorio que llevan adelante en sus relaciones socioespaciales es la de un espacio vivido (Gois, 2023). En este sentido, el territorio no es solo una categoría espacial analítica utilizada para comprender las geografías latinoamericanas, la noción de Estado-Nación y poderes político-administrativos. El territorio quilombola en la Serra dos Tapes posee una cualidad existencial, siendo movilizado por los quilombolas en su vida social, política y cotidiana.

Es desde el territorio, con él y a partir de él que los sujetos quilombolas han construido densas redes de interrelaciones y materialidades (Escobar, 2015). Esto se manifiesta a través de la agricultura; de las reuniones que buscan demandar derechos sociales como la vivienda y la inclusión productiva; de las fiestas y celebraciones religiosas; del manejo de hierbas medicinales y de la preservación de prácticas ancestrales. Los lugares de reunión, confabulación y negociación han sido fundamentales en el proceso de articulación política en la lucha por derechos que históricamente les fueron negados. Los espacios de cuidado, como las iglesias, salones de fiestas y guarderías son construidos de manera conectada con las prácticas de autoprotección y autocelebración. Las estrategias de reproducción socioeconómica se encuentran en la confección de ropa y dulces, en el desarrollo de huertas comunitarias, en el compartir de tierras para el cultivo y en la construcción de cooperativas para viabilizar la producción y comercialización de productos agrícolas.

En este contexto, la agricultura desempeña un papel fundamental en la construcción de la identidad, seguridad y autonomía alimentaria de las comunidades quilombolas de la Serra

dos Tapes. Según los ancianos Seu Pedro, Dona María y Seu Santo, es a través de la agricultura que ellos preservan las prácticas de sus antepasados, como el manejo y uso de hierbas medicinales en el cuidado de las personas y del propio cultivo, pues, según ellos, estas hierbas como ruda, albahaca y romero son protectoras (Gois, 2023). La importancia de la agricultura para estas comunidades se intensifica ante el hecho de que los suelos considerados más adecuados para el cultivo fueron arrebatados de sus antepasados a partir de la expansión de los proyectos de colonización no ibérica. Frente a esta adversidad, los quilombolas de la Serra dos Tapes desarrollaron un notable conjunto de conocimientos geológicos, pedológicos y agronómicos, adaptando sus prácticas agrícolas a las condiciones específicas de los espacios que disponen.

Estos saberes sobre agricultura, desarrollada en espacios reducidos y con limitaciones de suelo, revelan un conjunto de conocimientos, técnicas y creatividad que desafían las concepciones hegemónicas de trabajo agrícola y desarrollo rural, configurándose como una importante expresión política de estas geografías quilombolas. Seu Santo, integrante del Quilombo Alto do Caixão, ejemplifica esto al cultivar diversas especies en terrenos rocosos, considerados inapropiados para la agricultura convencional. Sus saberes sobre el suelo y las técnicas de cultivo, transmitidos por generaciones, garantizan la producción de alimentos para su familia y comunidad, además de contribuir a la conservación de la biodiversidad local. Seu Pedro, hermano de Seu Santo, destaca la importancia de la vegetación nativa para la protección y conservación del suelo. Esta práctica demuestra la profunda conexión de la agricultura quilombola con los ciclos de la naturaleza y la valorización de la biodiversidad, en contraposición a los modelos agrícolas coloniales tradicionales.

En el contexto del Quilombo Alto do Caixão, entrevistas con integrantes de la comunidad, como Seu Rudi y Dona Miriam, revelan cómo la interacción entre elementos naturales, culturales, los modos de vida y la relación de las personas con los lugares habitados son fundamentales para la formación y transformación de las geografías quilombolas y la construcción del territorio. El patio, por ejemplo, trasciende la función de producir de alimentos y se convierte en un espacio esencial para la vida quilombola. Este espacio, al mismo tiempo que alberga huertas, pomares, cría de animales e incluso lagos para la pesca, también es un lugar de encuentro y convivencia, donde se comparten saberes y se fortalecen los lazos comunitarios.

Aunque son prácticas específicas, las actividades agrícolas desarrolladas en el Quilombo Alto do Caixão forman parte de un amplio conjunto de tecnologías de vida que no solo

responden a los problemas sociales que afectan a las comunidades negras, sino que también moldean la producción del espacio rural en la Serra dos Tapes. Estas prácticas revelan una fuerza creativa (Sodré, 2002) que permite la creación de lugares habitables, incluso cuando la intersección entre valor humano, raza y espacio (McKittrick, 2013) aún organiza la geografía de la Serra dos Tapes, clasificando los territorios quilombolas como inhabitables e impropios para la agricultura. Estos territorios son, al mismo tiempo, resultado y posibilidad de creación y transformación de espacios de vida por estas comunidades negras y es a partir de ellos que los quilombolas de la Serra dos Tapes se movilizan políticamente, buscando el reconocimiento de sus derechos y la valorización de sus modos de vida.

Los ejemplos presentados muestran que la política también se hace en la vida cotidiana y, en el caso de los grupos quilombolas de Serra dos Tapes, una política radical negra, basada en la resistencia y la defensa de su identidad cultural, es bastante evidente cuando consideramos los conocimientos ancestrales, las prácticas agrícolas y organizativas desarrolladas y movilizadas por estos sujetos, frente a una realidad de marginación y desigualdad que atraviesa, pero no determina la vida quilombola en la región. En este sentido, entendemos que la reciente participación quilombola en el campo político institucional constituye una nueva forma de hacer política y reivindicar derechos como comunidades tradicionales. Es a través de una reciente interacción con la institucionalidad de las políticas públicas (Pinheiro, 2014), caracterizada por experiencias como actuación en foros en los que participan otros grupos sociales de la región, por el contacto cada vez más frecuente con actores estatales y por la formación de asociaciones y comités, que nuevas frentes y posibilidades de acción y de relaciones sociopolíticas son posibles.

Vimos que, en Pelotas, el principal centro urbano de la región, mientras que en la ciudad ya existían, en la primera mitad del siglo 20, diferentes organizaciones negras — como los clubes negros, las asociaciones obreras y la propia *Frente Negra Pelotense* —, en las zonas rurales, este tipo de entidad estructurada con vistas a reivindicar derechos sociales y de ciudadanía aparecen en principios del siglo 21, con la formación de asociaciones quilombolas como una forma de construir representatividad política frente al Estado. Además de las asociaciones comunitarias, también se construyó el Fórum das Comunidades Quilombolas, la Federação das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul y el Comitê Gestor Quilombola, que son ejemplos importantes de esta nueva forma de organización política en los quilombos. Seu Pedro, anciano de la comunidad Alto do Caixão, relata su participación en el proceso de formación de las asociaciones comunitarias:

Entonces vino esta ley, esta ley del quilombo, de parte de los negros. Entonces Antônio preguntó a la gente para formar una sociedad. Una asociación de los quilombolas, ahí es donde nosotros entramos. Yo, desde 2006, ya estaba en este proyecto e iba a todas las reuniones. Siempre había reuniones en el sindicato, dos o tres veces al mes. También iba al encuentro de concejales, iba a todo. Siempre estuve involucrado en estos asuntos del proyecto y nunca me perdía ninguna reunión, donde hubiera una reunión, me llamaban y yo estaba allí. Participaba. Incluso fui a São Lourenço. Hubo una reunión allí y fuimos en la excursión. Nunca me perdía las reuniones.

Para debatir diferentes temas, especialmente los de carácter práctico, y establecer un diálogo más estrecho con el Estado, las comunidades quilombolas comenzaron a organizarse en asociaciones comunitarias³ que tienen personalidad jurídica y de las cuales son exigidas estructuras más burocráticas, lo que implica en la apropiación y manipulación de nuevos códigos de organizaciones colectivas que son concebidos y aplicados desde arriba hacia abajo. Además, esta nueva práctica de asociativismo presenta a las comunidades quilombolas el desafío de conciliar intereses diferentes, ya que los proyectos colectivos e individuales ni siempre son los mismos.

A partir de las experiencias de los quilombos en São Lourenço do Sul, Pinheiro (2015) nos desafía a pensar en cómo la formación de una personalidad jurídica con la asociación, acompañada de varios requisitos para su constitución, puede no respetar o incluso dismantelar las estructuras sociales preexistentes en las comunidades, como las relaciones de parentesco y amistad, resultando en conflictos internos. Considerando la comunidad Alto do Caixão, vimos que en diferentes ocasiones ella adaptó esa nueva dinámica asociativa — con todos sus códigos burocráticos — a sus prácticas colectivas locales. Vemos que estas prácticas asociativas más institucionalizadas que llegan como demandas del Estado y de las políticas públicas pueden transformarse e incluso asumir características de las organizaciones colectivas propias de las comunidades, que igualmente no son armoniosas ni homogéneas.

Entendemos que, al considerar estas experiencias de asociativismo en las comunidades rurales, es importante entender que la relación entre individuo y comunidad no necesita ser trabajada por la distinción dicotómica, ni idealizada por el estable consenso armónico. Brandão, Dalt y Souza (2018), al analizar la implementación del *Programa Nacional de Habitação Rural* en los quilombos, cuestionan hasta qué punto el Estado actúa sobre los espacios rurales a partir

³ La participación de Seu Pedro, Antônio — de la comunidad quilombola Vó Elvira y director de la Federação das Comunidades Quilombolas — Charles, Dona Ilda, Seu Ademir y otros sujetos-clave fue importante para concebir el asociativismo reciente en las comunidades de la región.

de una concepción idealizada de convivencia comunitaria en la que prevalece una “afinidad electiva”, en oposición al espacio urbano caracterizado por dinámicas societarias definidas por el conflicto y la preponderancia de proyectos individuales. En este contexto, las movilizaciones colectivas en los quilombos, que pueden o no convocar las asociaciones, son estimuladas por los más diversos proyectos y deseos y, a menudo, presentan divergencias y contradicciones, lo que no significa que las alianzas que buscan un bien común sean inviables.

A través del desempeño de la asociación, de su interacción con el Estado y con las entidades de gestión de políticas públicas, algunos proyectos fueron implementados en la comunidad Alto do Caixão, como la adquisición y uso colectivo de una camioneta para facilitar la logística en la comunidad, especialmente en la parte de envío de productos agrícolas a los mercados locales y de transportar insumos y herramientas para la construcción de viviendas y de la sede de la asociación. Otro proyecto fue la creación de un huerto colectivo que, según el presidente de la asociación, ha sido un desafío para conciliar tiempos, disposiciones y diferentes dinámicas de trabajo que se construyen y se consolidan en el ámbito familiar y que no siempre coinciden con las dinámicas colectivas.

Beatriz Nascimento aborda los quilombos dialécticamente, como sistemas sociales alternativos, y considera la conexión entre territorio, naturaleza y dinámicas socioeconómicas, junto con la ubicuidad quilombola en el territorio brasileño y la multiplicidad de estrategias que estas comunidades emplearon para confrontar la esclavitud y construir otras formas de vida (Nascimento, 1985). Nascimento argumenta que comprender la permanencia de las articulaciones quilombolas en el espacio y en el tiempo exige un análisis de la complejidad de sus instituciones y de la evolución de la sociedad global como procesos interacionales, para que se entienda su particularidad como sistemas sociales autónomos en relación a la sociedad global (Nascimento, 2021).

Partiendo de esta reflexión y considerando la simultaneidad entre procesos de continuidades y rupturas en las prácticas socioespaciales quilombolas a lo largo del tiempo, se entiende que, en la Serra dos Tapes, los quilombolas están constantemente analizando, elaborando lecturas y críticas acerca de las circunstancias sociales, económicas y políticas de la región (Gois, 2023). A partir de esto, reflexionan sobre el lugar que habitan, las condiciones y posibilidades de vida, elaborando sus planes de reproducción social, económica y territorial. Esta capacidad de análisis crítico y de elaboración de estrategias de resistencia se manifiesta también en la actuación política de los quilombolas, como presentado en el relato de Seu Pedro sobre su participación en reuniones y debates.

Cuando Seu Pedro narra su participación diligente en estas reuniones, él nos invita a reflexionar sobre los procesos de interpretación y apropiación comunitaria de cuestiones jurídicas, políticas e institucionales vinculadas a las comunidades negras rurales quilombolas, ahora entendidas, especialmente por la academia, como actores políticos. A partir de una mirada atenta sobre la realidad en la que viven y de la participación en espacios de decisión, los quilombolas elaboran críticas a las jerarquías raciales y desigualdades socioeconómicas en la región de la Serra dos Tapes, cuestionando también la forma de actuación de agentes externos vinculados al poder público local o a entidades como cooperativas y organizaciones no gubernamentales (ONGs).

Ellos señalan que los programas de desarrollo rural y políticas públicas muchas veces son concebidos desde realidades distintas a las suyas, desconociendo sus saberes, prácticas y condiciones materiales. Un ejemplo de ello es la crítica a los programas de asistencia técnica en producción agrícola, que, de acuerdo con algunos interlocutores, ignoran las herramientas y técnicas ya utilizadas por los quilombolas, así como las características específicas del suelo y el relieve en sus territorios. Esta crítica se extiende a la cuestión de la distribución de tierras, resaltando que la escasez de tierras disponibles para las comunidades quilombolas es resultado de un proceso histórico de expansión de la frontera agrícola colonial, raramente discutido por los promotores del desarrollo territorial rural en la región.

En la Serra dos Tapes, las políticas de promoción de la igualdad racial, aunque presentes en diferentes sectores, como agricultura, vivienda e infraestructura, se muestran fragmentadas y desvinculadas de un análisis crítico de las desigualdades raciales y sociales que estructuran la región. El discurso multiculturalista, que frecuentemente celebra la diversidad cultural de la región, acaba por diluir el debate racial y descuidar las experiencias territoriales de las comunidades quilombolas, perpetuando desigualdades históricas.

Aunque existan políticas sociales dirigidas a las comunidades quilombolas en el marco de la promoción de la igualdad racial, y que podemos entender a los quilombos como parte de las articulaciones políticas afrodescendientes en Brasil — que, como hemos visto en este texto, tiene una larga historia de lucha — la inserción de las comunidades negras rurales en este diálogo político-institucional, en la región estudiada, ocurrió en un primero momento desde la aproximación de este grupo étnico-racial con la categoría social de la agricultura familiar, que también tiene una larga trayectoria, pero una experiencia completamente distinta de diálogo con el Estado y de movilización política.

En la región de Serra dos Tapes, este grupo social se organiza, en parte, a través de un foro que se presenta como una instancia en que son deliberadas y planificadas acciones para atender las demandas y necesidades de los agricultores familiares de la región sur de Rio Grande do Sul como un todo (Gois y Miguel, 2019). Participan de este foro los agricultores de origen colonial organizados en cooperativas y asociaciones, los quilombolas también organizados en asociaciones comunitarias, los sindicatos, las entidades que actúan localmente en la implementación de proyectos de desarrollo rural para la región, como las ONGs, las agencias de asistencia técnica y extensión rural, entre otras organizaciones. Entonces, este es el espacio privilegiado por donde pasan y son discutidos los variados proyectos desarrollados por diferentes grupos sociales, como agricultores familiares, quilombolas, asentados de la reforma agraria, pescadores artesanales, entre otros.

Si bien existen demandas y necesidades que pueden ser compartidas entre estos grupos sociales, entendemos que, en primer lugar, las transformaciones sociales, económicas, técnicas y ambientales que se producen en los espacios rurales, especialmente a partir de la década de 1960 con la modernización de la agricultura, no impactan de la misma forma la vida de quilombolas y colonos que habitan la región de Serra dos Tapes. Adicionalmente, parte significativa de las necesidades, demandas y proyectos presentados por estos grupos, que se encuentran en diferentes condiciones socioeconómicas, pueden ser a menudo divergentes, además de operacionalizadas en base a intereses distintos y relaciones de poder bastante desiguales, lo que puede derivar en la priorización de proyectos de grupos que han participado por más tiempo en el foro y / o de grupos que tienen mayor poder de negociación y toma de decisiones. Pinheiro (2015) comenta que esta coalición por la agricultura familiar:

(...) se presenta como antagonista de las clases dominantes rurales del pasado, que se actualizan a partir de estrategias propias en el nuevo orden capitalista mundial y del agronegocio, pero no se puede ignorar que esta coalición ocurre en medio de la emergencia de nuevas élites asociadas al mundo capitalista formadas por empresarios, agentes políticos, intelectuales, colonos ascendentes, además de los públicos urbanos, que poseen una gran afinidad con los públicos de la agricultura familiar local. Con esto, es necesario recordar la importancia que han asumido estas organizaciones de apoyo vinculadas a la agricultura familiar en la escena política municipal y regional, emergiendo también como autoridades locales y poseedoras de cargos políticos, considerando lo que está en disputa, cuáles son los discursos, las relaciones de poder y los contextos sociales en los que se insertan (Pinheiro, 2015, p. 158, traducción propia).

Sin embargo, la participación de grupos quilombolas en el foro, así como su interacción con diferentes entidades regionales que facilitan la implementación de políticas públicas en la región, permitió a esas comunidades negras conocer un conjunto amplio de lenguajes, prácticas e incluso mecanismos de poder en el ámbito político institucional (Pinheiro, 2014). Un resultado interesante de esto es la visualización de la posibilidad de una actuación más autónoma, que no depende del escrutinio del foro de la agricultura familiar, y que implica la interacción con otros canales de comunicación, reivindicación y negociación para llevar a cabo proyectos y exigir una mayor participación política.

Un ejemplo interesante de acción autónoma por parte de las comunidades quilombolas es el establecimiento del Comité Gestor Quilombola de Pelotas, creado en 2015. Este comité está compuesto por líderes quilombolas y representantes de las secretarías municipales de salud, asistencia social, desarrollo rural y educación, formando así un grupo de trabajo intersectorial. El objetivo principal de esta iniciativa es establecer un diálogo cercano entre el poder público local y las comunidades quilombolas, con el fin de abordar problemas específicos enfrentados por estas comunidades y proponer soluciones integradas. Según los interlocutores de esa investigación, uno de los hitos destacados alcanzados por el Comité incluye la realización de una asamblea en la cámara de concejales de Pelotas, en la cual los quilombolas tuvieron la oportunidad de presentar sus respectivas comunidades, exponiendo sus particularidades y los desafíos sociales que enfrentan.

A partir de esa asamblea, se ha observado un aumento en el interés de otras personas, incluyendo funcionarios públicos, en conocer la realidad de las comunidades quilombolas de la región y en participar en las reuniones del Comité Gestor. Cabe destacar la notable contribución de los funcionarios públicos afrodescendientes. Estos profesionales, motivados por una identificación social y racial con la causa quilombola local, han demostrado un compromiso y una sensibilidad particular hacia las demandas y necesidades de las comunidades quilombolas de la región. En un sentido práctico, estos funcionarios han buscado orientar a los quilombolas sobre sus derechos ante el poder público local, lo que ha fortalecido la articulación de las comunidades en defensa de sus demandas.

De forma general, la participación de los servidores públicos en el Comité proporciona una serie de reflexiones y contribuciones valiosas para la consolidación de este espacio de articulación política. En primer lugar, esos funcionarios aportan una perspectiva informada sobre los problemas que pueden enfrentar las comunidades quilombolas, ya que están directamente involucrados en sectores de administración pública que tienen un impacto directo

en la vida de estas comunidades. Específicamente, la presencia de funcionarios públicos negros o quilombolas en el Comité es un reflejo de la importancia de la representatividad en las instancias de toma de decisiones. Entendemos que estos servidores no solo pueden comprender mejor las necesidades específicas de las comunidades quilombolas, sino también abogar por políticas y acciones que atiendan estas demandas de manera más efectiva.

Uno de los resultados alcanzados por el Comitê Gestor Quilombola fue la inclusión de las comunidades quilombolas en el Programa de Aquisição de Alimentos. En Brasil, aunque los agricultores quilombolas son considerados grupos prioritarios entre los proveedores de los mercados institucionales de alimentos, es importante destacar que, debido a la escasez de tierras disponibles y las limitaciones de recursos, la producción agrícola en las comunidades quilombolas de la Serra dos Tapes es limitada, lo que dificulta la participación individual en el programa. En este contexto, las familias quilombolas en Pelotas encontraron una estrategia para superar esta limitación, que consiste en unir sus producciones agrícolas y proporcionar la cantidad suficiente para satisfacer las demandas del programa. Esta estrategia de cooperación y colaboración entre las familias quilombolas evidencia la capacidad de estas comunidades para enfrentar los desafíos impuestos por sus realidades específicas, buscando soluciones conjuntas para viabilizar su participación en los programas de apoyo gubernamental. Además, se destaca la importancia del Comitê Gestor Quilombola como una plataforma de diálogo y articulación que ayuda a identificar estrategias para enfrentar los obstáculos que enfrentan las comunidades quilombolas.

Otro resultado relevante alcanzado por los quilombolas articulado a través del comité está relacionado con la reivindicación de los recursos financieros destinados a la salud quilombola. Estos recursos provienen de la Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra, que en 2013 implementó el programa Estratégia de Saúde da Família Quilombola no Rio Grande do Sul. Cabe contextualizar que dichos recursos consisten en transferencias financieras mensuales del Gobierno del Estado de Rio Grande do Sul a los municipios. Durante el proceso de diálogo y negociación llevado a cabo por los líderes quilombolas en diversas reuniones con la Secretaría Municipal de Salud, los líderes quilombolas exigieron transparencia y rendición de cuentas por parte de la secretaría, con el objetivo de obtener una comprensión clara de los valores disponibles para atender las necesidades de las comunidades. Además, reclamaron una mayor participación en el proceso de toma de decisiones con respecto a la asignación de estos recursos. Esta demanda refleja el

deseo de mayor participación en las decisiones sobre políticas de salud y el uso de los recursos de acuerdo con las prioridades de las comunidades.

A partir de estas reivindicaciones, se logró concretar un ejemplo tangible del uso de los recursos vinculados a la secretaría de salud: el proyecto de la instalación de tanques de agua en los territorios quilombolas. La propuesta de instalación de los tanques de agua surgió a partir de un diagnóstico realizado por las comunidades de Pelotas sobre las condiciones de acceso al agua de las familias quilombolas de la región, seguido de un proceso de negociación entre las comunidades representadas por el Comité y la secretaría municipal de salud de Pelotas. Durante el período de la pandemia, el diagnóstico realizado por los quilombos identificó varias necesidades y derechos básicos que no estaban siendo atendidos, como el acceso a alimentos y agua adecuada para el consumo doméstico. Los quilombolas observaron que, durante la sequía en los veranos de 2020 y 2021, algunas familias enfrentaron problemas de acceso al agua, además de no tener control sobre la calidad del agua que llegaba a sus hogares.

Ante este problema, las propias comunidades propusieron la instalación de tanques de agua para abastecer las casas de las familias quilombolas. Sin embargo, los recursos eran transferidos por la Secretaría de Salud, con la orientación de que debían ser utilizados en acciones que tuvieran un impacto positivo en la salud de las personas de las comunidades. Aunque la Secretaría Municipal de Salud tenía una visión más restrictiva en cuanto a lo que podría ser clasificado como cuestión de salud, muchas veces limitándose a la compra de medicamentos, los quilombolas presentaron una visión más amplia, destacando que el acceso a la alimentación y al agua también juegan un papel fundamental en la salud y en la calidad de vida de las familias de la comunidad. "¡El acceso al agua potable es salud, ¿verdad?!", me comentó Charles, un liderazgo de la comunidad. Buscando una participación más activa en las decisiones relacionadas con la utilización de los fondos públicos destinados a los quilombolas, ellos elaboraron un análisis cuidadoso sobre las posibilidades de uso de estos recursos para garantizar el cumplimiento de la ley e identificar lagunas que permitieran una adaptación a las necesidades específicas de las comunidades.

A lo largo de los últimos 13 años, los quilombolas de Pelotas han demostrado una madurez significativa en sus formas de articulación política, desde la creación de la asociación comunitaria en 2010 hasta la consolidación del Comitê Gestor en 2015, cuyo reconocimiento formal por parte del poder público municipal ocurrió en mayo de 2023. Es importante recordar que esta articulación política no se limita únicamente al ámbito institucional, sino que también se manifiesta en el día a día de las comunidades, permeando sus interacciones sociales. A lo

largo de estos años, las poblaciones quilombolas han adquirido gradualmente un conjunto diversificado de mecanismos para expresar sus demandas y reivindicaciones frente al poder público. Este proceso les ha permitido reconocerse como sujetos de derechos, capacitándolos para poner en agenda sus temas y necesidades, impulsando un proceso de transformación social y construcción de ciudadanía.

Consideraciones finales

Este artículo buscó comprender la dimensión política de las geografías quilombolas en la región de la Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul, con foco en las experiencias sociales y territoriales del Quilombo Alto do Caixão. La investigación reveló una relación interesante entre las articulaciones políticas quilombolas en lo cotidiano y en el ámbito institucional, demostrando cómo la construcción de sus territorios como espacios de vida posibilita una articulación política que trasciende los límites de la comunidad. Esta articulación se manifiesta en la creación de la asociación comunitaria y en la inserción en foros y comités, buscando la participación activa en instancias de diálogo y negociación con actores externos e instituciones gubernamentales. Al tensionar las estructuras institucionales y cuestionar las desigualdades sociales, los quilombolas luchan por políticas públicas que reconozcan y valoren sus modos de vida, cultura y conocimientos tradicionales, abarcando áreas como desarrollo rural y salud.

La creación del Comité Gestor Quilombola de Pelotas, un canal directo de comunicación con el poder público local, ejemplifica la búsqueda de los quilombolas por nuevas formas de diálogo con el Estado. Esta iniciativa resultó en la inclusión en el Programa de Adquisición de Alimentos y en la reivindicación de recursos para la salud quilombola, revelando el potencial de transformación social y política de estas comunidades. Las geografías quilombolas de la Serra dos Tapes emergen como espacios de resistencia y (re)existencia, marcados por la profunda conexión con la naturaleza, la ancestralidad y la construcción colectiva del territorio. La agricultura quilombola, más que un conjunto de técnicas, se destaca como una articulación de conocimientos, prácticas y creatividad, siendo fundamental en la construcción de las identidades y en la garantía de la seguridad alimentaria y autonomía de las familias quilombolas (Gois, 2023).

Es importante resaltar que las prácticas territoriales de los quilombos y los significados que se les atribuyen van más allá de respuestas a las desigualdades sociales y raciales. Estas geografías quilombolas son construidas por la creatividad, producción de conocimientos espaciales y expresión genuina del vivir en el territorio. A partir de estas experiencias, se entiende que la creación de espacios de libertad, saberes, mecanismos de solidaridad, redes de interrelación y materialidades constituyen formas de existencia político-espacial. Las geografías negras y quilombolas en la Serra dos Tapes poseen una dimensión política fundamentalmente enraizada en lo cotidiano, configurando una política radical negra que revela una geografía propia, en la que los espacios de vida, los saberes, la solidaridad y las redes de interacción construidas por estos sujetos influyen en la concepción y construcción colectiva de los territorios quilombolas.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia étnica: territorialidade quilombola. **Geobaobás**, v. 1, n. 2, p. 1-67, 2018.

BLEDSON, Adam. The Negation and Reassertion of Black Geographies in Brazil. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 14, n. 1, p. 324-343, 2015.

BRANDÃO, André Augusto; DA DALTE, Salete; SOUZA, Sidimara Cristina de. Comunidades quilombolas e o Programa Nacional de Habitação Rural. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 21, p. 79-98, 2018.

BUTLER, Kim. Definições de Diáspora: Articulação de um Discurso Comparativo. In: BUTLER, Kim; DOMINGUES, Petronio. **Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, n. 35, p. 89-100, 2015.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil**. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2022.

GOIS, Gabriela Rodrigues. Nature, Agriculture, and Black Space-Making in Serra dos Tapes, Brazil. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 113, n. 7, p. 1589-1598, 2023.

GOIS, Gabriela Rodrigues; MIGUEL, Lovois de Andrade. O papel da agricultura e do trabalho não agrícola na reprodução socioeconômica de famílias quilombolas na região da

Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul, Brasil. **Eutopia: Revista de Desarrollo Económico Territorial**, v. 15, n. 1, p. 169-191, 2019.

MCKITTRICK, Katherine. Plantation Futures. **Small Axe**, v. 17, n. 3, p. 1-15, 2013.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, v. 3, n. 6, p. 41-49, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Rio de Janeiro: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. RATTS, A. (Ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PASCHEL, Tianna. Repensando la movilización de los afrodescendientes en América Latina. In: ANDREWS, George Reid; FUENTE, Alejandro de la. **Estudios afrolatinoamericanos: una introducción**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

PINHEIRO, Patrícia dos Santos. Comunidades Quilombolas na região das antigas Charqueadas: territórios negros e políticas públicas no município de São Lourenço do Sul, RS. **Cadernos Do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, v. 11, n. 22, p. 323-341, 2014.

PINHEIRO, Patrícia dos Santos. **Políticas de identificação: Dinâmicas de reconhecimento identitário de comunidades negras rurais no sul do Brasil em um contexto de relações interétnica**. 2015. Tesis (Doctorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Departamento de Planejamento Governamental, 2021.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 78-95, 1992.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** La autora agradece a la gente de Quilombo Alto do Caixão por compartir sus historias de vida.
 - ☐ **Financiamento:** Investigación financiada por la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID) - Chile.
 - ☐ **Aprovação ética:** El presente trabajo pasó por el comité de ética de la Pontificia Universidad Católica de Chile.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** No aplica
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Mi contribución consistió en la conducción integral de la investigación: incursión epistemológica, construcción teórico-metodológica, trabajo de campo, organización de los datos recolectados, análisis e interpretación de los resultados, redacción y revisión del texto.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.



**PARADIGMAS, TERRITORIOS Y AGROECOLOGÍA EN BRASIL: LAS
TECNOLOGÍAS SOCIOTERRITORIALES CONSTRUIDAS POR EL MST EN EL
ASENTAMIENTO RODEIO**

***PARADIGMAS, TERRITÓRIOS E AGROECOLOGIA NO BRASIL: AS TECNOLOGIAS
SOCIOTERRITORIAIS CONSTRUÍDAS PELO MST NO ASSENTAMENTO RODEIO***

***PARADIGMS, TERRITORIES AND AGROECOLOGY IN BRAZIL: THE SOCIO-
TERRITORIAL TECHNOLOGIES BUILT BY THE MST IN THE RODEIO
SETTLEMENT***



Lara Dalperio BUSCIOLI¹
e-mail: lara.dalperio@gmail.com



Wuelliton Felipe Peres LIMA²
e-mail: wuelliton.peres@unesp.br



Bernardo Mançano FERNANDES³
e-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Como referenciar este artigo:

BUSCIOLI, Lara Dalperio; LIMA, Wuelliton Felipe Peres; FERNANDES, Bernardo Mançano. Paradigmas, territorios y agroecología en Brasil: las tecnologías socioterritoriales construidas por el MST en el asentamiento Rodeio. Revista Geografia em AtoS, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, p. 192-217, (2025) - Emancipaciones y territorios en América Latina, e025d008. e-ISSN:1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2025.10946>



| Submetido em: 20/05/2024
| Revisões requeridas em: 30/10/2024
| Aprovado em: 28/02/2025
| Publicado em: 23/05/2025

Editores: Nécio Turra Neto
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rizia Mendes Mares

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas - Rio Grande do Sul (RS) - Brasil. Docente na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) no Rio Grande do Sul.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente - São Paulo (SP) - Brasil. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP).

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente - São Paulo (SP) - Brasil. Professor titular pela Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP).

RESUMEN: La agroecología puede entenderse desde diferentes perspectivas teórico-metodológicas y paradigmáticas. Estamos concibiendo la agroecología como una forma de resistencia que llevan a cabo los movimientos contra el capitalismo, especialmente en América Latina. Nuestro objetivo es analizar la agroecología en el debate paradigmático dentro de la Geografía, fundamentando el concepto de tecnologías socioterritoriales (TST), combinado con las acciones del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en el asentamiento de Rodeio, en Presidente Bernardes/SP (Brasil). Para ello, partimos de la realización de entrevistas, investigación militante e investigación bibliográfica. Dentro del debate paradigmático, la agroecología se constituye como un campo en disputa, en el contexto del territorio intangible, materializándose en acciones y tecnologías, transformando territorios en territorios agroecológicos. En el asentamiento de Rodeio, el MST ha implementado tres tecnologías socioterritoriales que involucran semillas criollas, producción y comercialización, permitiendo la autonomía y permanencia de los campesinos en sus territorios a través de la agroecología, como camino hacia la emancipación.

PALABRAS CLAVE: Paradigmas. Territorios. Agroecología. Tecnologías Socioterritoriales. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem.

RESUMO: A agroecologia pode ser compreendida a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas e paradigmáticas. Estamos concebendo a agroecologia como forma de resistência realizada dos movimentos ao enfrentamento do capitalismo, sobretudo na América Latina. Temos como objetivo analisar a agroecologia no debate paradigmático dentro da Geografia, fundamentando o conceito de tecnologias socioterritoriais (TST), aliado às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no assentamento Rodeio, em Presidente Bernardes/SP (Brasil). Para isso, partimos da realização de entrevistas, pesquisa militante e levantamento bibliográfico. Dentro do debate paradigmático, a agroecologia se estabelece como um campo em disputa, no contexto do território imaterial, materializando-se nas ações e tecnologias, transformando os territórios em territórios agroecológicos. No assentamento Rodeio, o MST tem realizado três tecnologias socioterritoriais que envolvem a semente crioula, a produção e a comercialização permitindo a autonomia e permanência dos camponeses em seus territórios através da agroecologia, enquanto caminho para a emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Paradigmas. Territórios. Agroecologia. Tecnologias Socioterritoriais. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT: Agroecology can be understood from different theoretical, methodological and paradigmatic perspectives. We are conceiving agroecology as a form of resistance carried out by movements in the face of capitalism, especially in Latin America. Our objective is to analyze agroecology in the paradigmatic debate within Geography, basing it on the concept of socioterritorial technologies (TST), allied to the actions of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) in the Rodeio settlement, in Presidente Bernardes/SP (Brazil). To this end, we started by conducting interviews, militant research and bibliographical surveys. Within the paradigmatic debate, agroecology establishes itself as a field in dispute, in the context of immaterial territory, materializing itself in actions and technologies, transforming territories into agroecological territories. In the Rodeio settlement, the MST has implemented three socio-

territorial technologies that involve native seeds, production and commercialization, allowing the autonomy and permanence of peasants in their territories through agroecology, as a path to emancipation.

KEYWORDS: *Paradigms; Territories; Agroecology; Socioterritorial Technologies. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.*

Introdução

La agroecología en los países latinoamericanos se basa en el conocimiento científico y ancestral de diferentes identidades (campesinos, indígenas, afrodescendientes), contrarrestando la minería, el agronegocio, la ganadería y las hidroeléctricas en los países, así como criticando los impactos que estos procesos tienen sobre sus territorios y el medio ambiente. Estos individuos establecen conexiones con el territorio en su forma de existir, devolviéndole su verdadero sentido, que es la reproducción de la vida y el cuidado (Fundação Heinrich Böll, 2023).

Así, entendemos que la agroecología se establece a través de una ciencia, un paradigma, una tecnología socioterritorial, un movimiento, el conocimiento tradicional de los campesinos, generando desarrollo territorial y promoviendo la emancipación de los sujetos que la practican. En otras palabras, como señala Guzmán (2001), es una forma de resistencia al actual modelo de desarrollo basado en el agronegocio, que tiene un fuerte impacto en diferentes territorios.

Estos impactos, especialmente después de la Revolución Verde en América Latina, se basan en la invisibilización de los conocimientos agroecológicos tradicionales y de la subalternidad campesina, fomentando el uso de paquetes tecnológicos de producción que difieren de la lógica de la producción agroecológica, la integración de los campesinos en el sistema de producción, configurándolos como meros productores de mercancías y, en su máxima expresión, culminando en la desterritorialización de estos sujetos que, a su vez, resisten en busca de su emancipación.

Roos (2016) destaca que la emancipación campesina es una posibilidad incluso en medio de su subordinación a la territorialidad del agronegocio, en la que el proceso de resistencia está presente. Esta resistencia ocurre a través de diversas acciones de individuos organizados en movimientos socioterritoriales que involucran capacitación, producción, comercialización y tecnologías socioterritoriales.

El objetivo de este artículo es analizar los aspectos teórico-metodológicos y paradigmáticos que componen el debate sobre la Agroecología en conjunción con las

Tecnologías Socioterritoriales como forma de resistencia dentro de las acciones del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) en el Proyecto Estatal de Asentamiento (PE) Rodeio en Presidente Bernardes en el estado de São Paulo (SP) en Brasil.

Para ello, utilizamos tres metodologías: 1) Investigación bibliográfica: basada en un relevamiento de libros, tesis, disertaciones y artículos académicos sobre el tema de la investigación, tales como Paradigmas, Territorios, Agroecología, Tecnologías Socioterritoriales, Semillas, Ferias, entre otros; 2) Entrevistas: a través de la utilización de guiones previamente elaborados antes del trabajo de campo, permitiéndonos agregar preguntas a medida que los entrevistados hablaban, características de la entrevista semiestructurada y formal establecida por Colognese y Melo (1998); 3) Investigación militante, en la que hay un proceso de contribución teórico-metodológica como praxis en los territorios estudiados, compartiendo informaciones y decisiones entre los investigadores-militantes y los campesinos también militantes-investigadores en la propuesta de transformaciones territoriales (Coca et al, 2021).

Para una mejor comprensión de los resultados de la investigación, la primera parte del trabajo, titulada “Contribuciones a los debates sobre paradigmas y territorios en la geografía agraria: la agroecología en cuestión”, pretende presentar, desde una perspectiva geográfica, los elementos que componen el debate sobre la agroecología en el ámbito científico, en un intento de presentar lecturas sobre los paradigmas de la cuestión agraria, el capitalismo agrario y la agroecología que dan lugar a diferentes materialidades de/en los territorios, como las tecnologías socioterritoriales.

La segunda parte, “Aportes teórico-metodológicos al concepto de tecnologías socioterritoriales (TST): un debate a partir de la geografía agraria”, aborda las TST en el contexto de la ciencia y sus vínculos con las acciones de movimientos socioterritoriales como el Movimento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, entendiéndolas como una forma de resistencia que promueve la agroecología y la emancipación campesina.

Por último, en la tercera parte del artículo, titulada “La materialidad del debate paradigmático: el TST de los campesinos vinculados al MST en el asentamiento Rodeio”, intentamos discutir las tecnologías socioterritoriales a lo largo del proceso agroecológico, permeando las semillas, la producción agroecológica y la comercialización del MST.

Contribuciones a los debates sobre Paradigmas y Territorios en Geografía Agraria: la Agroecología en cuestión

La agroecología puede ser analizada desde diversos elementos teórico-metodológicos y paradigmáticos que expresan diferentes formas de concebir/analizar este concepto. La entendemos como una ciencia, una tecnología socioterritorial (TTS), un movimiento socioterritorial y un conocimiento tradicional que permea la crítica y la resistencia al actual modelo de desarrollo basado en la lógica capitalista, que busca construir territorios y promover la emancipación del campesinado.

Según Guhur y Silva (2021), lo que actualmente:

[...] chamamos de agroecologia tem sua origem nas práxis camponesas e dos povos originários ao longo de aproximadamente 12 mil anos de criação e recriação das “agri-culturas”, as quais se encontraram, dialeticamente, com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII, em um processo de tensões, saltos e regressões. Resulta igualmente das contradições do próprio capitalismo (que para se reproduzir, degrada as bases materiais de produção: a natureza e o trabalho/trabalhador) e das lutas e processos históricos de resistência dos camponeses e povos originários contra seu avanço no campo. Somente a partir do século XX esse processo passou a ser sistematizado e organizado como um corpo próprio de conhecimentos científicos, adquirindo maiores contornos de luta política no início do século XXI, com organizações da sociedade civil, destacando-se os movimentos camponeses (Guhur, Silva, 2021, p. 60).

Así, en el ámbito científico, la Agroecología permite entender que existe una construcción histórica que parte de diferentes sujetos, debido al carácter tradicional del conocimiento agroecológico (Silva Neto, 2013) que se materializa en diferentes prácticas cotidianas analizadas por un colectivo de pensamiento del que forman parte los campesinos.

Teniendo esto en cuenta, Mendonça (2011) destaca que la agroecología se establece a través de diferentes teorías/métodos científicos en conjunción con el conocimiento tradicional, explicando sistemas socioambientales complejos. Es decir, tenemos un sistema de comprensión y explicación de la realidad en la agroecología basado en diferentes objetos (materiales e inmateriales) aliados a diferentes intereses que implican creencias, valores, prácticas sociales, etc. que dan a la agroecología sus características como ciencia (Floriani, N.; Floriani, D., 2010).

Nos damos cuenta que en estos elementos de explicación de la realidad, los paradigmas incluyen la inmaterialidad de este debate. En este trabajo, partimos del supuesto de que existe un Paradigma Agroecológico emergente (en construcción) que complementa el debate sobre el Paradigma de la Cuestión Agraria y el Paradigma del Capitalismo Agrario dentro de la Geografía Agraria, basado en el campo del territorio inmaterial.

Con base en Fernandes (2008), entendemos que existen dos tipos de territorio: el material y el inmaterial, envueltos en sus tipologías de Primer, Segundo y Tercer Territorio,

que nos permiten avanzar en los parámetros teóricos y metodológicos demarcados por el debate de la Agroecología en el campo científico.

El territorio material está constituido por puntos fijos y flujos y se apoya en el territorio inmaterial (FERNANDES, 2008). Se entiende desde la multidimensionalidad y multiescalaridad establecida en sus tipologías: Primer Territorio como espacios de gobernanza a diferentes escalas, estando en constante disputa; Segundo Territorio que se compone de propiedades (privadas, comunales, capitalistas, familiares, etc.), en el que permite entender el territorio agroecológico y la aplicación de tecnologías socioterritoriales; y Tercer Territorio que tiene un carácter relacional uniendo propiedades fijas y móviles, creando movimientos de expansión y reflujo, es decir, flujos relacionados entre territorialidades/formas de usos de los territorios.

El territorio inmaterial, por su parte, es entendido como perteneciente a los mundos de las ideas, intenciones que organizan/coordinan los aspectos materiales - el mundo de las cosas y objetos (Fernandes, 2008), en el que científicamente corresponde a teorías, métodos, leyes, paradigmas y otros en diferentes campos de estudio, en el caso de este trabajo, nuestros análisis se basan en la agroecología.

En la inmaterialidad, el Paradigma del Capitalismo Agrario (PCA) tiende hacia la agricultura familiar y el agronegocio, en el cual el campesino se integra al sistema productivo del capital/agronegocio de forma subalterna, siendo un mero productor de mercancías, es decir, subalternizado. Este paradigma se basa en la idea de que no hay cuestión agraria que discutir y que los elementos que componen los problemas estructurales del capitalismo pueden ser resueltos internamente, principalmente con políticas que convergen hacia la integración de los sujetos y el discurso del desarrollo territorial sustentable (Felicio, 2011; Vinha, Fenandes, 2022; Buscioli, 2024).

En este paradigma, tenemos la subalternización del campesinado en todas sus formas, incluyendo la cooptación de sus prácticas agroecológicas por el Estado, el capital y los organismos multilaterales, que buscan apuntar a la agroecología sólo a través del discurso de la producción de alimentos basado en la Revolución Verde, como destacan Borsatto y Carmo (2013).

El debate defendido por la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, por ejemplo, trata de acercar la agroecología al modelo de paquete cerrado, vinculado a instituciones que buscan recuperar áreas degradadas solo para obtener beneficios,

es decir, tendencias provenientes del debate político sobre la producción de alimentos a escala global (Giraldo; Rosset, 2017), en el que la subalternidad de los campesinos es el elemento estructural.

Al mismo tiempo, el Estado también está siendo desafiado por los movimientos socioterritoriales para promover una agroecología efectiva con protagonismo campesino, es decir, la agroecología como forma de resistencia que recupera sus saberes y promueve la emancipación/autonomía campesina, tal y como se esboza en el emergente Paradigma Agroecológico y el Paradigma de la Cuestión Agraria.

Este debate se vuelve más complejo cuando entendemos que los sujetos rurales están siendo desterritorializados por la apropiación de sus prácticas de conocimiento agroecológico combinadas con biotecnologías capitalistas y, como señaló McMichael (2014), con la narrativa de que los campesinos son reliquias históricas inadecuadas para el mundo moderno y productivo. Elementos constitutivos del discurso del PCA.

En este proceso contradictorio, Giraldo y Rosset (2017) afirman que: “While agroecology marshals the various practices created by peoples, through thousands of years of ecosystemic transformation, the worldwide capitalist crisis is driving capital to channel those practices into circuits of global capital accumulation” (p. 7), en los cuales estos circuitos de acumulación global, no tienen la perspectiva de la emancipación campesina, sino su subalternidad con el actuar junto al Estado en función del Capital.

Jara y Paz (2013) señalan que el Estado se configura como un campo de disputas con intereses diversos, en el que la posibilidad de los sujetos (empresarios/capitalistas o movimientos socioterritoriales campesinos) de incidir/actuar en sus dimensiones teniendo: “un carácter estratégico en relación con su capacidad de garantizar la continuidad o no de las relaciones de dominación a favor de determinados grupos, puesto que el poder del Estado refleja las cuotas de poder acumulados en el espacio social” (p. 185).

Estas relaciones de dominación en el campo agroecológico contenidas en el territorio inmaterial apuntan no sólo a la cooptación de la práctica agroecológica, sino también a la invisibilización del conocimiento agroecológico tradicional por parte del campesinado. Holt-Giménez y Altieri (2013) señalan que con la “facilidad” de los paquetes cerrados de producción, los campesinos son más fácilmente cooptados por enfoques técnicos y “apolíticos”, subordinando cada vez más las relaciones en los territorios.

En esta situación problemática, el discurso cooptado de la agroecología la convierte en un paquete cerrado de tecnologías/acciones productivas, estableciendo controles de

dominación en el territorio campesino y “mediante su discurso tecnificado y productivista, se busca desmovilizar al movimiento campesino, transformarlo en un productor apolítico, sumiso, que no cuestione el orden establecido, que produzca eficientemente productos que serán entregados al capital” (Lizárraga; Vacaflores, 2008, p. 246).

Esta realidad también promueve la creación de proyectos/políticas por parte del Estado y del capital, a través de empresas capitalistas verdes, contrarrestando históricamente los elementos de la agroecología (Giraldo; Rosset, 2017) y los paradigmas que involucran su análisis, concibiéndola como una forma de resistencia y búsqueda de emancipación.

Así, en el campo académico, una de las formas de resistir a la cooptación de la agroecología por el capital/agronegocio es demarcar las epistemologías en torno a este paradigma y su remodelación como ciencia (Borsatto, Carmo, 2013).

En el Paradigma de la Cuestión Agraria (PQA), su lógica orientadora es completamente diferente a la del PCA, con la tendencia del campesinado y la proletarianización, en la que el problema de la cuestión agraria es estructural. En este paradigma, el campesinado se recrea en el desarrollo del capitalismo, buscando superarlo, es decir, este sistema no es la única alternativa para el desarrollo territorial del campesinado, y los procesos de conflicto son inherentes a la promoción de la emancipación campesina (Felicio, 2011; Vinha, Fernandes, 2022; Buscioli, 2024).

En este paradigma, el análisis de la cuestión agraria permea los procesos de creación de territorios campesinos a través de la lucha por la tierra y su permanencia, en los que el trabajo familiar es la centralidad y su emancipación un objetivo a alcanzar:

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de resistência da família, que muitas vezes pode ser constituída por mais de uma família (Fernandes, 2012, p. 746).

En el PQA, la agroecología se establece como una forma de alcanzar estos objetivos de desarrollo territorial fuera de las lógicas capitalistas, pero no es central en la materialidad de las acciones del campesinado. Pues ellos no dependen esencialmente de la agroecología para su existencia, aunque sea tradicional a sus acciones, pueden tener acciones que involucren la producción convencional o estar subordinados en el territorio a la producción del agronegocio. Según Buscioli (2024):

Desse modo, compreendemos que o PQA e o Paradigma Agroecológico dialogam a partir da luta contra o capital, ou seja, no enfrentamento, resistência e superação da lógica opressora do sistema capitalista, do modo de

produção capitalista. A contribuição também se dá no sentido da compreensão de que a Agroecologia é um instrumento de luta e resistência dos movimentos socioterritoriais que promove um tipo de desenvolvimento territorial (Buscioli, 2024, p. 59).

En línea con esto, el Paradigma Agroecológico se centra en la agroecología como modelo de desarrollo, así como en la producción de territorios agroecológicos en su totalidad y emancipación, implicando la (i)materialidad del conocimiento agroecológico en su validación/construcción. En otras palabras, la agroecología como objeto científico - la construcción del conocimiento científico agroecológico en el que los movimientos socioterritoriales contribuyen a este debate (Buscioli, 2024; Borsatto, 2011).

En palabras de la *Articulação Nacional de Agroecologia* (ANA) (2007):

A partir dessa nova compreensão sobre as estratégias da agricultura camponesa, a Agroecologia se desenvolveu rompendo com o positivismo lógico que desconhece a validade de conhecimentos que não sejam produzidos pelo método científico. Com efeito, a construção do conhecimento agroecológico se faz mediante a revalorização das sabedorias locais sobre uso e manejo dos recursos naturais e a sua integração com os saberes de origem acadêmica (Ana, 2007, p. 7).

En la construcción del Paradigma Agroecológico, el conocimiento agroecológico por parte del campesinado (territorio inmaterial) es central en la praxis agroecológica y es reconocido como una forma de conocimiento que genera emancipación, apuntalando la interdisciplinariedad en el campo académico, donde se busca promover una relación saludable con el medio ambiente, criticando los problemas reales de las crisis socioambientales que produce el capitalismo (Buscioli, 2024; Borsatto, 2011), es decir, transformar los territorios campesinos en territorios agroecológicos que permeen todas las acciones de producción y comercialización, promoviendo la emancipación efectiva.

Según Saragoso, Machado y García (2018):

Ao invés de apenas gerar novas tecnologias que solucionem os problemas criados pela agricultura convencional sem transformar suas raízes, ou seja, as bases epistemológicas do conhecimento científico moderno, muitos cientistas das mais diversas áreas de conhecimento apostam na Agroecologia como um novo paradigma emergente capaz de superar as contradições do agronegócio e modificar as relações socioculturais, econômicas e ambientais a partir de um enfoque científico que integra as disciplinas de âmbito agrônomo, ecológico, social, político, econômico, pedagógico, etc., com os princípios das agriculturas tradicionais através do resgate dos saberes populares (Saragoso; Machado; Garcia, 2018, p. 108).

Leff (2002) afirma que “na reapropriação de saberes tradicionais e sua hibridação com conhecimentos científicos modernos, o elemento aglutinante não é o desejo de lucro, senão a reprodução ecológico-cultural do agroecossistema e do território (p. 42-43)”. Esta reapropiación nace de la resistencia y de hacer de la agroecología una lucha global por la emancipación de los territorios que contribuya a la consolidación del paradigma agroecológico.

Rosset y Martínez-Torres (2012) señalan que los movimientos de todo el mundo han actuado para incluir la agroecología como un debate central en sus acciones, combinando la producción de alimentos y su comercialización en oposición a la agroindustria, es decir, transformándola en una práctica tradicional y una forma de resistencia (Giraldo; Rosset, 2017), construyendo territorios agroecológicos a través de la formación, reuniendo debates interdisciplinarios relacionados con los problemas socioambientales que estos sujetos han enfrentado, como reflejo del modo de producción capitalista (Saragoso; Machado; Garcia, 2018). Según Leff (2002):

Os movimentos sociais associados ao desenvolvimento do novo paradigma agroecológico e a práticas produtivas no meio rural não são senão parte de um movimento mais amplo e complexo orientado em defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominante (Leff, 2002, p. 47).

Así, la agroecología surge como una forma de resistencia al avance del capital/agronegocio y a la globalización de la economía para producir alimentos de forma sustentable con diversidad ecológica, sociocultural y tradicional (Guzmán, 2001), fundamentos que sustentan los territorios agroecológicos.

En el emergente Paradigma Agroecológico, la constitución de territorios agroecológicos se convierte en un instrumento político de acción de los campesinos organizados en movimientos socioterritoriales, situándolo como objeto analítico central de conquista material. En este sentido, los territorios agroecológicos materiales e inmateriales emergen como condición de existencia en este paradigma que genera y promueve la emancipación.

Entendemos que todo territorio agroecológico es también un territorio campesino por la identidad campesina, el trabajo familiar y demás elementos que los sustentan, pero no todo territorio campesino es un territorio agroecológico, ya que puede estar presente la existencia de la producción ligada a la agricultura convencional o la territorialidad del capital:

Neste sentido, a constituição dos territórios agroecológicos parte da centralidade das ações dos camponeses, que por sua vez resistem através da prática agroecológica para permanecerem no território. Compreendemos que as práticas agroecológicas produzidas pelo camponato têm sua especificidade e peculiaridade devido essencialmente a sua identidade

enquanto classe distinta dentro do capitalismo; portanto estabelece uma outra relação no território. Essa constatação, no entanto, não nos permite afirmar que todo território camponês seja agroecológico, pois a contradição e negação desse paradigma também se materializa, seja no uso de formas de produção convencionais e depredatórias e/ou pela entrada direta ou indireta do capital nessas frações do território sob uso do campesinato (Buscioli, 2024, p. 62).

En este sentido, a partir de una lectura de la multiescalaridad y multidimensionalidad del territorio, entendemos que la creación de territorios campesinos potencia la creación de territorios agroecológicos, lo que ocurre a través de diferentes acciones de los campesinos para promover su emancipación, como la adopción de tecnologías socioterritoriales que permiten la territorialización de la agroecología en el proceso de producción y comercialización. Estos son hechos que discutiremos en las páginas siguientes.

Aportaciones teóricas y metodológicas al concepto de Tecnologías Socioterritoriales (TST): un debate a partir de la Geografía Agraria

Para entender el concepto de Tecnologías Socioterritoriales (TST), es necesario abordar las concepciones de Tecnologías Sociales (TS), en las que lo utilizamos para cuestionar tanto la concepción hegemónica de la tecnología como los impactos del desarrollo tecnológico actual, señalando sus límites y proponiendo caminos alternativos. Según Jesús y Costa (2013):

O termo "tecnologia social" é pensado de forma ampla para as diferentes camadas da sociedade. O adjetivo "social" não tem a pretensão de afirmar somente a necessidade de tecnologia para os pobres ou países subdesenvolvidos. Também faz a crítica ao modelo convencional de desenvolvimento tecnológico e propõe uma lógica mais sustentável e solidária de tecnologia para todas as camadas da sociedade. Tecnologia social implica participação, empoderamento e autogestão de seus usuários [...] (Jesus; Costa, 2013, p 18).

La dimensión política de la TS implica criticar la concepción hegemónica de la tecnología, restringiéndola únicamente a los conocimientos e instrumentos técnicos “de primera línea”. Esta racionalidad se basa en la ideología construida por algunos gobiernos, universidades y corporaciones, difundiendo internacionalmente la noción de tecnología como productos de “ciencia e información de punta”, orientada sobre todo a la comercialización de tecnologías y también a la descalificación de técnicas populares de comunidades y movimientos socioterritoriales.

A menudo, la comprensión hegemónica de la tecnología como neutra y progresista, herencia de la racionalidad baconiana, sirve a una agenda ideológica que busca eclipsar los

intereses dominantes que guían la producción tecnológica a escala internacional. Para Dagnino (2014), gobiernos, universidades y corporaciones conforman la base hegemónica de la tecnología, que Dagnino conceptualiza como Tecnologías Convencionales (TC).

Las TC son todo el conjunto técnico producido por estas instituciones, con las siguientes características: mecanización del trabajo, estandarización y simplificación de los procesos productivos, aumento de la producción a gran escala, organización jerárquica del trabajo, explotación predatoria de la naturaleza, etc.

Entendemos que las TC son tecnologías producidas para atender a los intereses hegemónicos de los espacios capitalistas, reproduciendo e intensificando sus relaciones de desigualdad y mercantilización de la naturaleza y del trabajo. Dialogando con los aportes de Dagnino (2014), encontramos que, por ser producidas en el seno de las relaciones capitalistas, las TC se constituyen como mercancías, es decir, bienes privados, a los que se accede vía consumo a través del patentamiento de conocimientos, procedimientos y objetos técnicos. El proceso de patentamiento es una clara evidencia que justifica este argumento, ya que todos los productos tecnológicos no son de libre acceso para las comunidades, sino que están restringidos a quienes tienen poder de consumo.

A diferencia de la TC, la TS se construye sobre los principios de la participación social y la democratización del conocimiento, las metodologías innovadoras y las herramientas entre las comunidades y los movimientos (DAGNINO, 2014). Desde la perspectiva de la TS, el proceso de producción tecnológica es más importante que los productos en su conjunto, destacando la importancia de los grupos sociales involucrados en la construcción de soluciones técnicas, contribuyendo a la apropiación del conocimiento por parte de los sujetos y su protagonismo en el cambio y transformación de la realidad. Las TS son tecnologías “abiertas” y de bajo costo, contribuyendo a la autonomía de las comunidades.

Entendemos que la TS puede materializarse desde nuevos conocimientos y metodologías de enseñanza en la educación hasta nuevos procedimientos y herramientas de trabajo, agilizando los procesos de producción agrícola con insumos agroecológicos. Los ejemplos prácticos de TS rompen la barrera de la comprensión convencional de tecnología, asociada a la «ciencia de punta», abarcando las diversas formas de producción tecnológica existentes y teniendo en cuenta la diversidad de saberes y conocimientos locales desarrollados por comunidades y movimientos.

El debate sobre TS sustenta la reciente discusión sobre Tecnologías Socioterritoriales en el campo de la Geografía (Jorge *Et Al*, 2022; Lima; Fernandes, 2023), basada en el enfoque socioterritorial para comprender las múltiples disputas, tanto materiales como inmateriales, inherentes a la producción de conocimientos, procedimientos e instrumentos tecnológicos. Además de ser un concepto capaz de revelar los conflictos entre los diferentes modelos técnicos entre TC y TS, también lo consideramos fundamental como categoría para la planificación territorial, debido a la comprensión de que las tecnologías deben ser producidas desde y para los territorios, buscando la soberanía y la autonomía de las comunidades y movimientos, es decir, la emancipación.

Creemos que el territorio es una categoría geográfica fundamental para comprender los conflictos actuales entre los diferentes modelos de producción y desarrollo tecnológico, incluidos los basados en las TC y las TS. Como demostramos al discutir las diferencias políticas y prácticas entre TC y TS, es evidente que existe una disputa material e inmaterial tanto por la definición del concepto de tecnología como por la apropiación de los productos tecnológicos, lo que confiere a esta tensión características estrictamente territoriales.

Por ofrecer herramientas teóricas capaces de evidenciar las relaciones de poder materiales e inmateriales presentes en todas las dimensiones y escalas, el territorio es fundamental para aportar nuevas posibilidades analíticas a la realidad estudiada. A partir de la discusión de la TST, consideramos tanto el concepto de tecnología como los modelos de producción y desarrollo tecnológico como territorios en disputa, ambos inseparables.

Las definiciones conceptuales de procesos y objetos se entienden en nuestro trabajo como ejemplos de territorios inmateriales, sobre todo por su poder clasificatorio. En las definiciones restrictivas de tecnología asociadas a la TC, sólo se consideran los conocimientos, procedimientos y objetos “de punta” producidos en corporaciones y universidades, dejando de lado otras formas de producción tecnológica. En cambio, en las conceptualizaciones comprensivas vinculadas a la TS, se considera la diversidad de producciones tecnológicas debido a la propia diversidad de conocimientos vinculados a comunidades y movimientos socioterritoriales.

Parafraseando a Haesbaert (2004), no hay forma de entender las tecnologías y sus concepciones sin situarlas en su contexto territorial. La tecnología en sí misma es inseparable de la producción y reproducción de los territorios, y es entendida en nuestro trabajo como una dimensión de las territorialidades (Lima, Fernandes, 2023), ya que forman parte de las formas de uso y organización del territorio. Entendemos, por tanto, que las tecnologías se construyen

desde y para los territorios, surgiendo para atender demandas específicas en las que su producción está permeada por los intereses, ideologías e intenciones de los territorios que las produjeron.

Analizando la geografía agraria, vemos a los TST vinculados a los territorios del agronegocio subalternando a los campesinos, por tanto, son tecnologías ligadas al campo de la TC. El territorio del agronegocio está formado por corporaciones agrícolas e industriales, partidos políticos, grandes terratenientes, instituciones financieras y algunas universidades y laboratorios privados. Su racionalidad se basa en la propiedad privada de la tierra y en el lucro, en que se producen *commodities* para la exportación, con uso intenso de máquinas robotizadas en sustitución del trabajo humano, uso de pesticidas, fertilizantes químico-artificiales y organismos genéticamente modificados (Fernandes, 2019).

Plaguicidas, fertilizantes artificiales, organismos genéticamente modificados, máquinas robóticas de siembra y cosecha, tractores controlados por internet, etc. son ejemplos de TST desarrolladas desde y para el territorio del agronegocio, atendiendo a sus demandas e intereses. El conjunto de sistemas objeto y sistemas de acción que componen las TST de la agroindustria son cada vez más complejos, robotizados y científicos, donde los trabajadores son cada vez menos necesarios. Los equipos están interconectados a través de Internet, con un alto potencial de detección de problemas mediante fotografías aéreas y teledetección, comunicación instantánea entre servidores digitales y georreferenciación de puntos problemáticos de la producción.

La TST del agronegocio es hegemónica en el mundo, controlada por unas pocas empresas transnacionales, entre las que destacan Bayer-Monsanto y Syngenta. La territorialización de la TST del agronegocio en el campo provoca la desterritorialización de la TST de las poblaciones campesinas, sustituyendo la diversidad de sus técnicas, procedimientos, metodologías o medios instrumentales históricamente contruidos por el vivir en los territorios por estándares tecnológicos homogeneizados.

La subordinación tecnológica es un ejemplo común observado en estudios sobre los territorios de comunidades y movimientos, como los de Roos (2016) y Jorge (2022), en los que los campesinos tienen la propiedad del territorio pero no el control sobre las tecnologías y metodologías que están utilizando, pasando a depender de insumos y equipos de las corporaciones, adquiridos vía consumo y resultando, en varias ocasiones, tanto en una

considerable pérdida de autonomía para los sujetos como en endeudamiento por el alto costo de los recursos tecnológicos.

Los movimientos han demostrado experiencias relevantes de desarrollo tecnológico, utilizando el paradigma agroecológico para construir conocimientos, metodologías, procedimientos y objetos desde y para sus territorios. Entre estos movimientos, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra se ha destacado como un importante protagonista en la organización de sus territorios, ya sean campamentos o asentamientos, para la producción tecnológica orientada a las demandas de los campesinos.

Uno de los ejemplos discutidos en Jorge *et al* (2022) es la producción de arroz agroecológico por campesinos del asentamiento Pontal do Tigre, en Querência do Norte (Paraná). La producción agroecológica en el asentamiento enfrentó varios desafíos, como la proliferación de plantas e insectos no deseados, como la hierba del arroz (*Echinochloa crus-galli*) y la mosca blanca (*Aleyrodidae*). Algunas de las estrategias desarrolladas por los campesinos para mitigar y/o superar estos retos fueron la producción de insumos orgánicos para ahuyentar a los organismos no deseados, como el extracto de *Nim* (*Azadirachta indica* A. Juss), elaborado a partir de hojas y frutos de *Nim*, y el jarabe sulfocálcico, producido a partir de una mezcla de cal y azufre.

En Lima y Fernandes (2023), demostramos otro ejemplo de TST basado en el territorio de la Comunidad Queimada da Onça Quilombola, en São Lourenço do Piauí, desarrollado por la comunidad con el apoyo de la *Associação do Semiárido Brasileiro* (ASA), inaugurando las experiencias AgroCaatinga, que: “envolve o manejo dos cultivos agrícolas consorciados ao de árvores frutíferas nativas do bioma caatinga, visando a recuperação ambiental do território e a construção de condições ecológicas propícias ao desenvolvimento das espécies” (p. 557).

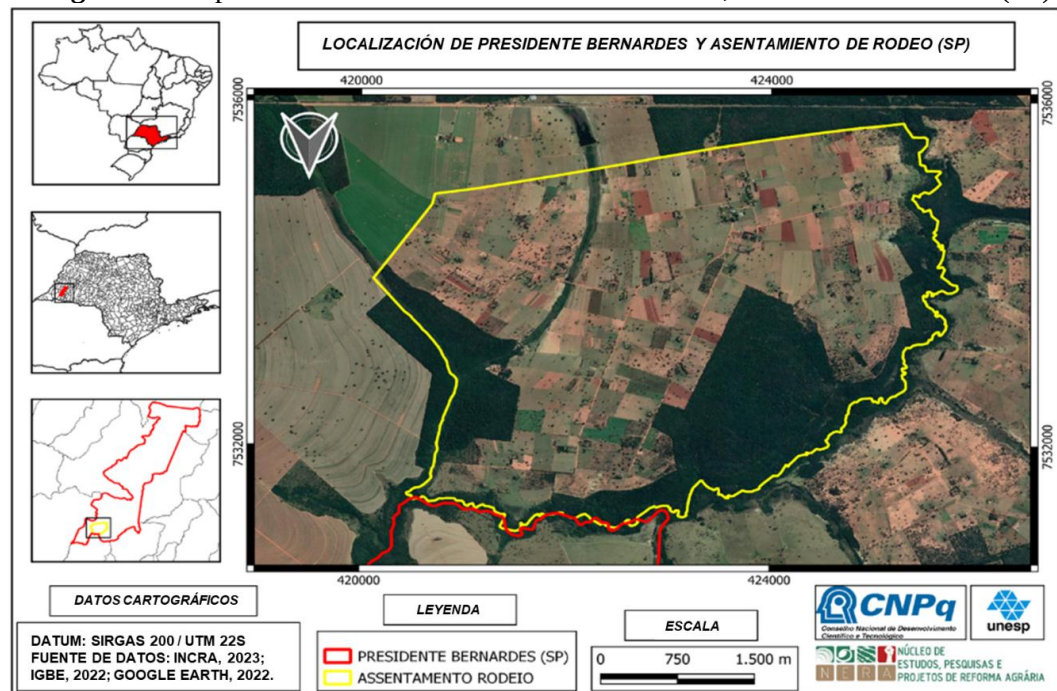
Así, los ejemplos de TST presentados demuestran cómo las tecnologías desempeñan un papel fundamental en la producción y reproducción de los territorios de las comunidades y movimientos, viabilizando sus emprendimientos, aumentando su calidad de vida y emancipación y contribuyendo a relaciones socioambientales sostenibles, acercándolas al debate TS. Estos efectos benéficos se observan porque son tecnologías construidas desde y para sus territorios, muchas veces producidas por los propios sujetos, con recursos disponibles localmente, respetando sus demandas e identidades colectivas y valorizando también sus saberes y conocimientos. Estos puntos serán analizados en la siguiente sección desde la perspectiva del Asentamiento Rodeio en Presidente Bernardes (SP).

La materialidad del debate paradigmático: el TST de los campesinos vinculados al MST en el asentamiento *Rodeio*

El territorio del asentamiento *Rodeio* fue establecido por el *Instituto de Terras do Estado de São Paulo* (ITESP) en el sur del municipio de *Presidente Bernardes* (SP) en marzo de 1997, con una superficie aproximada de 1.1861 hectáreas, como puede verse en el mapa de la Figura 1. En este territorio, 65 familias fueron asentadas en 65 parcelas, donde cada parcela es entendida en nuestra investigación como un espacio para la realización de la vida, la producción, la cultura y la (re)existencia de los sujetos, constituyendo territorio campesino, tres de los cuales fueron transformados en territorios agroecológicos.

La conquista del territorio del asentamiento *Rodeio* fue uno de los ejemplos de la lucha en la región de *Pontal do Paranapanema* (SP) a finales de la década de 1990, organizada por el *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) para hacer avanzar la política de reforma agraria. Como señala Souza (2023), desde que se creó el territorio, el MST se ha mantenido activo, especialmente en la organización de eventos con debates políticos, cursos de formación técnica, mutirões ambientales, etc. con familias campesinas.

Figura 1 - Mapa de localización del asentamiento *Rodeio*, *Presidente Bernardes* (SP)



Fuente: Lima; Matheus; Fernandes, 2024, p. 168.

Las características naturales del suelo, combinadas con las técnicas de gestión degradantes utilizadas en la antigua finca *Rodeio*, han planteado a los campesinos diversos retos relacionados con la producción de alimentos. Según las entrevistas con los líderes del asentamiento, las consecuencias de estos procesos han afectado directamente a la vida de las familias:

Antes na Fazenda Rodeio era pasto! Se criava muito boi e se aproveitava para produção de leite. Teve um período que eles arrendavam para o plantio de cana de açúcar [...] teve um grande problema quando nós chegamos lá, as pessoas não conseguiam produzir determinados tipos de lavoura por conta do veneno que usavam... no caso o “thornton”. Então, você plantava folhas redondas, como abóbora e tal... qualquer folha redonda, hortaliças e até árvores, não dava (Entrevistado 1, 2023).

Este factor animó a muchas de las familias a optar, en un primer momento, por el cultivo de la mandioca y la cría de ganado para la producción de leche. Hoy, estas actividades siguen muy presentes en la matriz económica del territorio. En entrevista con uno de los líderes regionales del grupo de Producción, Cooperación y Medio Ambiente del MST, hay campesinos formados por el movimiento que actúan en la organización de las familias del asentamiento *Rodeio*, tanto en la discusión política sobre agroecología y agricultura orgánica, como en el desarrollo de experiencias prácticas (Entrevistado 2, 2023). Según el Registro Nacional de

Productores Orgánicos de Brasil, hay 3 productores certificados en el municipio de *Presidente Bernardes* (SP), todos ellos del asentamiento y organizados por el MST.

En total se han certificado 44 alimentos, entre hortalizas, frutas, hierbas, tubérculos y cereales. Según los campesinos y la dirección regional del MST, la certificación ecológica es un aspecto importante para ampliar las posibilidades de comercialización y obtener un mejor precio de venta. También forma parte de la disputa política, demostrando a la sociedad que es posible producir alimentos sin pesticidas.

Construir la agroecología es un desafío para los territorios organizados por el MST, con todas sus potencialidades y dificultades. Entre los desafíos de la construcción de la agroecología están, por supuesto, los relacionados con el desarrollo de tecnologías de producción de alimentos, que contribuyan a la valorización del conocimiento campesino, con formas de cultivo diversificadas, sin insumos químicos y que busquen conservar el agua, el suelo y la biodiversidad local. Estamos, por lo tanto, frente a una demanda que desafía la racionalidad que sustenta la matriz tecnológica hegemónica, controlada por los territorios del agronegocio.

La discusión sobre las tecnologías desarrolladas desde y para los territorios de los campesinos es central en la realidad estudiada, por lo que creemos que el concepto de TST es indispensable para comprenderla. En nuestro trabajo, el proceso de producción de alimentos se entiende como un todo, desde las semillas de los cultivos, su cosecha y procesamiento (cuando es necesario) hasta la comercialización, tal como lo encontramos en el asentamiento *Rodeio*.

En el caso del asentamiento *Rodeio*, tenemos un proceso básico de la agroecología, que son las semillas criollas. El MST entiende que las semillas están vinculadas a la identidad, representan la vida y “sendo fundamental para nossa autonomia e sobrevivência enquanto modo de vida camponês” (Lemos; Costa, 2020, p. 40).

Según un activista del MST y residente en el asentamiento, la cuestión de las semillas involucra un elemento sentimental: “a gente tem um apego de fazer e de criar as próprias sementes, permanecer e de preservar as sementes e fazer as trocas em feiras, experiências de sementes agroecológicas e tal, e a gente sempre preservar isso” (Entrevistado 1, 2023).

En *Rodeio*, las semillas criollas se almacenan en un banco como parte del TST, se distribuyen a los campesinos que lo soliciten y con el elemento del intercambio como elemento clave en su continuidad, y en ambos procesos están presentes la sensibilización y la formación

agroecológicas. Las principales semillas en el asentamiento son porotos, maíz, zapallos, maní, azafrán, cilantro y otras variedades, como puede verse en la Figura 2.

Figura 2 - Panel fotográfico: semillas criollas en PE Rodeio (Brasil)



Fuente: Autores, 2023. **Organización:** Autores, 2024.

Las semillas están directamente vinculadas a la producción, y los campesinos de *Rodeio* también se esfuerzan por construir TST capaces de proporcionar un entorno saludable para el desarrollo de los cultivos, conservando la biodiversidad de la fauna y la flora del paisaje, así como su autonomía. Uno de estos TST es la barrera verde, como puede verse en la Figura 3. Su presencia se comprobó in situ durante el trabajo de campo realizado en 2023. Uno de los campesinos entrevistados afirma que las barreras verdes son una de las estrategias exigidas por la certificadora ecológica TECPAR, como elemento indispensable para obtener y renovar la certificación.

Figura 3 - Panel fotográfico: Barrera verde como tecnología socioterritorial en PE Rodeio (Brasil)



Fuente: Autores, 2023. **Organización:** Autores, 2024.

La relevancia de este TST se explica por su potencial para proteger la producción ecológica de posibles restos de sustancias químicas no deseadas, como gotas de plaguicidas, y está formado por vegetación colocada intencionadamente. Entre las especies que se pueden utilizar, observamos que los campesinos entrevistados prefieren gramíneas de crecimiento rápido, plantadas alrededor de la zona de producción y de las vallas en el límite de sus propiedades. Como relata el campesino:

Você pode fazer ela com capineira... ou outras plantas de crescimento rápido que impeçam os resquícios de agrotóxicos de chegar na sua produção [...] as barreiras têm que ser pensadas para “vedar” todas as laterais. O adequado seria a capineira mesmo... até com cana. Mas, o mais providencial é plantar longe da cerca mesmo, mais para o meio da propriedade.

As barreiras normalmente você pode ser Guandu, pode ser pé de Urucum, mas o ideal é você fazer uma capineira. Ali, por exemplo, eu tenho uma parte que é capim-açu, capim mombaça porque ele se forma e faz de fato uma barreira, não ficam falhas. Então, essas seriam algumas questões das barreiras, embora as barreiras minhas são diferenciadas, tem pé de manga e outras partes frutíferas que tem esses capins, ela pode ser totalmente de capim-açu mesmo ou de mombaça, tudo que faz com que você olhe e identifique uma barreira. (Entrevistado 1, 2023).

Entendemos que las gramíneas son la forma más eficaz de crear una barrera verde, debido al rápido desarrollo de esta vegetación y a la menor necesidad de mantenimiento, lo que las convierte en una forma de protección más eficiente. Sin embargo, las especies arbóreas también son excelentes opciones para aumentar la protección de las barreras. Según Souza (2023), los árboles de gran porte, como el mango y el aguacate, son importantes aliados debido a sus grandes copas y ramas bien espaciadas. En el territorio investigado, observamos TSTs de Barreras Verdes compuestas por gramíneas y especies arbóreas con altos extractos.

Proteger los cultivos de cualquier contacto con pesticidas es fundamental para la producción agroecológica, especialmente con certificación ecológica. Como demostración de una alternativa al uso de pesticidas, los campesinos producen sus propios bioinsumos, capaces de ahuyentar y controlar las poblaciones de organismos no deseados, especialmente insectos. En el asentamiento *Rodeio*, identificamos el extracto de ricino (*Ricinus communis* L.) como un importante TST en este sentido, ahuyentando orugas, escarabajos, pulgones, ácaros, cochinillas, etc. Estos insectos depredan los alimentos producidos por los campesinos y, si no se controlan, pueden causar graves perjuicios económicos a las familias, provocando la pérdida de las cosechas, la inseguridad alimentaria de las familias y el desabastecimiento de las ciudades.

Las propiedades químicas del ricino actúan directamente sobre el sistema nervioso y hormonal de los insectos, provocando efectos repelentes y nocivos debido a la inhibición de la oviposición, infertilidad y, en algunos casos, la muerte de los individuos, dependiendo de la

dosis aplicada. El extracto de ricino se obtiene tanto de las semillas como de las hojas de la planta, ya que ambas partes contienen toxinas. Según uno de los entrevistados:

[...] Essa receita a gente aprendeu na família. Meu pai sabia e me ensinou para ajudar ele na roça, então eu trouxe esse conhecimento desde cedo e hoje eu aplico ele, quando necessário, aqui no meu lote, no meu território. Tem árvore de mamona espalhada por todos os cantos do lote, porque os insetos... os bichinhos são inteligentes, eles a vista a mamona de cima e sai fora. Eles sabem que aquela árvore é perigosa. Então... você "vê", eu tenho a árvore cultivada no lote, tenho o conhecimento e sei fazer o extrato, isso é autonomia. (Entrevistado 1, 2023).

Los alimentos producidos por los campesinos se venden en *Presidente Prudente* (SP), en la Feria de la Reforma Agraria, en el *Galpão da Lua* y en las *Cestas Raízes do Pontal* de la *Universidade Estadual Paulista*. Las experiencias mencionadas son territorios construidos por campesinos en colaboración con la universidad, organizaciones de base y sindicatos, con el objetivo de vender los productos del asentamiento y abastecer a la ciudad. La Figura 4 muestra registros fotográficos de los territorios en cuestión, imagen A de la Feria de la Reforma Agraria y B y C de las *Cestas de Raízes do Pontal*.

Figura 4 - Panel fotográfico: TST en la comercialización de la producción de PE Rodeio (Brasil)



Fuente: Autores, 2023. **Organización:** Autores, 2024.

Según Bozo y Vinha (2020), los territorios de comercialización organizados por los movimientos campesinos no se limitan al mero intercambio económico, basado en la racionalidad del alimento como mercancía. Los territorios se producen en contraposición a la lógica de los mercados convencionales. Así, creemos que las experiencias de comercialización de los movimientos campesinos y de los TST ofrecen una variedad de productos, desde alimentos hasta artesanías, como podemos ver en la Figura 4. Además, se trata de un espacio

de diálogo directo entre los que producen y los que consumen alimentos, en el que el intercambio de experiencias y conocimientos es fundamental para fortalecer los lazos entre el campo y la ciudad.

Consideraciones finales

El objetivo de este trabajo fue dilucidar los principales debates en torno a la agroecología dentro del análisis del paradigma, entendiendo las tecnologías socioterritoriales como elemento centralizador. Analizamos cómo el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra ha actuado para promover la autonomía y la emancipación campesina en el asentamiento *Rodeio* a través de la agroecología.

Partimos del supuesto de que la agroecología debe ser analizada en su multidimensionalidad en los campos de la ciencia, la tecnología, el conocimiento y las prácticas históricamente realizadas por diversos sujetos como campesinos, indígenas y afrodescendientes en la promoción de la emancipación de/en los territorios.

Entendemos que este debate contribuye a la comprensión del complejo sistema que conforman los paradigmas dentro de la Geografía analizados por el Paradigma de la Cuestión Agraria, el emergente Paradigma Agroecológico y el Paradigma del Capitalismo Agrario. Los dos primeros paradigmas conciben la agroecología como una forma de resistencia al capitalismo que genera impactos socioambientales, mientras que el segundo coopta este concepto/práctica a través de la subordinación de los sujetos en el territorio.

Una de las formas de promover la autonomía y la emancipación de los sujetos en/del territorio es la constitución de tecnologías socioterritoriales utilizadas por el campesinado para promover la agroecología en los territorios que faciliten el proceso productivo de los campesinos en consonancia con la autonomía en el territorio.

Una de estas tecnologías socioterritoriales es la reserva de semillas criollas, que constituye una estrategia de resistencia fundamental para el campesinado, preservando la biodiversidad, garantizando a las familias el control sobre las variedades cultivadas en sus territorios y, sobre todo, evitando la dependencia de las semillas genéticamente modificadas que comercializa el agronegocio.

Creemos que las tecnologías socioterritoriales dirigidas a la comercialización de productos agroecológicos producidos por el campesinado, como las ferias y las cestas, son uno

de los principales procesos para que estas personas permanezcan en sus territorios, ya sean campesinos y/o agroecológicos, generando ingresos y abriendo caminos para su emancipación.

En el caso del Asentamiento *Rodeio*, el trabajo permitió analizar tres tecnologías socioterritoriales llevadas a cabo por el MST que contribuyen al debate paradigmático a través de la materialidad de las acciones realizadas. Las tecnologías socioterritoriales elucidadas fueron: semillas criollas, producción y comercialización.

Encontramos que la práctica de selección y almacenamiento de semillas forma parte de la autonomía campesina, de la construcción de territorios agroecológicos y de la producción de alimentos sanos, y es entendida como una TSM campesina, relacionándola con otras TSM de producción, como la barrera verde y el extracto de ricino elaborados por los campesinos, así como TSM de comercialización a través de las ferias y canastas agroecológicas realizadas en *Presidente Prudente*.

Destacamos que nuestra argumentación se basa tanto en avances teóricos en relación al concepto de TST, paradigmas y territorios campesinos/agroecológicos, como en nuestros estudios empíricos de los desarrollos en el asentamiento *Rodeio*, territorio conquistado por el MST en el municipio de *Presidente Bernardes* (SP), entendiendo que este trabajo es un punto de partida para pensar el acercamiento entre sociedad y naturaleza y la producción de alimentos saludables, construyendo la agroecología desde la base.

Referencias

- ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2007.
- BORSATTO, R. S. **A Agroecologia e sua Apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Assentados da Reforma Agrária**. 319 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A Agroecologia como um campo científico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 4-13, 2013.
- BOZA, H. J.; VINHA, J. F. de S. Mercado popular de alimentos: território da agricultura camponesa e da luta pela soberania alimentar no município de São Gabriel da Palha (ES). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 20. n. 01, p. 1-26, 2020.
- BUSCIOLI, L. D. **Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, 2024.
- COCA, E. L. de. F.; XAVIER, G. T. P.; BERTACHI, M. V. Geografia agrária crítica e pesquisa militante: apontamentos teórico-metodológicos. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021.
- COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: **Cadernos de Sociologia**, 1998. V. 9, p. 143-159.
- DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande, PB; EDUEPB; Florianópolis, Ed Insular, 2014.

- FELICIO, J. M. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.
- FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T (et al). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 273-301.
- FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.
- FERNANDES, B. M. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. **Revista RelaER**, v. 4, n. 7, p. 188-209, 2019.
- FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. Agroecologia na América Latina: Um futuro necessário. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023.
- FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 1, p. 3-5, 2010.
- GIRALDO, O. M.; ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **The Journal of Peasant Studies**, vol. 45 (3), 2017.
- GUHUR, D.; SILVA, N. R. da. Agroecologia. In: DIAS, A. P (et. Al) (Orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**, 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2021. p.725-735.
- GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentado**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLT-GIMÉNEZ, E.; ALTIERI, M. A. Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v.37, n.1, p. 90-102, 2013.
- JARA, C.; PAZ, R. A. Ordenar el territorio para detener el acaparamiento mundial de tierras. La conflictividad de la estructura agraria de Santiago del Estero y el papel del estado. **Proyección**, vol. XV, dez. 2013, p.171-195.
- JESUS, V. M. B. de; COSTA, A. B. Tecnologia Social: breve referencial teórico e experiência ilustrativa. In.: COSTA, A. B. (Org). **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, p. 17-34, 2013.
- JORGE, A. A. (et al). Tecnologias Socioterritoriais (TST) como instrumentos para a produção de territorialidades emancipadoras nos assentamentos de reforma agrária. **Anais do V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas (PDPP)**, 2022.
- JORGE, A. A. Subalternização e emancipação: o uso do território nos assentamentos de reforma agrária do estado do Paraná. **Anais XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos**, 2022, São Paulo, 2022.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.
- LEMOES, L.; COSTA, M. Coleta De Sementes. MST - Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis, **Cadernos de Agroecologia**, vol. 1, 2020, p.40-43.
- LIZÁRRAGA, P.; VACAFLÓRES, C. Proyecto de dominación y resistencia campesina - el caso de Tarija, Bolivia. In: FERNANDES, B. F. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 225-248.
- LIMA, W. F. P.; FERNANDES, B. M. Tecnologias Socioterritoriais, afinal, que tecnologias são essas? contribuições teóricas para uma abordagem territorial das tecnologias. **Anais I Encontro Sul-mineiro de Geografia & 7º Jornada Científica da Geografia**, UNIFAL, 2023.
- LIMA, W.; MATHEUS, F. A.; FERNANDES, B. M. Disputas territoriais entre o MST e o Agronegócio no Assentamento Rodeio – Município de Presidente Bernardes – SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 2, n. 46, p. 164–182, 2024. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/10555> Acesso em: 17 out. 2024.
- MCMICHAEL, P. Historicizing Food Sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, vol. 41 (6), 2014.
- MENDONÇA, M. A. F. R. **Agroecologia e indicadores de sustentabilidade: uma revisão teórico-metodológica**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural – Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – Minas Ferais, 2011.

- ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and Society**, vol. 17(3), 2012.
- ROOS, D. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 19 n. 30, p. 169-187, 2016.
- SARAGOSO, T. M. R.; MACHADO, L. G.; GARCIA, E. G. M. Agroecologia: uma ciência interdisciplinar. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 3, n. 1, p. 107-113, 2018.
- SILVA NETO, B. Agroecologia, ciência e emancipação humana. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 8(1): 3-17, 2013.
- SOUZA, R. S. R. **As disputas territoriais pela produção alimentar em Presidente Bernardes no Brasil e Nunchía na Colômbia: contribuição ao estudo comparativo**. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.
- VINHA, J. F. de S. C.; FERNANDES, B. M. **Paradigmas da geografia agrária brasileira temas, tendências e perspectivas**. São Paulo: Paco, 1 d. 2022.

CRedit Author Statement

- **Reconhecimentos:** Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelos auxílios concedidos, referentes ao processo de bolsa de doutorado concluído (nº 2019/16813-7) com orientação do professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes (coautor do artigo) e ao processo de bolsa de mestrado em andamento (nº 2024/09458-4), orientado pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e com coorientação do Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes. Agradecemos também à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (PROPe/UNESP) pela concessão da bolsa de pós-doutorado em Geografia, bem como ao supervisor Carlos Alberto Feliciano pelo acompanhamento e apoio ao desenvolvimento da pesquisa. Também agradecemos a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- **Financiamento:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP- nº 2019/16813-7); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (PROPe/UNESP).
- **Conflitos de interesse:** Não, em nosso texto não há conflito de interesses entre os autores, sendo o material enviado resultado de nossas pesquisas de Doutorado (Primeira autora), graduação (Segundo autor) e o orientador (Terceiro autor).
- **Aprovação ética:** O trabalho seguiu as recomendações éticas da pesquisa como estabelecem as diretrizes da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
- **Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados neste trabalho estão disponíveis em outras publicações e no Google Drive realizadas pelos autores. Destacam-se, especialmente, a tese de doutorado da primeira autora, Lara Dalperio Buscioli, intitulada "Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos", bem como no drive de acesso da autora nas pesquisas conforme orientação do Plano de

Gestão de Dados da FAPESP, disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/13MRiCEaM5wmV63eN5iE_tdQCXM6ZtbK.

- **Contribuições dos autores:** A construção coletiva do artigo, a revisão do conteúdo científico e ortográfico, elaboração dos mapas, pesquisa de campo, produção do material fotográfico e análise dos dados. Nosso artigo apresenta a mesma contribuição dos três autores porque o processo foi coletivo e horizontal entre as partes, avançando em nossa concepção de ciência para além do positivismo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

